



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

1.^a SÉRIE

N.º 04/30 DE ABRIL DE 2013

Publica-se ao Exército o seguinte:

SUMÁRIO

LEIS

Assembleia da República

Lei n.º 47/2013:

Altera a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro. 166

Lei n.º 56/2013:

Procede à segunda alteração à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 153/2012 de 16 de julho, que simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa. 166

RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE MINISTROS

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013:

Aprova o conceito estratégico de defesa nacional 193

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013:

Aprova as linhas de orientação para a execução da reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, doravante designada por Reforma «Defesa 2020» 218

ACORDÃOS

Tribunal Constitucional

Acórdão n.º 187/2013:

Declara a inconstitucionalidade de várias normas da Lei 66-B/2012 (Lei do Orçamento do Estado para 2013) 225

DESPACHOS

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 4785/2013:

Reestruturação dos Estabelecimentos Militares de Ensino 225

Despacho n.º 5053/2013:		Despacho n.º 5215/2013:	
Orçamento do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR)	229	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do CMEFD	261
Despacho n.º 5055/2013:		Despacho n.º 5216/2013:	
Centro de Simulação Biomédica do Hospital das Forças Armadas (HFAR)	229	Subdelegação de competências no Coronel Comandante da EPC	261
Despacho n.º 5566/2013:		Despacho n.º 5217/2013:	
Regulamento Interno do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR)	230	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RA5	262
Estado-Maior do Exército		Despacho n.º 5219/2013:	
Despacho s/n.º CEME/2009:		Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RC3	262
Aprova as Armas da Direção de Aquisições	250	Despacho n.º 5220/2013:	
Despacho s/n.º CEME/2013:		Subdelegação de competências no Coronel Comandante da EPT	262
Aprova as Armas do Centro Militar de Educação Física e Desportos de Aquisições	253	Despacho n.º 5221/2013:	
Academia Militar		Subdelegação de competências no Coronel Comandante da EPS	263
Despacho n.º 4934/2013:		Despacho n.º 5222/2013:	
Subdelegação de competências no Coronel Diretor dos Serviços Gerais da AM	257	Subdelegação de competências no Coronel Comandante da ESE	263
Despacho n.º 5430/2013:		Despacho n.º 5223/2013:	
Subdelegação de competências no Coronel Diretor dos Serviços Gerais da AM	257	Subdelegação de competências no Coronel Comandante da EPE	263
Despacho n.º 5062/2013:		Despacho n.º 5224/2013:	
Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Diretor dos Serviços Gerais da AM	257	Subdelegação de competências no Coronel Comandante da EPA	264
Comando do Pessoal		Comando das Forças Terrestres	
Despacho n.º 14 657/2013:		Despacho n.º 5429/2013:	
Subdelegação de competências no Major-General Diretor da DARH	258	Subdelegação de competências no Major-General Comandante da BrigMec	264
Comando da Instrução e Doutrina		Despacho n.º 5525/2013:	
Despacho n.º 5225/2013:		Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Comandante da UnAp/CFT	264
Subdelegação de competências no Coronel Diretor do IPE	260		
Despacho n.º 5373/2013:			
Subdelegação de competências no Coronel Diretor do IPE	260		
Direção de Formação		Brigada Mecanizada	
Despacho n.º 5214/2013:		Despacho n.º 4845/2013:	
Subdelegação de competências no Coronel Comandante da EPC	261	Subdelegação de competências no Coronel Adjunto do Comandante da BrigMec	265

Despacho n.º 4846/2013:	- Câmara Municipal de Ponte de Lima	275
Subdelegação de competências no Tenente-	- Câmara Municipal de Vouzela	277
-Coronel Comandante do AgrIndia/FND/KFOR		
	- O Colégio Militar e :	
Despacho n.º 4900/2013:	- "Dar i Acordar" Associação para a recuperação	
Subdelegação de competências no Coronel	de desperdício	280
Tirocinado 2.º Comandante da BrigMec		
	- A Escola Prática de Engenharia e :	
	- Câmara Municipal de Tondela	283
	- O Regimento de Infantaria n.º 3 e :	
	- TECLIFORM - Formação Profissional e	
	Consultadoria, LDª	287
	- O Regimento de Infantaria n.º 14 e :	
	- Grupo de docentes e técnicos da Escola	
	Superior de Tecnologia de Viseu	290
	- Escola Superior de Educação de Viseu	292
PROTÓCOLOS		
Protocolo de colaboração entre:		
- O Exército Português e:		
- Câmara Municipal de Amares		266
- Câmara Municipal de Barcelos		268
- Câmara Municipal de Esposende		270
- Câmara Municipal de Oliveira de Frades		273

I — DECRETOS-LEIS**Ministério dos Negócios Estrangeiros****Decreto-Lei n.º 47/2013
de 5 de abril**

No uso da autorização legislativa conferida pela Lei n.º 8/2013, de 22 de janeiro, aprova o regime jurídico-laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, alterando a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro.

(Diário da República 1.ª série, n.º 67 de 5 de abril de 2013)

Ministério da Defesa Nacional**Decreto-Lei n.º 56/2013
de 19 de abril**

A Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, procedeu à simplificação dos procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpôs as Diretivas n.ºs 2009/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio, e 2010/80/UE, da Comissão, de 22 de novembro, e revogou o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de novembro.

A mencionada lei, cujo anexo foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 153/2012, de 16 de julho, definiu ainda as regras e os procedimentos para simplificar o controlo do comércio internacional de produtos relacionados com a defesa, observando a Posição Comum n.º 2008/944/PESC, do Conselho, de 8 de dezembro de 2008, que define regras comuns aplicáveis ao controlo das exportações de tecnologia e equipamento militares.

Em 27 de fevereiro de 2012, o Conselho aprovou uma atualização da Lista Militar Comum da União Europeia, entretanto materializada pela Diretiva n.º 2012/47/UE, da Comissão, de 14 de dezembro de 2012, que altera a Diretiva n.º 2009/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita à lista de produtos relacionados com a defesa.

Cumpra assim proceder à transposição para o ordenamento jurídico nacional da citada Diretiva n.º 2012/47/UE, a qual deve ser adotada e publicada até 20 de março de 2013.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º
Objeto**

O presente diploma procede à segunda alteração à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 153/2012, de 16 de julho, que simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpõe as Diretivas n.ºs 2009/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio, e 2010/80/UE, da Comissão, de 22 de novembro, e revoga o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de novembro, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2012/47/UE, da Comissão, de 14 de dezembro de 2012.

Artigo 2.º

Alteração ao anexo I à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho

O anexo I à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 153/2012, de 16 de julho, passa a ter a redação constante do anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 13 de março de 2013. — *Pedro Passos Coelho* —
Luís Miguel Gubert Morais Leitão — *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Promulgado em 15 de abril de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 16 de abril de 2013.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º)

ANEXO I

Lista Militar Comum da União Europeia aprovada pela Diretiva n.º 2012/47/UE, da Comissão, de 14 de dezembro de 2012, que altera a Diretiva n.º 2009/43/CE de 6 de maio, do Parlamento Europeu e do Conselho, atualiza e substitui a lista de produtos relacionados com a defesa (equipamento abrangido pela Posição Comum n.º 2008/944/PESC, do Conselho, que define regras comuns aplicáveis ao controlo das exportações de tecnologia e equipamentos militares).

Lista de produtos relacionados com a defesa

Nota 1. – Os termos entre «aspas» são termos definidos. Ver as «Definições dos termos empregues na presente lista» no anexo à presente lista.

Nota 2. – Nalguns casos, as substâncias químicas estão indicadas na lista pelo nome e pelo número CAS. A lista aplica-se às substâncias químicas com a mesma fórmula estrutural (incluindo os hidratos), seja qual for o seu nome ou número CAS. A apresentação dos números CAS destina-se a ajudar a identificar determinada substância química ou mistura, independentemente da nomenclatura. Os números CAS não podem ser utilizados como identificadores únicos, uma vez que algumas formas de uma substância química enumerada na lista têm números CAS diferentes e que as misturas que contêm determinada substância química enumerada também podem ter números CAS diferentes.

ML1 – Armas de canos de alma lisa de calibre inferior a 20 mm, outras armas e armas automáticas de calibre igual ou inferior a 12,7 mm (calibre 0,50 polegada) e acessórios, como se segue, e componentes especialmente concebidos para as mesmas:

a) Espingardas, carabinas, revólveres, pistolas, pistolas-metralhadoras e metralhadoras;

Nota. – O ponto ML1.a. não abrange os seguintes artigos:

- a) Mosquetes, espingardas e carabinas de fabrico anterior a 1938;
- b) Réplicas de mosquetes, espingardas e carabinas cujos originais tenham sido fabricados antes de 1890;
- c) Revólveres, pistolas e metralhadoras de fabrico anterior a 1890 e respetivas réplicas;

b) Armas de canos de alma lisa, como se segue:

- 1) Armas de canos de alma lisa especialmente concebidas para uso militar;
- 2) Outras armas de canos de alma lisa, como se segue:

- a) De tipo totalmente automático;
- b) De tipo semiautomático ou de tipo «pump»;
- c) Armas que utilizem munições sem caixa de cartucho;
- d) Silenciadores, suportes especiais para armas de tiro, carregadores, miras e tapa chamas

destinados às armas referidas nos pontos ML1.a., ML1.b. ou ML1.c.

Nota 1. – O ponto ML1 não abrange as armas de cano de alma lisa destinadas à caça ou a fins desportivos. Estas armas não podem ser especialmente concebidas para uso militar nem de tipo totalmente automático.

Nota 2. – O ponto ML1 não abrange as armas de fogo especialmente concebidas para munições inertes e inaptas para utilizar munições referidas no ponto ML3.

Nota 3. – O ponto ML1 não abrange as armas de percussão periférica e que não sejam de tipo totalmente automático.

Nota 4. – O ponto ML1.d. não abrange alças óticas sem tratamento de imagem eletrónico com uma ampliação inferior ou igual a 4 x, desde que não sejam especialmente concebidas ou modificadas para uso militar.

ML2 – Armas de alma lisa de calibre igual ou superior a 20 mm, outras armas ou armamento de calibre superior a 12,7 mm (calibre 0,50 polegada), lançadores e acessórios, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

a) Peças de artilharia, obuses, canhões, morteiros, armas anticarro, lançadores de projéteis, lança-chamas militares, espingardas, canhões sem recuo, armas de canos de alma lisa e dispositivos de redução da assinatura para os mesmos;

Nota 1. – O ponto ML2.a. inclui injetores, dispositivos de medição, reservatórios de armazenagem e outros componentes especialmente concebidos para serem utilizados com cargas propulsoras líquidas para todo o material referido no ponto ML2.a.

Nota 2. – O ponto ML2.a. não abrange as seguintes armas:

- a) Mosquetes, espingardas e carabinas de fabrico anterior a 1938;
- b) Réplicas de mosquetes, espingardas e carabinas cujos originais tenham sido fabricados antes de 1890;
- c) Peças de artilharia, obuses, canhões e morteiros fabricados antes de 1890.

Nota 3. – O ponto ML2.a. não abrange lançadores de projéteis portáteis especialmente concebidos para lançar projéteis com cabo de ligação sem carga altamente explosiva ou ligação de comunicações, com alcance igual ou inferior a 500m.

b) Equipamento de lançamento ou produção de fumos, gases e artificios pirotécnicos, especialmente concebido ou modificado para uso militar;

Nota. – O ponto ML2.b. não abrange as pistolas de sinalização.

c) Visores de armas e suportes para visores de armas com todas as seguintes características:

- 1) Serem concebidos especificamente para uso militar; e
- 2) Serem concebidos especificamente para as armas referidas no ponto ML2.a;

d) Suportes concebidos especificamente para as armas referidas no ponto ML2.a.

ML3 – Munições e dispositivos de ajustamento de espoletas, como se segue, e respetivos componentes especialmente concebidos para o efeito:

a) Munições para as armas referidas nos pontos ML1, ML2 ou ML12;

b) Dispositivos de ajustamento de espoletas especialmente concebidos para as munições referidos no ponto ML3.a.

Nota 1. – Os componentes especialmente concebidos, referidos no ponto ML3, incluem:

- a) Produtos de metal ou plástico tais como bigornas, cápsulas de balas, elos de cartuchos, fitas carregadoras rotativas e elementos metálicos para munições;
- b) Dispositivos de segurança e de armar, espoletas, sensores e dispositivos de detonação;
- c) Fontes de alimentação de utilização única com elevada potência operacional;
- d) Caixas combustíveis para cargas;
- e) Submunições, incluindo pequenas bombas, pequenas minas e projéteis com guiamento terminal.

Nota 2. – O ponto ML3.a. não abrange munições fechadas sem projétil (tipo «blankstar»), nem munições inertes com câmara perfurada.

Nota 3. – O ponto ML3.a. não abrange os cartuchos especialmente concebidos para qualquer dos seguintes fins:

- a) Sinalização;
- b) Afugentamento de aves; ou
- c) Acendimento de tochas de gás em poços de petróleo.

ML4 – Bombas, torpedos, foguetes, mísseis, outros artificios explosivos e cargas explosivas e equipamento afim e acessórios, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

N.B.1 – Para os indicadores de rumo e equipamentos de navegação, ver ponto ML11.

N.B.2 – Para os sistemas de proteção contra mísseis antiaéreos (AMPS), ver ponto ML4c.

a) Bombas, torpedos, granadas, potes fumígenos, foguetes, minas, mísseis, cargas de profundidade, cargas, dispositivos e conjuntos de demolição, dispositivos «pirotécnicos», cartuchos e simuladores (ou seja, equipamento que simule as características de qualquer destes artigos) especialmente concebidos para uso militar;

Nota. – O ponto ML4.a. inclui:

- a) Granadas fumígenas, bombas incendiárias e artificios explosivos;
- b) Tuberias de escape de foguetes de mísseis e extremidades de ogivas de veículos de reentrada.

b) Equipamentos com todas as seguintes características:

- 1) Concebidos especificamente para uso militar; e
- 2) Concebidos especificamente para «atividades» relacionadas com qualquer um dos

seguintes artigos:

- a) Artigos referidos no ponto ML4.a; ou
- b) Engenhos explosivos improvisados (IED)

Nota técnica - Para efeitos do ponto ML4.b.2., entende-se por «atividades» o manuseamento, lançamento, colocação, controlo, desativação, rebentamento, ativação, alimentação de potência de saída operacional de utilização única, engodo, empastelamento, colocação, deteção, paralisação ou eliminação.

Nota 1. – O ponto ML4.b. inclui:

- a) Equipamento móvel de liquefação de gás com uma capacidade de produção diária igual ou superior a 1 000 kg de gás liquefeito;
- b) Cabos elétricos condutores flutuantes aptos para dragagem de minas magnéticas.

Nota 2. – O ponto ML4.b não abrange os dispositivos portáteis concebidos apenas para a deteção de objetos metálicos e incapazes de distinguir as minas de outros objetos metálicos.

c) Sistemas de proteção contra mísseis antiaéreos (AMPS).

Nota. – O ponto ML4.c não abrange os AMPS que incluam todos os seguintes elementos:

- a) Qualquer um dos seguintes sensores de aviso de aproximação de mísseis:
 - 1) Sensores passivos com uma resposta de pico entre 100-400 nm; ou
 - 2) Sensores ativos pulsados Doppler para aviso de aproximação de mísseis;
- b) Sistemas de contramedidas;
- c) Dispositivos de sinal (flares) com assinatura visível e assinatura infravermelha, para engodo de mísseis terra-ar; e
- d) Instalados em «aeronaves civis» e com todas as seguintes características:
 - 1) O AMPS apenas funciona numa determinada «aeronave civil» na qual tenha sido instalado e para a qual tenha sido emitido:
 - a) Um certificado de homologação civil; ou
 - b) Um documento equivalente reconhecido pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI);
 - 2) O AMPS utiliza meios de proteção para prevenir o acesso não autorizado ao «software»; e
 - 3) O AMPS incorpora um mecanismo ativo que o impede de funcionar caso seja removido da «aeronave civil» na qual tenha sido instalado.

ML5 – Equipamento de direção de tiro e equipamentos conexos de alerta e aviso, e sistemas e equipamentos de ensaio, alinhamento e contramedida conexos, como se segue, especialmente concebidos para uso militar, bem como componentes e acessórios especialmente concebidos para os mesmos:

- a) Visores de armas, computadores de bombardeamento, equipamentos de pontaria e sistemas de comando de armas;
- b) Sistemas de aquisição, identificação, telemetria, vigilância, ou seguimento de alvos; equipamentos de deteção, fusão de dados, reconhecimento ou identificação e equipamento de integração de sensores;
- c) Equipamentos de contramedidas para os artigos incluídos nos pontos ML5.a. ou ML5.b.;

Nota. – Para efeitos do disposto no ponto ML5.c., os equipamentos de contramedidas incluem equipamento de deteção.

- d) Equipamentos de ensaio no terreno ou de alinhamento, especialmente concebidos para os artigos incluídos nos pontos ML5.a., ML5.b. ou ML5.c.

ML6 – Veículos terrestres e seus componentes, como se segue:

N.B. – Para os indicadores de rumo e equipamentos de navegação, ver ponto ML11.

- a) Veículos terrestres e respetivos componentes, especialmente concebidos ou modificados para uso militar;

Nota técnica - Para efeitos do ponto ML6 a., «veículos terrestres» abrange os reboques.

- b) Outros veículos terrestres e seus componentes, como se segue:

- 1) Veículos de tração total aptos para uso extra viário e fabricados ou equipados com materiais ou componentes que confirmem proteção balística de nível III ou superior (norma NIJ 0108.01, de setembro de 1985, ou norma nacional comparável).

- 2) Componentes com todas as seguintes características:

- a) Serem concebidos especificamente para os veículos especificados no ponto ML6.b.1.; e
 - b) Conferirem proteção balística de nível III ou superior (norma NIJ 0108.01, de setembro de 1985, ou norma nacional comparável).

N.B. – Ver também o ponto ML13.a.

Nota 1. – O ponto ML6.a. inclui:

- a) Carros de combate e outros veículos militares armados e veículos militares equipados com suportes de armas ou equipamento de colocação de minas ou de lançamento de munições referidos no ponto ML4;
- b) Veículos blindados;
- c) Veículos anfíbios e veículos aptos à travessia de águas profundas;
- d) Veículos de desempanagem e veículos de reboque ou transporte de sistemas de armas ou munições e equipamento conexo de movimentação de cargas.

Nota 2. – A modificação de um veículo terrestre para uso militar abrangido pelo ponto ML6.a. supõe uma alteração estrutural, elétrica ou mecânica, que inclua um ou mais componentes especialmente concebidos para uso militar. Esses componentes compreendem:

- a) Pneumáticos especialmente concebidos para serem à prova de bala;
- b) Proteção blindada das partes vitais (por exemplo, reservatórios de combustível ou cabinas);
- c) Reforços especiais ou suportes de armamento;
- d) Iluminação oculta.

Nota 3. – O ponto ML6 não abrange os veículos civis, ligeiros ou pesados, concebidos ou modificados para o transporte de dinheiro ou valores, que disponham de proteção blindada ou balística.

Nota 4. – O ponto ML6 não abrange os veículos que preencham as seguintes condições:

- a) Terem sido fabricados antes de 1946;
- b) Não possuírem elementos especificados na Lista Militar Comum da UE e terem sido fabricados depois de 1945, exceto no que se refere às reproduções de componentes ou acessórios originais desse veículo; e
- c) Não incluírem as armas especificadas nos pontos ML1, ML2 ou ML4, exceto se estiverem inoperacionais e forem incapazes de lançar um projétil.

ML7 – Agentes tóxicos químicos ou biológicos, «agentes antimitóticos», materiais radioativos, equipamento conexo, componentes e materiais a seguir indicados:

a) Agentes biológicos ou materiais radioativos «adaptados para fins militares», de modo a causar baixas em homens ou animais, danificar equipamento, causar danos a culturas ou ao ambiente;

b) Agentes de guerra química (agentes Q), incluindo;

1) Os seguintes agentes Q neurotóxicos:

1) Alquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) — fosfonofluoridatos de O-álquilo (igual ou inferior a C10, incluindo cicloalquilo), tais como:

Sarim (GB) metilfosfonofluoridato de O-isopropilo (CAS 107-44-8); e

Soman (GD): metilfosfonofluoridato de O-pinacolilo (CAS 96-64-0);

2) N,N-dialquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) fosforamidocianidatos de O-álquilo (igual ou inferior a C10, incluindo cicloalquilo), tais como:

Tabun(GA): N,N-dimetilfosforamidocianidato de O-etilo (CAS 77-81-6);

3) Alquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) fosfonotiolatos de O-álquilo (H ou igual ou inferior a C 10 , incluindo cicloalquilo) e de S-2-dialquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) aminoetilo e seus sais alquilados e protonados, tais como:

VX: metilfosfonotiolato de O-etilo e de S-2-diisopropilaminoetilo (CAS 50782-69-9);

2) Os agentes Q vesicantes:

a) Mostardas de enxofre, tais como:

1) Sulfureto de 2-cloroetilo e de clorometilo (CAS 2625-76-5);

2) Sulfureto de bis (2-cloroetilo) (CAS 505-60-2);

3) Bis (2-cloroetiltio) metano (CAS 63869-13-6);

4) 1,2-bis (2-cloroetiltio) etano (CAS 3563-36-8);

- 5) 1,3-bis (2-cloroetiltio)-n-propano (CAS 63905-10-2);
- 6) 1,4-bis (2-cloroetiltio)-n-butano (CAS 142868-93-7);
- 7) 1,5-bis (2-cloroetiltio)-n-pentano (CAS 142868-94-8);
- 8) Éter de bis (2-cloroetiltiométilo) (CAS 63918-90-1);
- 9) Éter de bis (2-cloroetiltioetilo) (CAS 63918-89-8);
- b) Lewisites, tais como:
 - 1) 2-clorovinildicloroarsina (CAS 541-25-3);
 - 2) Tris (2-clorovinil) arsina (CAS 40334-70-1);
 - 3) Bis (2-clorovinil) cloroarsina (CAS 40334-69-8);
- c) Mostardas de azoto, tais como:
 - 1) HN1: bis (2-cloroetil) etilamina (CAS 538-07-8);
 - 2) HN2: bis (2-cloroetil) metilamina (CAS 51-75-2);
 - 3) HN3: tris (2-cloroetil) amina (CAS 555-77-1);
- 3) Os seguintes agentes Q incapacitantes:
 - a) Benzilato de 3-quinuclidinilo (BZ) (CAS 6581-06-2);
- 4) Os seguintes agentes Q desfolhantes:
 - a) 2-Cloro-4-fluorofenoxiacetato de butilo (LNF);
 - b) Ácido 2,4,5-triclorofenoxiacético (CAS 93-76-5) misturado com ácido 2,4-diclorofenoxiacético (CAS 94-75-7) («agente laranja» (CAS 39277-47-9));
 - c) Precursores binários e precursores chave de agentes Q a seguir indicados:
 - 1) Difluoretos de alquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) fosfonilo, tais como:

DF: Difluoreto de metilfosfonilo (CAS 676-99-3);
 - 2) Alquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) fosfonitos de O-alquilo (H ou igual ou inferior a C10, incluindo cicloalquilo) e de O-2-dialquil (metil, etil, n-propil ou isopropil) aminoetilo e seus sais alquilados e protonados, tais como:

QL: Metilfosfonito de O-etilo e de O-2-diisopropilaminoetilo (CAS 57856-11-8);
 - 3) Clorosarin: metilfosfonocloridato de O-isopropilo (CAS 1445-76-7);
 - 4) Clorosoman: metilfosfonocloridato de O-pinacolilo (CAS 7040-57-5);
- d) «Agentes antimotim», substâncias químicas constituintes ativas e suas combinações, que incluem:
 - 1) α -Bromobenzeneacetonitrilo, (Cianeto de bromobenzilo) (CA) (CAS 5798-79-8);
 - 2) [(2-clorofenil)metileno] propanodinitrilo, (ortocloro benzilidenomalononitrilo) (CS) (CAS 2698-41-1);
 - 3) 2-cloro-1-feniletanona, Cloreto de fenilacilo (ω -cloroacetofenona) (CN) (CAS 532-27-4);
 - 4) Dibenzo-(b,f) -1,4-oxazefina (CR) (CAS 257-07-8);
 - 5) 10-cloro-5,10-dihidrofenarsazina, (Cloreto de fenarsazina), (Adamsita), (DM) (CAS 578-94-9);
 - 6) N-Nonanoilmorfolina, (MPA) (CAS 5299-64-9);

Nota 1. – O ponto ML7.d. não abrange os agentes «antimotim» embalados individualmente e utilizados para fins de autodefesa.

Nota 2. – O ponto ML7.d. não abrange substâncias químicas constituintes ativas e suas combinações identificadas e embaladas para fins de produção de alimentos ou médicos.

e) Equipamento especialmente concebido ou modificado para uso militar, concebido ou modificado para a disseminação de qualquer dos seguintes componentes, e especialmente concebidos para o mesmo:

- 1) Materiais ou agentes abrangidos pelos pontos ML7. a. ML7.b ou ML7d.; ou
- 2) Agentes Q fabricados com precursores abrangidos pelo ponto ML7.c.

f) Equipamentos de proteção e de descontaminação especialmente concebidos ou modificados para uso militar e misturas químicas como se segue:

- 1) Equipamento concebido ou modificado para a defesa contra os materiais abrangidos pelo ponto ML7.a. ML7.b. ou ML7. d, e componentes especialmente concebidos para o mesmo;
- 2) Equipamento concebido ou modificado para a descontaminação de objetos contaminados com materiais abrangidos pelo ponto ML7.a. ou ML7.b. e componentes especialmente concebidos para o mesmo;
- 3) Misturas químicas especialmente desenvolvidas ou formuladas para a descontaminação de objetos contaminados com materiais abrangidos pelo ponto ML7.a. ou ML7.b.;

Nota. – O ponto ML7.f.1. inclui:

- a) As unidades de ar condicionado especialmente concebidas ou modificadas para filtragem nuclear, biológica ou química;
- b) O vestuário de proteção.

N.B. – Para as máscaras antigas e para o equipamento de proteção e de descontaminação destinados a uso civil, ver também o ponto 1A004 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

g) Equipamento especialmente concebido ou modificado para uso militar, concebido ou modificado para a deteção ou identificação dos materiais abrangidos pelos pontos ML7.a., ML7.b. ou ML7.d. e componentes especialmente concebidos para o mesmo;

Nota. – O ponto ML7.g não abrange os dosímetros para controlo da radiação em pessoas.

N.B. – Ver também o ponto 1A004 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

h) «Biopolímeros» especialmente concebidos ou modificados para a deteção ou identificação de agentes Q abrangidos pelo ponto ML7.b. e culturas de células específicas usadas na sua produção;

i) «Biocatalisadores» para a descontaminação ou degradação de agentes Q, e sistemas biológicos para os mesmos, a seguir indicados:

1) «Biocatalisadores» especialmente concebidos para a descontaminação ou degradação de agentes Q abrangidos pelo ponto ML7.b., resultantes duma seleção laboratorial controlada ou da manipulação genética de sistemas biológicos;

2) Sistemas biológicos que contenham a informação genética específica para a produção de «biocatalisadores» abrangidos pelo ponto ML7.i.1., a seguir indicados:

- a) «Vetores de expressão»;
- b) Vírus;
- c) Culturas de células.

Nota 1. – Os pontos ML7.b. e ML7.d. não abrangem as seguintes substâncias:

- a) Cloreto de cianogénio (CAS 506-77-4). Ver o ponto 1C450.a.5. da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia;
- b) Ácido cianídrico (CAS 74-90-8);
- c) Cloro (CAS 7782-50-5);

d) Cloreto de carbonilo (fosgénio) (CAS 75-44-5). Ver o ponto 1C450. a.4. da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia;

e) Difosgénio (triclorometilcloroformato) (CAS 503-38-8);

f) Não se aplica desde 2004;

g) Brometo de xililo, orto: (CAS 89-92-9), meta: (CAS 620-13-3), para: (CAS 104-81-4);

h) Brometo de benzilo (CAS 100-39-0);

i) Iodeto de benzilo (CAS 620-05-3);

j) Bromoacetona (CAS 598-31-2);

k) Brometo de cianogénio (CAS 506-68-3);

l) Bromometiletilcetona (CAS 816-40-0);

m) Cloroacetona (CAS 78-95-5);

n) Iodoacetato de etilo (CAS 623-48-3);

o) Iodoacetona (CAS 3019-04-3);

p) Cloropicrina (CAS 76-06-2). Ver o ponto 1C450. a.7. da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia;

Nota 2. – As culturas de células e os sistemas biológicos referidos nos pontos ML7.h. e ML7.i.2. constituem matéria exclusiva desses pontos, que não abrangem as células nem os sistemas biológicos destinados a utilização civil, por exemplo no âmbito agrícola, farmacêutico, médico, veterinário, ambiental, da gestão de resíduos ou da indústria alimentar.

ML8 – «Materiais energéticos» e substâncias com eles relacionadas, a seguir indicados:

N.B.1 – Ver também ponto 1C011 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

N.B.2 – Para os artificios e cargas, ver pontos ML4 e 1A008 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

Notas técnicas

1) Para efeitos do ponto ML8, entende-se por «mistura» uma composição de duas ou mais substâncias em que pelo menos uma está incluída nos subpontos do ponto ML8.

2) Qualquer substância enumerada nos subpontos do ponto ML8 está abrangida pela presente lista, mesmo quando utilizada numa aplicação diferente da indicada (por exemplo, o TAGN é predominantemente utilizado como explosivo, mas pode também ser utilizado como combustível ou como oxidante).

a) «Explosivos» a seguir indicados e suas misturas:

1) ADNBF (aminodinitrobenzofuroxano ou 7-Amino- 4,6-dinitrobenzofurazano-1-óxido) (CAS 97096-78-1);

2) PCBN (perclorato de cis-bis (5-nitrotetrazolato) tetra-amina cobalto (III)) (CAS 117412-28-9);

3) CL-14 (diaminodinitrobenzofuroxano ou 5,7-diamino- 4,6-dinitrobenzofurazano-1-óxido) (CAS 117907-74-1);

4) CL-20 (HNIW ou hexanitrohexaazaisowurtzitano) (CAS 135285-90-4); clatratos de CL-20 (ver também os pontos ML8.g.3. e ML8 g.4. para os seus «precursores»);

5) Perclorato de 2-(5-cianotetrazolato) penta-amina cobalto (III) (CAS 70247-32-4);

6) DADE (1,1-diamino-2,2-dinitroetileno, FOX7) (CAS 145250-81-3);

7) DATB (diaminotrinitrobenzeno) (CAS 1630-08-6);

8) DDFP (1,4-dinitrodifurazanopiperazina);

9) DDPO (2,6-diamino-3,5-dinitropirazina-1-óxido, PZO) (CAS 194486-77-6);

10) DIPAM (3,3'-diamino-2,2',4,4',6,6'-hexanitrobifenilo ou dipicramida) (CAS 17215-44-0);

11) DNGU (DINGU ou dinitroglicolurilo) (CAS 55510-04-8);

12) Furazanos, como se segue:

a) DAAOF (diaminoazoxifurazano);

b) DAAZF (diaminoazofurazano) (CAS 78644-90-3);

13) HMX e seus derivados (ver também o ponto ML8.g.5. para os seus «precursores»), como se segue:

a) HMX (ciclotetrametilenotetranitramina, octa-hidro-1,3,5,7-tetranitro-1,3,5,7-tetrazina, 1,3,5,7 tetranitro-1,3,5,7-tetrazo-ciclooctano, octogénio ou octogene) (CAS 2691-41-0);

b) Análogos difluoroaminados de HMX;

c) K-55 (2,4,6,8-tetranitro-2,4,6,8-tetraazabicyclo[3,3,0]-octanona-3, tetranitrosemiglicoril, ou ceto-biciclo HMX) (CAS 130256-72-3);

14) HNAD (hexanitroadamantano) (CAS 143850-71-9);

15) HNS (hexanitroestilbeno) (CAS 20062-22-0);

16) Imidazóis, como se segue:

a) BNNII [Octahidro-2,5-bis(nitroimino)imidazo[4,5-d]imidazol];

b) DNI (2,4-dinitroimidazol) (CAS 5213-49-0);

c) FDIA (1-fluoro-2,4-dinitroimidazol);

d) NTDNIA (N-(2-nitrotriazol)-2,4-dinitroimidazol);

e) PTIA (1-picril-2,4,5-trinitroimidazol);

17) NTNMH (1-(2-nitrotriazol)-2-dinitrometileno hidrazina);

18) NTO (ONTA ou 3-nitro-1,2,4-triazol-5-ona) (CAS 932-64-9);

19) Polinitrocubanos com mais de quatro grupos nitro;

20) PYX (2,6-bis(picrilamino)-3,5-dinitropiridina) (CAS 38082-89-2);

21) RDX e seus derivados, como se segue:

a) RDX (ciclotrimetilenotrinitramina, ciclonite, T4, hexahidro-1,3,5-trinitro-1,3,5-triazina, 1,3,5-trinitro-1,3,5-triaza-ciclohexano, hexogénio ou hexogene) (CAS 121-82-4);

b) Ceto-RDX (K-6 ou 2,4,6-trinitro-2,4,6-triaza-ciclohexanona) (CAS 115029-35-1);

22) TAGN (nitrato de triaminoguanidina) (CAS 4000-16-2);

23) TATB (triaminotrinitrobenzeno) (CAS 3058-38-6) (ver também o ponto ML8.g.7. para os seus «precursores »);

24) TEDDZ (3,3,7,7-tetrabis(difluoroamino)octa-hidro-1,5-dinitro-1,5-diazocina);

25) Tetrazóis, como se segue:

a) NTAT (nitrotriazolaminotetrazol);

b) NTNT (1-N-(2-nitrotriazol)-4-nitrotetrazol);

26) Tetrilo (trinitrofenilmetilnitramina) (CAS 479-45-8);

27) TNAD (1,4,5,8-tetranitro-1,4,5,8-tetraazadecalina) (CAS 135877-16-6); (ver também o ponto ML8.g.6. para os seus «precursores»);

28) TNAZ (1,3,3-trinitroazetidina) (CAS 97645-24-4); (ver também o ponto ML8.g.2. para os seus «precursores»);

29) TNGU (SORGUYL ou tetranitroglicolurilo) (CAS 55510-03-7);

30) TNP (1,4,5,8-tetranitro-piridazino[4,5-d]piridazina) (CAS 229176-04-9);

31) Triazinas, como se segue:

a) DNAM (2-oxi-4,6-dinitroamino-s-triazina) (CAS 19899-80-0);

b) NNHT (2-nitroimino-5-nitro-hexahidro-1,3,5-triazina) (CAS 130400-13-4);

32) Triazóis, como se segue:

a) 5-azido-2-nitrotriazol;

b) ADHTDN (4-amino-3,5-dihidrazino-1,2,4-triazol dinitramida) (CAS 1614-08-0);

c) ADNT (1-amino-3,5-dinitro-1,2,4-triazol);

d) BDNTA ([bis-dinitrotriazol]amina);

e) DBT (3,3'-dinitro-5,5-bi-1,2,4-triazol) (CAS 30003-46-4);

f) DNBT (dinitrobistriazol) (CAS 70890-46-9);

- g) Não se aplica desde 2010;
- h) NTDNT (1-N-(2-nitrotriazol) 3,5-dinitrotriazol);
- i) PDNT (1-picril-3,5-dinitrotriazol);
- j) TACOT (tetranitrobenzotriazolbenzotriazol) (CAS 25243-36-1);

33) Explosivos não enumerados noutra subponto do ponto ML8.a. e que tenham qualquer uma das seguintes características:

- a) Uma velocidade de detonação superior a 8 700 m/s à densidade máxima, ou
- b) Uma pressão de detonação superior a 34 GPa (340 kbar);

34) Explosivos orgânicos não enumerados noutra subponto do ponto ML8.a. e que tenham todas as seguintes características:

- a) Produzam pressões de detonação iguais ou superiores a 25 GPa (250 kbar) e
- b) Permaneçam estáveis a temperaturas iguais ou superiores a 523 K (250° C) por períodos iguais ou superiores a 5 minutos;

b) «Propergóis» como se segue:

1) Qualquer «propergol» sólido da classe 1.1 UN com um impulso específico teórico (em condições padrão) superior a 250 segundos para as composições não metalizadas, ou a 270 segundos para as composições aluminizadas;

2) Qualquer «propergol» sólido da classe 1,3 UN com um impulso específico teórico (em condições padrão) superior a 230 segundos para as composições não halogenadas, a 250 segundos para as composições não metalizadas e a 266 segundos para as composições metalizadas;

3) «Propergóis» com uma constante de força superior a 1 200 kJ/kg;

4) «Propergóis» que possam manter uma velocidade de combustão linear estável superior a 38 mm/s em condições padrão (medida sob a forma de um fio único inibido) de pressão – 6,89 MPa (68,9 bar) – e temperatura – 294 K (21° C);

5) «Propergóis» vazados de base dupla modificados com elastómeros (EMCBD) com extensibilidade sob tensão máxima superior a 5 % a 233 K (-40° C);

6) Qualquer «propergol» que contenha substâncias referidas no ponto ML8.a.

7) «Propergóis» que não estejam especificados noutra pauta da Lista Militar Comum da UE, destinados especialmente a uso militar;

c) «Produtos pirotécnicos», combustíveis e substâncias com eles relacionadas a seguir indicados, e suas misturas:

1) Combustíveis para aeronaves especialmente formulados para fins militares;

2) Alano (hidreto de alumínio) (CAS 7784-21-6);

3) Carboranos; decaborano (CAS 17702-41-9); pentaboranos (CAS 19624-22-7 e 18433-84-6) e seus derivados;

4) Hidrazina e seus derivados, como se segue (ver também os pontos ML8.d.8. e ML8.d.9. para os derivados oxidantes da hidrazina):

a) Hidrazina (CAS 302-01-2) em concentrações iguais ou superiores a 70 %;

b) Monometil hidrazina (CAS 60-34-4);

c) Dimetil hidrazina simétrica (CAS 540-73-8);

d) Dimetil hidrazina assimétrica (CAS 57-14-7);

5) Combustíveis metálicos constituídos por partículas esféricas, atomizadas, esferoidais, em flocos ou trituradas, fabricados com materiais que contenham 99 % ou mais de qualquer dos seguintes componentes:

a) Metais, como se segue, e suas misturas:

1) Berílio (CAS 7440-41-7) de granulometria inferior a 60 µm;

2) Pó de ferro (CAS 7439-89-6) de granulometria igual ou inferior a 3 µm, produzido por redução do óxido de ferro com hidrogénio;

b) Misturas que contenham um dos seguintes componentes:

1) Zircónico (CAS 7440-67-7), magnésio (CAS 7439-95-4) ou suas ligas de granulometria inferior a 60 µm; ou

2) Combustíveis de boro (CAS 7440-42-8) ou carboneto de boro (CAS 12069-32-8) com um grau de pureza igual ou superior a 85 % e de granulometria inferior a 60 µm;

6) Materiais militares que contenham gelificantes para combustíveis hidrocarbonados especialmente formulados para emprego em lança-chamas ou em munições incendiárias, tais como estearatos ou palmatos metálicos (por exemplo, Octol (CAS 637-12-7)) e gelificantes M1, M2 e M3;

7) Percloratos, cloratos e cromatos compostos com pós metálicos ou outros componentes combustíveis altamente energéticos;

8) Pó esférico de alumínio (CAS 7429-90-5), de granulometria igual ou inferior a 60 µm, fabricado com materiais que contenham 99 % de alumínio ou mais;

9) Subhidreto de titânio (TiH_n) de estequiometria equivalente a n = 0,65-1,68.

Nota 1. – Os combustíveis para aeronaves abrangidos pelo ponto ML8.c.1. são os produtos acabados e não os seus constituintes.

Nota 2. – O ponto ML8.c.4.a. não abrange as misturas de hidrazina especialmente formuladas para fins de controlo da corrosão.

Nota 3. – O ponto ML8.c.5. abrange os explosivos e combustíveis, quer os metais ou ligas se encontrem ou não encapsulados em alumínio, magnésio, zircónio ou berílio.

Nota 4. – O ponto ML8.c.5.b.2. não abrange o boro e o carboneto de boro enriquecidos com boro 10 (teor total de boro 10 igual ou superior a 20 %).

Nota 5. – O ponto ML8.c.5.b. só se aplica aos combustíveis metálicos sob a forma de partículas quando misturados com outras substâncias para formar uma mistura concebida para fins militares, tal como lamas de propulsores líquidos, propulsores sólidos ou misturas pirotécnicas.

d) Oxidantes a seguir indicados e suas misturas:

1) ADN (dinitroamida de amónio ou SR 12) (CAS 140456-78-6);

2) AP (perclorato de amónio) (CAS 7790-98-9);

3) Compostos de flúor e um ou mais dos seguintes elementos:

a) Outros halogéneos;

b) Oxigénio; ou

c) Azoto;

Nota 1. – O ponto ML8.d.3 não abrange o trifluoreto de cloro (CAS 7790-91-2).

Nota 2. – O ponto ML8.d.3 não abrange o trifluoreto de azoto (CAS 7783-54-2) no estado gasoso.

4) DNAD (1,3-dinitro-1,3-diazetidina) (CAS 78246-06-7);

5) HAN (nitrato de hidroxilamónio) (CAS 13465-08-2);

6) HAP (perclorato de hidroxilamónio) (CAS 15588-62-2);

7) HNF (nitroformato de hidrazínio) (CAS 20773-28-8);

8) Nitrato de hidrazina (CAS 37836-27-4);

9) Perclorato de hidrazina (CAS 27978-54-7);

10) Oxidantes líquidos, constituídos por ou que contenham ácido nítrico fumante inibido (IRFNA) (CAS 8007-58 -7);

Nota. O ponto ML8.d.10 não abrange o ácido nítrico fumante não inibido.

e) Agentes ligantes, plastizantes, monómeros e polímeros, como se segue:

1) AMMO (azidometilmetiloxetano e seus polímeros) (CAS 90683-29-7) (ver também o ponto ML8.g.1. para os seus «precursores»);

2) BAMO (bis-azidometiloxetano e seus polímeros) (CAS 17607-20-4) (ver também o ponto ML8.g.1. para os seus «precursores»);

- 3) BDNPA (bis (2,2-dinitropropil) acetal) (CAS 5108-69-0);
 - 4) BDNPF (bis (2,2-dinitropropil) formal) (CAS 5917-61-3);
 - 5) BTTN (trinitrato de butanotriol) (CAS 6659-60-5) (ver também o ponto ML8.g.8. para os seus «precursores»);
 - 6) Monómeros energéticos, plastizantes ou polímeros, especialmente concebidos para uso militar; contendo qualquer um dos seguintes grupos:
 - a) Grupos nitro;
 - b) Grupos azida;
 - c) Grupos nitrato;
 - d) Grupos nitraza; ou
 - e) Grupos difluoroamino;
 - 7) FAMA0 (3-difluoroaminometil-3-azidometil oxetano) e seus polímeros;
 - 8) FEFO (bis-(2-fluor-2,2-dinitroetil) formal) (CAS 17003-79-1);
 - 9) FPF-1 (poli-2,2,3,3,4,4-hexafluoropentano-1,5-diol formal) (CAS 376-90-9);
 - 10) FPF-3 (poli-2,4,4,5,5,6,6-heptafluor-2-tri-fluormetil-3-oxaheptano-1,7-diol formal);
 - 11) GAP (polímero de glicidilazida) (CAS 143178-24-9) e seus derivados;
 - 12) PHBT (polibutadieno com um grupo hidroxil terminal) tendo uma funcionalidade hidroxil igual ou superior a 2,2 e inferior ou igual a 2,4, um valor hidroxil inferior a 0,77 meq/g, e uma viscosidade a 30 °C inferior a 47 poise (CAS 69102-90-5);
 - 13) Poli(epiclorohidrina) com a função álcool de peso molecular inferior a 10 000, como se segue:
 - a) Poli(epiclorohidrinadiol);
 - b) Poli(epiclorohidrinatriol);
 - 14) NENA (compostos de nitratoetilnitramina) (CAS 17096-47-8, 85068-73-1, 82486-83-7, 82486-82-6 e 85954-06-9);
 - 15) PGN (poly-GLYN, poliglicidilnitrato ou poli(nitratometiloxirano) (CAS 27814-48-8);
 - 16) PGN (poly-GLYN, poliglicidilnitrato ou poli(nitratometiloxirano) (CAS 27814-48-8);
 - 17) Polinitro-ortocarbonatos;
 - 18) TVOPA (1,2,3-tris[1,2-bis(difluoroamino)etoxi]propano ou aduto de tris vinóxi-propano) (CAS 53159-39-0).
- f) «Aditivos», como se segue:
- 1) Salicilato básico de cobre (CAS 62320-94-9);
 - 2) BHEGA (bis-(2-hidroxietil) glicolamida) (CAS 17409-41-5);
 - 3) BNO (nitrilóxido de butadieno);
 - 4) Derivados do ferroceno, como se segue:
 - a) Butaceno (CAS 125856-62-4);
 - b) Catoceno (2,2-bis-etilferrocenil propano) (CAS 37206-42-1);
 - c) Ácidos ferrocenocarboxílicos incluindo:
Ácido ferrocenocarboxílico CAS 1271-42-7), ácido 1,1'-ferrocenodicarboxílico (CAS 1293-87-4);
 - d) n-butil-ferroceno (CAS 31904-29-7);
 - e) Outros derivados poliméricos do ferroceno obtidos por adição;
 - 5) Beta resorcilato de chumbo (CAS 20936-32-7);
 - 6) Citrato de chumbo (CAS 14450-60-3);
 - 7) Quelatos de chumbo e de cobre a partir do ácidoresorcílico ou salicílico (CAS 68411-07-4);
 - 8) Maleato de chumbo (CAS 19136-34-6);
 - 9) Salicilato de chumbo (CAS 15748-73-9);
 - 10) Estanato de chumbo (CAS 12036-31-6);

11) MAPO (óxido de fosfina tris-1-(2-metil) aziridinil) (CAS 57-39-6); BOBBA 8 (óxido de fosfina bis (2-metil aziridinil) 2-(2-hidroxiopropanoxi) propilamino); e outros derivados do MAPO;

12) Metil BAPO (óxido de fosfina bis(2-metil aziridinil) metilamino) (CAS 85068-72-0);

13) N-metil-p-nitroanilina (CAS 100-15-2);

14) 3-nitrazo-1,5-pentano diisocianato (CAS 7406-61-9);

15) Agentes de ligação organo metálicos, como se segue:

a) Neopentil [dialil] oxi, tri [dioctil] fosfato titanato (CAS 103850-22-2); também designado por titânio IV, 2,2[bis 2-propenolato-metil, butanolato, tris (dioctil) fosfato] (CAS 110438-25-0); ou LICA 12 (CAS 103850-22-2);

b) Titânio IV, [(2-propenolato-1) metil, n-propanolatometil] butanolato-1, tris[dioctil]pirofosfato ou KR3538;

c) Titânio IV, [(2-propenolato-1) metil, n-propanolatometil] butanolato-1, tris(dioctil)fosfato;

16) Policianodifluoroaminoetilenóxido;

17) Amidas de aziridina polivalentes com estruturas de reforço isoftálicas, trimésicas (BITA ou butileno iminatrimésamida) isocianúricas ou trimetiladípicas e substituições de 2-metil ou 2-etil no anel de aziridina;

18) Propilenoimina (2-metilaziridina) (CAS 75-55-8);

19) Óxido férrico superfino (Fe₂O₃) (CAS 1317-60-8) com uma superfície específica superior a 250 m²/g e uma dimensão particular média igual ou inferior a 3.0 nm;

20) TEPAN (tetraetilenopentaaminaacrilonitrilo) (CAS 68412-45-3); cianoetil poliaminas e seus sais;

21) TEPANOL (tetraetilenopentaaminaacrilonitrilglicidol) (CAS 68412-46-4); cianoetil poliaminas com glicidol e seus sais;

22) TPB (trifenil bismuto) (CAS 603-33-8);

f) «Precursores» como se segue:

N.B. – O ponto ML8.g. refere-se aos «materiais energéticos» abrangidos fabricados a partir das substâncias indicadas.

1) BCMO (bis-clorometiloxetano) (CAS 142173-26-0); (ver também os pontos ML8.e.1 e ML8.e.2.);

2) Sal de t-butil-dinitroazetidina (CAS 125735-38-8) (ver também o ponto ML8.a.28.);

3) HBIW (hexabenzilhexaazaisowurtzitano) (CAS 124782-15-6) (ver também o ponto ML8.a.4.);

4) TAIW (tetraacetildibenzilhexaazaisowurtzitano) (ver também o ponto ML8.a.4.); (CAS 182763-60-6);

5) TAT (1,3,5,7 tetraacetil-1,3,5,7,-tetraaza ciclo-octano (CAS 41378-98-7); (ver também o ponto ML8.a.13.);

6) 1,4,5,8 tetraazedecalina (CAS 5409-42-7) (ver também o ponto ML8.a.27.);

7) 1,3,5-triclorobenzeno (CAS 108-70-3) (ver também o ponto ML8.a.23.);

8) 1,2,4-trihidroxiutano (1,2,4-butanotriol) (CAS 3068-00-6) (ver também o ponto ML8.e.5.).

Nota 5. – Não se aplica desde 2009.

Nota 6. – O ponto ML8 não abrange as seguintes substâncias, a não ser quando compostas ou misturadas com «materiais energéticos» mencionados no ponto ML8.a. ou pós metálicos referidos no ponto ML8.c.:

a) Pierato de amónio (CAS 131-74-8);

b) Pólvora negra;

c) Hexanitrodifenilamina (CAS 131-73-7);

d) Difluoroamina (CAS 10405-27-3);

e) Nitroamido (CAS 9056-38-6);

f) Nitrato de potássio (CAS 7757-79-1);

g) Tetranitronaftaleno;

h) Trinitroanisol;
i) Trinitronaftaleno;
j) Trinitroxileno;
k) N-pirrolidinona; 1-metil-2-pirrolidinona (CAS 872-50-4);
l) Dioctilmaleato (CAS 142-16-5);
m) Etilhexilacrilato (CAS 103-11-7);
n) Trietil-alumínio (TEA) (CAS 97-93-8), trimetil-alumínio (TMA) (CAS 75-24-1) e outros metais pirofóricos alquilos e arilos de lítio, sódio, magnésio, zinco ou boro;
o) Nitrocelulose (CAS 9004-70-0);
p) Nitroglicerina (ou gliceroltrinitrato, trinitroglicerina) (NG) (CAS 55-63-0);
q) 2,4,6-trinitrotolueno (TNT) (CAS 118-96-7);
r) Dinitrato de etilenodiamina (EDDN) (CAS 20829-66-7);
s) Tetranitrato de pentaeritritol (PETN) (CAS 78-11-5);
t) Azida de chumbo (CAS 13424-46-9), estifnato de chumbo normal (CAS 15245-44-0) e estifnato de chumbo básico (CAS 12403-82-6), e explosivos primários ou composições iniciadoras que contenham azidas ou complexos de azida;
u) Dinitrato de trietilenoglicol (TEGDN) (CAS 111-22-8);
v) 2,4,6-trinitroresorcinol (ácido estífnico) (CAS 82-71-3);
w) Dietildifenilureia (CAS 85-98-3); dimetildifenilureia (CAS 611-92-7); metiletildifenil ureia [Centralites];
x) N,N-difenilureia (difenilureia assimétrica) (CAS 603-54-3);
y) Metil-N,N-difenilureia (metildifenilureia assimétrica); (CAS 13114-72-2);
z) Etil-N,N-difenilureia (etildifenilureia assimétrica); (CAS 64544--71-4);
aa) 2-nitrodifenilamina (2-NDPA) (CAS 119-75-5);
bb) 4-nitrodifenilamina (4-NDPA) (CAS 836-30-6);
cc) 2,2-dinitropropanol (CAS 918-52-5);
dd) Nitroguanidina (CAS 556-88-7) (ver o ponto 1C011.d. da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da UE;

Nota 7. – O ponto ML8. não se aplica ao perclorato de amónio (ML8.d.2.) e ao NTO (ML8.a.18.), especialmente configurações e formulados para dispositivos de produção de gás para uso civil e que preencham todos os seguintes critérios:

- a)* Compostos ou misturados, com agentes ligantes ou plastizantes termoendurecidos não ativos;
- b)* Que tenham um máximo de 80% de perclorato de amónio (ML8. d.2.) na sua massa de material ativo;
- c)* Que tenham no máximo 4 g de NTO (ML8.a. 18.); e
- d)* Que tenham uma massa individual inferior a 250 g.

ML9 – Navios de guerra (de superfície ou submarinos), equipamento naval especializado, acessórios, componentes e outros navios de superfície, como se segue:

N.B. – Para os indicadores de rumo e equipamentos de navegação, ver ponto ML11.

a) Navios e componentes, como se segue:

1) Navios (de superfície ou submarinos) especialmente concebidos ou modificados para fins militares, independentemente do seu estado atual de reparação ou operação, quer disponham ou não de sistemas de lançamento de armas ou blindagem, bem como cascos ou partes de cascos para tais navios, e seus componentes especialmente concebidos para uso militar;

2) Navios de superfície para além dos especificados em ML9.a.1., com um dos seguintes elementos fixados ou integrados no navio:

a) Armas automáticas de calibre igual ou superior a 12,7 mm especificadas em ML1., ou armas especificadas em ML2., ML4., ML12. ou ML19., ou «suportes» ou pontos de fixação para essas armas;

Nota técnica - «Suportes» dizem respeito a suportes para armas ou ao reforço da estrutura para fins de fixação de armas.

b) Sistemas de combate a incêndios especificados em ML5.;

c) Dotados de todas as seguintes características:

- 1) «Proteção contra agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN)»; e
- 2) Sistema «Pre-wetorwashdown» concebido para fins de descontaminação; ou

Notas técnicas

1) «Proteção contra agentes QBRN» é um espaço interior autónomo que contém elementos como sistemas de sobre pressurização, isolamento ou ventilação, aberturas de ventilação limitadas com filtros QBRN e pontos de acesso reservado que incorporam trincos pneumáticos.

2) «Sistema Pre-wetorwashdown» é um sistema de aspersão com água do mar capaz de molhar simultaneamente a superestrutura externa e os conveses de um navio.

d) Sistemas ativos anti-armas especificados em ML4.b., ML5.c. ou ML11.a. com uma das seguintes características:

- 1) «Proteção contra agentes QBRN»;
- 2) Casco e superestrutura, especialmente concebidos para reduzir a secção transversal dos radares;
- 3) Dispositivos de redução da assinatura térmica (como um sistema de arrefecimento dos gases de escape), excluindo os especialmente concebidos para aumentar a eficiência global das centrais elétricas ou diminuir o impacto ambiental; ou
- 4) Um sistema de desmagnetização concebido para reduzir a assinatura magnética de todo o navio;

b) Motores e sistemas de propulsão, como se segue, especialmente concebidos para uso militar e seus componentes, especialmente concebidos para uso militar:

1) Motores diesel especialmente concebidos para submarinos e com todas as seguintes características:

- a) Potência igual ou superior a 1,12 MW (1 500 CV); e
- b) Velocidade de rotação igual ou superior a 700 rpm;

2) Motores elétricos especialmente concebidos para submarinos que possuam todas as seguintes características:

- a) Potência superior a 0,75 MW (1 000 CV);
- b) Inversão rápida;
- c) Arrefecimento por líquido; e
- d) Totalmente fechados;

3) Motores diesel não magnéticos que possuam todas as seguintes características:

- a) potência igual ou superior a 37,3 KW (50 CV); e
- b) massa de material não magnético superior a 75 % do total da sua massa;

4) Sistemas «de propulsão independente do ar atmosférico» (AIP) especialmente concebidos para submarinos;

Nota técnica - «Propulsão independente do ar» atmosférico (AIP) permite que um submarino submerso faça funcionar o seu sistema de propulsão sem acesso ao oxigénio atmosférico durante mais tempo do que, sem ele, permitiriam os acumuladores. Para efeitos do ponto ML9. b.4., a AIP não inclui a energia nuclear.

c) Dispositivos de deteção submarina especialmente concebidos para uso militar sem sistemas de comando e componentes especialmente concebidos para uso militar;

d) Redes de proteção contra submarinos e contra torpedos especialmente concebidas para uso militar;

e) Não se aplica desde 2003;

f) Passagens de casco e conectores especialmente concebidos para uso militar que permitam a interação com equipamentos externos ao navio e seus componentes especialmente concebidos para uso militar;

Nota. – O ponto ML9.f. inclui conectores para navios de tipo condutor simples ou múltiplos coaxial ou de guias de ondas e passagens de casco para navios, que sejam ambos estanques e que mantenham as características exigidas a profundidades superiores a 100 metros; e conectores de fibras óticas e passagens de casco óticos especialmente concebidos para a transmissão de raios «laser», independentemente da profundidade. O ponto ML9.f. não abrange as passagens de casco ordinárias para o veio propulsor e para o veio de comando hidrodinâmico.

g) Chumaceiras silenciosas com uma das seguintes características, seus componentes e equipamentos que contenham essas chumaceiras, especialmente concebidos para uso militar:

- 1) Suspensão magnética ou pneumática;
- 2) Comandos ativos de assinatura; ou
- 3) Comandos de supressão de vibrações.

ML10 – «Aeronaves», «veículos mais leves que o ar», veículos aéreos não tripulados «(UAV)», motores aeronáuticos e equipamento para «aeronaves», componentes e equipamentos associados, especialmente concebidos ou modificados para uso militar

N.B. – Para os indicadores de rumo e equipamentos de navegação, ver ponto ML11.

a) «Aeronaves» tripuladas e «veículos mais leves que o ar», e componentes especificamente concebidos para os mesmos;

b) Não se aplica desde 2011;

c) Aeronaves não tripuladas e equipamento afim, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

- 1) «UAV», aeronaves teleguiadas (RPV), veículos autónomos programáveis e «veículos mais leves que o ar»;
- 2) Lançadores, equipamento de desempanagem e equipamento de apoio no solo;
- 3) Equipamento concebido para comando ou controlo;

d) Motores aeronáuticos de propulsão e respetivos componentes especialmente concebidos para os mesmos;

e) Equipamentos aerotransportados, incluindo equipamento de reabastecimento aéreo, especialmente concebidos para uso em «aeronaves» especificados no ponto ML10.a. ou para motores aeronáuticos especificados no ponto ML10.d. e componentes especialmente concebidos *para os mesmos*;

f) Unidades de reabastecimento à pressão, equipamentos de reabastecimento à pressão, equipamento especialmente concebido para facilitar as operações em áreas confinadas e equipamento de apoio no solo, especialmente concebidos para «aeronaves» especificadas no ponto ML10.a. ou para motores aeronáuticos especificados no ponto ML10.d;

g) Capacetes de voo e máscaras de oxigénio militares e componentes especialmente concebidos para os mesmos, equipamento de respiração pressurizado e fatos parcialmente pressurizados para uso em «aeronaves», fatos anti-g, conversores de oxigénio líquido usados em «aeronaves» ou mísseis e ainda catapultas e equipamentos acionados por cartucho para a ejeção de emergência do pessoal das «aeronaves»;

h) Paraquedas, paraquedas planadores e equipamento afim, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

- 1) Paraquedas não especificados noutros pontos da Lista Militar Comum da União Europeia;
- 2) Paraquedas planadores;
- 3) Equipamentos especialmente concebidos para paraquedistas de grande altitude (por exemplo, fatos, capacetes especiais, sistemas de respiração, equipamentos de navegação);

i) Equipamento com abertura controlada, ou sistemas de pilotagem automática, concebidos para cargas largadas por paraquedas.

Nota 1. – O ponto ML10.a. não abrange as «aeronaves» os «veículos mais leves que o ar» ou suas variantes especialmente concebidas para uso militar, com todas as seguintes características:

- a) Não serem uma aeronave de combate
- b) Não estarem configuradas para uso militar nem dotadas de equipamento ou suportes especialmente concebidos ou modificados para uso militar; e
- c) Estarem certificadas para utilização civil pelas autoridades da aviação civil de um Estado-Membro ou de um país membro do Acordo de Wassenaar.

Nota 2. – O ponto ML10.d. não inclui:

- a) Os motores aeronáuticos concebidos ou modificados para uso militar que tenham sido certificados para utilização em «aeronaves civis» pelas autoridades da aviação civil de um Estado-Membro ou de um país membro do Acordo de Wassenaar, nem os componentes especialmente concebidos para os mesmos;
- b) Os motores alternativos e os componentes especialmente concebidos para os mesmos, com exceção dos especialmente concebidos para «UAV».

Nota 3. – Para efeitos dos pontos ML10.a e ML10.d, os componentes especialmente concebidos e o material afim para «aeronaves» ou motores aeronáuticos não militares modificados para uso militar, apenas se aplicam aos componentes militares e ao material militar necessários à modificação para uso militar.

Nota 4. – Para efeitos do ponto ML10.a., o uso militar inclui: combate, reconhecimento militar, ataque, instrução militar, apoio logístico, transporte e largada por paraquedas de tropas ou de material militar.

Nota 5. – O ponto ML10.a não abrange as «aeronaves» que possuam todas as seguintes características:

- a) Terem sido fabricadas antes de 1946;
- b) Não incorporarem elementos especificados na Lista Militar Comum da UE, a não ser que esses elementos sejam necessários para responder a normas de segurança ou de aeronavegabilidade de um Estado-Membro ou de um país membro do Acordo de Wassenaar; e
- c) Não incorporarem armas especificadas na Lista Militar Comum da UE, a não ser que estejam inoperacionais e não possam voltar a ficar operacionais

ML11 – Equipamento eletrónico não incluído noutros pontos da Lista Militar Comum da União Europeia, como se segue, e componentes especialmente concebidos para o mesmo

- a) Equipamento eletrónico especialmente concebido para uso militar;

Nota. – O ponto ML11.a. inclui:

- a) Os equipamentos de contramedidas e de contra contramedidas eletrónicas (isto é, equipamentos concebidos para introduzir sinais estranhos ou erróneos nos recetores de radar ou nos equipamentos de comunicação ou de outro modo entravar a receção, o funcionamento ou a eficácia dos recetores eletrónicos do inimigo, incluindo os seus equipamentos de contramedidas), incluindo equipamentos de empastelamento e de contra empastelamento;
- b) Válvulas com agilidade de frequência;
- c) Os sistemas eletrónicos ou equipamentos concebidos quer para ações de vigilância e monitorização do espetro eletromagnético para fins de segurança ou de informação militar, quer para contrariar essas ações;
- d) Os equipamentos para contra-medidas submarinas, incluindo empastelamento acústico e magnético e os engodos, concebidos para introduzir sinais estranhos ou erróneos nos recetores de sonares;
- e) Equipamentos de segurança para processamento de dados, equipamentos de segurança de dados e equipamentos de segurança para transmissão e sinalização por linha, usando processos de cifra;
- f) Os equipamentos de identificação, autenticação e introdução de chaves, bem como os equipamentos de gestão, fabrico e distribuição de chaves;
- g) Os equipamentos de orientação e de navegação;
- h) Equipamento de transmissão de comunicações por difusão troposférica;
- i) Desmoduladores digitais especialmente concebidos para informações sobre transmissões;
- j) Sistemas automatizados de comando e controlo.

N.B. – Para o «software» associado aos sistemas rádio definidos por «software» para uso militar, ver ponto ML21.

b) Equipamento de empastelamento dos Sistemas Globais de Navegação por Satélite (GNSS).

ML12 – Sistemas de armas de energia cinética de alta velocidade e equipamento associado, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

a) Sistemas de armas de energia cinética especialmente concebidos para a destruição de um alvo ou o abortamento da missão;

b) Instalações especialmente concebidas para ensaio e avaliação, e modelos de ensaio, incluindo instrumentos de diagnóstico e alvos, para o ensaio dinâmico de projéteis e sistemas de energia cinética.

N.B. – Para sistemas de armas que utilizem munições de pequeno calibre ou empreguem apenas propulsão química e suas munições, ver pontos ML1 a ML4.

Nota 1. – O ponto ML12 inclui os seguintes equipamentos quando especialmente concebidos para sistemas de armas de energia cinética:

a) Lançadores de propulsão capazes de acelerar massas superiores a 0,1 gramas para velocidades acima de 1,6 km/s, em modo de tiro simples ou rápido;

b) Equipamentos de geração de potência primária, de blindagem elétrica, de armazenamento de energia, de gestão térmica, de condicionamento de potência, de comutação ou de manuseamento de combustível; interfaces elétricas entre a alimentação de energia, o canhão e as outras funções de comando elétrico da torre;

c) Sistemas de aquisição e de seguimento de alvos, de direção de tiro e de avaliação de danos;

d) Sistemas de alinhamento, orientação ou redirecionamento (aceleração lateral) da propulsão dos projéteis.

Nota 2. – O ponto ML12 abrange os sistemas que usem qualquer um dos seguintes métodos de propulsão:

a) Eletromagnético;

b) Eletrotérmico;

c) Plasma;

d) Gás leve; ou

e) Químico (quando usado em combinação com qualquer um dos métodos supra).

ML13 – Equipamento blindado ou de proteção, construções e seus componentes, como se segue:

a) Chapa blindada com qualquer uma das seguintes características:

1) Fabricada segundo uma norma ou especificação militar; ou

2) Adequada para uso militar;

N.B. – Para a chapa nos fatos blindados, ver ML13.d.2.

b) Construções de materiais metálicos ou não metálicos ou suas combinações, especialmente concebidas para proporcionar proteção balística a sistemas militares, e componentes especialmente concebidos para as mesmas;

c) Capacetes fabricados segundo normas ou especificações militares, ou normas nacionais equivalentes, e componentes especialmente concebidos para os mesmos (isto é, o invólucro, o forro e as almofadas de proteção);

d) Fatos blindados ou vestuário de proteção e respetivos componentes, como se segue:

1) Fatos blindados ou vestuário de proteção ligeiros fabricados segundo normas ou especificações militares, ou equivalentes, e componentes especialmente concebidos para os mesmos.

Nota. – Para efeitos do ponto ML13.d.1, nas normas ou especificações militares incluem-se, pelo menos, especificações referentes à proteção contra a fragmentação.

2) As chapas rígidas para os fatos blindados que conferem uma proteção balística de nível III ou superior (norma NIJ 0101.06, de julho de 2008) ou norma nacional comparável.

Nota 1. – O ponto ML13.b. inclui materiais especialmente concebidos para formar blindagem reativa aos explosivos ou para a construção de abrigos militares.

Nota 2. – O ponto ML13.c. não abrange os capacetes de aço convencionais, não equipados, modificados ou concebidos para aceitar qualquer tipo de acessórios.

Nota 3. – O ponto ML13.d. não abrange os fatos blindados nem o vestuário de proteção quando acompanhem os seus utilizadores para proteção pessoal do próprio utilizador.

Nota 4. – Os únicos capacetes especialmente concebidos para pessoal das minas e armadilhas abrangidos pelo ponto ML13. são os especialmente concebidos para uso militar.

N.B. 1. – Ver também o ponto 1A005 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

N.B. 2. – Para os «materiais fibrosos ou filamentosos» usados no fabrico de fatos e capacetes blindados, ver ponto 1C010 da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

ML14 – «Equipamento especializado para treino militar » ou para simulação de cenários militares, simuladores especialmente concebidos para treino na utilização de qualquer arma de fogo especificada nos pontos ML1 ou ML2, e componentes e acessórios especialmente concebidos para os mesmos.

Nota técnica - O termo «equipamento especializado para treino militar » inclui versões militares de simuladores de ataque, simuladores de voo operacional, simuladores de alvos radar, geradores de alvos radar, equipamento de treino de tiro, simuladores de guerra antissubmarina, simuladores de voo (incluindo centrífugas para treino de pilotos/astronautas), simuladores de radar, simuladores de voo por instrumentos, simuladores de navegação, simuladores de lançamento de mísseis, equipamento para servir de alvo, veículos autónomos programáveis («drones»), simuladores de armamento, simuladores de «aeronaves» não pilotadas, unidades de treino móveis e equipamento de treino para operações militares terrestres.

Nota 1. – O ponto ML14 inclui os sistemas de geração de imagem e os sistemas de ambiente interativo para simuladores quando especialmente concebidos ou modificados para uso militar.

Nota 2. – O ponto ML14 não abrange o equipamento especialmente concebido para treino na utilização de armas de caça ou de desporto.

ML15 – Equipamento de imagem ou de contramedidas, como se segue, especialmente concebido para uso militar e componentes e acessórios especialmente concebidos para o mesmo:

- a) Equipamento de gravação e tratamento de imagem;
- b) Máquinas fotográficas, material fotográfico e material de revelação de filmes;
- c) Equipamento intensificador de imagem;
- d) Equipamento vídeo detetor por infravermelhos ou térmico;
- e) Equipamentos detetores de imagem radar;
- f) Equipamentos de contramedidas ou de contra contramedidas para os equipamentos incluídos nos pontos ML15.a. a ML15.e.

Nota. – O ponto ML15.f. inclui equipamento concebido para afetar o funcionamento ou a eficácia dos sistemas militares de imagem, ou reduzir os efeitos desse processo.

Nota 1. – No ponto ML15, o termo «componentes especialmente concebidos» inclui o que se segue, quando especialmente concebido para uso militar:

- a) Tubos de conversão de imagem por infravermelhos;
- b) Tubos intensificadores de imagem (exceto os de primeira geração);
- c) Placas de microcanais;
- d) Tubos de câmara TV para fraca luminosidade;
- e) Conjuntos de detetores (incluindo sistemas eletrónicos de interconexão ou de leitura);
- f) Tubos de câmara TV de efeito piroelétrico;
- g) Sistemas de arrefecimento para sistemas de imagens;

h) Obturadores eletrónicos do tipo fotocrómico ou eletro-ótico, com uma velocidade de obturação inferior a 100 µs, exceto os obturadores que constituam o elemento essencial de uma câmara de alta velocidade;

i) Inversores de imagem de fibras óticas;

j) Fotocátodos de semi-condutores compostos.

Nota 2. – O ponto ML15 não inclui os «tubos intensificadores de imagem de primeira geração» nem o equipamento especialmente concebido para incorporar os «tubos intensificadores de imagem da primeira geração».

N.B. – Para a classificação dos visores de tiro que incorporem «tubos intensificadores de imagem da primeira geração», ver pontos ML1, ML2 e ML5.a.

N.B. – Ver também pontos 6A002.a.2. e 6A002.b. da Lista de Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização da União Europeia.

ML16 – Peças forjadas, vazadas e outros produtos inacabados que tenham sido especialmente concebidos para os produtos especificados nos pontos ML1 a ML4, ML6, ML9, ML10, ML12 ou ML19.

Nota. – O ponto ML16 abrange os produtos inacabados que sejam identificáveis através da composição do material, da geometria ou da função.

ML17 – Equipamentos, materiais e «bibliotecas» diversos, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

a) Aparelhos autónomos de mergulho e natação submarina, como se segue:

1) Aparelhos de respiração em circuito fechado ou semifechado especialmente concebidos para uso militar (isto é, especialmente concebidos para serem não-magnéticos);

2) Componentes especialmente concebidos para a adaptação de dispositivos de respiração em circuito aberto para uso militar;

3) Artigos exclusivamente concebidos para uso militar com aparelhagem autónoma de mergulho e natação submarina;

b) Equipamento de construção especialmente concebido para uso militar;

c) Acessórios, revestimentos e tratamentos para a supressão de assinaturas, especialmente concebidos para uso militar;

d) Equipamento de engenharia de campanha, especialmente concebido para utilização em zonas de combate;

e) «Robôs», controladores de «robôs» e «terminais» de «robôs» com qualquer das seguintes características:

1) Serem concebidos especificamente para uso militar;

2) Incorporarem meios de proteção dos circuitos hidráulicos contra perfurações causadas por fragmentos balísticos (por exemplo, circuitos auto vedantes) e serem concebidos para a utilização de fluidos hidráulicos com pontos de inflamação superiores a 839 K (566° C); ou

3) Serem especialmente concebidos ou calculados para operar num ambiente sujeito a impulsos eletromagnéticos (EMP);

Nota técnica - O impulso eletromagnético não se refere às interferências não intencionais causadas por radiação eletromagnética proveniente de equipamento existente na proximidade (p. ex. máquinas, aparelhos elétricos ou eletrónicos) ou descargas atmosféricas.

f) «Bibliotecas» (bases de dados técnicos paramétricos) especialmente concebidas para uso militar com os equipamentos incluídos na Lista Militar Comum da União Europeia;

g) Equipamento gerador ou propulsor a energia nuclear, incluindo os «reatores nucleares» especialmente concebidos para uso militar e seus componentes especialmente concebidos ou «modificados» para uso militar;

h) Equipamento e material, revestido ou tratado para a supressão de assinaturas, especialmente concebido para uso militar, com exceção do abrangido por outros pontos da Lista Militar Comum da União Europeia;

i) Simuladores especialmente concebidos para «reatores nucleares» militares;

j) Oficinas móveis especialmente concebidas ou «modificadas » para reparação e manutenção de equipamento militar;

k) Geradores de campanha especialmente concebidos ou «modificados» para uso militar;

l) Contentores especialmente concebidos ou «modificados » para uso militar;

m) Transbordadores que não estejam abrangidos por outros pontos da Lista Militar Comum da União Europeia, pontes e pontões, especialmente concebidos para uso militar;

n) Modelos de ensaio especialmente concebidos para o «desenvolvimento» dos artigos abrangidos pelos pontos ML4, ML6, ML9 ou ML10;

o) Equipamento de proteção contra laser (ou seja, de proteção ocular e proteção de sensores) especialmente concebido para uso militar;

p) «Pilhas de combustível» especialmente concebidas para uso militar, com exceção das abrangidas por outros pontos da Lista Militar Comum da União Europeia;

Notas técnicas

1) Para efeitos do ponto ML17, o termo «biblioteca» (base de dados técnicos paramétricos) significa um conjunto de informações técnicas de carácter militar, cuja consulta permite alterar as características dos equipamentos ou sistemas militares por forma a aumentar o seu rendimento.

2) Para efeitos do ponto ML17, o termo «modificado(a)s» significa qualquer alteração estrutural, elétrica, mecânica ou outra que confira a um artigo não militar capacidades militares equivalentes às de um artigo especialmente concebido para uso militar.

ML18 – Equipamento de produção e componentes, como se segue:

a) Equipamento especialmente concebido ou «modificado » para ser utilizado na «produção» de produtos abrangidos pela Lista Militar Comum da União Europeia e respetivos componentes;

b) Instalações especialmente concebidas para testes ambientais e respetivo equipamento, destinadas à certificação, qualificação ou ensaio de produtos abrangidos pela Lista Militar Comum da União Europeia.

Nota técnica - Para efeitos do ponto ML18, o termo «produção» compreende a conceção, a análise, o fabrico, o ensaio e a verificação.

Nota. – Os pontos ML18.a. e ML18.b. incluem o seguinte equipamento:

a) Nitratadores de fluxo contínuo;

b) Equipamentos ou dispositivos de teste centrífugo com qualquer das seguintes características:

1) Serem acionados por um ou mais motores com uma potência nominal total superior a 298 KW (400CV);

2) Serem capazes de transportar uma carga de 113 kg ou superior; ou

3) Serem capazes de exercer uma aceleração centrífuga de 8 G ou mais sobre uma carga igual ou superior a 91 kg;

c) Prensas de desidratação;

d) Prensas de extrusão especialmente concebidas ou modificadas para a extrusão de explosivos militares;

e) Máquinas de corte de propulsores obtidos por extrusão;

f) Tambores lisos de diâmetro igual ou superior a 1,85 m e com uma capacidade superior a 227 kg de produto;

- g) Misturadores contínuos para propulsores sólidos;
- h) Moinhos de jato de fluido para moer ou triturar ingredientes de explosivos militares;
- i) Equipamento para obter simultaneamente a esfericidade e a uniformidade das partículas do pó metálico referido no ponto ML8.c.8.;
- j) Conversores de corrente de convecção para a conversão das substâncias referidas no ponto ML8.c.3.

ML19 – Sistemas de armas de energia dirigida (DEW), equipamento conexo ou de contramedidas e modelos de ensaio, como se segue, e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

- a) Sistemas «laser» especialmente concebidos para a destruição de um alvo ou o abortamento da missão;
- b) Sistemas de feixes de partículas com capacidade de destruição de um alvo ou abortamento da missão;
- c) Sistemas de radiofrequência (RF) de alta potência com capacidade de destruição de um alvo ou de abortamento da missão;
- d) Equipamento especialmente concebido para a deteção ou identificação de sistemas previstos nos pontos ML19.a. a ML19.c. ou para defesa contra estes sistemas;
- e) Modelos de ensaio físico relacionados com os sistemas, equipamentos e componentes abrangidos pelo presente ponto.
- f) Sistemas «laser» especialmente concebidos para causar a cegueira permanente numa visão não melhorada, isto é, o olho nu ou com dispositivos de correção da visão.

Nota 1. – Os DEW especificados no ponto ML19 incluem os sistemas cujas possibilidades derivam da aplicação controlada de:

- a) «Lasers» com potência de destruição equivalente às munições convencionais;
- b) Aceleradores de partículas que projetem feixes carregados ou neutros com poder destruidor;
- c) Emissores de feixe de micro-ondas de potência emitida em pulsão elevada ou de potência média elevada produtores de campos suficientemente intensos para inutilizar circuitos eletrónicos num alvo distante.

Nota 2. – O ponto ML19 inclui os seguintes equipamentos, quando especialmente concebidos para DEW:

- a) Equipamento de geração de potência primária, armazenamento de energia, comutação, condicionamento de potência e manuseamento de combustível;
- b) Sistemas de aquisição e seguimento de alvos;
- c) Sistemas capazes de avaliar os danos causados a um alvo, a sua destruição ou o abortamento da missão;
- d) Equipamentos de alinhamento, propagação e pontaria de feixes;
- e) Equipamento de feixe de varrimento rápido para operações contra alvos múltiplos;
- f) Equipamentos óticos adaptativos e dispositivos de conjugação de fase;
- g) Injetores de corrente para feixes de iões de hidrogénio negativos;
- h) Componentes de aceleradores «qualificados para fins espaciais»;
- i) Equipamento de focagem de feixes de iões negativos;
- j) Equipamento para o controlo e a orientação de feixes de iões de alta energia;
- k) Folhas metálicas «qualificadas para fins espaciais» para a neutralização de feixes de isótopos negativos de hidrogénio.

ML20 – Equipamentos criogénicos e «supercondutores» como se segue, e acessórios e componentes especialmente concebidos para os mesmos:

- a) Equipamento especialmente concebido ou configurado para ser instalado em veículos para aplicações militares terrestres, marítimas, aeronáuticas ou espaciais, capaz de operar em movimento e de produzir ou manter temperaturas inferiores a 103 K (-170 °C);

Nota. – O ponto ML20.a. inclui sistemas móveis que contenham ou utilizem acessórios ou componentes fabricados a partir de materiais não metálicos ou não condutores de eletricidade, tais como materiais plásticos ou materiais impregnados de resinas epóxicas.

b) Equipamentos elétricos «supercondutores» (máquinas rotativas e transformadores) especialmente concebidos ou configurados para serem instalados em veículos para aplicações militares terrestres, marítimas, aeronáuticas ou espaciais e capazes de operar em movimento.

Nota. – O ponto ML20.b. não inclui os geradores homopolares híbridos de corrente contínua com rotores metálicos normais de polo único que rodam num campo magnético produzido por enrolamentos supercondutores, desde que esses enrolamentos constituam o único componente supercondutor do gerador.

ML21 – «Software», como se segue:

a) «Software» especialmente concebido ou modificado para o «desenvolvimento», a «produção» ou a «utilização» de equipamento, materiais ou «software» incluídos na Lista Militar Comum da União Europeia;

b) «Software» específico, não referido no ponto ML21.a., como se segue:

1) «Software» especialmente concebido para uso militar e especialmente concebido para a modelação, simulação ou avaliação de sistemas de armas militares;

2) «Software» especialmente concebido para uso militar e especialmente concebido para a modelação ou simulação de cenários operacionais militares;

3) «Software» para determinar os efeitos das armas de guerra convencionais, nucleares, químicas ou biológicas;

4) «Software» especialmente concebido para uso militar e especialmente concebido para aplicações nas áreas de comando, comunicações, controlo e informação (C³I) ou de comando, comunicações, controlo, computadores e informação (C⁴I);

c) «Software» não abrangido pelos pontos ML21.a. ou ML21.b., especialmente concebido ou modificado para permitir que os equipamentos não referidos na Lista Militar Comum da União Europeia desempenhem as funções militares dos equipamentos referidos na Lista Militar Comum da União Europeia.

ML22 – «Tecnologia» como se segue:

a) «Tecnologia», não referida no ponto ML22.b., «necessária » para o «desenvolvimento», «produção» ou «utilização » de produtos referidos na Lista Militar Comum da UE;

b) «Tecnologia» como se segue:

1) «Tecnologia» «necessária» para a conceção de instalações de produção completas de produtos referidos na Lista Militar Comum da União Europeia e para a montagem de componentes nessas instalações, bem como para a exploração, manutenção e reparação de tais instalações, mesmo que os componentes dessas instalações de produção não estejam especificados;

2) «Tecnologia» «necessária» para o «desenvolvimento» e «produção» de armas de pequeno calibre, mesmo que usado para o fabrico de réplicas de armas de pequeno calibre antigas;

3) «Tecnologia» «necessária» para o «desenvolvimento», «produção» ou «utilização» de agentes toxicológicos, equipamento conexo e componentes especificados nos pontos ML7.a. a ML7.g.;

4) «Tecnologia» «necessária» para o «desenvolvimento», «produção» ou «utilização» de «biopolímeros » ou culturas de células específicas, especificadas no ponto ML7.h.;

5) «Tecnologia» «necessária» exclusivamente para a incorporação de «biocatalisadores», especificados no ponto ML7.i.1., em vetores de propagação militares ou em material militar.

Nota 1. – A «tecnologia» «necessária» para o «desenvolvimento», «produção» ou «utilização» dos produtos referidos na Lista Militar Comum da União Europeia mantém-se sujeita a controlo mesmo quando aplicável a produtos não referidos na Lista Militar Comum da União Europeia.

Nota 2. – O ponto ML22 não abrange:

a) A «tecnologia» que constitua o mínimo necessário para a instalação, exploração, manutenção (verificação) e reparação de produtos não controlados ou cuja exportação tenha sido autorizada;

b) A «tecnologia» que pertença ao «domínio público», à «investigação científica fundamental» ou à informação mínima necessária a fornecer nos pedidos de patente;

c) A «tecnologia» para indução magnética para propulsão contínua usada em equipamento de transporte civil.

Definições dos termos empregues na presente lista

Apresentam-se seguidamente definições dos termos empregues na presente lista, por ordem alfabética.

Nota 1. – As definições aplicam-se à totalidade da lista. As referências são meramente consultivas e não têm qualquer efeito sobre a aplicação universal dos termos definidos ao longo da lista.

Nota 2. – As palavras e termos contidos na lista de definições só assumem o significado definido quando tal é indicado por se encontrarem entre «aspas duplas». As definições dos termos entre «aspas simples» são dadas em Notas Técnicas nas rubricas correspondentes. Noutras partes da lista, as palavras e termos tomam os seus significados (lexicais) comumente aceites.

ML7 – «Adaptado para fins militares» – Qualquer modificação ou seleção (como alteração da pureza, do tempo de conservação, da virulência, das características de disseminação ou da resistência às radiações UV) concebida para aumentar a capacidade para causar vítimas humanas ou animais, degradar equipamento, ou causar danos às culturas ou ao ambiente.

ML8 – «Aditivos» – Substâncias utilizadas em explosivos para melhorar as respetivas propriedades.

ML8, ML10 e ML14 – «Aeronave» – Veículo aéreo de asa fixa, de asa de geometria variável ou de asa rotativa (helicóptero), de rotor basculante ou de asas basculantes.

ML11 – «Sistemas automatizados de comando e controlo» – Sistemas eletrónicos através dos quais a informação essencial ao eficaz funcionamento do dispositivo de forças, grande formação, formação tática, unidade, navio, subunidade ou armas sob comando é introduzida, tratada e transmitida. Obtém-se através da utilização de computadores e outros meios informáticos especializados concebidos para apoiar as funções de uma organização de comando e controlo militar. As principais funções de um sistema automatizado de comando e controlo são: a recolha, acumulação, armazenamento e tratamento eficazes da informação; a representação visual da situação e das circunstâncias que afetam a preparação e condução das operações de combate; a capacidade de efetuar cálculos operacionais e táticos destinados à afetação de meios entre os dispositivos de forças ou elementos da ordem de batalha ou projeção de batalha, de acordo com a missão ou estágio da operação; a preparação dos dados destinados à apreciação da situação e à tomada de decisão em qualquer momento da operação ou batalha; a simulação de operações em computador.

ML22 – «Investigação científica fundamental» – Trabalhos experimentais ou teóricos, empreendidos principalmente para adquirir novos conhecimentos sobre os princípios fundamentais de fenómenos ou factos observáveis, e não especialmente orientados para um fim ou objetivo específico.

ML7, 22 – «Biocatalisadores» – Enzimas para reações químicas ou bioquímicas específicas ou outros compostos biológicos que se ligam a agentes. Q e aceleram a sua degradação.

Nota técnica - «Enzimas» são «biocatalisadores» para reações químicas ou bioquímicas específicas.

ML7, 22 – «Biopolímeros» – As seguintes macromoléculas biológicas:

- a) Enzimas para reações químicas ou bioquímicas específicas;
- b) Anticorpos monoclonais, policlonais ou anti-idiotípicos;
- c) Recetores especialmente concebidos ou especialmente tratados;

Notas técnicas

1) «Anticorpos» anti-idiotípicos são anticorpos que se ligam aos sítios específicos de ligação a antígenos de outros anticorpos;

2) «Anticorpos» monoclonais são proteínas que se ligam a um sítio antigénico e são produzidas por um único clone de células;

3) «Anticorpos» policlonais são misturas de proteínas que se ligam ao antígeno específico e são produzidas por mais de um clone de células;

4) «Recetores» são estruturas biológicas macromoleculares capazes de se ligar a ligandos cuja ligação afeta funções fisiológicas.

ML4, 10 – «Aeronaves civis» – As «aeronaves» mencionadas pela sua designação própria nas listas de certificados de aeronavegabilidade publicadas pelas autoridades de aviação civil, para operar em rotas comerciais civis, domésticas e internacionais, ou destinadas a utilização legal civil, privada ou de negócios.

ML21, 22 – «Desenvolvimento» – Operações ligadas a todas as fases que precedem a produção em série, como: conceção (projeto), investigação de conceção, análises de conceção, conceitos de conceção, montagem e ensaio de protótipos, planos de produção-piloto, dados de conceção, processo de transformação dos dados de conceção num produto, conceção de configuração, conceção de integração e planos.

ML17 – «Terminais» – Pinças, ferramentas ativas ou qualquer outra ferramenta, ligadas à placa de base da extremidade do braço manipulador de um «robô».

Nota técnica - «Ferramenta ativa» é um dispositivo destinado a aplicar à peça a trabalhar força motriz, a energia necessária ao processo ou sensorização.

ML8 – «Materiais energéticos» – Substâncias ou misturas que reagem quimicamente para libertarem a energia necessária à aplicação a que se destinam. «Explosivos», «produtos pirotécnicos» e «propergóis» são subclasses dos materiais energéticos.

ML8, 18 – «Explosivos» – Substâncias ou misturas de substâncias sólidas, líquidas ou gasosas que, aplicadas como cargas primárias, detonadoras ou principais, em ogivas, na demolição e noutras aplicações, se destinam a deflagrar.

ML7 – «Vetores de expressão» – Vetores (por exemplo, plasmídeos ou vírus) utilizados para introduzir material genético em células hospedeiras.

ML 17 «Pilha de combustível» – Dispositivo eletroquímico que transforma diretamente a energia química em eletricidade de corrente contínua consumindo combustível proveniente de uma fonte externa.

ML13 – «Materiais fibrosos ou filamentosos»: – São os seguintes materiais:

- a) Monofilamentos contínuos;
- b) Fios e mechas contínuos;
- c) Bandas, tecidos, emaranhados irregulares e entrançados;
- d) Mantas de fibras cortadas, de fibras descontínuas e de fibras aglomeradas;
- e) Cristais capilares monocristalinos ou policristalinos de qualquer comprimento;
- f) Pasta de poliamidas aromáticas.

ML15 – «Tubos intensificadores de imagem de primeira geração» – Tubos de focagem eletrostática que utilizam placas de entrada e de saída em fibra ótica ou em vidro, fotocátodos multialcalinos (S-20 ou S-25), mas não amplificadores de placa de microcanais.

ML22 – «Do domínio público» – A «tecnologia» ou o «software» que foram divulgados sem qualquer restrição quanto à sua utilização posterior.

Nota. – As restrições resultantes do direito de autor (copyright) não impedem que a «tecnologia» ou o «software» sejam considerados «do domínio público».

ML9, 19 – «Laser» – Conjunto de componentes que produzem luz espacial e temporalmente coerente, amplificada por emissão estimulada de radiação.

ML10 – «Veículos mais leves do que o ar» – Balões e aeronaves, que para se elevarem, utilizam ar quente ou gases mais leves do que o ar, como o hélio ou o hidrogénio.

ML17 – «Reator nuclear» – Inclui os componentes situados no interior ou diretamente ligados à cuba do reator, o equipamento que controla o nível de potência no núcleo, e os componentes que normalmente contêm, entram em contacto direto ou controlam o refrigerante primário do núcleo do reator.

ML8 – «Precursores» – Substâncias químicas especiais utilizadas no fabrico de explosivos.

ML18, 21, 22 – «Produção» – Todas as fases da produção, tais como: engenharia do produto, fabrico, integração, montagem, inspeção, ensaios e garantia da qualidade.

ML8 – «Propergóis» – Substâncias ou misturas que reagem quimicamente para produzirem grandes volumes de gases quentes a débitos controlados para realizar um trabalho mecânico.

ML4, 8 – «Produto(s) pirotécnico(s)» – Misturas de combustíveis sólidos ou líquidos e oxidantes que, quando inflamados, sofrem uma reação química geradora de energia a velocidade controlada destinada a obter tempos de resposta específicos, ou quantidades de calor, ruído, fumo, luz visível, ou radiações infravermelhas. Os pirofóricos são uma subclasse dos produtos pirotécnicos, que não contêm oxidantes mas se inflamam espontaneamente em contacto com o ar.

ML22 – «Necessário» – Este termo, quando aplicado a «tecnologia», designa unicamente a parte específica da «tecnologia» que permite alcançar ou exceder os níveis de desempenho, as características ou as funções submetidos a controlo. Essa «tecnologia» «necessária» poderá ser partilhada por diferentes produtos.

ML7 – «Agentes antimotim» – Substâncias que, nas condições de utilização previstas para efeitos antimotim, provocam rapidamente nos seres humanos uma irritação sensorial ou uma incapacidade física que desaparece pouco tempo após terminada a exposição ao agente. (Os gases lacrimogéneos são um subconjunto de «agentes antimotim».)

ML17 – «Robô» – Mecanismo de manipulação que pode ser do tipo da trajetória contínua ou do tipo ponto a ponto, que pode utilizar sensores e que apresenta as seguintes características:

- a) Ser multifuncional;
- b) Ser capaz de posicionar ou orientar materiais, peças, ferramentas ou dispositivos especiais através de movimentos variáveis no espaço tridimensional;
- c) Possuir três ou mais servomecanismos de circuito aberto ou fechado, com possibilidade de inclusão de motores passo a passo; e
- d) Ser dotado de «programação acessível ao utilizador» pelo método da aprendizagem ou por um computador eletrónico que pode ser uma unidade de programação lógica, isto é, sem intervenção mecânica.

Nota. – A definição anterior não inclui:

- 1) Mecanismos de manipulação controláveis apenas manualmente ou por teleoperador;
- 2) Mecanismos de manipulação de sequência fixa que constituem dispositivos móveis automatizados cujos movimentos são programados e definidos por meios mecânicos. O programa é limitado mecanicamente por batentes fixos, como Pernos ou Cames. A sequência dos movimentos e a seleção das trajetórias ou dos ângulos não são variáveis nem modificáveis por meios mecânicos, eletrónicos ou elétricos;
- 3) Mecanismos de manipulação de sequência variável e de controlo mecânico que constituem dispositivos móveis automatizados cujos movimentos são programados e definidos por meios mecânicos. O programa é limitado mecanicamente por batentes fixos, mas reguláveis, como Pernos ou Cames. A sequência dos movimentos e a seleção das trajetórias ou dos ângulos são variáveis dentro da configuração programada. As variações ou modificações da configuração programada (por exemplo, mudança de Pernos ou troca de Cames) em um ou mais eixos de movimento são efetuadas unicamente por operações mecânicas;
- 4) Mecanismos de manipulação de sequência variável, sem servocontrolo, que constituem dispositivos móveis automatizados, cujos movimentos são programados e definidos por meios mecânicos. O programa é variável, mas a sequência apenas se processa através do sinal binário proveniente de dispositivos binários elétricos fixados mecanicamente ou de batentes reguláveis;
- 5) Empilhadores, definidos como sistemas manipuladores que funcionam em coordenadas cartesianas, fabricados como partes integrantes de um conjunto vertical de células de armazenamento, e concebidos para o acesso às referidas células para armazenamento ou recuperação.

ML21 – «Software» – Conjunto de um ou mais «programas» ou «microprogramas», fixados em qualquer suporte material.

ML19 – «Qualificados para uso espacial» – Produtos concebidos, fabricados e testados para obedecer aos requisitos elétricos, mecânicos e ambientais especiais necessários para utilização no lançamento e colocação em órbita de satélites ou de sistemas de voo a grande altitude, que operam a altitudes iguais ou superiores a 100 km.

ML20 – «Supercondutores» – Materiais (metais, ligas ou compostos) que podem perder toda a resistência elétrica, isto é, podem atingir uma condutividade elétrica infinita e transportar correntes elétricas muito elevadas sem aquecimento por efeito de Joule.

«Temperatura crítica» (por vezes designada por temperatura de transição) de um material «supercondutor» específico: a temperatura à qual um material perde toda a resistência à passagem de uma corrente elétrica contínua.

Nota técnica - O estado «supercondutor» de um material é individualmente caracterizado por uma «temperatura crítica», um campo magnético crítico, que é função da temperatura, e uma densidade de corrente crítica que é função simultaneamente do campo magnético e da temperatura.

ML22 – «Tecnologia» – Informação específica necessária para o «desenvolvimento», a «produção» ou a «utilização» de um produto. Esta informação pode apresentar-se sob a forma de «dados técnicos» ou de «assistência técnica».

Notas técnicas

1) Os «dados técnicos» podem assumir formas como esquemas, planos, diagramas, modelos, fórmulas, tabelas, projetos e especificações de engenharia, manuais e instruções, escritos ou registados noutros suportes ou dispositivos como discos, fitas magnéticas, memórias ROM.

2) A «assistência técnica» pode assumir formas como instruções, técnicas, formação, conhecimentos práticos e serviços de consultoria. A «assistência técnica» pode incluir a transferência de «dados técnicos».

ML10 – «Veículo aéreo não tripulado» («UAV») – Qualquer «aeronave» capaz de iniciar um voo e de manter um voo e uma navegação controlados sem presença humana a bordo.

ML21, 22 – «Utilização» – Exploração, instalação (incluindo a instalação *in situ*), manutenção (verificação), reparação, revisão geral e renovação.»

II — RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE MINISTROS

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013

Nos termos da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, o conceito estratégico de defesa nacional define as prioridades do Estado em matéria de defesa, de acordo com o interesse nacional, e é parte integrante da política de defesa nacional.

A aprovação do novo conceito estratégico de defesa nacional, em anexo à presente resolução, respeitou os trâmites previstos na Lei de Defesa Nacional e na Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei n.º 1-A/2009, de 7 de julho.

Desde logo, a Assembleia da República, por iniciativa do Governo, debateu as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional. Este debate constituiu o corolário de uma ampla consulta aos mais diversos sectores da sociedade civil, conseguindo-se assim uma discussão a um tempo participada e aprofundada da política de defesa nacional.

Depois, tendo presente o conteúdo do debate produzido, que permitiu consolidar, nas suas grandes linhas, a orientação constante da proposta do Governo, foi elaborado o projeto de conceito estratégico de defesa nacional, o qual foi apreciado, num primeiro momento, pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior e, posteriormente, pelo Conselho Superior de Defesa Nacional.

Finalmente, tendo estes dois órgãos emitido parecer favorável ao referido projeto, o Primeiro-Ministro e o Ministro da Defesa Nacional propuseram ao Conselho de Ministros, em conjunto, a aprovação do conceito estratégico de defesa nacional, a qual reveste a forma de resolução.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei n.º 1-B/2009, de 7 de julho, e das alíneas *d)* e *g)* do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

Aprovar o conceito estratégico de defesa nacional, que consta do anexo à presente resolução e da qual faz parte integrante.

Presidência do Conselho de Ministros, 21 de março de 2013. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Conceito estratégico de defesa nacional

I. Introdução

O anterior conceito estratégico de defesa nacional foi aprovado em 2003.

É indiscutível que, na última década, a situação estratégica e o ambiente internacional se alteraram profundamente, com o surgimento de novas, inesperadas e importantes condicionantes.

Por um lado, a crise económico-financeira que se concentrou na Europa, em particular na Zona Euro, abriu uma nova fase de inquietação e incerteza sobre o nosso futuro coletivo.

Por outro lado,

i) A pressão, sem precedentes, dos mercados financeiros revelou as fragilidades decorrentes de uma arquitetura incompleta da União Económica e Monetária;

ii) A emergência de novas grandes potências — quer no espaço euro-asiático quer na América Latina —, bem como a reorientação estratégica dos Estados Unidos da América (EUA) teve implicações no campo da segurança, na medida em que são dados suscetíveis de alterar os equilíbrios regionais vigentes;

iii) O novo conceito estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aprovado em 2010, bem como o novo Tratado da União Europeia (UE) — o Tratado de Lisboa — implicaram novas exigências em termos da contribuição portuguesa para a garantia da segurança internacional.

Acresce que Portugal foi obrigado a recorrer à assistência financeira internacional e a sujeitar-se a severas limitações orçamentais para os próximos anos, com impacto, designadamente, na segurança e defesa nacional.

Nesse contexto, tornou-se imperativa a revisão do conceito estratégico de defesa nacional, como instrumento indispensável para a resposta nacional ao novo ambiente de segurança.

O conceito estratégico de defesa nacional pressupõe uma estratégia nacional, cuja credibilidade seja reconhecida e capaz de mobilizar os portugueses. Parte do princípio de que para a realização dos objetivos da segurança e da defesa nacional concorrem todas as instâncias do Estado e da sociedade.

Nesse sentido, o conceito estratégico de defesa nacional define os aspetos fundamentais da estratégia global a adotar pelo Estado para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional.

Estamos, portanto, a falar de uma visão de conjunto da estratégia nacional, incluindo uma abordagem conceptual sobre os fundamentos que a enquadram e lhe dão coerência: o poder e a vontade; a mobilização de recursos materiais e imateriais.

II. Fundamentos da estratégia de segurança e defesa nacional

A qualidade da estratégia nacional, num mundo globalizado, é crucial para a sobrevivência de um Estado moderno e de uma sociedade aberta.

Uma boa estratégia exige valores e interesses bem definidos, uma vontade sólida de os defender que permita a legitimação de objetivos claros e a sua eficaz prossecução. Os valores e os interesses nacionais estão definidos na Constituição e na Lei de Defesa Nacional. E resultam em compromissos internacionais do Estado, como a Carta das Nações Unidas, o Tratado do Atlântico Norte e os tratados da UE.

Os valores fundamentais são: a independência nacional, o primado do interesse nacional, a defesa dos princípios da democracia portuguesa, bem como dos direitos humanos e do direito internacional, o empenhamento na defesa da estabilidade e da segurança europeia, atlântica e internacional.

Os interesses de Portugal são: afirmar a sua presença no mundo, consolidar a sua inserção numa sólida rede de alianças, defender a afirmação e a credibilidade externa do Estado, valorizar as comunidades portuguesas e contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional.

Os interesses nacionais que decorrem do estatuto de Portugal como uma democracia europeia e atlântica — com vocação universal mas com recursos limitados — tornam necessária a sua integração numa rede de alianças estável e coerente. A UE e a OTAN são, assim, vitais para a segurança e defesa nacionais, bem como para a modernização e prosperidade de Portugal. Os interesses nacionais exigem uma maior coesão e solidariedade no seio da EU e da OTAN, o reforço da parceria estratégica entre estas duas organizações, bem como entre a Europa e os EUA.

O interesse de Portugal é, ainda, inseparável do fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em complemento, importa aprofundar ou estabelecer parcerias estratégicas bilaterais, quer com outros membros da comunidade europeia e ocidental, quer no espaço lusófono, quer, ainda, na zona do Magrebe e com as potências emergentes.

Na prossecução destes valores e interesses nacionais destacam-se, na estratégia nacional, como elementos essenciais:

— *A diplomacia portuguesa, para a realização da estratégia na vertente internacional.*

A diplomacia é indispensável para a intervenção externa do Estado e para a afirmação internacional de Portugal. Contribui, também, para a recuperação económica do país através da promoção das trocas comerciais e da captação de investimento externo.

A afirmação internacional de Portugal, a sua credibilidade e o reforço da sua capacidade negocial externa, pressupõe, ainda, a valorização de três elementos essenciais: a língua e a cultura portuguesas; a diáspora e os imigrantes e a definição e a consolidação de políticas — e estratégias — de imagem e de marca nacionais.

— *As Forças Armadas portuguesas, para consolidar Portugal no seu estatuto de coprodutor de segurança internacional.* Para este efeito concorrem, também, as forças e serviços de segurança, a par da diplomacia e da justiça.

Os meios militares são uma componente fundamental da segurança do Estado e um fator de projeção do prestígio internacional de Portugal.

A estratégia nacional deve definir com clareza as missões prioritárias das Forças Armadas, a escala geopolítica das prioridades do seu emprego e as capacidades necessárias. Em simultâneo, deve definir, também, as medidas de racionalização que garantam maior eficiência na aplicação dos seus meios.

O novo ambiente de segurança, as novas condições financeiras e as exigências das alianças externas obrigam a uma capacidade de resposta diferente das Forças Armadas. Os investimentos na modernização devem concentrar-se em equipamentos de indiscutível utilidade tática e estratégica. Devem, ainda, ser seletivos e distinguir, criteriosamente, o equipamento a adquirir em função das capacidades necessárias ao cumprimento das missões prioritárias. Paralelamente, assume grande relevância a definição de uma estratégia integrada civil e militar, indispensável para fazer face às ameaças e riscos atuais.

— *A promoção da prosperidade dos portugueses, através do desenvolvimento das capacidades, materiais e imateriais, do país e da redução das suas vulnerabilidades e dependências.*

Quanto às vulnerabilidades, a incidência estratégica deve dar especial atenção às dimensões financeira, energética, alimentar, demográfica, científica e tecnológica.

Quanto às capacidades, a maximização dos recursos — e das oportunidades nacionais — obriga a tirar o maior partido possível da posição geoestratégica de Portugal, das suas potencialidades logísticas e económicas. Obriga, ainda, a garantir a continuidade das políticas — e dos recursos — indispensáveis para melhorar as capacidades científicas e tecnológicas de produção de inovação.

É, assim, essencial desenvolver as capacidades científicas e tecnológicas — apoiando núcleos de investigação relevantes — e reforçar o projeto educativo nacional, apostando na máxima valorização do conhecimento e do capital humano. Uma maior proximidade entre universidades, laboratórios, centros de excelência e empresas revela-se igualmente necessária, de modo a que o conhecimento possa ser aplicado de forma mais prática no desenvolvimento económico e social do país.

— *A restauração da estabilidade financeira e do crescimento económico – sustentável e gerador de emprego – como indispensável para reforçar a segurança nacional.*

A dimensão económica e financeira tem, na atualidade, uma importância acrescida. Os riscos económicos podem prejudicar interesses vitais do Estado, incluindo a soberania, a independência nacional e a coesão social.

Particularmente relevante é, assim:

- i) a aposta nos sectores ligados à produção de bens transacionáveis, nomeadamente os associados à atividade exportadora;
- ii) uma mais eficiente produção e consumo de energia e de produtos alimentares;
- iii) uma melhor exploração dos recursos minerais e marítimos – a enorme zona marítima sob responsabilidade nacional é um dos recursos nacionais que mais importa valorizar;
- iv) e o desenvolvimento de novas políticas industriais e agrícolas.

— A «inteligência» estratégica, que é determinante na efetiva realização do potencial estratégico do País.

Valorizar esta dimensão significa privilegiar a qualidade das informações estratégicas, da visão prospetiva e dos processos de decisão. Neste sentido, é indispensável também reforçar a capacidade de ação estratégica do Estado.

III. Contexto internacional

1. Grandes tendências

O sistema internacional entrou num período de transição, caracterizado tanto por uma multiplicação de crises, como pelo aumento da conflitualidade e da turbulência que antecipam transformações substanciais nos equilíbrios internacionais e no ambiente de segurança dos Estados. A transição internacional implica uma crescente instabilidade e imprevisibilidade, que justifica uma cuidada identificação dos cenários onde os interesses nacionais podem ser postos em causa e uma permanente avaliação dos mecanismos de resposta indispensáveis para os defender.

O processo de globalização e a revolução tecnológica tornaram possível uma dinâmica mundial de integração política, económica, social e cultural sem precedentes. Criou um quadro de interdependência crescente, uma forte tendência de homogeneização e novas condições de progresso. Mas tornaram, também, possível uma difusão equivalente de ameaças e riscos em todas as dimensões, que incluem tanto

a projeção das redes terroristas e de crime organizado, como a proliferação das armas de destruição massiva, a fragilização de Estados e o potencial devastador dos ataques cibernéticos. A crise económica e financeira internacional, a maior das últimas décadas, veio tornar estes riscos e ameaças ainda mais complexos e difíceis.

As dimensões estratégicas da transição internacional criam novos desafios à preponderância dos EUA, que se traduzem numa revisão das suas prioridades e que valoriza designadamente a região do Pacífico. A evolução da balança económica e financeira internacional e a institucionalização do «Grupo dos 20» (G20) foi o reconhecimento da emergência de novas potências, como a China, a Índia e o Brasil. A crescente importância estratégica da Ásia pode antecipar uma mudança dos equilíbrios entre as principais regiões internacionais. A sucessão de situações de rutura e transição política, sendo possíveis fontes de legitimidade democrática e estabilização no médio prazo, podem gerar, no curto prazo, rupturas nos equilíbrios estratégicos e tensões geopolíticas, desestabilizadoras da segurança regional e internacional.

Paralelamente, a difusão do poder, a multiplicação de programas de armas de destruição massiva, o desenvolvimento de novas tecnologias militares e a disseminação de formas de combate assimétrico – guerrilha e terrorismo – mudaram o quadro da segurança regional e mundial e permitem a Estados, grupos ou organizações pobres em recursos acederem mais facilmente a tecnologias letais. Estes niveladores de poder tornam mais imprevisível o recurso à violência e mais complexa a garantia de paz e segurança internacionais. A multiplicação de Estados frágeis torna mais frequentes o colapso da autoridade estatal em vastos territórios, os conflitos étnico-religiosos, as guerras civis e de secessão e os conflitos prolongados de extrema violência, cuja resolução continua, em certa medida, a escapar aos mecanismos tradicionais de intervenção internacional.

2. Contextos de segurança regionais

2.1. A Europa e a União Europeia

A UE continua a ser, no seu conjunto, a região mais rica do globo, com um modelo social que tem proporcionado às suas populações condições ímpares de qualidade de vida. Porém, o envelhecimento da população, o fraco crescimento económico e as tensões internas, acentuadas pelas crises económica e financeira, representam problemas que podem prejudicar a estabilidade regional. A fragmentação dos mercados financeiros está a pôr à prova a solidariedade europeia implícita num mercado único e numa moeda única, bem como o aprofundamento do processo de integração. A evolução da crise terá consequências na Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). A inversão da crise europeia exige não só a unidade e a coesão interna da UE e as reformas institucionais necessárias à restauração da estabilidade económica e financeira, como uma estratégia internacional realista que assegure a sua capacidade para garantir a estabilidade regional e para contribuir para a segurança internacional.

2.2. Os Estados Unidos da América e as relações transatlânticas

Os EUA e a Europa são parceiros estratégicos fundamentais, nomeadamente no quadro da OTAN. A sua aliança é imprescindível não só para a segurança transatlântica, como para a estabilidade da ordem internacional. Nos EUA, a crise financeira e as guerras do Iraque e do Afeganistão contribuíram para défices orçamentais elevados, que tornam prioritário o reforço da sua economia, necessário para preservar a preponderância internacional norte-americana. A revisão das prioridades externas dos EUA inclui um reforço das suas alianças tradicionais e da comunidade transatlântica. E exigem, ainda, que os aliados europeus assumam maiores responsabilidades, tanto na sua própria segurança e defesa, como na sua contribuição para a segurança internacional. Portugal e a Europa devem acautelar, junto do aliado norte-americano, a dimensão crucial do eixo transatlântico, por forma a garantir uma complementaridade de ação e esforço a nível global.

2.3. O Norte de África e o Médio Oriente

O Norte de África e Médio Oriente são uma região essencial para a projeção externa da UE. Trata-se de sublinhar a importância das fronteiras e vizinhanças a sul, no contexto do desenvolvimento e da segurança global, quer pela sua proximidade, quer pelas suas reservas energéticas, quer ainda por ser uma região caracterizada pelos enormes desafios de índole económica e social. As últimas mudanças políticas, que podem ter consequências positivas de longo prazo, acentuaram os riscos de violência, criaram novos problemas de instabilidade política e podem degenerar em novas divisões políticas e territoriais. Os riscos de proliferação nuclear persistem, bem como algumas tendências para o extremismo. Os conflitos nesta região tendem a contaminar espaços contíguos, incluindo o Sahel, onde uma situação política e social instável facilita a presença de grupos terroristas, bem como o desenvolvimento de ligações entre tráficos de todo o tipo. A concretização de uma efetiva política de cooperação e desenvolvimento em quadros bilaterais e multilaterais pode ser determinante para o evoluir da situação da região. Neste particular, deverá ser dada especial atenção à celebração de acordos comerciais e políticos de nova geração entre a UE e os países da «Primavera Árabe» mais interessados e reformadores.

2.4. A África subsaariana

A África subsaariana tem, simultaneamente, das populações mais pobres e das economias menos desenvolvidas do mundo e enormes recursos humanos e naturais, que apontam para um forte potencial de crescimento. África tem, porém, muitos Estados recentes e com fronteiras historicamente pouco consolidadas onde se têm manifestado tendências separatistas. Há, consequentemente, Estados frágeis ou em colapso, o que tem implicações em termos de segurança, com especial relevância para os fenómenos do terrorismo e pirataria, mas, também, para a criminalidade organizada, associada a todo o tipo de tráficos transnacionais, e às pandemias.

Não obstante, existem tendências positivas que importa sublinhar, e apoiar, também ao nível da segurança, por exemplo, a existência de democracias pluralistas, a consolidação de estruturas multilaterais, bem como o desenvolvimento da União Africana e da sua dimensão de segurança regional. Portugal, quer bilateralmente, quer no quadro da UE e internacional, deve ajudar a promover processos de integração económica e política regional.

2.5. O Atlântico

O Atlântico é um espaço de estabilidade e segurança na política internacional. No Atlântico Norte, as democracias ocidentais formam uma comunidade de segurança única, que constitui um centro de estabilidade indispensável para a ordem internacional. A aliança ocidental é um garante da estabilidade estratégica internacional. As democracias ocidentais são uma referência da liberdade, do direito e do respeito pelos direitos humanos, e demais garantias, incluindo a proteção de minorias e a tolerância religiosa. As economias ocidentais são um importante motor da modernização, da inovação e da globalização, e será tanto mais assim quanto a parceria transatlântica se desenvolva através das negociações para uma zona de comércio livre entre a UE e os EUA.

No Atlântico Sul, os processos de democratização e de modernização revelam uma nova realidade de paz e de progresso, bem como uma capacidade de estruturação de quadros de regulação e cooperação multilaterais, que abre caminho para a consolidação de novas comunidades de segurança. O Brasil é o melhor símbolo dessa mudança na América do Sul.

As duas margens do Atlântico Sul têm sido alvo de intensa procura de energia, minérios e produtos alimentares, o que sublinha a sua relevância geoeconómica. As reservas do Golfo da Guiné e de Angola e as jazidas de petróleo e gás no *offshore* do Brasil representam um contrapeso aos centros tradicionais de poder no sistema energético internacional. O Atlântico, para além de ser uma plataforma capital para o fluxo das matérias-primas e da energia, ficará ainda mais valorizado por ser um oceano aberto. A importância crescente das rotas energéticas e comerciais dá relevo à necessidade de um esforço convergente entre os países costeiros do Norte e do Sul para garantir a sua segurança comum.

2.6. A Ásia

Ásia é uma região em crescimento económico acelerado. A realização do potencial económico da China e da Índia transformou as suas sociedades e alterou a balança económica internacional. A ascensão paralela das duas grandes potências continentais asiáticas forçou o reconhecimento da Ásia como uma das três principais regiões internacionais. A competição estratégica entre as potências asiáticas é acentuada pela persistência de questões territoriais, de movimentos secessionistas e de problemas de fronteiras, bem como por Estados frágeis que fazem a ligação desta região com o Médio Oriente.

Duas questões fundamentais para a evolução futura desta região permanecem uma incógnita. A primeira, é saber se a tendência de forte crescimento económico irá continuar, e por quanto tempo, face ao impacto da crise nas suas exportações. A estabilidade e previsibilidade dos mercados cambiais e do comércio internacional, bem como modelos de crescimento económico sustentáveis e socialmente equilibrados, serão aspetos chave a ter em conta. A segunda, consiste em avaliar a possibilidade de encontrar soluções pacíficas para focos de tensão críticos na região. A questão que mais interessa à segurança dos Estados membros da OTAN é a pacificação do Afeganistão e Paquistão. As dinâmicas desta região continuarão a ter um impacto importante na segurança e prosperidade global.

Em síntese, Portugal está confrontado com um processo de transição internacional em múltiplas dimensões e que envolve todas as regiões estrategicamente relevantes. Para Portugal, a continuidade da Aliança Atlântica e da UE são indispensáveis para garantir condições mínimas de estabilidade num cenário de transformação, uma vez que permanecem no ambiente de segurança internacional fatores de instabilidade e conflitualidade cujas consequências, difíceis de prever, podem desencadear situações de risco, que, direta ou indiretamente, podem pôr em causa os interesses nacionais.

3. Ameaças e riscos

3.1. Ameaças e riscos no ambiente de segurança global

O ambiente de segurança global confronta-se, nomeadamente, com os seguintes riscos e ameaças:

- O *terrorismo transnacional* e outras formas de extremismo violento, com impacto altamente destabilizador;
- A *pirataria*, baseada sobretudo em Estados em colapso ou com fraco controlo do seu território e afetando rotas vitais do comércio internacional;
- A *criminalidade transnacional* organizada, que inclui tráficos de pessoas, armas e estupefacientes, constituindo uma ameaça à segurança de pessoas e bens, com potencial de criação de Estados frágeis;
- A *proliferação de armas de destruição massiva* (nucleares, biológicas, químicas e radiológicas), com a agravante de poderem ser apropriadas por grupos terroristas;
- A *multiplicação de Estados frágeis e de guerras civis* em áreas estratégicas vitais, potenciando atrocidades em massa, terrorismo e vagas crescentes de refugiados;
- Os *conflitos regionais*, como resultado, nomeadamente, da afirmação hegemónica de potências em zonas estratégicas de elevada conflitualidade ou de separatismos, com potencial impacto nos equilíbrios regionais e globais;
- O *ciberterrorismo e a cibercriminalidade*, tendo por alvo redes indispensáveis ao funcionamento da economia e da sociedade da informação globalizada;
- A disputa por recursos naturais escassos, como sejam os hidrocarbonetos, minerais e água, que podem conduzir a uma competição violenta pelo seu uso e controlo;
- Os desastres naturais e a mudança climática, afetando Estados, sociedades e populações, sem distinção, mas com efeitos mais graves sobre os mais frágeis.

3.2. Principais riscos e ameaças à segurança nacional

3.2.1 Ameaças de natureza global

Portugal depara-se com ameaças de natureza global que podem pôr diretamente em causa a sua segurança, como sejam:

- O terrorismo, uma vez que a liberdade de acesso e a identidade de Portugal como uma democracia ocidental podem tornar o país um alvo do terrorismo internacional;

- A proliferação de armas de destruição massiva, que representa uma ameaça mais imediata e preocupante, na medida em que tal leve à sua eventual posse por grupos terroristas ou resulte em crises sérias na segurança regional de áreas vitais;

- A criminalidade transnacional organizada, uma vez que a posição geográfica de Portugal como fronteira exterior da UE e o vasto espaço aéreo e marítimo sob sua jurisdição lhe impõem particulares responsabilidades;

- A cibercriminalidade, porquanto os ciberataques são uma ameaça crescente a infraestruturas críticas, em que potenciais agressores (terroristas, criminalidade organizada, Estados ou indivíduos isolados) podem fazer colapsar a estrutura tecnológica de uma organização social moderna;

- A pirataria, não só pela dependência energética e alimentar e pela importância do transporte marítimo para a economia nacional, mas também pelas crescentes responsabilidades nacionais na segurança cooperativa dos recursos globais.

3.2.2 Riscos de natureza ambiental

A degradação e escassez da água potável, a perda de terras aráveis, a diminuição da produção de alimentos e o aumento da frequência de catástrofes ambientais, podem levar a migrações em massa e a enormes prejuízos económicos. A competição por recursos naturais escassos, designadamente a água e os recursos energéticos, tem um elevado potencial desestabilizador, podendo levar a situações de violência e conflito armado.

As catástrofes naturais da década passada aumentaram a consciência de que os Estados podem ser confrontados com a destruição súbita e massiva de riqueza e com a ocorrência de desastres humanos de grande escala, exigindo a solidariedade da comunidade internacional.

Portugal está sujeito aos mesmos riscos ambientais e tem que melhorar a sua capacidade de prevenção, adaptação e resposta rápida aos seguintes desafios:

- Alterações climáticas, riscos ambientais e sísmicos, que, quer pelos efeitos destrutivos, quer pelo seu impacto potencialmente prolongado, podem afetar seriamente a capacidade de Estados, sociedades e economias continuarem a funcionar de forma normal e segura;

- Ocorrência de ondas de calor e de frio, com potenciais efeitos na morbilidade e mortalidade da população;

- Atentados ao ecossistema, terrestre e marítimo, como sejam a poluição, a utilização abusiva de recursos marinhos e os incêndios florestais;

- Pandemias e outros riscos sanitários, capazes de criar não só números significativos de vítimas, como de causar problemas de segurança adicionais pelo pânico que podem gerar.

IV. Portugal no Mundo

1. Inserção estratégica e espaços de interesse estratégico nacional

A definição estável e coerente da posição internacional de Portugal como uma democracia europeia e ocidental, tornou possível não só uma estratégia consistente de integração na UE e de consolidação da posição portuguesa na OTAN, como o incremento das relações com os Estados de língua portuguesa, nomeadamente com a criação da CPLP.

A posição internacional do Estado e a delimitação das suas áreas geográficas de inserção estratégica resultam da conjunção entre os valores, os interesses, a geografia e a história. Os valores essenciais para a identidade internacional de Portugal são os valores constitucionais da democracia, que situam o país como parte integrante da UE e da OTAN. Os interesses do Estado nos domínios cruciais da defesa e da segurança, bem como os imperativos da modernização da economia e da sociedade, confirmam essa definição europeia e ocidental. A geografia do espaço nacional, definida pelo «triângulo estratégico» formado pelo território continental e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores, valoriza, naturalmente, a Europa e o Atlântico. A história confirma a vocação universalista de Portugal.

A Europa é a principal área geográfica de interesse estratégico nacional. Portugal é a fronteira ocidental da Europa no Atlântico. A democratização e a europeização asseguraram uma congruência essencial entre os valores da democracia portuguesa, os imperativos da defesa nacional e as estratégias de modernização.

A comunidade de segurança do Atlântico Norte é o espaço da unidade entre a Europa, os EUA e o Canadá. A unidade nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como a aliança bilateral com os EUA e a coesão da Aliança Atlântica, tornam o espaço euro-atlântico a segunda área geográfica de interesse estratégico permanente, cuja estabilidade é reforçada pela comunidade de valores políticos e culturais entre as democracias ocidentais. As reservas energéticas do Ártico sob jurisdição dos EUA, do Canadá e da Noruega reforçam a importância desta área.

O Atlântico constitui uma vasta área geográfica de interesse estratégico relevante. A maioria dos países de língua portuguesa está concentrada neste espaço. As regiões de ligação histórica tradicional na comunidade de língua portuguesa incluem países com os quais partilhamos um passado comum e uma rede de relações por via da cultura, das migrações, das trocas económicas, são importantes em termos simbólicos e como parceiros de progresso. É por isso do interesse de Portugal sublinhar a unidade estratégica do Atlântico e contribuir para a segurança e pugnar pela relevância internacional desta região.

O Atlântico transformou-se com a democratização da América Latina e com a emergência de novas potências. Nesse novo quadro, passaram a existir condições para uma convergência democrática no espaço atlântico e para construir uma nova identidade para o Atlântico, com uma homogeneidade e uma estabilidade únicas. A unidade do Atlântico antecipa a necessidade de uma nova comunidade transatlântica para garantir a segurança não só das linhas de comunicação marítimas, mas também das reservas energéticas e de matérias-primas cuja importância se vai consolidar com o desenvolvimento futuro da nova economia do mar.

A distribuição das comunidades portuguesas e os fluxos migratórios, concentrados nos países europeus e ocidentais, bem como no Brasil, na África do Sul, em Angola e na Venezuela, confirmam o estatuto da Europa, do espaço Euro-Atlântico e do Atlântico como áreas prioritárias de inserção estratégica nacional.

O Magrebe é valorizado pelo efeito da proximidade territorial e pelas relações económicas e culturais. A dependência energética e os potenciais riscos de um aumento da pressão demográfica num eventual cenário de conflitualidade nessa região justificam o seu reconhecimento como uma área geográfica de interesse estratégico relevante.

Por último, Portugal não pode estar separado da transformação da Ásia, onde deve encontrar as parcerias estratégicas que possam assegurar a projeção externa dos seus interesses.

Em resumo: no princípio do século XXI, Portugal, membro da UE, da OTAN e da CPLP, está no centro geográfico da comunidade transatlântica e é um elo natural nas relações entre a Europa Ocidental e a América do Norte e com a América do Sul e a África Austral, regiões com as quais se pretende aprofundar o nosso relacionamento.

Essa é uma realidade que valoriza a nossa importância estratégica, mas que impõe, em simultâneo, que sejamos capazes de estar à altura de contribuir ativamente para a estabilidade e para o progresso de todas as áreas em que se joga a afirmação dos nossos interesses estratégicos.

2. Segurança cooperativa

Os interesses nacionais de Portugal determinam a sua estratégia de defesa do sistema multilateral na ordem internacional e o seu estatuto como membro das Nações Unidas, da UE e da OTAN. Essa é a melhor forma de garantir uma presença relevante na política internacional e um máximo de segurança para Portugal.

A democracia portuguesa tem sido um ator eficaz num quadro de segurança cooperativa, empenhado na evolução e na reforma dessas organizações e nos novos compromissos resultantes de processos de revisão doutrinal em que participou de forma relevante.

As Nações Unidas continuam a ser uma instituição legitimadora última do uso da força. A participação de Portugal no Conselho de Segurança criou novas oportunidades e obrigações que reforçam a credibilidade política nacional.

A OTAN aprovou, na Cimeira de Lisboa, em 2010, um novo conceito estratégico. O documento defende a noção de Abordagem Global (*Comprehensive Approach*) e a articulação dos meios civis e militares na resposta aos desafios de segurança, um domínio onde Portugal tem uma doutrina própria e experiência passada que devem ser valorizadas. O novo conceito estratégico manifesta a determinação da OTAN em aprofundar as relações com os seus parceiros estratégicos, incluindo a UE e a Rússia. Neste âmbito, foi mais uma vez sublinhada a importância única e primordial da parceria estratégica entre a OTAN e a UE, bem como a importância crítica da parceria bilateral entre a OTAN e a Rússia para a estabilidade europeia. Na sequência da cimeira de Lisboa foi, também, introduzido o conceito de Defesa Inteligente (*Smart Defence*), com o objetivo de acompanhar a transformação tecnológica com investimentos inteligentes, de forma a potenciar as capacidades da Aliança para projetar forças robustas na prevenção e resolução de crises.

No quadro da reforma da estrutura de comandos da Aliança Atlântica, foi decidida a transferência para Portugal do comando de uma força naval (*Strike Force NATO*), bem como da escola de comunicações da OTAN, que deve ser valorizada, tanto nas vantagens, como nas obrigações que decorrem da participação de Portugal neste importante sistema de segurança cooperativa.

A UE assumiu novas responsabilidades como ator de segurança com o Tratado de Lisboa. A PCSD, define um quadro de interesses comuns de segurança e defesa dos Estados membros, incluindo cláusulas de defesa mútua e de solidariedade, que preveem ações coletivas de assistência mútua, bem como os mecanismos de cooperação reforçada e de cooperação estruturada permanente. A doutrina de segurança e defesa da UE está definida na Estratégia Europeia de Segurança, de 2003, atualizada e reforçada em 2008, que sublinha a necessidade de melhorar a coordenação de meios e a capacidade da UE atuar no terreno com uma multiplicidade de meios civis e militares.

A crise económica e financeira da UE veio dar um maior relevo ao papel da Agência Europeia de Defesa e à necessidade de desenvolvimento partilhado de capacidades (*Pooling and Sharing*), de forma a responder, simultaneamente, a requisitos nacionais e europeus. É necessário avançar com acordos bilaterais e multilaterais nesta dimensão, com regras claras que garantam uma utilização eficaz deste instrumento, sem perda de autonomia das Forças Armadas portuguesas.

As Nações Unidas, a OTAN e a UE partilham um princípio fundamental de defesa da segurança humana, em que os membros se comprometem a garantir não só a segurança dos Estados, mas também a segurança das pessoas. No mesmo sentido, as três instituições partilham uma determinação comum em melhorar a capacidade de prevenção e gestão de crises e assegurar uma maior capacidade de resposta rápida e de projeção de meios civis e militares.

Portugal assume as transformações requeridas pela nova agenda de segurança para continuar a ser um parceiro responsável no quadro de segurança cooperativa para a defesa permanente dos nossos valores e interesses fundamentais.

3. Alianças e parcerias

A estratégia de alianças tem como objetivos principais defender os interesses nacionais e garantir a segurança e a defesa de Portugal, reduzir as vulnerabilidades e exercer as responsabilidades internacionais do Estado e contribuir para a realização da visão portuguesa sobre os valores constitutivos da ordem internacional.

A aliança crucial para a segurança e defesa de Portugal é a Aliança Atlântica. A defesa da integridade territorial e da coesão nacional são inseparáveis da participação na OTAN. O reconhecimento de Portugal como um coprodutor de segurança internacional, a sua participação nas missões externas e a sua contribuição para a segurança dos recursos comuns do planeta realizam-se, prioritariamente, no quadro da OTAN. A internacionalização e a modernização das Forças Armadas portuguesas resultam da integração de Portugal na Aliança Atlântica. A credibilidade da instituição militar e a sua capacidade para desempenhar as missões essenciais da defesa nacional são inseparáveis do estatuto de Portugal como membro da OTAN. A Aliança Atlântica é a forma institucional da comunidade de segurança do espaço euro-atlântico.

O reforço do relacionamento bilateral com os EUA é crucial para consolidar a posição de Portugal nas principais áreas geográficas de interesse prioritário. As relações com os EUA são decisivas nas dimensões militar, política, económica e científica, bem como para o desenvolvimento da economia do mar.

A Europa é a primeira área geográfica de interesse estratégico nacional. A participação empenhada e plena de Portugal na UE é crucial para a segurança e o bem-estar dos portugueses. Os valores da democracia portuguesa realizam-se na constituição da UE como uma comunidade de direito no sistema internacional. Para assegurar os imperativos da segurança e defesa nacional, Portugal deve garantir a sua posição como parte integrante da cooperação estruturada permanente no quadro da PCSD, apostando na qualidade da sua participação nas missões da UE e nos programas da Agência de Defesa Europeia.

Portugal deve empenhar-se na valorização dos programas de cooperação militares e de segurança no quadro da CPLP e estabelecer parcerias estratégicas de segurança para criar quadros de cooperação relevantes para a defesa de interesses comuns, designadamente no domínio da segurança das linhas de comunicação marítimas e na gestão de crises.

Estas parcerias são relevantes para consolidar a autonomia nacional e defender os interesses e os valores nacionais numa área geográfica de interesse estratégico para Portugal. Essas iniciativas são uma forma de demonstrar o empenho de Portugal na defesa da unidade do Atlântico, cuja consolidação é crucial para o reforço dos vínculos entre os membros da CPLP. As relações inter-regionais entre a Europa Ocidental, a América do Norte, a América do Sul e a África Austral justificam criar diálogos de segurança, nomeadamente entre a UE, a OTAN, a União das Nações da América do Sul (UNASUL) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

No Magrebe e Médio Oriente, Portugal deve acompanhar de forma permanente e aprofundada as condições locais, valorizando as relações bilaterais. É essencial privilegiar relações de parceria bilateral com vizinhos próximos que partilham interesses comuns, assim como participar nos quadros multilaterais, designadamente o Diálogo do Mediterrâneo, a Iniciativa de Cooperação de Istambul e a Iniciativa 5+5.

Em Timor-Leste, o empenho nacional continuado na construção do Estado e na cooperação bilateral é não só relevante para as relações bilaterais, mas também para o prestígio regional de Portugal. É importante para Portugal poder estabilizar e desenvolver as relações de parceria não só com a China, especialmente através da Região Administrativa Especial de Macau, o Japão e a Índia, mas também com a Coreia do Sul, com a Malásia, a Tailândia, o Sri Lanka e a Indonésia, onde a história criou uma relação própria entre Portugal e as nações da Ásia, o que não exclui os Estados da região cujo relacionamento com Portugal tem um enorme potencial, nomeadamente económico. Portugal pode e deve combinar o reconhecimento, pelos países asiáticos, da especificidade desse vínculo histórico com o desenvolvimento de relações bilaterais mais intensas.

A crise portuguesa coincide com uma crise europeia, marcada por uma incerteza crescente sobre o futuro da EU e o destino da comunidade transatlântica, os dois pilares da ordem internacional que garantem a defesa de Portugal como um Estado independente. Nesse contexto, a definição clara e rigorosa da posição internacional de Portugal, das suas prioridades nacionais e das suas alianças é decisiva para conter os perigos do isolamento, da marginalização e da perda de autonomia, sem precedentes desde a institucionalização da democracia portuguesa.

V. Contexto nacional

1. Vulnerabilidades e ativos nacionais

Portugal é uma democracia, faz parte da comunidade ocidental e tem uma geografia cujas consequências condicionam a definição dos seus interesses permanentes.

As capacidades nacionais serão tanto maiores quanto melhor for a articulação entre os instrumentos estratégicos ao dispor do Estado e a forma como são utilizados os recursos disponíveis para realizar ações que permitam alcançar os objetivos definidos.

No quadro do processo de planeamento estratégico, com o objetivo de maximizar as capacidades nacionais, importa explorar, pelo que isso representa em termos de elemento multiplicador do potencial estratégico nacional, os seguintes ativos nacionais: a história, a identidade e coesão nacionais; a cultura e o espaço linguístico; um regime democrático consolidado; a participação na UE, na OTAN e na CPLP; o mar e a centralidade no espaço atlântico; o caráter arquipelágico do território; o clima e as comunidades de emigrantes.

Na definição da forma como desejamos utilizar os recursos, importa considerar as nossas principais vulnerabilidades: os desequilíbrios económico-financeiros e os níveis de competitividade da economia; o envelhecimento da população; a dependência energética e alimentar; as insuficiências do sistema de justiça e os constrangimentos de ordenamento do território.

O potencial estratégico nacional será sempre função dos recursos que a Nação pode disponibilizar. Porém, o seu valor real resulta, sobretudo, da forma racional e inteligente como esses recursos forem utilizados na edificação de uma capacidade nacional de atuação efetiva e, principalmente, da vontade coletiva que nos anima como portugueses de querer continuar a construir um futuro comum.

2. Princípios da segurança e defesa nacional

As políticas de segurança e defesa nacional integram princípios e objetivos definidos na Constituição e na lei, bem como orientações e prioridades definidas pelo conceito estratégico e concretizadas, nomeadamente, ao nível do programa de cada governo.

As políticas de segurança e defesa são orientadas pela promoção dos interesses nacionais: pela afirmação da presença de Portugal no mundo e pela consolidação das suas alianças internacionais; pela defesa da reputação e da credibilidade externas de Portugal; pela valorização do papel das comunidades portuguesas no mundo; pela contribuição para a promoção da paz e da segurança humana, com base no primado do direito internacional.

São os seguintes os princípios fundamentais em que assentam as políticas de segurança e de defesa nacional: o princípio da independência nacional, o princípio da igualdade entre os Estados, o princípio da proteção dos direitos humanos, o princípio do respeito pelo direito internacional, o princípio da resolução pacífica dos conflitos internacionais e o princípio da contribuição para a segurança, a estabilidade e a paz internacionais.

O Estado defende os interesses nacionais por todos os meios legítimos, dentro e fora do seu território, das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional e do espaço aéreo sob sua responsabilidade; o Estado assegura a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses num quadro autónomo ou multinacional; no exercício do direito de legítima defesa, Portugal reserva o recurso à guerra para os casos de agressão efetiva ou iminente.

A realização da estratégia nacional orienta-se por três regras:

— *Unidade estratégica*: é indispensável para integrar todas as dimensões da segurança e defesa, fazendo-as convergir para os objetivos comuns;

— *Coordenação*: é imprescindível para garantir a cooperação e colaboração entre todas as entidades e organismos intervenientes, ao nível nacional ou multilateral, de modo a maximizar o potencial estratégico disponível;

— *Utilização racional e eficiente de recursos*: no uso dos diversos instrumentos é imperativo que tal aconteça, tendo presente o objetivo para que contribuem e a natureza das ameaças e riscos que pretendem mitigar.

3. Objetivos nacionais permanentes

Portugal é uma democracia pluralista, um Estado de direito, parte integrante da comunidade ocidental. Os portugueses constituem uma antiga nação europeia, com uma forte identidade e uma confiança profunda no seu destino nacional.

No quadro das políticas de segurança e defesa nacional estão definidos como objetivos permanentes, garantir:

— A soberania do Estado, a independência nacional, a integridade do território e os valores fundamentais da ordem constitucional;

— A liberdade e a segurança das populações, bem como os seus bens e a proteção do património nacional;

— A liberdade de ação dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das funções e tarefas essenciais do Estado;

— A manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais;

— O fortalecimento das capacidades de coesão da comunidade nacional, de modo a que possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externas.

4. Objetivos nacionais conjunturais

A definição de objetivos permanentes não é, contudo, suficientemente detalhada para a definição da ação estratégica. Importa que, em resultado da análise do ambiente de segurança e do papel que Portugal ambiciona ter no Mundo, sejam identificados objetivos políticos, mais concretos e atuais, que permitam uma consistente elaboração do planeamento estratégico. No quadro das políticas de segurança e defesa nacional estão definidos como objetivos conjunturais, garantir:

— A correção dos desequilíbrios económico-financeiros, de forma a restaurar a credibilidade externa e a preservar a coesão social, reforçando, simultaneamente, a autonomia e a capacidade de ação externa do país;

— A redução do desemprego, contribuindo para a coesão social e maior qualidade de vida dos cidadãos e respetivas famílias;

— A correção de vulnerabilidades e dependências externas prejudiciais para a coesão nacional e o exercício da soberania;

— A valorização da vocação atlântica de Portugal;

— A consolidação da inserção de Portugal numa rede de alianças e de parcerias estratégicas estável e coerente;

— O empenho na consolidação da CPLP;

— O desenvolvimento da capacidade para enfrentar as ameaças e riscos mais prováveis e para cumprir os compromissos internacionais, incluindo a participação relevante das Forças Armadas em missões internacionais de paz;

- A racionalização e rentabilização de recursos, mediante o desenvolvimento de capacidades civis e militares integradas;
- O empenho na valorização do capital humano e no reforço e dinamização das capacidades científicas e tecnológicas nacionais e a promoção da investigação científica e da inovação.
- A contribuição para o fortalecimento da coesão da UE e da OTAN;
- A defesa do prestígio internacional de Portugal.

VI. Conceito de ação estratégica nacional

A estratégia nacional desenvolve-se em três vetores de ação: exercer a soberania nacional, neutralizar ameaças e riscos à segurança nacional; ultrapassar os principais constrangimentos e vulnerabilidades nacionais; potenciar os recursos nacionais e explorar as oportunidades existentes. Os vetores de ação estratégica agregam diversas linhas de ação, cuja implementação de forma articulada ou independente pelos vários atores, concorrem direta ou indiretamente para a consecução de objetivos nacionais permanentes e conjunturais do Estado.

1. Vetores e Linhas de Ação Estratégica

(I) – Exercer soberania, neutralizar ameaças e riscos à segurança nacional

1.1. Defender a posição internacional de Portugal

Portugal tem um estatuto internacional estável como uma democracia ocidental, membro de pleno direito da UE e da OTAN e fundador da CPLP. Os interesses permanentes da política externa portuguesa estão bem definidos e assentam num consenso nacional.

A diplomacia e a política externa são essenciais para a prossecução dos objetivos da estratégia nacional nas relações internacionais. As linhas de ação prioritárias para defender a posição internacional de Portugal incluem:

- Contribuir para estabilizar e completar a União Económica e Monetária e reforçar as políticas comuns da UE, nomeadamente a PCSD, na qual Portugal deve continuar a ser parceiro ativo e empenhado;
- Reafirmar a importância estratégica da inserção de Portugal na OTAN, bem como da aliança bilateral com os EUA;
- Contribuir para a consolidação da CPLP e reforçar as parcerias estratégicas com os Estados de expressão portuguesa, desenvolvendo as dimensões políticas, económicas e de segurança e defesa nesse eixo estratégico;
- Investir na segurança do Magrebe, nomeadamente, através da Iniciativa 5+5 e outros fóruns multilaterais;
- Participar ativamente em missões que contribuam para a paz e a segurança internacional, no âmbito de organizações internacionais a que está vinculado;
- Intensificar as relações com os Estados com comunidades portuguesas, com os países com uma forte presença cultural portuguesa e com os Estados de origem das comunidades de imigrantes residentes em Portugal;
- Mobilizar eficazmente a diplomacia portuguesa, nomeadamente para a projeção económica global do país, apostando numa diplomacia económica que contribua de forma decisiva para a afirmação da credibilidade externa de Portugal, para a atração de investimento e para a promoção das empresas no exterior;
- Reforçar a presença de portugueses nas instituições internacionais;
- Desenvolver estratégias de imagem nacional que passem, nomeadamente, pela definição de um plano estratégico, por uma gestão profissional da política de diplomacia pública e pela associação a estes dois eixos da iniciativa privada nacional e da diáspora portuguesa.

1.2. Consolidar as relações externas de defesa

O reforço da segurança e da defesa nacional assenta na consolidação das relações externas de defesa, nomeadamente com a OTAN e a UE, bem como pelo aprofundamento das dimensões de segurança das políticas de cooperação na comunidade lusófona, cuja concretização passa pelas seguintes linhas de ação:

- Participar nas missões militares internacionais de paz, nomeadamente no quadro das Nações Unidas, da OTAN e da UE;
- Intensificar o relacionamento com a OTAN, participar no seu processo de transformação e defender a articulação estratégica entre a OTAN e a UE;
- Intensificar as relações externas de defesa e a cooperação com os EUA;
- Promover o desenvolvimento da PCSD da UE;
- Alargar as relações bilaterais e multilaterais de segurança e defesa com os Estados membros da CPLP, em particular nos domínios da cooperação técnico-militar e da reforma do sector da segurança;
- Contribuir para a estabilidade estratégica no Mediterrâneo e no Magrebe, participando ativamente na Iniciativa 5+5 Defesa;
- Potenciar as oportunidades no domínio da economia de defesa.

1.3. Valorizar as informações estratégicas

O carácter imprevisível, multifacetado e transnacional das novas ameaças confirma a relevância das informações. Neste contexto, os serviços de informações constituem-se como incontornáveis instrumentos de identificação e avaliação de ameaças e oportunidades em cenários voláteis e complexos. As informações são um instrumento estratégico do Estado, essencial para o apoio à decisão política, sobretudo em matérias de segurança e defesa.

Dada a atual conjuntura, a necessária salvaguarda dos interesses nacionais em diversas regiões constituir-se-á, nos próximos anos, como uma das principais e mais exigentes atribuições do Estado, tornando incontornável a capacitação reforçada dos serviços de informações.

Assim, a valorização das informações estratégicas passa, nomeadamente, por:

- Consolidar o vetor das informações enquanto instrumento da avaliação e identificação de oportunidades, ameaças, vulnerabilidades e riscos;
- Reforçar a capacidade das informações como instrumento de identificação de oportunidades de afirmação da presença portuguesa que contribuam para a segurança nacional, tirando partido de valores imateriais como a língua e a cultura, a democracia e o respeito pelos direitos humanos.

1.4 Adequar as políticas de segurança e defesa nacional ao ambiente estratégico

1.4.1. Defender o território e a segurança dos cidadãos, neutralizar as ameaças e riscos transnacionais

A defesa dos valores constitucionais, a garantia da soberania, da independência nacional e da integridade territorial, a segurança dos cidadãos e a sua liberdade individual e política, constituem funções e deveres permanentes do Estado de direito democrático.

Para garantir esses objetivos permanentes, as políticas de segurança e defesa nacional devem:

- Assegurar uma capacidade dissuasora, reforçada pelo quadro de alianças, suficiente para desencorajar as agressões ou para restabelecer a paz, em condições adequadas para o interesse nacional;
- Consolidar uma estrutura militar como meio essencial de demonstração da capacidade de defesa do Estado e da determinação coletiva no exercício da soberania nacional;
- Assegurar a capacidade para cumprir as missões militares necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial do Estado;

- Articular de forma eficiente meios civis e militares, de forma a garantir uma capacidade de resposta integrada a agressões ou ameaças à segurança nacional;
- Garantir a capacidade de vigilância e controlo do território nacional e do espaço interterritorial, incluindo a fiscalização do espaço aéreo e marítimo;
- Garantir capacidade autónoma para executar missões destinadas a salvaguardar a vida e os interesses dos cidadãos portugueses;
- Assegurar reservas estratégicas indispensáveis à segurança do país, nomeadamente nos planos da energia, as comunicações, dos transportes, dos abastecimentos, da alimentação e da saúde;
- Garantir a capacidade para organizar a resistência nacional em caso de agressão.

1.4.2. Responder às ameaças e riscos

A tipologia das ameaças transnacionais, como o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, o crime organizado transnacional, a cibercriminalidade, as catástrofes e calamidades, os riscos ambientais e as pandemias, exige respostas estratégicas multisectoriais e integradas.

Nesse sentido, o Estado deve:

- Maximizar as capacidades civis e militares existentes e impulsionar uma abordagem integrada na resposta às ameaças e riscos, operacionalizando um efetivo sistema nacional de gestão de crises;
- Clarificar, agilizar e simplificar as estruturas de prevenção e de resposta operacional, adaptando-as à natureza das ameaças, de modo a maximizar as capacidades existentes e a melhorar a eficiência no emprego dos meios;
- Contribuir, nas instâncias internacionais, para o reforço das políticas de controlo e não-proliferação dos armamentos, das tecnologias de destruição massiva, para a prevenção e combate ao terrorismo, ao narcotráfico e a outras formas de criminalidade organizada e para a proteção do meio ambiente, para a segurança marítima e aérea e para o auxílio humanitário;
- Aprofundar a cooperação entre as Forças Armadas e as forças e serviços de segurança em missões no combate a agressões e às ameaças transnacionais, através de um Plano de Articulação Operacional que contemple não só as medidas de coordenação, mas também a vertente de interoperabilidade dos sistemas e equipamentos;
- Promover uma abordagem integrada da segurança interna, contemplando uma dimensão horizontal, incluindo a necessidade de intervenção articulada e coordenada de forças e serviços de segurança, da proteção civil, da emergência médica e das autoridades judiciais, bem como de entidades do sector privado, e uma dimensão vertical, incluindo os níveis internacional, nacional e local;
- Promover a integração operativa da segurança interna, através da adoção de medidas operacionais que reduzam redundâncias e aumentem a integração operacional e a resiliência do sistema, incluindo as informações, a segurança pública, a investigação criminal, os serviços de estrangeiros e fronteiras e a proteção civil;
- Desenvolver as capacidades militares necessárias à mitigação das consequências de ataques terroristas, cibernéticos, NBQR — Nuclear, Bacteriológico, Químico, ou Radiológico — e de catástrofes e calamidades;
- Definir o esforço coordenado de aquisição e manutenção de reservas estratégicas de determinados medicamentos que possam ser utilizados em caso de emergência em saúde pública ou de calamidade, bem como assegurar, de um modo sustentado, a preservação de infraestruturas essenciais quer do sector saúde, integrando o sistema prestador de cuidados, quer no domínio do abastecimento de água e alimentos, e energia.

Para responder eficazmente à ameaça das redes terroristas, Portugal deve desenvolver uma estratégia nacional e integrada que articule medidas diplomáticas, de controlo financeiro, judiciais, de informação pública e de informações, policiais e militares. Deve ainda atribuir especial atenção à vigilância e controlo das acessibilidades marítima, aérea e terrestre ao território nacional. Neste domínio, adquire grande acuidade a implementação de um Programa Nacional de Proteção das Infraestruturas Críticas.

Relativamente à proliferação de armas de destruição massiva e seus vetores, é indispensável reforçar a coordenação entre as várias instâncias do Estado com responsabilidades na prevenção e resposta a este risco, nomeadamente no plano da fiscalização dos mercados de acesso à produção, comercialização e tráfico, da investigação tecnológica, da informação à população e da proteção civil, em estreita articulação com os nossos aliados. É também necessário promover a melhoria das capacidades de defesa NBQR.

Para lutar contra o crime organizado transnacional importa não só reforçar a cooperação internacional, como melhorar a capacidade de prevenção e combate à criminalidade organizada, reforçando e aperfeiçoando os mecanismos de coordenação entre as várias entidades e organismos com responsabilidades neste domínio, atribuindo especial prioridade quer às ações de fiscalização, deteção e rastreio do tráfico de droga nos espaços marítimo e aéreo sob jurisdição nacional, quer às ações de combate às redes de imigração clandestina e do tráfico de seres humanos.

No domínio da cibercriminalidade, impõe-se uma avaliação das vulnerabilidades dos sistemas de informação e das múltiplas infraestruturas e serviços vitais neles apoiados. Neste domínio, definem-se como linhas de ação prioritárias: garantir a proteção das infraestruturas de informação críticas, através da criação de um Sistema de Proteção da Infraestrutura de Informação Nacional (SPIIN); definir uma Estratégia Nacional de Cibersegurança; montar a estrutura responsável pela cibersegurança, através da criação dos órgãos técnicos necessários; sensibilizar os operadores públicos e privados para a natureza crítica da segurança informática e levantar a capacidade de ciberdefesa nacional.

Para fazer face aos atentados ao ecossistema, Portugal deverá reforçar a sua capacidade de resposta através da promoção de uma adequada articulação entre as políticas públicas com intervenção neste domínio e da maximização das capacidades civis-militares.

A pirataria constitui uma séria ameaça à segurança, afetando as rotas vitais do comércio internacional. Portugal deve continuar a participar em missões de combate à pirataria, no quadro das suas alianças, e contribuir para a segurança dos recursos comuns do planeta, bem como cooperar com os Estados de língua portuguesa, nomeadamente no âmbito do Acordo de Defesa da CPLP, para desenvolver ações de segurança marítima e de combate a esta ameaça.

O impacto devastador das catástrofes naturais ou provocadas e das calamidades dão relevo ao Sistema de Proteção Civil e às seguintes linhas de ação estratégica: reforçar o Sistema de Proteção Civil, intensificando o aproveitamento de sinergias operacionais entre as entidades responsáveis pelas áreas da segurança interna, justiça e defesa nacional e a administração local, para melhorar a eficiência e a eficácia do sistema; desenvolver metodologias, programas e estudos técnicos e científicos sobre os diferentes perigos, ameaças e riscos; criar uma Unidade Militar de Ajuda de Emergência, sem aumento dos efetivos autorizados, e aprofundar a ligação e capacidade de resposta das Forças Armadas com a rede de entidades responsáveis em situações de catástrofe e calamidade.

As pandemias e outros riscos à segurança sanitária constituem sérios riscos para a segurança do Estado e das pessoas. Nesse quadro, é prioritário reforçar a capacidade de resposta nacional aos riscos sanitários, através de uma melhor definição do quadro estratégico de planeamento e resposta; da promoção de ações de educação e formação para a emergência e gestão do risco; do desenvolvimento da cooperação civil-militar e da coordenação entre os hospitais públicos, privados e militares, no sentido de mais rápida e eficazmente se fazer face a doenças epidémicas ou ataques com armas NBQR. A segurança sanitária passa também por garantir a segurança alimentar, nomeadamente a qualidade dos alimentos e da água e pela definição de uma Estratégia Nacional Sanitária-Epidemiológica.

Finalmente, é necessária uma Estratégia Nacional do Ambiente que permita prevenir e fazer face, de forma integrada, aos principais riscos ambientais em Portugal, como os sismos, os incêndios florestais, as cheias, a erosão no litoral e a erosão hídrica do solo, a desertificação e os acidentes industriais.

1.4.3. Afirmar Portugal como coprodutor de segurança internacional

O vetor militar é primordial no apoio à política externa. Uma das missões prioritárias das Forças Armadas é contribuir como instrumento do Estado para a segurança internacional, designadamente pela sua intervenção em missões militares internacionais de paz, que asseguram o reconhecimento externo de Portugal como um Estado coprodutor de segurança internacional. As forças e serviços de segurança, a par da diplomacia e dos sectores da justiça e da saúde, entre outros, desempenham um papel relevante neste domínio.

As fronteiras da segurança nacional vão para além das fronteiras territoriais do Estado. A redução dos fatores de instabilidade global e dos conflitos regionais é uma responsabilidade coletiva das democracias e parte integrante das missões da segurança nacional. Nesse sentido, compete ao Estado português:

- Participar em missões militares internacionais na defesa da paz e da segurança, nomeadamente no quadro das Nações Unidas, da OTAN e da UE, integrando no planeamento nacional a evolução registada nessas organizações;

- Participar, sempre que possível e de acordo com as nossas capacidades, em missões de ajuda de emergência, solicitadas pelas Nações Unidas;

- Participar em missões de reforma do sector de segurança;

- Estabelecer parcerias estratégicas de segurança com os países da CPLP, abertas a iniciativas conjuntas no domínio da segurança e da defesa, nomeadamente o combate à criminalidade organizada, à cibercriminalidade e à segurança das rotas navais.

- Incrementar o esforço que vem sendo desenvolvido na área da cooperação técnico-militar.

Tendo em conta os recursos disponíveis e a conjuntura, o emprego de recursos militares nacionais deve obedecer a uma escala geopolítica de prioridades. Em primeiro lugar, na defesa cooperativa da paz e da segurança nas regiões europeia e euro-atlântica, em conjunto com os aliados, bem como na proteção das comunidades portuguesas no estrangeiro; em segundo lugar, nas áreas vitais para o combate ao terrorismo transnacional e outras ameaças diretas à região euro-atlântica; em terceiro lugar, na cooperação no domínio da segurança e defesa com os países da CPLP; e, finalmente, participar em missões de ajuda de emergência das Nações Unidas.

1.4.4. Valorizar as missões de interesse público das Forças Armadas

As missões constitucionalmente atribuídas às Forças Armadas incluem missões de interesse público, nomeadamente no apoio ao desenvolvimento sustentado e à melhoria da qualidade de vida dos portugueses. Estas missões abrangem um vasto leque de atividades, incluindo: o apoio ao Serviço Nacional de Proteção Civil, para fazer face a situações de catástrofe ou calamidade pública; o apoio à satisfação das necessidades básicas das populações; a fiscalização da Zona Económica Exclusiva; a busca e salvamento; a proteção do ambiente; a defesa do património natural e a prevenção de incêndios; a pesquisa dos recursos naturais e a investigação nos domínios da geografia, cartografia, hidrografia, oceanografia e ambiente marinho. Na execução destas missões deve ser valorizado na máxima extensão possível o princípio do duplo uso.

1.4.5. Adaptar e racionalizar estruturas

As alterações estruturais no ambiente de segurança e a natureza das ameaças à segurança nacional implicam uma capacidade de resposta diferente das Forças Armadas. O imperativo da reforma das Forças Armadas não é conjuntural. Os constrangimentos financeiros com que o mundo ocidental e Portugal em particular estão confrontados apenas lhe dão maior urgência.

É essencial que esse processo de modificação estrutural corresponda a uma visão estratégica. As reformas devem obedecer a um modelo coerente que assenta na valorização de soluções integradas e conjuntas, bem como do produto operacional, justificação última da existência das Forças Armadas. Esta é a base de partida de um processo que não poderá deixar de passar pela integração dos processos de planeamento de forças e de edificação de capacidades; pela simplificação de estruturas organizativas; pela racionalização de dispositivos; pela partilha de soluções operacionais e pela eliminação de redundâncias desnecessárias.

O carácter predominantemente conjunto da atuação das Forças Armadas deve estender-se não só aos conceitos operacionais, à doutrina e aos procedimentos, mas também à cultura institucional e organizacional das Forças Armadas. A necessidade de garantir processos de decisão eficazes e uma gestão de recursos eficiente, torna inadiável o aprofundamento da reforma das estruturas da defesa nacional e das Forças Armadas, através da maior integração de estruturas de comando e direção, de órgãos e serviços administrativos e logísticos, como reflexo de uma filosofia e prática operativa que privilegiem a atuação conjunta.

A necessidade de racionalizar e otimizar a relação entre produto operacional e recursos é imperativa, num quadro de constrangimentos financeiros, não só no plano nacional e europeu, mas também na OTAN, onde se tornou consensual o objetivo de aplicar o conceito de Defesa Inteligente (*Smart Defence*).

No que se refere às estruturas do Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior -General das Forças Armadas (EMGFA) e ramos, o aprofundamento da reforma deverá visar: uma organização funcional que corresponda a uma visão global da defesa nacional; a simplificação e redução de estruturas, por forma a agiliza-las e a eliminar os elementos desnecessários, e a melhoria do funcionamento dos órgãos e serviços que têm por incumbência obter, afetar e administrar os recursos destinados às Forças Armadas, em particular os que se relacionam com a preparação e emprego da sua componente operacional.

O dispositivo das Forças Armadas deve ser racionalizado de acordo com o princípio orientador da concentração, visando a economia de meios, rentabilizando o apoio logístico e limitando o número de infraestruturas, aproveitando ao máximo as que se mostrarem mais adequadas.

É importante maximizar as práticas de duplo uso e de partilha de recursos, bem como eliminar todas e quaisquer formas de duplicação de meios públicos. Por fim, é necessário proceder à racionalização e redimensionamento dos efetivos e à adequação dos recursos humanos às exigências de flexibilidade próprias das novas missões das Forças Armadas.

1.4.6. Rentabilizar meios e capacidades

Num contexto de constrangimentos orçamentais, comum aos membros da UE e da OTAN, deve-se ser ainda mais preciso na definição das capacidades de dissuasão, das missões prioritárias e dos cenários mais prováveis de emprego, de acordo com os objetivos nacionais e os compromissos internacionais do Estado.

Portugal deve estar dotado de uma capacidade dissuasora para desencorajar agressões e que garanta a possibilidade de fazer funcionar em tempo útil os mecanismos de contenção políticos, diplomáticos e militares inerentes ao exercício das responsabilidades de defesa coletiva no quadro das alianças de que Portugal é parte.

As Forças Armadas devem constituir-se num instrumento militar capaz de projetar forças conjuntas de elevada prontidão, constituídas com base num conceito modular, com capacidades que permitam um empenhamento autónomo ou integrado em forças multinacionais e em apoio da proteção civil. Para o efeito devem estar preparadas para cumprir missões de:

- Defesa integrada do território nacional;
- Resposta a crises internacionais ou conflitos armados, no âmbito dos compromissos assumidos nomeadamente com a OTAN e a UE;
- Apoio à paz e de auxílio humanitário, de acordo com a política externa do Estado e da salvaguarda dos interesses nacionais;

- Cooperação técnico-militar
- Interesse público, associadas ao desenvolvimento sustentado, ao bem-estar da população, ao apoio à proteção civil e aos compromissos internacionais assumidos neste domínio;
- Cooperação com as forças e serviços de segurança no combate a ameaças transnacionais.

Os cenários de atuação onde se concretizam estas missões dão ênfase à necessidade das Forças Armadas portuguesas disporem, prioritariamente, de capacidade de projetar forças para participar em missões no quadro da segurança cooperativa ou num quadro autónomo – para proteção das comunidades portuguesas no estrangeiro, em áreas de crise ou conflito –, de vigilância e controlo dos espaços de soberania e sob jurisdição nacional, e de resposta a emergências complexas, designadamente em situações de catástrofe ou calamidade.

Consequentemente, a configuração da estrutura de forças deverá considerar, prioritariamente, as missões que se concretizam nesses cenários e as capacidades militares existentes deverão ser otimizadas e articuladas, por forma a materializarem capacidades conjuntas e efetivos objetivos de forças que permitam uma maior capacidade de resposta e uma maior prontidão.

A experiência acumulada nas últimas duas décadas, através da participação das Forças Armadas nestas missões, demonstra inequivocamente a importância da capacidade de projetar forças e de as sustentar por prolongados períodos de tempo, bem como da capacidade de atuação conjunta. É, por isso, indispensável que se privilegie uma estrutura de forças baseada em capacidades conjuntas e assentes num modelo de organização modular e flexível.

A estrutura de forças e o seu dispositivo devem ser rigorosamente dimensionadas e reconfiguradas em consonância com o nível de ambição, a definir pelo poder político no início dos ciclos de planeamento, e com os correspondentes objetivos de forças prioritários. Todo o planeamento de capacidades deverá ser orientado para esse nível de ambição.

Tendo em conta a tipologia das missões das Forças Armadas e das ameaças à segurança nacional, deverá ser atribuído o maior grau de prioridade: à capacidade de projetar forças e de as sustentar por prolongados períodos de tempo; à mobilidade estratégica e tática e à proteção de forças; à efetiva capacidade nas áreas de comando, controlo, comunicações e informações; ao desenvolvimento da capacidade de ciberdefesa; aos «multiplicadores de forças» que ampliem a capacidade operacional e a sobrevivência das tropas; aos meios que melhorem as capacidades de vigilância e controlo dos espaços aéreo e marítimo à nossa responsabilidade e às capacidades indispensáveis para fazer face às consequências de ataques terroristas, NBQR e de catástrofes e calamidades. O sucesso das missões prioritárias exige, também, um sistema de informações qualificado e orientado para o apoio das operações militares. Consequentemente, a estratégia de meios deve atender prioritariamente a este elenco de capacidades.

O que antecede corresponde também a um esforço de modernização face às obrigações de Portugal na gestão dos espaços comuns (*global commons*), na PCSD da EU e na segurança do Atlântico. São desafios estratégicos que representam oportunidades e implicam investimentos.

Nesse sentido, é fundamental implementar decididamente a metodologia de planeamento por capacidades, no âmbito do desenvolvimento do sistema de forças nacional, tendo em conta os critérios de atuação e de emprego efetivo dos meios, preparação e eficácia das Forças Armadas. É necessário orientar o investimento para as capacidades necessárias ao cumprimento das missões prioritárias da defesa nacional. Os investimentos devem ser seletivos e concentrar-se em equipamentos de utilidade tática e estratégica que assegurem resultados operacionais significativos a custos mais baixos.

Os programas de partilha de capacidades em debate na OTAN e na UE, bem como uma rigorosa articulação da programação e do planeamento militares com os ciclos de planeamento da OTAN e da UE, devem ser tidos em conta, sem prejuízo da capacidade de atuação autónoma das Forças Armadas em determinados cenários.

As exigências das respostas ao atual quadro de ameaças e riscos tornam indispensável que se tenha em conta a necessária capacidade de crescimento do sistema de forças, quando necessário, por convocação ou mobilização. É, por isso, fundamental implementar um efetivo sistema de convocação e mobilização, bem como incrementar a constituição das apropriadas reservas de guerra.

Em síntese, mantendo o objetivo de uma capacidade de dissuasão credível, considera-se prioritária a consolidação das Forças Armadas portuguesas como organização modular, flexível e moderna, valorizando as capacidades conjuntas e otimizando o produto operacional, adequando-as quer ao novo ambiente de segurança quer ao novo ambiente financeiro, o que implicará soluções racionalizadoras do sistema de forças e do seu dispositivo, de acordo com as orientações aqui definidas.

Nesse sentido, é igualmente essencial assegurar uma relação mais equilibrada entre os agregados de despesa do orçamento, designadamente entre as despesas de pessoal e de operação e manutenção e o investimento.

1.4.7. Clarificar as competências das forças e serviços de segurança

O sistema de segurança interna não deve ser considerado isoladamente, mas antes integrado no sistema mais amplo e abrangente da segurança nacional, que faz apelo aos princípios da complementaridade e da interdependência entre todas as suas componentes.

O sistema de segurança interna dispõe, para a prossecução da sua atividade, de um conjunto de forças e serviços que exercem funções nesse domínio, para além dos órgãos de polícia criminal. O sistema português de segurança interna pode incluir-se nos denominados modelos dualistas ou de dupla componente policial. Importa, todavia, reconhecer a necessidade de clarificar este modelo conceptual, definindo com precisão as atribuições e competências de cada componente e eliminando as redundâncias existentes, de modo a torná-lo mais eficiente.

2. Vetores e Linhas de Ação Estratégica

(II) — Responder às vulnerabilidades nacionais

2.1. Promover o equilíbrio financeiro e o crescimento económico

Uma das maiores debilidades estruturais nacionais tem sido o perdurante desequilíbrio comercial com o exterior, que recentemente se tem vindo a corrigir. No entanto, o défice estrutural da balança comercial tornou Portugal dependente da entrada de recursos externos para se financiar. Este problema viu-se agravado nos últimos anos pela acumulação de outros desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente originados ao nível do controlo das contas públicas, frequentemente deficitárias. Tratou-se de uma situação que se refletiu também no baixo nível de crescimento económico e no aumento do desemprego, fenómeno que, pela sua natureza, mina os alicerces da coesão nacional e que, quando ultrapassa determinada dimensão, pode ser gerador de conflitualidade e instabilidade social.

Neste domínio, identificam-se as seguintes linhas de ação estratégica:

- Assegurar a estabilidade macroeconómica e os principais equilíbrios financeiros da economia, desde logo garantindo a sustentabilidade das contas públicas;
- Aumentar o potencial produtivo e industrial, removendo os bloqueios que travam a eficiência económica;
- Promover oportunidades de criação de emprego;
- Assegurar um desenvolvimento económico territorial equilibrado, em ordem a reforçar a coesão nacional e, também, a coesão social;
- Prestar uma atenção especial aos sectores estrategicamente relevantes, de forma a assegurar o máximo de autonomia sem sacrifício da eficiência económica e do potencial de criação de bem-estar;
- Constituir reservas estratégicas de bens essenciais — energia e alimentação —, que garantam a autonomia necessária em períodos críticos;

- Criar e diversificar mecanismos suscetíveis de garantir abastecimentos vitais, de forma a melhorar a capacidade de resistência nacional em caso de conflito;
- Assegurar o reequilíbrio financeiro interno e reduzir o endividamento externo, de forma a restaurar a credibilidade externa;
- Reforçar a conectividade internacional, valorizando a fachada atlântica, através do desenvolvimento de portos de águas profundas, do transporte rodo-marítimo e do corredor ferroviário de mercadorias para a Europa.

2.2. Assegurar a autonomia energética e alimentar

Há duas vulnerabilidades que se destacam pela sua importância estratégica: a dependência energética e a dependência alimentar. A ação estratégica nesses domínios deve passar pela execução das seguintes linhas de ação estratégica:

- Diminuir a dependência energética de Portugal do exterior e aproximá-la da média da UE (50%);
- Diversificar fontes de fornecimento e rotas energéticas;
- Tornar efetiva uma política de eficiência energética e apostar nos recursos endógenos do País com a dinamização de *clusters* competitivos na área das energias renováveis, em particular eólica, solar e biomassa;
- Otimizar os recursos hídricos;
- Rever a política de transportes, sector responsável pelo consumo de mais de um terço da energia primária e muito dependente do petróleo;
- Rever a política de gestão de reservas estratégicas de petróleo e gás e adequar a sua magnitude à intensidade das ameaças de interrupção de abastecimento;
- Impulsionar o potencial para a produção de biocombustíveis e promover uma política integrada de aproveitamento dos resíduos da floresta e dos resíduos urbanos que pode ajudar a transformar resíduos em recursos energéticos;
- Negociar a participação de Portugal em projetos de redes energéticas transeuropeias.

A segurança alimentar deve passar pela execução das seguintes linhas de ação estratégica:

- Desenvolver as capacidades produtivas nacionais no sector alimentar de modo a salvaguardar a sua segurança, reduzir a dependência externa e contribuir para a coesão nacional, através do desenvolvimento rural e do conjunto do território;
- Dinamizar as componentes associadas à agricultura e às florestas (comércio e serviços) em todas as regiões do país, de modo a gerar emprego e valor, contribuindo para o reforço da coesão nacional;
- Prevenir a destruição da floresta e reforçar o empenhamento dos agentes da proteção civil na sua preservação.

2.3. Incentivar a renovação demográfica e gerir o envelhecimento da população

A tendência de envelhecimento demográfico reduz as possibilidades de crescimento económico a médio prazo e é insuficientemente compensada pela capacidade de atrair imigração, a qual, por sua vez, é um desafio no plano da integração e das políticas sociais.

Nesse sentido, afiguram-se como linhas de ação estratégica:

- Promover novas políticas de incentivo à natalidade e de fixação de populações, bem como, a consolidação das políticas de integração de imigrantes;
- Desenvolver políticas públicas de gestão do envelhecimento da população, por forma a garantir a coesão nacional;
- Manter uma política de imigração integradora e humanista que reforce a coesão social e promova uma cultura de cidadania. Do mesmo modo, atuar ao nível das perceções das populações, de modo a prevenir a radicalização e a xenofobia.

2.4. Melhorar a eficácia do sistema de justiça

As insuficiências do sistema de justiça são outra vulnerabilidade, sendo apontadas como uma das causas da nossa falta de capacidade de afirmação económica global e como elemento dificultador do combate eficaz à criminalidade organizada.

Neste domínio, constituem linhas de ação estratégicas:

— Implementar as reformas necessárias no sistema de justiça que permitam a melhoria da capacidade competitiva internacional, que a par de um sistema fiscal estável e de uma reduzida conflitualidade social, constituem as garantias sólidas para o investimento;

— Corrigir as assimetrias existentes no sistema penal, de modo a tornar mais eficiente o combate à criminalidade económica complexa, incluindo a corrupção e evasão fiscal;

— Introduzir as reformas necessárias para garantir a eficiência do combate ao crime organizado, económico, transfronteiriço, bem como à cibercriminalidade.

2.5. Qualificar o ordenamento do território

O processo de qualificação do ordenamento do território pode dar um contributo importante para aumentar a segurança, assente numa visão sistémica de base territorial da prevenção, mitigação e adaptação a ameaças e riscos. As linhas de ação no ordenamento territorial inscrevem-se em diferentes níveis:

— Implementar medidas integradas que traduzam a indispensável conexão entre segurança ambiental, alimentar, de saúde pública e de ordenamento do território, visando aumentar a segurança do território, das comunidades e das atividades, quer numa perspetiva de prevenção e de gestão adaptativa dos riscos, quer numa ótica pró-ativa e prospetiva de reforço da resiliência e da sustentabilidade;

— Articular procedimentos de planeamento de emergência e de ordenamento do território, visando a melhoria dos planos municipais de emergência e dos planos diretores municipais;

— Desenvolver intervenções coordenadas em áreas particularmente vulneráveis do ponto de vista social, ambiental e económico, onde as lógicas de proximidade são decisivas para a prevenção do crime ou de ações de terrorismo, inclusão social, segurança ambiental, energética ou de saúde pública;

— Contemplar nos grandes projetos de transportes, comunicações e respetivas infraestruturas e meios, os requisitos para a segurança e defesa nacional, designadamente no âmbito essencial das ligações marítimas e aéreas entre o Continente e as Regiões Autónomas, bem como com o exterior em geral;

— Definir regras de segurança das atividades de ordenamento do território compatíveis com a segurança nacional, designadamente nos grandes projetos de obras públicas.

2.6. Envolver a sociedade nos assuntos da segurança e defesa nacional

Assumir a segurança e defesa nacional como responsabilidade essencial do Estado, mas também da sociedade e dos cidadãos.

Neste domínio constituem linhas de ação estratégica:

— Melhorar a comunicação estratégica das Forças Armadas para permitir a compreensão por parte da sociedade, dos interesses estratégicos nacionais e das ameaças e oportunidades que se lhes colocam;

— Promover junto dos cidadãos o conhecimento e a utilidade da organização militar e dos restantes instrumentos ao dispor da estratégia de segurança e defesa nacional.

3. Vetores e Linhas de Ação Estratégica

(III) — Valorizar os recursos e as oportunidades nacionais

3.1. Investir nos recursos marítimos

Portugal tem uma posição geográfica específica de articulação intercontinental, por onde cruzam muitas das mais importantes rotas aéreas e marítimas mundiais.

A delimitação da plataforma continental configura um território de referência do País, indissociável da sua dimensão marítima acrescida, que consagra a Portugal direitos soberanos na exploração e aproveitamento no elevado potencial dos seus recursos, bem como responsabilidades e desafios num espaço que renova a sua centralidade geoestratégica.

Assim, porque só se pode explorar, proteger e preservar aquilo que se conhece, a exploração sustentável dos seus recursos minerais, energéticos e biogenéticos, e consequente criação de valor que promova o desenvolvimento económico, exige que se criem condições que assentem em três fatores críticos de sucesso: melhorar o conhecimento científico, incrementar a capacitação tecnológica e defender a plataforma continental.

Portugal pode colocar-se no centro das redes portuárias internacionais e das rotas comerciais e energéticas e ficará com a possibilidade de explorar importantes matérias-primas e recursos energéticos. O mar constitui assim um importante ativo estratégico e, por isso, a exploração dos recursos da plataforma continental torna obrigatória a revisão periódica da Estratégia Nacional para o Mar, perspetivando vetores de ação para que o aproveitamento sustentado do mar venha a constituir uma realidade efetiva, no que é determinante a integração e articulação de várias políticas sectoriais, nomeadamente a diplomática, a económica, a educativa, a científica e tecnológica e a ambiental. Como ativo estratégico, o mar deve estar integrado numa perspetiva ampla de segurança e defesa nacional.

Para o efeito, é necessário:

- Manter uma capacidade adequada de vigilância e controlo do espaço marítimo sob responsabilidade nacional e do espaço marítimo interterritorial;
- Clarificar as competências e racionalizar os meios e as instituições envolvidas na vigilância e assistência marítima, maximizando as capacidades existentes e melhorando a eficiência no emprego dos meios;
- Prevenir e preparar a reação a acidentes ambientais e a catástrofes naturais, e implementar um sistema de observação e alerta de catástrofes naturais;
- Otimizar a coordenação e a utilização dos meios de combate às atividades criminais efetuadas no mar;
- Estudar os impactos das alterações climáticas nas zonas marítimas costeiras e planear os recursos necessários para adaptação das zonas costeiras àqueles impactos;
- Promover intervenções no espaço marítimo, visando garantir usos, funções, atividades e formas de gestão compatíveis com a utilização sustentável e segura dos recursos aí existentes e com o aumento da resiliência dos vários sistemas naturais e biofísicos que o constituem;
- Adotar políticas públicas de fomento da economia do mar, em particular de exploração dos recursos marítimos nacionais;
- Promover e incentivar a preservação, aproveitamento e utilização, de modo multidisciplinar, dos recursos marinhos da Zona Económica Exclusiva e da plataforma continental;
- Apostar na formação profissional e superior e na I&D na área das ciências do mar;
- Desenvolver uma consciência coletiva sobre a importância do mar como fator de poder nacional.

3.2. Valorizar o conhecimento, a tecnologia e a inovação

A inovação científica e tecnológica é uma das bases principais do desenvolvimento das economias globalizadas e abertas. A transversalidade das dimensões da defesa e o potencial industrial, tecnológico e científico das instituições e unidades a ela ligadas, nomeadamente nos sectores das tecnologias da informação, da aeronáutica e da construção naval, fazem deste sector um polo potencialmente dinâmico da produção, consumo, difusão e demonstração da inovação e da tecnologia dos portugueses.

Neste sentido, é relevante:

- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação como passo fundamental para o fomento de um nível tecnológico elevado no sector da defesa, que melhore a operacionalidade das Forças Armadas e o desenvolvimento continuado de uma Base Tecnológica e Industrial da Defesa (BTID), devidamente integrada em condições de competitividade na indústria europeia de defesa;

— Integrar a BTID num Plano Nacional de Inovação mais amplo, que contribua para a qualificação científica e tecnológica da economia portuguesa e para a realização, a nível europeu, da Estratégia 2020;

— Encarar as ações de cooperação técnico -militar não apenas como iniciativas de formação e capacitação de Forças Armadas amigas, mas também como oportunidades de divulgação e expansão da indústria de defesa nacional;

— Explorar a experiência recolhida pela participação das Forças Armadas em missões no exterior para, em colaboração entre universidades, centros de investigação e a indústria, desenvolver soluções tecnológicas com interesse para o mercado global da defesa e de duplo uso civil e militar.

3.3. Desenvolver o potencial de recursos humanos

É nos cidadãos e na promoção de uma cultura de segurança e defesa que começa a concretização desta estratégia nacional. E são vários os exemplos de países que cresceram a partir da qualificação dos recursos humanos, apesar da fragilidade dos seus recursos naturais. A qualificação dos recursos humanos é indispensável para a modernização da economia e da sociedade portuguesa. Portugal tem de potenciar simultaneamente os seus recursos naturais e humanos.

Neste sentido, identificam-se as seguintes linhas de ação estratégicas:

— Valorizar o capital humano, através da continuada melhoria do sistema de educação e da atribuição de uma elevada prioridade à aprendizagem ao longo da vida;

— Promover, através das instituições da educação e da segurança e defesa nacional, uma cultura de segurança e promover nos programas escolares os valores nacionais e a formação para um patriotismo democrático e cosmopolita;

— Consolidar uma cultura de concertação estratégica, mobilizadora das vontades em torno de uma estratégia nacional, promovendo, designadamente, fóruns de discussão e decisão sobre riscos e oportunidades, em cada região e cada sector relevante;

— Valorizar as comunidades portuguesas no estrangeiro e reforçar a contribuição dos nossos emigrantes e seus descendentes para a capacidade de influência nacional;

— Consolidar as instituições de ensino superior onde se concentra a maior parte dos recursos humanos portugueses dedicados à ciência e à cultura avançadas.

3.4. Valorizar a língua e a cultura portuguesas

A reputação internacional de Portugal é inseparável da sua cultura e da sua língua e torna necessário o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, com os seus poderosos meios de expansão, ligação, penetração, informação, comunicação e difusão. O português é a terceira língua europeia com maior número de falantes no mundo e ocupa o quinto lugar entre as línguas mais usadas na Internet.

Para potenciar estes recursos é necessário atribuir uma elevada prioridade à internacionalização da cultura nacional e da língua portuguesa, enquanto meios cruciais de afirmação da identidade e da soberania nacional, desenvolvendo, de forma coordenada, as seguintes linhas de ação estratégicas:

— Reforçar a presença do português como língua de cultura e de comunicação internacional, designadamente promovendo esforços, em conjunto com outros países lusófonos, no sentido de o português passar a ser uma das línguas oficiais das Nações Unidas;

— Fomentar cátedras de língua e cultura portuguesas em universidades internacionais e implementar programas bilaterais e multilaterais que assegurem a mobilidade de alunos e professores no espaço lusófono;

— Reforçar a ligação entre a cultura científica e tecnológica e a cultura artística e literária como instrumentos de atração, divulgação e prestígio de Portugal.

4. Operacionalização e controlo do conceito estratégico de defesa nacional

De acordo com as melhores práticas internacionais, serão adotadas metodologias que assegurem a integração, a partilha de informação e a responsabilização das entidades que têm a seu cargo a implementação das diferentes linhas de ação através de estratégias sectoriais específicas.

VII. Uma Estratégia Nacional do Estado

A Estratégia de Segurança e Defesa Nacional fundamenta-se na agregação de todas as ações e de todos os elementos com o objetivo final e permanente de proteger a nação portuguesa, garantindo o seu futuro como entidade política livre, independente e soberana.

O conceito estratégico estabelece as grandes orientações e prioridades que o Estado e a sociedade devem realizar em democracia para defender os interesses nacionais, salvaguardar o património material e imaterial e garantir a construção de um futuro mais próspero, mais seguro e mais justo.

Ligando os fins e as ações aos meios, o conceito estratégico de defesa nacional constitui uma referência essencial para a articulação das prioridades do Estado, para o necessário e consequente alinhamento das estratégias subordinadas (conceitos estratégicos derivados) públicas e privadas e, finalmente, para se obter a coordenação de esforços a pedir à sociedade em geral e, em particular, a exigir do Estado.

O conceito estratégico de defesa nacional deve assumir-se como a estratégia nacional do Estado, destinado a dar cumprimento às suas tarefas fundamentais, para as quais concorrem as suas instâncias e organismos, bem como a própria sociedade. Este é um desafio para o qual todos estamos convocados.

O conceito estratégico de defesa nacional só se torna nacional a partir do momento em que Portugal e os portugueses o assumam como seu.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013

O Programa do XIX Governo Constitucional prevê medidas que constituem orientações fundamentais da política de defesa nacional. Estas foram apreciadas favoravelmente na Assembleia da República e, no essencial, encontram-se consignadas no conceito estratégico de defesa nacional, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril. A sua implementação materializa uma reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas, que pretende também constituir um sinal de empenhamento e de vontade política.

Esta reforma estrutural, designada «Defesa 2020», implementa um modelo que responde ao «*desafio da mudança*» definido no Programa do Governo. Visa obter ganhos de eficiência, economias de escala e vetores de inovação com efeitos no curto, médio e longo prazo.

Nas ações que decorrem da aprovação do conceito estratégico de defesa nacional importa considerar, também, todos os trabalhos produzidos no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, com a colaboração das Forças Armadas e dos órgãos e serviços centrais do Ministério.

O centro de gravidade da «Defesa 2020» passa decisivamente pela definição e implementação de um modelo sustentável para a defesa nacional e para as Forças Armadas, assente numa abordagem de sistema e processos.

A medida central - *racionalizar a despesa militar, nomeadamente através da melhor articulação entre os ramos das Forças Armadas e uma maior eficiência na utilização de recursos* -, prevista no Programa do Governo, constitui-se como fundamental e condição indispensável para o sucesso da reforma. De facto, parte muito significativa do orçamento da defesa nacional é afeto a despesas de pessoal.

A racionalização da despesa militar é estabelecida em dois conjuntos de medidas, previstas no Programa do Governo, que respondem a este desequilíbrio. O primeiro conjunto exige *reorganizar e racionalizar o Ministério da Defesa Nacional e a estrutura superior das Forças Armadas e desativar unidades e sistemas de armas não essenciais*. O segundo conjunto de medidas – *racionalizar os recursos humanos das Forças Armadas, privilegiando sempre a componente operacional*, e ainda, a promoção do *reagrupamento geográfico dos órgãos superiores da defesa nacional, pelo aproveitamento racional das instalações existentes e alienação das não necessárias*.

Um dos vetores de ação estratégica do conceito estratégico de defesa nacional – *exercer a soberania nacional, neutralizar ameaças e riscos à segurança nacional* – identifica como linhas de ação prioritárias: *adaptar e racionalizar estruturas*; e *rentabilizar meios e capacidades*. Estas linhas de ação estabelecem as referências do modelo «Defesa 2020». Este modelo operativo baseia-se numa articulação de processos e divisão de responsabilidades entre, por um lado, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) – comando e emprego de forças – e os chefes dos estados-maiores dos ramos – geração, preparação e sustentação de forças – e, por outro lado, entre os órgãos e serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional – aquisição, recrutamento e inovação.

Constituindo o produto operacional o fim e o resultado determinante, torna-se imprescindível reforçar a capacidade para o exercício do comando aos níveis estratégico e operacional por parte do CEMGFA, apelando, cada vez mais, a uma abordagem global da segurança nacional, que possa agilizar de forma efetiva a medida do programa do Governo que visa *reforçar os mecanismos de coordenação com as estruturas dependentes do Ministério da Administração Interna nos domínios em que exista complementaridade e possibilidade de gerar maior eficácia de atuação, bem como economias de escala*.

Assim:

Nos termos das alíneas d) e g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 - Aprovar as linhas de orientação para a execução da reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, doravante designada por Reforma «Defesa 2020», as quais constam do anexo à presente resolução, da qual faz parte integrante.

2 - Estabelecer que as linhas de orientação da Reforma «Defesa 2020» se consubstanciam em orientações para o ciclo de planeamento estratégico de defesa e em orientações para a reorganização da macroestrutura da defesa nacional e das Forças Armadas, previstas, respetivamente, na Parte I e na Parte II do anexo referido no número anterior.

3 - Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

Presidência do Conselho de Ministros, 11 de abril de 2013. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Parte I

Orientações para o ciclo de planeamento estratégico de defesa

I – Enquadramento

O conceito estratégico de defesa nacional, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, na sequência da análise das grandes tendências mundiais, sublinha a transversalidade da defesa nacional em diversas funções do Estado, com materialização nos seguintes quadros de empenhamento para as Forças Armadas:

- Defesa integrada e vigilância e controlo dos espaços de soberania e sob jurisdição nacional;
- Operações de resposta a crises, de apoio à paz e humanitárias, no quadro da segurança cooperativa e da defesa coletiva;
- Evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise ou conflito;

– Missões de interesse público, associadas ao desenvolvimento sustentado e ao bem-estar das populações;

- Cooperação técnico-militar;
- Resposta a emergências complexas, designadamente, catástrofes naturais ou provocadas;
- Cooperação com as forças e serviços de segurança.

As recentes operações militares demonstram a importância das capacidades de projeção, de ação conjunta e da integração em forças multinacionais, o que torna indispensável edificar um sistema de forças nacional organizado em capacidades de natureza conjunta, assente num modelo de organização modular e flexível, com linhas de autoridade claras, que permitam concretizar a unidade de comando e o exercício do comando operacional, seja de forma autónoma ou integradas em forças conjuntas.

Ao nível interno, e apesar do esforço de adaptação e racionalização da defesa nacional e das Forças Armadas, desenvolvido ao longo das últimas três décadas, constata-se que ainda existem áreas passíveis de melhoria, designadamente ao nível da eficiência da organização, do dimensionamento do pessoal e no equilíbrio das despesas entre os vários agregados, no seguimento da materialização e do aprofundamento de diversos ajustamentos ratificados em lei.

O modelo da reforma estrutural «Defesa 2020» assenta na reconfiguração do sistema de forças e na racionalização dos recursos disponíveis na defesa nacional, através da otimização das capacidades atualmente existentes. Neste enquadramento, é fundamental definirem-se objetivos que garantam a coerência do ciclo de planeamento, privilegiando sempre o produto operacional. Só deste modo será possível disponibilizar os recursos necessários para a implementação e funcionamento de um modelo capaz de responder às exigências da atualidade.

As orientações para o ciclo de planeamento estratégico constituem-se assim como um primeiro pilar fundamental na continuação dos trabalhos decorrentes do conceito estratégico de defesa nacional e que conduzem à elaboração do conceito estratégico militar, missões específicas das Forças Armadas, sistema de forças e dispositivo.

II – Objetivos

1. Definir o nível de ambição para as Forças Armadas.
2. Estabelecer fatores de planeamento e orientações para o ciclo de planeamento estratégico.

III – Nível de ambição

Considerando os quadros de empenhamento decorrentes do conceito estratégico de defesa nacional, o sistema de forças nacional deve privilegiar uma estrutura baseada em capacidades de natureza conjunta, num modelo de organização modular e flexível, assente em requisitos de prontidão (forças ou unidades constituídas e com disponibilidade para empenhamento em função de decisão política) e de continuidade (forças ou unidades constituídas e empenhadas no cumprimento de missões atribuídas), que se integram de modo a constituir três conjuntos de forças e meios, com a seguinte ordem de prioridade:

a. Uma Força de Reação Imediata (FRI) – orientada para missões de evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise ou conflito e de resposta nacional autónoma em situações de emergência complexas. Deve estar constituída em elevada prontidão;

b. Um conjunto de Forças Permanentes em Ação de Soberania (FPAS) – orientadas para missões, designadamente, de defesa aérea, patrulhamento, vigilância e fiscalização marítima e aérea, e quando determinado, vigilância terrestre, busca e salvamento, defesa Nuclear Biológica Química e Radiológica (NBQR), de interesse público e de resposta a catástrofes, em continuidade no território nacional e nas áreas de jurisdição ou responsabilidade nacional;

c. Um Conjunto Modular de Forças – orientado para resposta a compromissos internacionais nos quadros da defesa coletiva e da segurança cooperativa (Forças Nacionais Destacadas - FND), constituídas ou a constituir, para emprego sustentado, por períodos de seis meses, para empenhamento até três operações simultâneas de pequena dimensão ou numa operação de grande dimensão.

A FRI e as FPAS devem ser estabelecidas com base em requisitos nacionais de capacidade de atuação autónoma. Estas duas forças podem partilhar capacidades e meios em função do alinhamento com os ciclos de preparação, operação e sustentação de cada um dos elementos que as integram.

Neste âmbito, em termos de requisitos de capacidades e meios, definem-se as seguintes orientações:

a. Armada – capacidade para projetar e sustentar, em simultâneo, duas unidades navais de tipo fragata, para participação nos esforços de segurança e defesa coletiva; dispor de capacidade anfíbia e submarina, navios auxiliares, de patrulha oceânica e de fiscalização costeira e capacidade oceanográfica, de modo a garantir, simultânea e continuamente, o controlo e vigilância do espaço marítimo sob responsabilidade e jurisdição nacional, as missões de interesse público e as atribuições cometidas à Armada no âmbito do Sistema de Autoridade Marítima.

b. Exército – Capacidade para projetar e sustentar, em simultâneo, até três unidades de combate (até escalão batalhão), apoio de combate ou apoio de serviços, para participação nos esforços de segurança e defesa coletiva, podendo no máximo comandar uma única operação de escalão brigada em qualquer cenário e grau de intensidade, por tempo limitado. Dispor de capacidade de dissuasão convencional defensiva, a reforçar no quadro das alianças e suficiente para desencorajar e ou conter as agressões, pronta para continuamente cumprir missões no âmbito da segurança e defesa do território e da população e do apoio militar de emergência.

c. Força Aérea – capacidade para projetar e sustentar até três destacamentos aéreos de pequena dimensão, para participação nos esforços de segurança e defesa coletiva por períodos de curta duração ou um destacamento aéreo por um período alargado. Garantir, simultânea e continuamente, a vigilância e controlo do espaço aéreo, incluindo aeronaves de combate vocacionadas para execução de missões de luta aérea e aeronaves para o reconhecimento, fiscalização e intervenção nos espaços de soberania sob responsabilidade e jurisdição nacional, bem como missões de interesse público e a execução das ações cometidas no âmbito do Sistema de Autoridade Aeronáutica.

IV – Fatores de planeamento e orientações

No sentido de aproximar os rácios de despesa das melhores práticas internacionais, garantindo concomitantemente a sustentabilidade financeira dos processos atinentes à defesa nacional, numa perspetiva de melhoria contínua dos seus sistemas de armas e do seu produto operacional, a «Defesa 2020» pretende equilibrar os rácios de despesa entre as componentes de pessoal/investimento/operação.

Tendo em vista permitir o planeamento integrado de longo prazo na defesa nacional, ferramenta imprescindível para garantir a otimização de recursos e a adequabilidade dos sistemas de armas aos cenários estratégicos previstos, define-se em 1,1% ($\pm 0,1$) do PIB como o compromisso orçamental estável para a defesa nacional.

Considerando a análise estratégica dos quadros de empenhamento mais prováveis, a «Defesa 2020» adequará tendencialmente o efetivo máximo das Forças Armadas entre 30.000 e 32.000 militares, incluindo os militares na situação de reserva na efetividade de serviço.

Constituem orientações específicas a ter em consideração no ciclo de planeamento estratégico:

a. A racionalização e rentabilização de recursos, mediante o desenvolvimento de capacidades civis e militares integradas, na qual se inclui a criação de uma unidade militar de ajuda de emergência e a valorização do princípio do duplo uso;

b. O levantamento da capacidade de ciberdefesa nacional;

c. O dispositivo das Forças Armadas deve ser racionalizado de acordo com o princípio orientador da concentração, sem prejuízo do equilíbrio necessário ao cumprimento de missões em todo o território nacional, visando a economia de meios, rentabilizando o apoio logístico e limitando o número de infraestruturas, aproveitando ao máximo as que se mostrarem mais adequadas. O dispositivo territorial deve ser redimensionado, tendo como objetivo final uma redução efetiva de 30%, ao nível dos comandos, unidades, estabelecimentos e demais órgãos das Forças Armadas.

Os trabalhos de elaboração dos documentos estruturantes do ciclo de planeamento estratégico (conceito estratégico militar, missões específicas das Forças Armadas, sistema de forças e dispositivo) devem estar terminados até ao final do mês de setembro de 2013. Para o efeito, deve ser implementada a metodologia de planeamento por capacidades no âmbito do desenvolvimento do sistema de forças nacional. Paralelamente, até final do mês de outubro de 2013, o Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM) deve preparar um relatório de capacidades do sistema de forças nacional, no qual sejam identificadas as capacidades existentes e planeadas, bem como o planeamento financeiro que lhes está associado. Estes elementos serão fundamentais para que a Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar possa ser difundida no final do 2013, em articulação com o início do ciclo de planeamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Parte II

Orientações para a reorganização da macroestrutura da defesa nacional e das Forças Armadas

I – Enquadramento

Na sequência do preconizado no preâmbulo da presente resolução, torna-se determinante clarificar o caminho que deve ser percorrido no sentido do alinhamento das funções estratégicas das Forças Armadas com as suas capacidades críticas e missões.

Tendo em consideração os trabalhos desenvolvidos na sequência dos despachos n.º 149, 167 e 250/MDN/2012, com a participação do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), dos ramos e dos serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional, e com base nas prioridades recentemente definidas no conceito estratégico de defesa nacional sobre a adaptação e racionalização de estruturas, torna-se inadiável o aprofundamento da reforma das estruturas da defesa nacional e das Forças Armadas.

A maior integração de estruturas de comando e direção e de órgãos e serviços administrativos e logísticos, como reflexo de uma filosofia e prática operativa que privilegie a atuação conjunta, só pode ser materializada com a reorganização da macroestrutura da defesa nacional e das Forças Armadas.

As orientações para a reorganização da macroestrutura da defesa nacional e das Forças Armadas constituem-se assim como o segundo pilar na continuação dos trabalhos decorrentes do conceito estratégico de defesa nacional e que conduzem à elaboração de propostas de lei, a apresentar pelo Governo à Assembleia da República, respeitantes, designadamente, à Lei de Defesa Nacional (LDN), à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) e à Lei de Bases da Condição Militar, bem como à revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

II – Objetivos

1. Reforçar as competências do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) para dirigir a execução da estratégia militar superiormente aprovada.
2. Redimensionar para assegurar um funcionamento sustentável.
3. Realinhar mecanismos de articulação e coordenação entre o EMGFA, os Ramos das Forças Armadas e os órgãos e serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional.

III – Orientações específicas

Estabelece-se, assim, um conjunto de opções sectoriais, assente em medidas que se consideram decisivas para a criação de condições para a sustentabilidade do produto operacional e, em simultâneo, para garantir o alinhamento com os investimentos em novos sistemas e inovações tecnológicas.

Diretamente correspondentes aos objetivos enunciados, são concebidos os seguintes processos estratégicos e as inerentes medidas:

1. No âmbito dos processos relativos ao comando e emprego (medidas que contribuem para o primeiro objetivo e que têm reflexo, designadamente, nas LDN, LOBOFA e lei orgânica do EMGFA):

a. O CEMGFA tem na sua dependência hierárquica os chefes dos estados-maiores dos ramos para as questões que envolvem a capacidade de resposta das Forças Armadas, designadamente pela prontidão, emprego e sustentação da componente operacional do sistema de forças, constituindo-se para este efeito, o único interlocutor militar do MDN.

b. Adaptar a estrutura do EMGFA para:

(1) Eliminar as duplicações de tarefas exercidas no contexto funcional dos órgãos do Ministério da Defesa Nacional e vocacioná-la para o planeamento de forças e capacidades e o planeamento e a execução das operações militares;

(2) Reformular a cadeia operacional das Forças Armadas, de modo a potenciar a capacidade de planeamento e a execução de operações, quer em missões externas, quer em missões no interior do país, previstas na lei;

(3) Estabelecer no âmbito do EMGFA uma capacidade conjunta de avaliação e análise operacional que promova a coordenação do treino e certificação de forças e capacidades conjuntas, bem como valide lições identificadas e estabeleça lições aprendidas;

(4) Criar um único serviço que coordene as comunicações e os sistemas de informação, em articulação com os ramos, procurando-se a sua centralização num único polo e a implementação de uma plataforma transversal de apoio à decisão, designadamente no que diz respeito às funções de comando, controlo e direção. O Centro de Ciberdefesa a criar deverá estar localizado junto deste serviço;

c. Reconfigurar o Comando Operacional Conjunto e os comandos de componente dos ramos, no sentido da partilha de meios e recursos e da otimização da articulação e cooperação mútuas.

2. No âmbito dos processos relativos à geração, preparação e sustentação (medidas que contribuem para o segundo objetivo e que têm reflexo, designadamente, na LOBOFA, nas leis orgânicas dos ramos e do Ministério da Defesa Nacional e no EMFAR):

a. Os ramos das Forças Armadas devem assegurar a geração, aprontamento e sustentação das forças da componente operacional do sistema de forças nacional. Paralelamente, a sua estrutura superior deve ser racionalizada e uniformizada, tendo por referência a sua missão principal e a centralização no Ministério da Defesa Nacional das políticas de obtenção e atribuição de recursos.

b. O efetivo global deve ser redimensionado entre 30.000 e 32.000 militares das Forças Armadas, incluindo os que se encontrem na situação de reserva na efetividade de serviço (redução de 4.000 até 31 de dezembro de 2015 e os restantes distribuídos progressivamente até 31 de dezembro de 2020, sendo que os efetivos dos quadros permanente (QP), regime de contrato (RC) e regime de voluntariado (RV) serão definidos em legislação própria). Nesse âmbito, importa adequar os conceitos e instrumentos inerentes à situação de reserva, tendo em vista compatibilizar o fluxo normal das carreiras com as necessidades do serviço efetivo, bem como proceder à criação do posto de Comodoro/Brigadeiro-General, a implementar na orgânica das Forças Armadas de forma progressiva.

c. No âmbito do ensino superior militar:

(1) Estabelece-se o objetivo de criar, a médio prazo, um Instituto Universitário Militar, com base num modelo de ensino superior militar em que a progressão na carreira resulta da articulação coerente da formação inicial com a formação complementar ao longo da vida, que integrará os atuais Instituto de Estudos Superiores Militares, Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea.

(2) Para o período de transição, estabelecem-se como objetivos de curto prazo:

(a) O reforço da interação formativa conjunta ao nível das ciências de base;

(b) A otimização da utilização dos recursos disponíveis, bem como das redes de investigação, desenvolvimento e inovação e da cooperação internacional.

(c) A salvaguarda das especificidades próprias de cada área de formação;

(d) A extinção da Escola do Serviço de Saúde Militar, enquanto Estabelecimento de Ensino Superior Militar.

(3) Para alcançar os objetivos de curto prazo, será definido, ouvido o CCEM e mediante diploma legal adequado, um novo modelo de governação dos estabelecimentos de ensino superior público universitário militar, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – que integre os respetivos responsáveis e um representante da Guarda Nacional Republicana.

d. As unidades de formação, próprias de cada ramo, devem ser, na máxima extensão possível, concentradas numa única instalação militar do respetivo ramo.

e. Deve ser estudada a implementação de unidades comuns de apoio a mais do que um ramo, centralizando serviços de âmbito não operacional, integradas no dispositivo que vier a ser aprovado. Neste âmbito, até final de junho de 2013, deve ser estudada a agregação numa estrutura comum, na dependência do Ministro da Defesa Nacional e com estatuto de laboratório de Estado, das capacidades do Instituto Hidrográfico e do Instituto Geográfico do Exército.

3. No âmbito dos processos relativos à aquisição, recrutamento e inovação (medidas que contribuem para o terceiro objetivo e que têm reflexo, designadamente, na lei orgânica do Ministério da Defesa Nacional):

a. Os serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional devem ser reestruturados e redimensionados no sentido de:

(1) A Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e a Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa serem concentradas num único serviço, com responsabilidade na condução jurídica e administrativa dos processos de aquisição e de alienação dos sistemas de armas, bem como da função recrutamento, assumindo as tarefas de planeamento, direção e coordenação, em estreita articulação com os órgãos próprios dos ramos ao nível da execução.

(2) Assumirem:

– O desenvolvimento de um efetivo sistema de aquisição de material e equipamento centralizado, para garantir não só a coordenação e ação conjunta, mas também uma redução de custos;

– A aquisição, gestão, disponibilidade e rentabilização de todas as infraestruturas e património da defesa nacional;

– A centralização da execução da Lei de Programação Militar e a orientação desta para o nível de ambição definido e correspondentes objetivos de forças;

– A valorização e dinamização da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico no âmbito da defesa, para reforçar a base tecnológica e garantir a prossecução de uma efetiva política de investigação e desenvolvimento (I&D) revitalizadora da logística de produção;

– O processamento e controlo das remunerações certas e permanentes e abonos variáveis e eventuais do universo da defesa nacional.

b. Estudar e propor novas modalidades para o cumprimento dos objetivos fixados para o Dia da Defesa Nacional, que promovam uma maior interatividade com os jovens e que, cumulativamente, proporcionem a retificação do recenseamento, o diagnóstico e o conhecimento das diversas modalidades disponíveis para o serviço militar.

c. Os quadros do pessoal civil do conjunto da defesa nacional devem ser redimensionados para cerca de 70% do atual, até final de 2015.

d. Prosseguir a reestruturação do apoio social, procurando garantir a proximidade, a eficácia, a modernidade e a adequada gestão dos recursos disponíveis e atribuídos, bem como a estruturação da política cultural da defesa nacional.

e. O Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas deve ser reestruturado e constituir-se como um serviço comum da defesa nacional.

III — ACORDÂOS

Tribunal Constitucional

Acórdão n.º 187/2013

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; declara a inconstitucionalidade consequencial da norma do artigo 31.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, na medida em que manda aplicar o disposto no artigo 29.º dessa Lei aos contratos de docência e de investigação; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 77.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 117.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; não declara a inconstitucionalidade das normas dos artigos 27.º, 45.º, 78.º, 186.º (na parte em que altera os artigos 68.º, 78.º e 85.º e adita o artigo 68.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e 187.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013).

(Diário da República, 1.ª série, n.º 78, de 22 de Abril de 2013)

IV — DESPACHOS

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 4785/2013

Os Estabelecimentos Militares de Ensino não superior são um instrumento de elevada importância na relação que as Forças Armadas, e o Exército em particular, estabelecem com a sociedade civil partilhando com esta os princípios basilares da sua cultura e identidade.

A manutenção de um projeto militar de ensino constitui, tanto para as Forças Armadas como para o país, uma mais-valia. No entanto, os condicionalismos de exceção inerentes ao momento que Portugal atravessa, conjugados com os problemas estruturais que os estabelecimentos militares de ensino têm vindo a evidenciar, exigem a implementação, para estes, de uma estratégia de gestão que permita a otimização de projetos e de recursos e promova a excelência dos resultados.

Para alcançar este desiderato, é determinante valorizar a história dos estabelecimentos militares de ensino para identificar e potenciar os seus pontos distintivos. Mas é, também, incontornável a necessidade de se introduzir ajustamentos na estrutura de organização e na configuração da oferta educativa que proporcionam, para que consigam ser mais eficientes, captar mais alunos e aumentar o seu nível de integração com as próprias Forças Armadas.

Neste sentido:

Considerando que o estudo sobre os estabelecimentos militares de ensino (EMES) realizado pela equipa técnica nomeada através do meu despacho n.º 5588/2012, de 11 de abril cujas medidas propostas foram aprovadas pelo meu despacho n.º 11863/2012, de 29 de agosto permite, de forma inequívoca, concluir pela existência de carências de base na estratégia e ação dos EMES, revelando, nomeadamente, excesso de recursos humanos, défice de alunos, inexistência de uma estratégia de comunicação e ausência de uma ação integrada em termos de gestão dos mesmos;

Considerando os elementos constantes no relatório de atividades apresentado pela Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) da reestruturação destes estabelecimentos, nomeada pelo meu despacho n.º 264/2012 de 5 de novembro;

Considerando a importância estratégica de potenciar o Colégio Militar como um estabelecimento militar de ensino regular de excelência, capaz de conciliar a integração de género com a sua matriz identitária já secular, na qual o internato, sem deixar de se constituir como elemento diferenciador, deve estar sujeito à escolha por parte das famílias;

Considerando a necessidade de reconfigurar o projeto educativo do Instituto dos Pupilos do Exército, fazendo com que a matriz militar em que assenta possibilite uma capacidade distintiva no panorama do ensino profissional;

Considerando ainda a necessidade de dar sequência e sustentação ao processo de reestruturação que está em curso, no qual o próximo ano letivo tem de ser gerido como um ano de transição, procurando garantir condições de frequência equilibradas, nas suas diferentes vertentes;

Determino o seguinte:

1. A estrutura de funcionamento do próximo ano letivo (2013/2014), em cada um dos estabelecimentos de ensino, assentará nos seguintes pressupostos:

1.1. Colégio Militar:

a) Deverá assegurar a abertura de novas matrículas nos seguintes anos:

i) 1.º ciclo: duas turmas de 1.º ano e duas turmas de 2.º ano, em regime misto e exclusivamente em externato;

ii) 2.º ciclo: três turmas de 5.º ano e três turmas de 6.º ano, com opção entre regime de internato e de externato para alunos do sexo masculino e em regime de externato para alunas do sexo feminino;

iii) 3.º ciclo: três turmas de 7.º ano nos moldes previstos para o 2.º ciclo, referidos no ponto ii) da presente alínea;

iv) Secundário: quatro turmas de 10.º ano, nas condições referidas no ponto ii) da presente alínea;

b) Relativamente aos anos em que não há novas admissões, funcionarão as turmas que forem necessárias ao público existente, bem como às alunas que queiram transitar do Instituto de Odivelas, devendo ainda ser possibilitada aos alunos do sexo masculino a opção entre o regime de internato e de externato;

1.2. Instituto de Odivelas:

Este estabelecimento de ensino feminino, cujo encerramento se encontra estabelecido para o início do ano letivo 2015/2016, deverá funcionar nos seguintes termos:

a) 2.º ciclo:

i) Não terá nenhuma turma de 5.º ano;

ii) Poderá ter duas turmas de 6.º ano, com opção de regime de internato e de externato, mas esclarecendo os encarregados de educação que no ano letivo 2014/2015 a prossecução dos estudos se fará no Colégio Militar;

b) 3.º ciclo:

i) Poderá ter turmas de 7.º ano, mas apenas em regime de internato e clarificando os encarregados de educação que no ano letivo 2014/2015 a prossecução dos estudos se fará no Colégio Militar;

ii) O 8.º e o 9.º ano são garantidos às alunas que já se encontram a frequentar este estabelecimento, tanto em regime de internato como em externato, podendo ainda haver novas admissões nestes anos, mas dentro do plano de reestruturação em curso;

c) Ensino secundário:

i) Poderá ter três turmas de 10º ano, nas condições previstas para o 7.º ano;

ii) O 11.º e o 12.º ano podem funcionar em condições iguais às previstas para o 8.º e 9.º ano;

1.3. Devem também ser considerados os seguintes aspetos relativamente ao processo de transição das alunas do Instituto de Odivelas para o Colégio Militar no ano letivo 2013/2014:

a) As alunas que frequentam o Instituto de Odivelas em regime de externato e em anos que não os de início de ciclo de estudos, podem, caso manifestem essa intenção, transitar para o Colégio Militar;

b) As alunas do regime de internato e de qualquer nível de ensino, podem, caso manifestem essa intenção, ter a componente letiva no Colégio Militar e a componente de internato no Instituto de Odivelas, devendo ser assegurado um sistema de transportes e a compatibilização de horários;

1.4. Instituto dos Pupilos do Exército:

Este instituto deverá assumir-se como escola vocacionada para o ensino profissional, mas enquanto não se consolida a este nível, e por critérios de captação de novos alunos, poderá abrir candidaturas nos seguintes termos:

a) 2.º ciclo: duas turmas de 5.º ano e duas de 6.º ano, em regime misto e com opção de internato para alunos do sexo masculino;

b) 3.º ciclo: pode aceitar candidaturas em qualquer um dos anos que compõem este ciclo, nas condições referidas na alínea anterior;

c) No 10.º ano de ensino profissional poderá abrir os cursos de: Técnico de Gestão; Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos; Técnico de Manutenção Industrial (nas variantes de Eletromecânica, Mecatrónica e Mecatrónica Automóvel); Técnico de Eletrónica, Automação e Comando;

d) Tendo em consideração o nível de reestruturação da oferta educativa que se pretende implementar neste instituto, deverão ser realizadas ações de monitorização, desencadeadas pela direção de educação em coordenação com a CTA, com periodicidade semestral, para identificar a necessidade de implementar medidas adicionais de apoio ou de correção de estratégia de desenvolvimento;

1.5. Para a constituição/abertura de turmas em cada um dos ciclos de ensino deverão ser respeitados os seguintes limites mínimos:

a) 1.º ciclo: 18 alunos;

b) 2.º e 3.º ciclo: 20 alunos;

c) Ensino secundário (10.º ano): 18 alunos em cada curso, devendo estes ser definidos no âmbito da revisão do projeto educativo;

d) Ensino secundário profissional (10.º ano): 16 alunos em cada curso;

e) No caso do Instituto de Odivelas, porque está em curso o processo de transição de alunas para o Colégio Militar, estes limites mínimos não se aplicam;

1.6. Relativamente às mensalidades associadas à frequência destes estabelecimentos, mantém-se a tabela que vigora no ano letivo em curso;

1.7. As atividades de natureza extracurricular devem ser organizadas da seguinte forma:

a) Um bloco base que poderá ser associado a uma lógica de complemento curricular;

b) Um bloco adicional que deverá funcionar com propósitos de enriquecimento curricular;

c) A composição dos blocos de atividades referidos nas alíneas anteriores deverá ter em consideração a matriz militar do projeto pedagógico, bem como critérios de racionalidade financeira, estando sujeita a apreciação prévia da CTA, ficando o respetivo coordenador incumbido de obter validação pela tutela;

2. Em simultâneo, o Exército deverá diligenciar o seguinte:

a) Acomodar na sua orgânica a proposta de configuração da Direção de Educação aprovada pela CTA (em termos de estrutura e de competências);

b) Proceder à requisição/nomeação do supervisor pedagógico que integrará a Direção de Educação, tendo por base a proposta da CTA;

c) Desencadear, de imediato, o processo conducente à construção da infraestrutura de internato feminino no Colégio Militar apresentando um plano calendarizado e quantificado do processo, tendo em vista o pleno funcionamento desta infraestrutura previamente ao início do ano letivo 2014/2015;

d) Apresentar, até 22 de abril, um plano calendarizado e orçamentado para que a adaptação das instalações (pedagógicas e de apoio) do Colégio Militar para o ensino misto esteja concluída antes do início do ano letivo 2013/2014, tendo por base o memorando n.º 1534/GENIE, de 6 de dezembro elaborado pela direção de infraestruturas do ramo;

e) Apresentar, até 30 de abril, as propostas de alteração de legislação necessárias para acomodar a abertura do 1.º ciclo, já no ano letivo 2013/2014;

f) Adequar os formulários de candidatura ao Instituto de Odivelas, para que contemplem informação aos encarregados de educação sobre as condições em que o mesmo funcionará nos próximos dois anos letivos;

g) Iniciar o processo de conceção de currículo próprio para o 3.º ciclo do Instituto dos Pupilos do Exército, tendo em consideração que deverá ser apresentado ao Ministério da Educação e Ciência em setembro do presente ano para ser apreciado e entrar em funcionamento no ano letivo 2014/2015;

h) Desenvolver, em coordenação com a CTA e até 30 de novembro, os seguintes estudos relacionados com as mensalidades associadas à frequência dos EMES:

i) Um estudo acerca da estrutura de mensalidades que deve vigorar a partir do início do ano letivo 2014/2015, procurando que a mesma cumpra requisitos de atratividade, mas também se ajuste à configuração e aos custos da oferta educativa que é proporcionada às famílias.

ii) Um estudo relativo às atividades extracurriculares atualmente existentes no Colégio Militar, que incida sobre a sua relação com a matriz militar do projeto pedagógico e sobre a caracterização dos custos associados a cada uma. As conclusões devem permitir definir as condições em que estas atividades funcionarão no ano letivo 2014/2015;

3. Ficam dependentes de despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, após pronúncia da CTA:

a) A realização de obras, de qualquer natureza, em cada um dos estabelecimentos militares de ensino objeto do presente processo de reestruturação;

b) A aquisição de novos dispositivos/equipamentos de índole pedagógica;

c) As necessidades referidas nas alíneas anteriores devem ser comunicadas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército ao Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional com a antecedência exigida para o efeito;

4. No âmbito dos processos de comunicação com as famílias (de alunos e de potenciais alunos) e de divulgação da nova oferta educativa, devem ser desencadeadas as seguintes ações:

a) A CTA deverá propor, até dia 5 de abril um modelo de carta a enviar aos encarregados de educação dos atuais alunos (as) dos três estabelecimentos, dando conta das transformações que irão ocorrer no próximo ano letivo, inseridas num esforço de (re) valorização da oferta de ensino militar não superior;

b) A carta referida na alínea anterior deverá ser enviada aos pais até ao dia 10 de abril, data em que deverão ser abertas as candidaturas para o ano letivo 2013/2014;

c) A Secretaria-Geral, por intermédio da sua estrutura de relações públicas, deverá apoiar o Exército na definição e implementação de uma estratégia de comunicação para atrair novos públicos;

d) A Direção-Geral de Política e Defesa Nacional, em articulação com a CTA e com o Exército, deve preparar e apresentar um processo de divulgação dos estabelecimentos militares de ensino junto dos países de língua oficial portuguesa, devendo este ser implementado até ao dia 30 de abril.

25 de março de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Despacho n.º 5053/2013

Aprovado que está o orçamento, cujo carregamento decorre, e importando salvaguardar a tramitação normal dos procedimentos de contratação pública em curso e a desenvolver, assim como, a aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, determino, ao abrigo do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, o seguinte:

1 - Até 13 de maio de 2013, a Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional e os ramos das Forças Armadas continuam a assegurar os procedimentos elencados nos pontos 1 e 2 do meu despacho n.º 1459/2013, de 27 de dezembro, de forma a garantir o normal funcionamento das estruturas hospitalares.

2 - Até à mesma data, as remunerações e demais direitos inerentes aos cargos de direção superior da Direção do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas são suportados pelo orçamento da Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional.

3 - Para suportar os encargos decorrentes do referido nos números anteriores e dado estarmos perante um apoio pontual e transitório, o orçamento dos ramos das Forças Armadas e da Secretaria Geral será reforçado nos montantes que venham a ser apurados, mediante a respetiva alteração orçamental com origem no orçamento do Polo de Lisboa do HFAR.

4 - O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de abril de 2013.

28 de março de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Despacho n.º 5055/2013

O Programa do XIX Governo Constitucional estabeleceu como um dos principais desígnios no domínio da defesa nacional, a concretização da reforma do Sistema de Saúde Militar, tendo, nesta sequência, sido criada uma equipa técnica com a missão de estudar um novo sistema integrado de organização e gestão do Sistema de Saúde Militar, através do meu Despacho n.º 15302/2011, de 27 de outubro. Entre outras áreas, esta equipa técnica realizou uma reflexão sobre uma eventual reconfiguração das vertentes do ensino, da formação e da investigação, no sentido da sua adequação às necessidades deste novo sistema.

De acordo com o proposto pela referida equipa técnica, está prevista a criação de um novo estabelecimento responsável pela formação e pelo ensino pós-graduado no âmbito da Saúde Militar, competindo-lhe ainda a coordenação dos estudos de investigação clínica desenvolvidos nas várias áreas, com especial articulação com o Hospital das Forças Armadas (HFAR).

Neste sentido, atendendo a que as Forças Armadas possuem dois modernos simuladores, um da Marinha e outro do Exército, e que a simulação biomédica proporciona um ambiente educativo seguro, aplicável a vários níveis de ensino, permitindo treinar e desenvolver competências através da experiência e estimulando a reflexão sobre os níveis de realização (performance), sem qualquer tipo de desconforto ou risco para os pacientes reais, sendo, por isso, uma das áreas da moderna medicina com uma elevada procura na vertente do ensino e formação:

Determino o seguinte:

1- Que seja criada uma equipa técnica com o objetivo de apresentar uma proposta para implementação de um Centro de Simulação Biomédica, integrado no *Campus* de Saúde Militar, localizado no mesmo espaço que o Polo de Lisboa do HFAR, com recurso aos dois simuladores existentes, colocando-os ao serviço da medicina militar, assim como aferir da viabilidade de rentabilizar a sua utilização pela sociedade civil.

2- A equipa técnica referida no número anterior terá a seguinte composição:

- a) Professora Doutora Maria Amélia Ferreira, que coordenará os trabalhos;
- b) Doutora Carla Dolores Rodrigues Carvalho de Sá Couto;
- c) Dra. Cristina Poças Vilhena, em representação da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento

Militar.

3- A coordenadora da referida equipa técnica deve apresentar-me um relatório final dos respetivos trabalhos até 31/05/2013.

4- A Marinha, o Exército e o Polo de Lisboa do HFAR prestam à equipa a colaboração necessária à consecução do objetivo definido no n.º 1 do presente despacho.

5- A Direção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar assegura à equipa técnica os apoios técnico, logístico e administrativo, que se manifestem necessários.

6- Os encargos com as deslocações decorrentes do desenvolvimento dos trabalhos necessários ao cumprimento do objetivo estabelecido no presente despacho, são suportados pelo Ministério da Defesa Nacional, através da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

2 de abril de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Despacho n.º 5566/2013

O Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, resultando da fusão entre o Hospital da Marinha, o Hospital Militar Principal, o Hospital Militar de Belém e o Hospital da Força Aérea, operada nos termos do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, substituindo estes quatro estabelecimentos hospitalares na prestação de cuidados de saúde aos seus utentes.

Na sequência deste Decreto-Lei, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 51/2012, de 10 de dezembro, onde foi estabelecida a estrutura orgânica, a estrutura funcional e os princípios de gestão aplicáveis ao Polo de Lisboa do HFAR, importando agora aprovar o regulamento interno que contenha as normas relativas à composição, competências e funcionamento dos respetivos serviços.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, determino o seguinte:

1- É homologado em anexo ao presente despacho o regulamento interno que estabelece as normas relativas à composição, competências e funcionamento dos órgãos e serviços do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR).

2- O regulamento interno vigora durante o período da fusão hospitalar, devendo ser objeto de revisão quando estiver concluído o processo de implementação do HFAR.

1 de abril de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

ANEXO

REGULAMENTO INTERNO DO POLO DE LISBOA DO HFAR

CAPÍTULO I

Objeto, natureza, sede, missão e atribuições

Artigo 1.º **Objeto**

O presente regulamento interno estabelece as normas relativas à composição, competências e funcionamento dos órgãos e serviços do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR), ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

Artigo 2.º

Natureza e sede

1-O Polo de Lisboa do HFAR integra este hospital militar, constituindo-se como elemento de retaguarda do Sistema de Saúde Militar em apoio da Saúde Operacional e tem a sua sede e localização na Azinhaga dos Ulmeiros, na freguesia do Lumiar.

2-O Polo de Lisboa do HFAR está dotado de autonomia administrativa.

Artigo 3.º

Missão e atribuições

1-O Polo de Lisboa do HFAR tem por missão prestar cuidados de saúde diferenciados aos militares das Forças Armadas e à família militar, bem como aos deficientes militares, podendo, na sequência de acordos que venha a celebrar, prestar cuidados de saúde a outros utentes.

2-São atribuições do Polo de Lisboa do HFAR, nomeadamente:

- a) Prestar cuidados de saúde aos beneficiários da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM);
- b) Colaborar no aprontamento sanitário dos militares que integram as Forças Nacionais Destacadas;
- c) Colaborar nos processos de seleção, inspeção e revisão dos militares das Forças Armadas;
- d) Promover a cooperação e articulação com o Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- e) Assegurar as condições necessárias ao treino e ensino pós graduado dos profissionais de saúde;
- f) Apoiar ações de formação e de investigação e cooperar com instituições de ensino nestes domínios;
- g) Articular com as estruturas do SNS e com as autoridades de proteção civil as modalidades de resposta às situações de acidente grave ou catástrofe.

CAPÍTULO II

Estrutura orgânica

Artigo 4.º

Órgãos

1-O Polo de Lisboa do HFAR compreende os seguintes órgãos:

- a) Diretor;
- b) Direção.

2-Integram a direção o diretor, o diretor clínico, o diretor da área de gestão, o diretor da área de recursos humanos e o diretor da área de logística.

3-No âmbito da coordenação técnica da atividade de enfermagem, a direção é coadjuvada por um enfermeiro militar, designado Enfermeiro coordenador.

Artigo 5.º

Diretor

1-O cargo de diretor é exercido por um militar, médico, com o posto de Contra-Almirante ou Major-General, nomeado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

2-O diretor é substituído nas suas ausências, faltas e impedimentos, pelo subordinado hierárquico imediato mais antigo.

3-Para além das competências previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, ao diretor do Polo de Lisboa do HFAR compete:

- a) Submeter o plano e o relatório de atividades e o respetivo orçamento à aprovação do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional;
- b) Propor ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional a celebração de contratos-programa, de acordo com a legislação em vigor;
- c) Definir, ouvidos os restantes elementos da direção, as linhas de orientação a que devem obedecer a organização e o funcionamento do Polo nas áreas clínicas e não clínicas, propondo a criação de novos serviços, sua extinção ou modificação ou alteração da sua lotação;
- d) Nomear, por despacho, os chefes dos departamentos, dos serviços hospitalares, das unidades funcionais e das unidades integradas e do Centro Militar de Medicina Preventiva, sob proposta do diretor clínico;
- e) Acompanhar e avaliar de uma forma sistemática a atividade desenvolvida, responsabilizando os diversos setores pela utilização dos meios postos à sua disposição e pelos resultados atingidos, nomeadamente em termos de qualidade dos serviços prestados;
- f) Homologar os pareceres da comissão de ética para a saúde no âmbito da realização de ensaios clínicos e terapêuticos;
- g) Acompanhar a execução do orçamento aplicando as medidas destinadas a corrigir os desvios em relação às previsões realizadas;
- h) Autorizar as despesas com aquisição de bens e serviços até ao valor máximo legal permitido;
- i) Representar o Polo em atos oficiais e em juízo;
- j) Fazer cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- k) Coordenar a articulação entre a direção e as estruturas de saúde dos ramos nos assuntos relativos aos recursos humanos e materiais, a que se refere o n.º 4 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 51/2012, de 10 de dezembro.

Artigo 6.º **Diretor clínico**

1-O cargo de diretor clínico é exercido por um militar, médico, nomeado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

2-Para além das competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor, ao diretor clínico compete dirigir a atividade clínica do Polo, que compreende, designadamente:

- a) Coordenar a assistência prestada aos doentes e assegurar a prontidão dos cuidados de saúde prestados;
- b) Coordenar a elaboração dos planos setoriais de atividades apresentadas pelos vários departamentos e serviços hospitalares a integrar no plano de atividades do Polo;
- c) Assegurar uma integração adequada da atividade médica dos departamentos e serviços, designadamente através de uma utilização não compartimentada da capacidade instalada;
- d) Propor medidas necessárias à melhoria das estruturas organizativas, funcionais e físicas dos serviços clínicos, atentos os parâmetros de eficiência e eficácia exigidos, que produzam os melhores resultados face às tecnologias disponíveis;
- e) Aprovar as orientações clínicas relativas à prescrição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica, bem como os protocolos clínicos adequados às patologias mais frequentes, respondendo perante o diretor pela sua adequação em termos de qualidade e de custo-benefício;
- f) Propor ao diretor a realização, sempre que necessário, da avaliação externa do cumprimento das orientações clínicas e protocolos, em colaboração com a Ordem dos Médicos, instituições de ensino médico e sociedades científicas;

g) Promover a implementação de instrumentos de garantia de qualidade técnica dos cuidados de saúde;

h) Decidir sobre conflitos de natureza técnica entre serviços hospitalares;

i) Decidir sobre questões relativas a deontologia médica, quando não for possível o recurso à comissão de ética para a saúde em tempo útil;

Artigo 7.º

Diretor da área de gestão

1-O titular do cargo de diretor da área de gestão é nomeado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

2-Para além das competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor, ao diretor da área de gestão compete coordenar e orientar o funcionamento dos seguintes serviços:

a) Gabinete de análise prospetiva e controlo de gestão;

b) Serviços financeiros;

c) Serviço de sistemas e tecnologias de informação;

d) Gabinete jurídico.

Artigo 8.º

Diretor da área de recursos humanos

1-O titular do cargo de diretor da área de recursos humanos é nomeado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

2-Para além das competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor, ao diretor da área de recursos humanos compete:

a) Coordenar a gestão do pessoal de saúde, designadamente nos processos de admissão e movimentações internas, ouvidos os respetivos chefes de departamento;

b) Acompanhar e avaliar sistematicamente os aspetos relacionados com o exercício da medicina e com a formação do pessoal de saúde;

c) Coordenar e orientar o funcionamento da Unidade de Ensino, Formação e Treino prevista no artigo 26.º do presente diploma;

d) Coordenar e orientar o funcionamento dos seguintes serviços:

i) Serviço de recursos humanos;

ii) Gabinete de assistência religiosa;

iii) Núcleo de voluntariado.

Artigo 9.º

Diretor da área de logística

1-O titular do cargo de diretor da área de logística é nomeado nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

2-Para além das competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor, ao diretor da área de logística compete coordenar e orientar o funcionamento dos seguintes serviços:

a) Serviço de gestão de doentes;

b) Serviço de aprovisionamento;

c) Serviço de instalações e equipamentos;

d) Serviços de gestão hoteleira.

Artigo 10.º

Enfermeiro coordenador

1-O enfermeiro coordenador é um oficial superior, com a habilitação e a experiência profissional adequadas às funções, a quem compete a coordenação técnica da atividade profissional de enfermagem, e nomeadamente:

- a) Elaborar anualmente o plano da ação de enfermagem, a integrar o plano global de atividades do Polo, assim como o relatório de atividades de enfermagem relativo ao ano transato;
- b) Colaborar na elaboração dos planos de ação de enfermagem apresentados pelos enfermeiros-chefes dos vários Serviços;
- c) Coordenar e supervisionar a atividade dos enfermeiros-chefes e do adjunto do enfermeiro coordenador;
- d) Assessorar o Diretor clínico na compatibilização dos planos de ação dos diferentes serviços de ação médica;
- e) Contribuir para a definição das políticas ou diretivas de formação e investigação em enfermagem;
- f) Propor os padrões de cuidados de enfermagem prestados e os respetivos indicadores de avaliação;
- g) Participar na avaliação das necessidades em enfermeiros, assim como na sua admissão e distribuição pelos Serviços;
- h) Propor a criação de um sistema efetivo de classificação de utentes que permita determinar as necessidades em cuidados de enfermagem e zelar pela sua manutenção;
- i) Participar em estudos para a avaliação de custos e benefícios no âmbito dos cuidados de saúde;
- j) Participar na avaliação dos enfermeiros-chefes e do adjunto do enfermeiro coordenador;
- k) Colaborar na elaboração de protocolos que venham a ser celebrados com os estabelecimentos de ensino de enfermagem, relativamente à formação básica e pós-graduada;
- l) Acompanhar outros aspetos relacionados com o exercício da atividade profissional de enfermagem.

2-O enfermeiro coordenador é apoiado na coordenação da atividade profissional de enfermagem por um adjunto, enfermeiro militar, que o substitui nas suas faltas e impedimentos.

3-O adjunto do enfermeiro coordenador a que se refere o número anterior é nomeado pelo diretor, sob proposta do diretor clínico.

CAPÍTULO III

Áreas de atividade e estrutura funcional

Artigo 11.º

Áreas de atividade

O Polo de Lisboa do HFAR organiza-se nas seguintes áreas de atividade:

- a) Área clínica;
- b) Área de ensino, formação e treino;
- c) Área de gestão e logística;
- d) Área de suporte geral.

Secção I

Área clínica

Artigo 12.º

Área clínica

1-A área clínica do Polo de Lisboa do HFAR estrutura-se em departamentos, que integram serviços hospitalares, unidades funcionais e unidades integradas, nos termos definidos no n.º 3 do presente artigo.

2-A área de atividade referida no número anterior inclui ainda outras estruturas que, pela natureza das respetivas atribuições, possam contribuir para garantir uma gestão mais adequada e eficiente.

3-A área clínica da Polo de Lisboa do HFAR tem a seguinte estrutura:

a) Departamento de Medicina:

i) Serviços hospitalares

Cardiologia
Medicina Interna
Neurologia
Psiquiatria
Dermatologia
Endocrinologia
Gastreenterologia
Pneumologia

ii) Unidades funcionais

Nefrologia
Oncologia Médica

iii) Unidades integradas no Serviço de Medicina Interna

Hematologia
Imunoalergologia
Infeciologia
Reumatologia

b) Departamento de Cirurgia:

i) Serviços hospitalares

Anestesiologia
Cirurgia Geral
Medicina Dentária/Estomatologia
Oftalmologia
Ortopedia
Otorrinolaringologia
Ginecologia
Urologia

ii) Unidade funcional

Cirurgia Plástica e Reconstructiva

iii) Unidades integradas no Serviço de Cirurgia Geral

Cirurgia Vascular
Neurocirurgia

iv) Bloco operatório e Central de esterilização

c) Departamento de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica:

i) Serviços hospitalares

Anatomia Patológica
Imagiologia
Medicina Nuclear

Patologia Clínica
Medicina Física e Reabilitação

ii) Unidade funcional

Medicina Transfusional

d) Departamento de Cuidados Críticos:

i) Serviço de Urgência

ii) Unidade de Cuidados Intensivos e Intermédios

e) Centro Militar de Medicina Preventiva

f) Unidades de Apoio Assistencial:

i) Farmácia Hospitalar

ii) Psicologia Clínica

iii) Nutrição e Dietética

iv) Serviço Social

4-Os departamentos, serviços, unidades funcionais e unidades integradas hospitalares são chefiados por especialistas, de grau hierárquico mais elevado, a nomear pelo diretor, sob proposta do diretor clínico.

Artigo 13.º

Centro Militar de Medicina Preventiva

1-A atividade do Centro Militar de Medicina Preventiva (CMMP) é coordenada por um oficial superior, médico, nomeado pelo diretor, sob proposta do diretor clínico.

2-Ao CMMP compete:

a) Proceder ao registo e tratamento dos dados epidemiológicos relativos à patologia identificada na população militar, monitorizando a sua incidência e propondo superiormente as medidas tendentes a anular ou diminuir o seu impacto;

b) Desenvolver um sistema de informação médica que permita identificar as ameaças à saúde dos militares destacados em missão no exterior, e implementar as medidas preventivas adequadas;

c) Garantir o aprontamento sanitário dos militares que integram o dispositivo de forças nacionais, bem como os que irão integrar as forças nacionais destacadas para missões no exterior, de acordo com as solicitações dos Ramos;

d) Acompanhar, mantendo atualizado, o Plano de vacinação das Forças Armadas.

e) Desenvolver, em populações militares de risco, ações de rastreio, profilaxia e controlo de doenças infecciosas, nomeadamente de carácter epidémico ou de índole sazonal, associadas a grande morbilidade e absentismo;

f) Identificar o impacto da hepatite B, da hepatite C e da síndrome de imunodeficiência adquirida no efetivo militar, e desenvolver campanhas de esclarecimento e educação para a saúde nestas áreas, assim como para as doenças sexualmente transmissíveis;

g) Promover a transferência para os serviços hospitalares, para acompanhamento e recuperação, dos casos de doença identificados, bem como, se for caso disso, promover a sua apresentação a juntas médicas de saúde;

h) Realizar exames médicos de aptidão aos militares no ativo, de acordo com a solicitação dos Ramos;

i) Efetuar estudos de âmbito epidemiológico tendentes a avaliar o impacto no efetivo das Forças Armadas, de doenças de elevada prevalência no seio das comunidades contemporâneas, e promover planos de intervenção corretiva dos casos identificados;

j) Prestar serviços no âmbito de protocolos estabelecidos entre o Polo de Lisboa do HFAR e entidades terceiras, no âmbito do rastreio, profilaxia e controlo das doenças infecciosas.

Artigo 14.º**Unidade de Farmácia Hospitalar**

1-A Unidade de Farmácia Hospitalar dispõe de autonomia técnica e científica e é responsável pelo conjunto das atividades farmacêuticas exercidas em meio hospitalar, nomeadamente:

- a) Gestão (seleção, armazenagem e distribuição) dos medicamentos e de outros produtos farmacêuticos (dispositivos médicos e reagentes);
- b) Apoio técnico ao Serviço de Aprovisionamento, no âmbito dos processos de aquisição de medicamentos e outros produtos farmacêuticos;
- c) Manipulação e preparação de medicamentos (reconstituição de citotóxicos, preparação de doses unitárias, entre outros);
- d) Implementação e monitorização da política de medicamentos definida no Polo de Lisboa do HFAR (de acordo com o Formulário Hospitalar Nacional e suas adendas, e com as decisões da Comissão de farmácia e terapêutica);
- e) Realização de estudos de farmacocinética e ações de farmacovigilância;
- f) Participação nas comissões técnicas hospitalares e no apoio aos Serviços que o solicitem.

2-Esta unidade de apoio assistencial é chefiada por um oficial superior, com a habilitação e a experiência profissional adequadas às funções, especialista em farmácia hospitalar, nomeado pelo diretor.

3-Ao chefe da Unidade de Farmácia Hospitalar compete:

- a) Propor e adotar medidas conducentes a uma eficiente utilização dos recursos disponíveis;
- b) Promover a implementação de metodologias que garantam a segurança na utilização do medicamento, nomeadamente no que diz respeito à prescrição terapêutica, sua interpretação e validação, aviamento e registo da administração;
- c) Divulgar informação atualizada sobre os medicamentos, incluindo a relativa ao seu custo, de modo a promover a qualidade, eficácia e segurança das prescrições medicamentosas;
- d) Colaborar no ensino e investigação no âmbito da farmácia hospitalar, designadamente através da formação pós-graduada dos profissionais e da colaboração em ensaios clínicos autorizados.

Artigo 15.º**Unidade de Psicologia Clínica**

1-A Unidade de Psicologia Clínica desenvolve a sua atividade no âmbito da avaliação e intervenção psicológica aos utentes do Polo em internamento, em hospital de dia e em ambulatório, em estreita articulação com os serviços clínicos e suas equipas de saúde.

2-Esta unidade de apoio assistencial é chefiada por um oficial superior, com a habilitação e a experiência profissional adequadas às funções, nomeado pelo diretor.

Artigo 16.º**Unidade de Nutrição e Dietética**

1-A Unidade de Nutrição e Dietética é chefiada por um oficial superior, com a habilitação e a experiência profissional adequadas às funções, a nomear pelo diretor.

2-A esta unidade assistencial de apoio compete assegurar uma alimentação e nutrição adequada à população do Polo, atentos objetivos profiláticos, terapêuticos e de qualidade e, em especial:

- a) Exercer a sua atividade em articulação com os serviços assistenciais, no internamento e no ambulatório;
- b) Supervisionar a alimentação prescrita pelos médicos, acompanhando o processo terapêutico na vertente nutricional e dietética;

- c) Apoiar tecnicamente os serviços hoteleiros na área da alimentação, avaliando a composição das ementas fornecidas aos doentes e ao pessoal do HFAR, e controlando a preparação, confeção e distribuição das refeições, de modo a garantir a sua qualidade e adequação nutricional e terapêutica;
- d) Integrar equipas clínicas na promoção da saúde e na prevenção da doença;
- e) Promover e divulgar informação atualizada sobre cuidados nutricionais.

Artigo 17.º **Unidade de Serviço Social**

1-A Unidade de Serviço Social é chefiada por um oficial superior, com a habilitação e a experiência profissional adequadas às funções, a nomear pelo diretor.

2-Compete à Unidade de Serviço Social:

- a) Efetuar o diagnóstico de necessidades de apoio social dos doentes, relevantes para a sua reabilitação plena, promovendo em articulação com as entidades competentes, as ações necessárias para a sua concretização;
- b) Participar nas equipas de gestão de altas, promovendo os contactos necessários e a articulação com a família, permitindo a caracterização da alta dos doentes no momento da alta clínica, no âmbito do processo de continuidade de cuidados;
- c) Efetuar o levantamento e a caracterização e promover a atualização permanente do equipamento social necessário ao apoio social dos doentes;
- d) Contribuir para a humanização e qualidade dos serviços do Polo;
- e) Promover o apoio psicossocial ao utente, estabelecendo a articulação com as redes de suporte individual e coletiva;
- f) Exercer funções de investigação, estudo e conceção na área do apoio psicossocial dos utentes do Polo.

Artigo 18.º **Comissões Técnicas Hospitalares**

1-A atividade clínica do Polo de Lisboa do HFAR é apoiada pelas seguintes comissões técnicas hospitalares:

- a) Comissão de ética para a saúde;
- b) Comissão de humanização e qualidade dos serviços;
- c) Comissão de controlo da infeção hospitalar;
- d) Comissão de farmácia e de terapêutica;
- e) Comissão de coordenação oncológica;
- f) Comissão de normalização de consumos;
- g) Comissão de catástrofe e emergência interna.

2-A nomeação do presidente e dos restantes membros das comissões técnicas hospitalares compete ao diretor do Polo de Lisboa do HFAR.

Artigo 19.º **Comissão de ética para a saúde**

1-A comissão de ética para a saúde tem a composição prevista no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de maio, sendo os seus sete membros nomeados pelo diretor.

2-A esta comissão cabem as competências previstas no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 46/2004, de 19 de agosto, e ainda:

- a) Garantir o acesso do doente a informação clínica objetiva e clara, essencial para garantir o consentimento informado;

- b) Validar eticamente a investigação clínica/farmacológica, garantindo a adesão voluntária e consciente do doente;
- c) Estimular a atividade em equipa na prestação de cuidados de saúde, garantindo o cumprimento das normas éticas na relação entre profissionais e na organização da prática clínica;
- d) Pugnar pelo acompanhamento e humanização da atividade clínica junto dos doentes em estado terminal de vida, garantindo a execução de critérios científicos no diagnóstico da morte cerebral;
- e) Pronunciar-se do ponto de vista ético em relação às críticas e sugestões dos doentes e dos profissionais de saúde;
- f) Suportar eticamente a decisão clínica, apoiando soluções com custo/benefício e custo/eficácia comprovados.

Artigo 20.º

Comissão de humanização e qualidade dos serviços

1-A comissão de humanização e qualidade dos serviços (CHQS) é um órgão multidisciplinar ao qual compete:

- a) Formular a política de qualidade e apoiar a sua implementação;
- b) Propor à direção ações para a promoção da qualidade, através da apresentação de plano anual, com previsão dos recursos necessários à sua execução;
- c) Acompanhar a implementação das ações incluídas no plano de ação anual;
- d) Definir e propor os objetivos para a qualidade;
- e) Garantir que a política e os objetivos da qualidade são comunicados a todos os colaboradores e utentes e estimular a superação desses objetivos;
- f) Elaborar e enviar ao diretor o relatório anual de atividades.

2-Os elementos da CHQS são nomeados pelo diretor.

Artigo 21.º

Comissão de controlo da infeção hospitalar

1-A comissão de controlo da infeção hospitalar (CCIH), que se regula pelo Despacho do Diretor-Geral de Saúde, publicado no Diário da República, 2.^a série, de 23 de outubro de 1996, é constituída por cinco elementos, nomeados pelo diretor, de entre microbiologistas, clínicos das áreas médica e cirúrgica, epidemiologistas e enfermeiros.

2- O diretor clínico preside a esta comissão.

3-A CCIH tem como objetivo prevenir ou diminuir o número e gravidade das infeções associadas a cuidados de saúde, minimizando os seus custos humanos, sociais, ambientais e económicos, competindo-lhe:

- a) Definir, implantar e monitorizar um sistema de vigilância epidemiológica de estruturas, processos e resultados, dirigido a situações de maior risco;
- b) Propor recomendações e normas para a prevenção e controlo da infeção e a monitorização da sua correta aplicação;
- c) Fornecer aos serviços interessados informação pertinente referente a microrganismos isolados e à sua resistência a agentes antimicrobianos;
- d) Colaborar na definição da política de antibióticos, antisépticos, desinfetantes e de esterilização;
- e) Definir e implementar normas e circuitos para comunicação dos casos de infeção em doentes e pessoal;

- f)* Proceder a inquéritos epidemiológicos e divulgar os seus resultados internamente;
- g)* Participar no programa de promoção da qualidade;
- h)* Colaborar na formação em serviço e em outras ações de formação levadas a cabo na área do controlo da infeção;
- i)* Dar pareceres em projetos de execução de obras e na aquisição de equipamentos e bens de consumo ou serviços relacionados com a prevenção e controlo da infeção;
- j)* Colaborar na aplicação das normas legais sobre as condições de saúde e segurança no trabalho;
- k)* Colaborar na apreciação das normas legais relativas à recolha, transporte e eliminação dos resíduos hospitalares;
- l)* Desenvolver um sistema de avaliação das ações empreendidas;
- m)* Elaborar e apresentar à aprovação do diretor o plano de ação anual;
- n)* Assegurar o cumprimento das regras e normas estabelecidas em matéria de resíduos hospitalares;
- o)* Propor ações formativas específicas em higiene e controlo da infeção hospitalar;
- p)* Efetuar o registo de todas as infeções hospitalares mediante colheita de dados junto dos serviços, mantendo em base de dados de vigilância e epidemiológica;
- q)* Elaborar e enviar ao diretor o relatório anual de atividades.

Artigo 22.º

Comissão de farmácia e de terapêutica

1-A comissão de farmácia e terapêutica (CFT), que se regula pelo Despacho do Ministro da Saúde n.º 1083/2004, de 17 de janeiro, é constituída em paridade por médicos e farmacêuticos, com um mínimo de quatro elementos, sendo um dos médicos o diretor clínico a quem compete presidir à comissão.

2-Compete à CFT:

- a)* Atuar como órgão consultivo e de integração entre os serviços de prestação de cuidados e o serviço de farmácia;
- b)* Zelar pelo cumprimento do formulário e suas adendas;
- c)* Pronunciar-se, dentro do respeito das regras deontológicas, sobre a correção da terapêutica prescrita a doentes, sob solicitação do diretor clínico;
- d)* Informar os planos de aquisição de medicamentos e orientar o seu consumo;
- e)* Avaliar mensalmente os dados de consumo e as existências em medicamentos, incluindo os prescritos em ambulatório;
- f)* Dar parecer sobre novos medicamentos a adquirir;
- g)* Elaborar as adendas de aditamento ou exclusão, privativas do formulário de medicamentos;
- h)* Definir e pôr em prática uma política de informação sobre medicamentos;
- i)* Elaborar e enviar ao diretor o relatório anual de atividades.

Artigo 23.º

Comissão de coordenação oncológica

1-A comissão de coordenação oncológica tem a composição e as atribuições definidas na Portaria n.º 420/90, de 8 de junho.

2-A comissão é presidida pelo diretor clínico, ou por um elemento por si designado, e deve integrar mais 5 a 8 membros, médicos especialistas das áreas de cirurgia, oncologia médica, radioterapia, anatomia-patológica e hematologia clínica.

3- São competências da comissão de coordenação oncológica:

- a)* Organizar as consultas de grupo, multidisciplinares, com o objetivo de analisar e definir a estratégia de diagnóstico e terapêutica relativa a casos clínicos oncológicos, estabelecendo normas para o seu tratamento;

- b) Organizar campanhas de prevenção e rastreio do cancro;
- c) Aprovar protocolos de atuação diagnóstica e terapêutica dos diversos tipos de doença oncológica;
- d) Aprovar protocolos de atuação na prestação de cuidados paliativos e terminais oncológicos;
- e) Emitir parecer sobre eventuais protocolos com outras instituições;
- f) Promover e coordenar o registo do cancro ao nível do Polo de Lisboa do HFAR, no quadro da legislação específica, designadamente da Portaria nº 35/88, de 16 de janeiro;
- g) Elaborar e enviar ao diretor o relatório anual de atividades.

Artigo 24.º

Comissão de normalização de consumos

1- A comissão de normalização de consumos é um órgão consultivo que, em ligação com os serviços de prestação de cuidados e Serviço de aprovisionamento e logística, é responsável pela emissão de pareceres relativos à política de consumos do Polo de Lisboa do HFAR.

2- A comissão é constituída, no máximo, por seis elementos, a saber: o diretor da área de logística ou um elemento por si designado, que preside; o responsável pelo Serviço de aprovisionamento ou um técnico daquele serviço; dois médicos e dois enfermeiros.

3- A designação dos médicos e dos enfermeiros é da competência do diretor clínico, e do enfermeiro coordenador, respetivamente, sendo a designação dos restantes membro da competência do diretor da área de logística.

4- A comissão reunirá mensalmente e sempre que necessário, convocada pelo seu presidente, sem prejuízo de poder funcionar em comissões especializadas, de âmbito restrito, sempre que tal se mostre necessário.

5- Compete à comissão de normalização de consumos e equipamentos, nomeadamente:

- a) Emitir parecer acerca da introdução no Polo de Lisboa do HFAR de todo o material de consumo clínico e equipamentos;
- b) Definir e propor uma política de normalização dos produtos consumidos;
- c) Apoiar o serviço de aprovisionamento na elaboração de processos de aquisição, em particular no que concerne à identificação e tipologia de produtos;
- d) Pronunciar-se sobre os processos de aquisição de equipamentos que impliquem a utilização de consumíveis, a pedido do Serviço de aprovisionamento;
- e) Desenvolver, em colaboração com outras comissões do Polo de Lisboa do HFAR, as normas de utilização e os procedimentos que sejam transversais na instituição e possibilitem uma utilização racional dos mesmos;
- f) Elaborar e enviar ao diretor o relatório anual de atividades.

Artigo 25.º

Comissão de catástrofes e emergência interna

1-Compete à comissão de catástrofes e emergência interna:

- a) Elaborar os planos de catástrofe e emergência interna, organizar ações de formação e simulações neste âmbito;
- b) Promover a realização, pelas entidades técnicas competentes, de vistorias ao conjunto das instalações, tendo em vista a verificação de aspetos de segurança e de forma a prevenir condições propiciadoras à ocorrência de catástrofes;
- c) Organizar ações de prevenção, informação e sensibilização do pessoal afeto a este Polo hospitalar, de forma a exercer adequada capacitação para reação em situações de catástrofe;
- d) Planear a reação a situações de catástrofe e zelar pela implementação das medidas preconizadas em casos de ocorrência;

e) Assegurar o relacionamento com entidades externas com responsabilidades nesta área e coordenar, eficazmente, as operações a desenvolver com os recursos a mobilizar;

f) Elaborar e enviar ao diretor o relatório anual de atividades.

2-A comissão é constituída por um máximo de 3 elementos, sendo um deles o coordenador.

Secção II

Área de ensino, formação e treino

Artigo 26.º

Unidade de Ensino, Formação e Treino

1-A Unidade de Ensino, Formação e Treino (UEFT) é uma unidade de âmbito transversal que tem como objetivos desenvolver o ensino, a formação e o treino aplicados à saúde e promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Polo de Lisboa do HFAR, em particular nas áreas consideradas de maior interesse para a medicina militar.

2-A UEFT é coordenada e orientada pelo diretor da área de recursos humanos.

3-Ao coordenador da UEFT compete o planeamento e o controlo da execução das atividades de ensino, formação e treino, em ligação com os ramos e outras entidades hospitalares, de intervenção sanitária e de ensino, potenciando as capacidades e incrementando a qualidade do seu desempenho e a diferenciação dos seus recursos humanos, e designadamente:

a) Planear e coordenar o desenvolvimento do ensino e da investigação essenciais à preparação e desenvolvimento profissional, bem como à melhoria continuada dos cuidados prestados;

b) Colaborar na formação pós graduada do pessoal de saúde colocado em unidades operacionais, nomeadamente em cursos, estágios e internatos;

c) Acompanhar a formação pós graduada do pessoal de saúde do Polo de Lisboa do HFAR, nomeadamente em cursos, estágios e internatos;

d) Programar, e promover a organização, isoladamente ou em colaboração com outras entidades, de ações formativas ou de investigação no campo da saúde;

e) Articular com outras estruturas das Forças Armadas, nos aspetos formativos e educacionais da área da saúde;

f) Desenvolver as potencialidades do Polo de Lisboa do HFAR, na formação contínua dos técnicos de saúde das Forças Armadas.

4-O coordenador da UEFT, quando médico, acumula estas funções com a de diretor do internato médico.

5-A direção do internato médico rege-se, no que respeita à sua composição, nomeação, competência e funcionamento, pelo regime jurídico aplicável ao internato médico.

Secção III

Área de gestão e logística

Artigo 27.º

Serviços de gestão e logística

1-O Polo de Lisboa do HFAR dispõe dos seguintes serviços de gestão e logística:

a) Serviço de recursos humanos;

b) Serviços financeiros;

c) Serviço de gestão de doentes;

- d) Serviço de aprovisionamento;
- e) Serviço de instalações e equipamentos;
- f) Serviços de gestão hoteleira;
- g) Serviço de sistemas e tecnologias de informação;
- h) Gabinete de análise prospetiva e controlo de gestão.

Artigo 28.º

Serviço de recursos humanos

1-O Serviço de recursos humanos tem por função genérica apoiar o diretor do Polo de Lisboa do HFAR na definição da política de recursos humanos e na gestão do respetivo plano.

2-O Serviço de recursos humanos é coordenado pelo diretor da área de recursos humanos.

3-Compete especificamente ao Serviço de recursos humanos:

- a) Participar na definição da política de gestão de recursos humanos, e na elaboração do plano de recursos humanos;
- b) Coordenar a aplicação dos sistemas de avaliação de desempenho;
- c) Propor, a adequação dos efetivos à evolução das necessidades, elaborando os perfis dos postos de trabalho e cargos, com base na análise e qualificação de funções;
- d) Promover a gestão previsional dos recursos humanos;
- e) Assegurar o cumprimento de todas as obrigações legais em matéria de recursos humanos;
- f) Organizar e assegurar os serviços de administração de pessoal, em termos de carreiras, remunerações e assiduidade.

Artigo 29.º

Serviços financeiros

1 - Os Serviços financeiros são coordenados pelo diretor da área de gestão.

2 - Compete a este Serviço:

- a) Elaborar o orçamento, nos termos definidos pelo órgão de gestão, e acompanhar a execução orçamental;
- b) Realizar as operações de abertura, encerramento e prestação de contas;
- c) Proceder à cabimentação das despesas;
- d) Proceder à cobrança das receitas e realizar o pagamento das despesas do Polo de Lisboa do HFAR;
- e) Proceder à contabilização dos documentos de receita e de despesa;
- f) Proceder à conferência da faturação de fornecedores;
- g) Elaborar a informação económica e financeira para os fins internos e externos, dando cumprimento aos deveres de informação periódica, nos termos da lei;
- h) Gerir a tesouraria, nos termos das orientações da direção;
- i) Dar cumprimento às obrigações fiscais da organização.

Artigo 30.º

Serviço de gestão de doentes

1 - O Serviço de gestão de doentes é coordenado pelo diretor da área de logística.

2 - Ao Serviço de gestão de doentes compete:

- a) Assegurar a uniformidade dos procedimentos de registo e apuramento do movimento assistencial e a racionalização dos recursos;

- b) Implementar as regras de faturação previstas nos contratos-programa, assim como nas portarias de faturação a subsistemas;
- c) Implementar as determinações legais relativas à cobrança das taxas moderadoras, bem como as regras para a cobrança;
- d) Assegurar a cobrança de taxas moderadoras, a entregar aos serviços financeiros;
- e) Coordenar e supervisionar todos os atos desenvolvidos pelo pessoal administrativo e de secretariado clínico, relativos ao percurso do doente desde a admissão até à respetiva alta;
- f) Coordenar a prática do registo de atos administrativos necessários à realização dos exames pelos doentes, quer estes sejam efetuados no Polo de Lisboa do HFAR, quer no exterior, independentemente da modalidade de admissão;
- g) Organizar e manter o sistema de informação público sobre as atividades e serviços do polo hospitalar, e sobre os direitos e deveres dos utentes, através dos meios de comunicação apropriados aos utentes atuais e potenciais do Polo de Lisboa do HFAR;
- h) Organizar e manter o sistema de atendimento personalizado dos utentes, presencialmente ou por outros meios de comunicação, para informação sobre marcação e alteração de atos médicos ou exames de diagnóstico e terapêutica;
- i) Organizar o sistema de visitas de acompanhamento e de familiares aos utentes internados;
- j) Emanar normas gerais de orientação para os serviços sobre matérias relacionadas com financiamento e faturação, de acordo com as políticas definidas pela direção;
- k) Proceder à identificação de oportunidades de melhoria da qualidade e fiabilidade dos registos, de forma a maximizar o financiamento e a faturação;
- l) Garantir a emissão de faturas aos utentes e às entidades financeiras responsáveis/subsistemas de saúde, de acordo com os registos informáticos;
- m) Coordenar e supervisionar o tratamento de dados para faturar por parte dos administrativos e equipa de médicos codificadores garantindo a correta e atempada faturação;
- n) Garantir o correto e atempado tratamento de dados para faturar;
- o) Garantir a fiabilidade de dados estatísticos, e proporcionar à direção a informação necessária para a tomada de decisão e concretização da sua estratégia de intervenção;
- p) Conhecer e preparar a estatística do movimento assistencial do Polo de Lisboa do HFAR de acordo com as normas e procedimentos em uso no setor da saúde de forma a responder e divulgar periodicamente conforme legalmente exigido;
- q) Assegurar o atempado agendamento da consulta externa, e proceder à marcação de consultas solicitadas por médicos ou utentes;
- r) Proceder à guarda, conservação e tratamento da documentação clínica do hospital;
- s) Preparar, organizar e distribuir com a antecedência necessária, os processos clínicos referentes à atividade programada nos diversos serviços clínicos;
- t) Assegurar o fornecimento de ajudas técnicas ou material de apoio aos Deficientes das Forças Armadas, de acordo com a legislação em vigor.

3 - O Serviço de gestão de doentes integra o Gabinete do Utente, ao qual compete promover a participação dos cidadãos, enquanto agentes responsáveis, detentores de direitos e deveres, numa lógica de mediação e diálogo e, em especial:

- a) Assegurar a informação aos utentes sobre o funcionamento e a melhor utilização dos serviços, bem como dos direitos e deveres dos utentes;
- b) Proceder à receção centralizada, registo e tratamento de todas as reclamações, sugestões e agradecimentos, independentemente da via de acesso utilizada;
- c) Incentivar as equipas e prestadores de cuidados em geral, a resolver disfunções causadoras de reclamações, apoiar e facilitar o acesso dos utentes aos meios legais disponíveis, nomeadamente a transcrição da informação clínica, se for caso disso;

d) Potenciar a análise e tratamento das reclamações, como indicador útil para a monitorização das boas práticas clínicas e de gestão global;

e) Desenvolver uma ação proativa com os profissionais e serviços hospitalares, tendo em vista a correção das disfunções detetadas.

4 - O Serviço de gestão de doentes integra o Gabinete de Codificação, composto por médicos codificadores, ao qual compete a ligação da informação clínica com a faturação, mediante a atribuição de códigos do ICD9.

Artigo 31.º

Serviço de aprovisionamento

1- O Serviço de aprovisionamento é coordenado pelo diretor da área de logística.

2- Compete ao Serviço de aprovisionamento, sem prejuízo das competências próprias da coordenação, nomeadamente:

a) Programar as necessidades e adquirir todos os bens, serviços e equipamentos necessários à prossecução dos fins do Polo de Lisboa do HFAR;

b) Armazenar e controlar os *stocks* de todo o material, clínico e não clínico, quer ao nível dos armazéns centrais, quer ao nível dos armazéns avançados;

c) Distribuir programadamente esses bens e equipamentos pelos serviços utilizadores;

d) Garantir a inventariação do imobilizado do Polo de Lisboa do HFAR e a sua permanente atualização;

e) Apoiar e integrar as negociações, no âmbito das consultas efetuadas e dos procedimentos aprovados, visando a obtenção das condições mais vantajosas para a organização, através da aplicação dos métodos e técnicas do mercado concorrencial, em obediência aos princípios de transparência, igualdade de oportunidades e tratamento e livre concorrência;

f) Elaborar e manter atualizado o inventário dos bens de domínio público sob administração do Polo de Lisboa do HFAR, bem como de outros bens que não sejam sua propriedade mas cujo uso lhe seja afeto.

Artigo 32.º

Serviço de instalações e equipamentos

1- O Serviço de instalações e equipamentos tem como missão primária garantir a operacionalidade e manter as condições de funcionamento de infraestruturas, equipamentos e viaturas agregadas ao Polo de Lisboa do HFAR.

2- O Serviço de instalações e equipamentos é coordenado pelo diretor da área de logística.

3- Compete especificamente ao Serviço de instalações e equipamentos:

a) Organizar e manter o arquivo técnico das infraestruturas, instalações técnicas e equipamentos gerais e médico-cirúrgicos;

b) Elaborar e difundir manuais de procedimentos relativos à utilização de equipamentos e instalações técnicas especiais, de acordo com as instruções dos fornecedores e com as regras de segurança e qualidade aplicáveis;

c) Programar e acompanhar a execução de obras de construção, adaptação ou demolição de edifícios e/ou instalações técnicas especiais;

d) Assegurar a gestão dos consumos de energias, fluidos e gases medicinais;

e) Elaborar ou avaliar pareceres e projetos técnicos necessários à atividade do polo hospitalar e solicitados superiormente;

f) Operar e manter as instalações de produção e/ou distribuição de vapor, aquecimento, energia elétrica, água e gases medicinais;

g) Assegurar a manutenção geral das infraestruturas e instalações interiores e exteriores;

- h) Assegurar a manutenção dos equipamentos médico-cirúrgicos através de intervenções diretas, ou pela gestão e controlo de ações efetuadas por terceiros;
- i) Assegurar as atividades necessárias ao bom funcionamento e manutenção dos sistemas de apoio de emergência e colaborar no planeamento da sua substituição ou reforço;
- j) Disponibilizar as viaturas da frota automóvel para os serviços de transporte solicitados pelos diversos serviços, efetuar a gestão de condutores e assegurar a manutenção das viaturas da frota;
- k) Operar, gerir e manter a central telefónica, redes filares e equipamentos de comunicações acoplados.

Artigo 33.º

Serviços de gestão hoteleira

- 1- Os Serviços de gestão hoteleira são coordenados pelo diretor da área de logística.
- 2- Aos Serviços de gestão hoteleira compete, com a articulação dos respetivos serviços do Polo de Lisboa do HFAR e com os prestadores de serviços externos, a coordenação, planeamento, organização e controlo das seguintes áreas:
 - a) Alimentação;
 - b) Limpeza;
 - c) Lavandaria;
 - d) Rouparia;
 - e) Tratamento de resíduos hospitalares;
 - f) Desinfestação;
 - g) Transportes;
 - h) Parqueamento e jardins;
 - i) Segurança e vigilância;
 - j) Casa Mortuária.
- 3- Compete aos serviços de gestão hoteleira, entre outras, as seguintes funções:
 - a) Assegurar a distribuição das refeições e fazer cumprir os horários da sua distribuição;
 - b) Coordenar e assegurar a manutenção da higiene e limpeza das instalações, mantendo-as em perfeitas condições de assepsia;
 - c) Garantir a recolha de roupas sujas, já devidamente triadas, e efetuar a sua entrega na Lavandaria;
 - d) Proceder à distribuição interna da roupa hospitalar, e controlar a qualidade da que se encontra em circulação;
 - e) Garantir a correta gestão dos resíduos hospitalares, incluindo resíduos hospitalares perigosos e resíduos líquidos perigosos produzidos, e organizar os respetivos circuitos internos;
 - f) Garantir a eficácia de desinfecções, desinfestações e desratizações;
 - g) Orientar os trabalhos de limpeza e manutenção de espaços verdes;
 - h) Organizar o estacionamento e controlo de acessos;
 - i) Coordenar o transporte de doentes;
 - j) Controlar as condições de higiene da casa mortuária, bem como as condições necessárias para o bom funcionamento das câmaras frigoríficas utilizadas para a conservação de cadáveres;
 - k) Controlar os serviços contratados em regime de *outsourcing*, nas áreas que superintende.

Artigo 34.º

Serviço de sistemas e tecnologias de informação

- 1- O Serviço de sistemas e tecnologias de informação tem por finalidade garantir a operacionalidade dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação, assegurando a sua adequação aos objetivos estratégicos da direção.

2-O Serviço de sistemas e tecnologias de informação é coordenado pelo diretor da área de gestão, e é dirigido por um oficial superior com a habilitação e a experiência profissional adequadas às funções, nomeado pelo diretor, tendo em consideração o seu perfil e competência técnica.

3-Ao Serviço de sistemas e tecnologias de informação compete:

- a) Assegurar a operacionalidade, manutenção e segurança do parque informático, dos sistemas de informação e da rede da Saúde;
- b) Configurar os sistemas de forma homogénea e coerente, definir procedimentos de integração e realizar os estudos técnicos de suporte à decisão;
- c) Planear, gerir e implementar projetos no âmbito dos sistemas e tecnologias de informação;
- d) Assegurar a confidencialidade, segurança e integridade dos dados pessoais informatizados;
- e) Promover a legalização de todas as bases de dados em exploração, cujos dados sejam considerados informação sensível;
- f) Avaliar e emitir pareceres sobre pedidos e propostas de bens e serviços informáticos, numa perspetiva de rentabilização, racionalização e oportunidade;
- g) Gerir os contratos de manutenção e garantias dos equipamentos informáticos e dos sistemas de informação;
- h) Orientar e coordenar as equipas dos parceiros tecnológicos na implementação e manutenção dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação;
- i) Apoiar os utilizadores na exploração das aplicações informáticas e tecnologias de informação existentes;
- j) Dinamizar, promover e desenvolver ações de formação sobre as aplicações informáticas em exploração;
- k) Definir normas e *standards* para a utilização dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação.

Artigo 35.º

Gabinete de análise prospetiva e controlo de gestão

1-O Gabinete de análise prospetiva e controlo de gestão (GAPCG) tem por missão desenvolver o processo de contratualização da atividade assistencial, monitorizar os resultados operacionais do Polo de Lisboa do HFAR, elaborar relatórios técnicos com base em indicadores de gestão transversais ao conjunto da atividade desenvolvida e prospetivar as linhas de tendência de resultados, propondo medidas corretivas e sempre que as mesmas se justifiquem.

2-O GAPCG é coordenado pelo diretor da área da gestão.

3- A este Gabinete compete:

- a) Elaborar os Planos de Atividades;
- b) Submeter à Direção os Termos de Referência para a contratualização da atividade assistencial;
- c) Negociar, com base nos mesmos Termos, os objetivos de produção com os responsáveis pelas diferentes áreas clínicas;
- d) Monitorizar a execução dos objetivos contratualizados, apoiando-se, também, nos sistemas e tecnologias de informação disponíveis;
- e) Sempre que se justifique, propor à Direção medidas corretivas que assegurem o cumprimento do Plano de Atividades e os termos da respetiva contratualização;
- f) Promover ou colaborar em estudos que visem identificar novas estratégias de modernização da atividade assistencial e gestionária, bem como para a identificação de oportunidades para o desenvolvimento da atividade clínica assegurada;

- g) Coordenar a negociação de Acordos para a prestação de cuidados de saúde com entidades terceiras ao MDN e de acordo com as orientações emitidas pela Direção;
- h) Elaborar o Relatório de Atividades.

Secção IV **Área de suporte geral**

Artigo 36.º **Serviços transversais**

1 - O Polo de Lisboa do HFAR dispõe dos seguintes serviços transversais:

- a) Secretaria-central;
- b) Secção de justiça;
- c) Gabinete jurídico;
- d) Gabinete de Assistência Religiosa;
- e) Núcleo de voluntariado;
- f) Gabinete de auditoria interna.

Artigo 37.º **Secretaria-central**

1-A Secretaria-central é chefiada por um oficial superior/capitão ou primeiro-tenente, com a habilitação e a experiência profissional adequadas às funções, nomeado pelo diretor, tendo em consideração o seu perfil e competência técnica.

2-À Secretaria-central compete:

- a) Fazer a gestão documental de toda a correspondência oficial, interna e externa, do Polo e assegurar os procedimentos administrativos decorrentes;
- b) Garantir o apoio à Direção, nas áreas de secretariado, arquivo documental e apoio logístico;
- c) Garantir a distribuição da legislação e das normativas aplicáveis ao Polo;
- d) Organizar e manter o arquivo da legislação aplicável à atividade do Polo;
- e) Estruturar e implementar a política de gestão documental do Polo, nomeadamente através da definição do modelo de introdução de novos suportes administrativos, sua codificação, atualização e acompanhamento do seu ciclo de vida;
- f) Apoiar administrativamente as Comissões Técnicas Hospitalares do Polo de Lisboa do HFAR.

Artigo 38.º **Secção de Justiça**

1-À Secção de Justiça compete instruir processos de averiguações ou apoiar processos disciplinares, quando solicitado.

2-A Secção de Justiça é chefiada por um oficial superior/capitão ou primeiro-tenente, com a habilitação e a experiência profissional adequadas às funções, nomeado pelo diretor, tendo em consideração o seu perfil e competência técnica.

Artigo 39.º **Gabinete jurídico**

1-Ao Gabinete jurídico compete:

- a) Emitir pareceres sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelos membros da direção;

b) Elaborar contratos ou minutas de contrato de acordo com as orientações da direção, e propor a sua aprovação ou homologação;

c) Acompanhar e apoiar os processos administrativos em que esteja envolvido o Polo de Lisboa do HFAR, ou qualquer dos seus serviços.

2-O Gabinete jurídico é chefiado por um oficial superior, com a habilitação e a experiência profissional adequadas às funções, nomeado pelo diretor, tendo em consideração o seu perfil e competência técnica.

Artigo 40.º

Gabinete de assistência religiosa

1-No cumprimento das disposições constitucionais e legais sobre liberdade religiosa, o Polo de Lisboa do HFAR permite a prestação da assistência religiosa aos doentes internados, segundo a opção de cada um.

2-O Gabinete de assistência religiosa é coordenado pelo diretor da área de recursos humanos.

Artigo 41.º

Núcleo de voluntariado

1-No cumprimento das disposições legais sobre o voluntariado em saúde, o Polo de Lisboa do HFAR permite o acompanhamento, o seguimento e o apoio aos doentes internados, ou em tratamento ambulatorio, assim como o auxílio logístico às diversas unidades hospitalares, por parte de um núcleo organizacional de carácter social.

2-O núcleo de voluntariado é coordenado pelo diretor da área de recursos humanos.

Artigo 42.º

Gabinete de auditoria interna

1- Ao Gabinete de Auditoria Interna (GAI) compete realizar uma permanente auditoria de sistema e qualidade, incidindo sobre a eficiência e eficácia das operações e processos, a confiança e integridade da informação financeira e operacional e a conformidade com a legislação, regulamentos, normas e procedimentos.

2- O GAI funciona na dependência do diretor do Polo de Lisboa do HFAR.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 43.º

Regulamentação complementar

Compete ao diretor do Polo de Lisboa do HFAR, ouvidos os restantes elementos da direção, emitir a regulamentação e instruções complementares que se mostrem necessárias para a aplicação do presente regulamento interno, nos termos da lei.

Artigo 44.º

Produção de efeitos

O disposto no presente regulamento interno aplica-se unicamente ao período a que se refere o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto.

Estado-Maior do Exército

**Despacho s n.º/CEME/09
de 17 de Junho de 2009**

Direção de Aquisições

Por despacho do Chefe de Estado-Maior do Exército, foram aprovadas as Armas da Direção de Aquisições, conforme se descrevem:

Armas:

- Escudo de prata, um chefe-pala de azul;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de prata e de azul;
- Timbre: um peneireiro-cinzento de prata armado e animado de vermelho;
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir **“VEREIS A FORTALEZA SUSTENTAR-SE”**.

Simbologia:

- A PRATA do campo representa duas margens para as quais é necessário estabelecer a ponte: as necessidades do Exército e o cumprimento da Lei, na salvaguarda dos interesses da Fazenda Pública.
- O CHEFE-PALA é uma alusão ao «T», a base de todo o sistema contabilístico atual, sustentado na dualidade entre o «Deve e o Haver», o «Exigido e o Cumprido».
- O PENEIREIRO-CINZENTO, ave dotada de grande visão e mobilidade, simboliza a diversidade e complexidade das tarefas cometidas à Direção de Aquisições e a proficiência e competência exigidas a todos aqueles que prestam serviço nesta Direção com vista à satisfação das necessidades do Exército.
- A divisa **“VEREIS A FORTALEZA SUSTENTAR-SE”**, (Os Lusíadas II – 52) traduz o compromisso assumido pela Direção de Aquisições no cumprimento da sua missão e da salvaguarda das necessidades do Exército.
- Os esmaltes significam:
 - A PRATA, verdade e veneramento;
 - O VERMELHO, confiança e ânimo;
 - O AZUL, perseverança e zelo.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, José Luís Pinto Ramalho, General



Direção de Aquisições

(Anexo ao Despacho n.º xxx/xx, de 17 de Junho de 2009 do Gen CEME)

**Despacho s n/CEME/13
de 11 de Fevereiro de 2013**

Centro Militar de Educação Física e Desportos

Por despacho do Chefe de Estado-Maior do Exército, foram aprovadas as Armas do Centro Militar de Educação Física e Desportos, reproduzido em gravura anexa à portaria, ostentando a Medalha de Ouro de Serviços Distintos com que foi condecorado pelo Aviso (extrato) n.º 13845/2012, conforme se descrevem:

Armas:

- Escudo de vermelho, uma coroa de louros, acompanhada em chefe de duas lucernas, a da dextra voltada, tudo de ouro;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de vermelho e de ouro;
- Timbre: um centauro dorífero, empinado, com a dextra arremessando um dardo, a metade homem de carnação, a metade cavalo de negro e o dardo de ouro;
- Condecoração: pendente do escudo a Medalha de Ouro de Serviços Distintos;
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir **“CORPUS MENTIS SERVUS”**.

Simbologia:

- A COROA DE LOUROS, símbolo da Glória, era concedida àqueles que pela vitória das armas ou nos jogos do estádio, eram reconhecidos como heróis, génios ou sábios, por o loureiro, cujas folhas permanecem verdes todo o ano, representar a imortalidade.
- As duas LUCERNAS – símbolo do ensino – assinalam as grandes áreas de esforço de atividade do centro: a Educação Física e a Equitação.
- O CENTAURO reúne num símbolo único o Homem – a Educação Física – e o Cavalo – a Equitação.
- O DARDO – arma de arremesso e engenho desportivo – sintetiza o desporto militar.
- A DIVISA assinala a supremacia do espírito sobre a matéria.
- Os esmaltes significam:
 - O OURO: nobreza e sabedoria;
 - O VERMELHO: esforço e vitória;
 - O NEGRO: força e vigor.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, Artur Neves Pina Monteiro, General.

PÁGINA INTENCIONALMENTE
EM BRANCO



Centro Militar de Educação Física e Desportos

(Anexo ao Despacho n.º xxx/xx, de 11 de Fevereiro de 2013 do Gen CEME)

Academia Militar**Despacho n.º 4934/2013**

1 — Ao abrigo da delegação de competências que me é conferida pelo n.º 2 do despacho n.º 3307/2013, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 01 de março de 2013, subdelego no Diretor dos Serviços Gerais da Academia Militar, Cor Inf (01144182) **João Luís da Silva Loureiro**, a competência conferida pelo artigo 109.º do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como para praticar todos os demais atos decisórios previstos naquele mesmo diploma, até ao limite de € 99.759,58.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 20 de dezembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor dos Serviços Gerais da Academia Militar que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de março de 2013. — O Comandante da AM, em regime de substituição, *António José Pacheco Dias Coimbra*, Major-General.

Despacho n.º 5430/2013

1 — Ao abrigo da delegação de competências que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3307/2013, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 01 de março de 2013, subdelego no Diretor dos Serviços Gerais da Academia Militar, Cor Inf (06979783) **Carlos Manuel Alves Batalha da Silva**, a competência conferida pelo artigo 109.º do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como para praticar todos os demais atos decisórios previstos naquele mesmo diploma, até ao limite de € 99.759,58.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 07 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor dos Serviços Gerais da Academia Militar que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de março de 2013. — O Comandante da AM, em regime de substituição, *António José Pacheco Dias Coimbra*, Major-General.

Despacho n.º 5062/2013

1 — Ao abrigo da delegação de competências que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 3307/2013, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 01 de março de 2013, subdelego no Diretor dos Serviços Gerais da Academia Militar, TCor Vet (08700986) **José Carlos Sanches Ribeiro**, a competência conferida pelo artigo 109.º do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como para praticar todos os demais atos decisórios previstos naquele mesmo diploma, até ao limite de € 99.759,58.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de dezembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor dos Serviços Gerais da Academia Militar que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de março de 2013. — O Comandante da AM, em regime de substituição, *António José Pacheco Dias Coimbra*, Major-General.

Comando do Pessoal

Despacho n.º 5061/2013

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho 2767/2012, de 8 de fevereiro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro, subdelego no Major-General **Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos**, Diretor de Administração de Recursos Humanos, a competência em mim delegada para a prática dos seguintes atos:

a) Nomear, colocar, transferir militares, até ao posto de Major, inclusive, e de pessoal militarizado, em território nacional, com exceção de:

- 1) Oficiais e Sargento -Mor do meu Gabinete e do Estado-Maior do Comando do Pessoal;
- 2) Colocação de militares fora do Exército.

b) Nomear militares para a frequência de cursos, tirocínios e estágios nacionais, com exceção da nomeação de oficiais para a frequência do curso de promoção a oficial general, do curso de comandantes, do curso de estado-maior e de cursos no estrangeiro;

c) Promover e graduar sargentos e praças, por diuturnidade e antiguidade;

d) Autorizar trocas de colocação e prorrogação de deslocamentos aos militares, até ao posto de Major inclusive;

e) Autorizar requerimentos de mudança de guarnição militar de preferência;

f) Autorizar pedidos de demora na apresentação de militares, até ao posto de Major inclusive;

g) Averbar cursos, estágios e especialidades normalizadas a militares;

h) Averbar aumentos de tempo de serviço;

i) Aprovar as listas de antiguidade do pessoal militarizado e civil;

j) Autorizar a passagem à reserva de Oficiais e Sargentos nos termos das alíneas a) e c) do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR);

k) Autorizar a passagem à reforma de militares nos termos das alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, bem como nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;

l) Promover a passagem à reforma extraordinária de militares nos termos do artigo 160.º do EMFAR;

m) Decidir sobre requerimentos de militares na situação de reserva, até ao posto de Tenente-Coronel inclusive, para voltarem à efetividade de serviço, de acordo com as normas em vigor;

n) Decidir sobre requerimentos de militares, exceto Oficiais Gerais e Coronéis Tirocinados, na situação de reserva para continuarem na efetividade de serviço, de acordo com as normas em vigor ou para desistirem da continuidade na efetividade antes do termo do prazo concedido;

o) Decidir sobre requerimentos de militares que solicitem informação relativa aos respetivos processos de promoção;

p) Autorizar a emissão de bilhetes de identidade militar, de cartões de identificação militar, de cartas-patentes, exceto de Oficiais Gerais e de diplomas de encarte das promoções;

q) Autorizar o adiamento da frequência de cursos de promoção dos Sargentos, nos termos do artigo 197.º do EMFAR;

r) Equivalência de condições de promoção de Sargentos;

s) Nomear militares e funcionários do MPCE para júris de procedimentos concursais e provas de seleção;

t) Conceder licença registada a sargentos e praças dos QP, em RV e RC;

u) Conceder licença ilimitada ao pessoal militarizado;

v) Autorizar os militares nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) a manterem-se no posto e forma de prestação de serviço militar, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 301.º do EMFAR;

w) Autorizar a matrícula em cursos civis aos militares, exceto Oficiais Gerais, sem prejuízo para o serviço;

x) Autorizar o exercício de funções de natureza civil por militares, exceto Oficiais Gerais, sem prejuízo para o serviço;

y) Celebração de contratos para a prestação de serviço militar em RV e RC, de acordo com os modelos aprovados, bem como a prorrogação e cessação da prestação de serviço, com exceção das situações previstas no artigo 300.º, n.º 3, alíneas e) e f) do EMFAR;

z) Autorizar os militares em RV e RC a concorrerem aos estabelecimentos militares de ensino superior, a procedimentos concursais na Administração Pública e ao alistamento nas Forças de Segurança;

aa) Autorizar a abertura de procedimentos concursais de ingresso no MPCE, com exceção dos respeitantes às carreiras de técnico superior ou equivalente, depois de aprovada a sua abertura, e a prática de todos os atos subsequentes, com exceção da decisão de recursos hierárquicos;

bb) Nomear e prover pessoal civil, exceto das carreiras de técnico superior ou equivalente, nos casos de pessoal integrado em carreiras cujo regime de nomeação seja aplicável;

cc) Celebrar contratos de pessoal civil, bem como prorrogar, outorgar alterações, rescindir e fazer cessar esses contratos, exceto por motivos disciplinares e no caso de pessoal das carreiras de técnico superior ou equivalente;

dd) Atos relativos a necessidades de formação do pessoal do MPCE;

ee) Promover pessoal militarizado;

ff) Mudança de colocação, no âmbito de Exército, de pessoal militarizado e civil, exceto técnicos superiores ou equivalente;

gg) Autorizar, no âmbito do pessoal do MPCE, com exceção dos técnicos superiores ou equivalente, a acumulação de funções, comissões de serviço e a mobilidade interna ou cedência do pessoal civil;

hh) Autorizar a concessão de licença sem vencimento, de curta e longa duração, ao pessoal civil, bem como autorizar o seu regresso ao serviço, e licenças no âmbito da parentalidade;

ii) Autorizar a prática dos atos respeitantes ao regime de trabalho a tempo parcial relativamente ao pessoal civil;

jj) Autorizar a modificação da relação jurídica de emprego do pessoal civil, nas suas diversas modalidades, decorrente de alterações jurídico-funcionais que a imponham, exceto para pessoal das carreiras de técnico superior ou equivalente;

kk) Propor a apresentação do pessoal civil à junta médica competente, para efeitos de verificação de incapacidade para o serviço;

ll) Autorizar a abertura dos concursos internos condicionados, de pessoal militarizado e civil, exceto para técnicos superiores ou equivalentes;

mm) Averbar cursos e estágios a pessoal do MPCE e militarizado;

nn) Autorizar a apresentação à JHI dos militares e do pessoal do MPCE e militarizado;

oo) Decidir sobre reclamações das listas de antiguidade do pessoal civil;

pp) Confirmar as condições de progressão de pessoal militarizado e civil;

qq) Autorizar a passagem à aposentação de pessoal do MPCE;

rr) Autorizar a emissão do termo de posse ou de aceitação de pessoal militarizado e civil do Exército;

ss) Apreciar a transferência de obrigações militares de pessoal na disponibilidade;

tt) Autorizar o alistamento nas Forças de Segurança a militares na disponibilidade;

uu) Tratamento e hospitalização de Oficiais, Sargentos e Praças na reserva de disponibilidade;

vv) Autorizar a continuação ao serviço de pessoal militarizado com mais de 56 anos;

ww) Autorizar averbamentos a introduzir nos processos individuais do pessoal na situação de reforma;

xx) Apreciar assuntos relativos aos militares auxiliados da ATFA;
yy) Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados;
zz) Visar os processos de falecimento a enviar ao Ministério da Defesa Nacional;
aaa) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido, por motivo de faltas por doença, ao pessoal sob a sua dependência hierárquica.

2 — Ao abrigo do mesmo despacho, a competência para os atos constantes no presente Despacho, podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Subdiretor, nos Chefes de Repartição e Chefe do Gabinete de Apoio, na dependência direta do Diretor de Administração de Recursos Humanos.

3 — Este despacho produz efeitos desde 8 de janeiro de 2013, ficando ratificados por este meio todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

10 de janeiro de 2013. — O Ajudante-General do Exército, *Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros*, Tenente-General.

Comando da Instrução e Doutrina

Despacho n.º 5225/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 3829/2012, de 8 de fevereiro, de S. Ex.^a o General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 15 de março de 2012, subdelego no diretor do Instituto dos Pupilos do Exército, Cor Inf **João Augusto de Miranda Soares**, a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 99 759,58, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor do Instituto dos Pupilos do Exército, Cor Inf João Augusto de Miranda Soares, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

25 de janeiro de 2013. — O Comandante da Instrução e Doutrina, *Francisco António Correia*, Tenente-General.

Despacho n.º 5373/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 3829/2012, de 8 de fevereiro, de S. Ex.^a o General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 15 de março de 2012, subdelego no Diretor do Instituto dos Pupilos do Exército, em regime de substituição, Cor Inf **João Augusto de Miranda Soares**, a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 99 759,58, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 12 de novembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor do Instituto dos Pupilos do Exército, em regime de substituição, Cor Inf João Augusto de Miranda Soares, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

22 de janeiro de 2013. — O Comandante da Instrução e Doutrina, *Francisco António Correia*, Tenente-General.

Direção de Formação**Despacho n.º 5214/2013**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 844/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no Diário da República, 2.^a Série, n.º 11, de 16 de janeiro, subdelego no comandante da Escola Prática de Cavalaria, Cor Cav (07408482) **Vítor Manuel Meireles dos Santos**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 24 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola Prática de Cavalaria, Cor Cav (07408482) Vítor Manuel Meireles dos Santos, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

22 de janeiro de 2013. — O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira*, Major-General.

Despacho n.º 5215/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 844/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no Diário da República, 2.^a série, n.º 11, de 16 de janeiro, subdelego no Comandante do Centro Militar de Educação Física e Desportos, Cor Cav (12002185) **Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 24 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Centro Militar de Educação Física e Desportos, Cor Cav (12002185) Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

22 de janeiro de 2013. — O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira*, Major-General.

Despacho n.º 5216/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 844/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 11, de 16 de janeiro, subdelego no Comandante da Escola Prática de Infantaria, Cor Inf (03476485) **João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 24 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola Prática de Infantaria, Cor Inf (03476485) João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

22 de janeiro de 2013. — O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira*, Major-General.

Despacho n.º 5217/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 844/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 16 de janeiro, subdelego no comandante do Regimento de Artilharia n.º 5, Cor Art (09816685) **José Mota Mendes Ferreira**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 24 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Artilharia n.º 5, Cor Art (09816685) José Mota Mendes Ferreira, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

22 de janeiro de 2013. — O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira*, Major-General.

Despacho n.º 5219/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 844/2012, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 16 de janeiro, subdelego no comandante do Regimento de Cavalaria n.º 3, Cor Cav (13952585) **João Francisco Fé Nabais**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 9 de novembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Cavalaria n.º 3, Cor Cav (13952585) João Francisco Fé Nabais, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

22 de janeiro de 2013. — O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira*, Major-General.

Despacho n.º 5220/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 844/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 16 de janeiro, subdelego no Comandante da Escola Prática de Transmissões, Cor Tm (19886885) **Luís Filipe Camelo Duarte Santos**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 24 de outubro 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola Prática de Transmissões, Cot Tm (19886885) Luís Filipe Camelo Duarte Santos, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

22 de janeiro de 2013. — O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira*, Major-General.

Despacho n.º 5221/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 844/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 11, de 16 de janeiro, subdelego no comandante da Escola Prática dos Serviços, Cor AdMil (08129277) **Luís António Lopes Cardoso**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 24 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola Prática dos Serviços, Cor AdMil (08129277) Luís António Lopes Cardoso, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

22 de janeiro de 2013. — O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira*, Major-General.

Despacho n.º 5222/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 844/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 11, de 16 de janeiro, subdelego no comandante da Escola de Sargentos do Exército, Cor Inf (15254081) **João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 24 de outubro 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola de Sargentos do Exército, Cor Inf (15254081) João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

22 de janeiro de 2013. — O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira*, Major-General.

Despacho n.º 5223/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do despacho n.º 844/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 11, de 16 de janeiro, subdelego no comandante da Escola Prática de Engenharia, Cor Eng (07320186) **Francisco António Amando Monteiro Fernandes** a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 24 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola Prática de Engenharia, Cor Eng (07320186) Francisco António Amando Monteiro Fernandes, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

22 de janeiro de 2013. — O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira*, Major-General.

Despacho n.º 5224/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 844/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 16 de janeiro, subdelego no comandante da Escola Prática de Artilharia, Cor Art (16456483) **Carlos Manuel Cordeiro Rodrigues**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeito desde 24 de outubro 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Escola Prática de Artilharia, Cor Art (16456483) Carlos Manuel Cordeiro Rodrigues, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

22 de janeiro de 2013. — O Diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, *Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira*, Major-General

Comando das Forças Terrestres

Despacho n.º 5429/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 1598/2013 de 16 de janeiro de 2013, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 19, de 28 de janeiro de 2013, subdelego no comandante da Brigada Mecanizada, Major-General, **António Xavier Lobato Faria Menezes**, a competência para, no âmbito do Campo Militar de Santa Margarida, representar o Exército Português nos assuntos relacionados com o Ministério da Agricultura, em matérias agroflorestais, nomeadamente ajudas anuais, projetos de investimento agrícolas e florestais e licenciamento e controlo dos mesmos.

2 — A competência referida no número anterior pode ser subdelegada, no todo ou em parte, no adjunto para o Campo Militar de Santa Margarida.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Brigada Mecanizada, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

28 de janeiro de 2013. — O Comandante das Forças Terrestres, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, Tenente-General.

Despacho n.º 5525/2013

1 — Ao abrigo do n.º 4 do Despacho n.º 12765/2012 de 17 de setembro de 2012, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 28 de setembro de 2012, subdelego no comandante da Unidade de Apoio do Comando das Forças Terrestres, Tenente-Coronel

de infantaria, **José Manuel Pires Contramestre**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 15 000.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 25 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Unidade de Apoio do Comando das Forças Terrestres que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

29 de janeiro de 2013. — O Comandante das Forças Terrestres, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, Tenente-General.

Brigada Mecanizada

Despacho n.º 4845/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do Despacho n.º 601/2013, de 09 de outubro de 2012, do Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Cor Inf (02965384) **António Martins Gomes Leitão**, Adjunto do Comandante da Brigada Mecanizada para o CMSM, competência para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços

e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de 12.500.00 Euros (doze mil e quinhentos euros).

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 26 de novembro de 2012.

14 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada Mecanizada, *António Xavier Lobato de Faria Menezes*, Major-General.

Despacho n.º 4846/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do Despacho n.º 601/2013, de 09 de outubro de 2012, do Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no TCor Cav (02052885) **José David Angelino da Graça Talambas**, Comandante do AgrIndia FND/KFOR, competência para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de 12.500.00 Euros (doze mil e quinhentos euros).

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 26 de setembro de 2012.

22 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada Mecanizada, *António Xavier Lobato de Faria Menezes*, Major-General.

Despacho n.º 4900/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo n.º 2 do Despacho n.º 601/2013, de 09 de outubro de 2012, do Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Cor Tir Cav (19073984) **José Ulisses Veiga Santos Ribeiro Braga**, 2.º Comandante da Brigada Mecanizada, competência para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de 12.500.00 Euros (doze mil e quinhentos euros).

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 29 de outubro de 2012.

14 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada Mecanizada, *António Xavier Lobato de Faria Menezes*, Major-General.

V — PROTOCOLOS

Protocolo de Colaboração

**Entre o Exército Português
e a
Câmara Municipal de Amares**

1. Preâmbulo

Este protocolo insere-se na estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados e tem como finalidade a divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) nos termos da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar) e do Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar), e a prestação de esclarecimentos militares no âmbito das obrigações militares a efetuar, gratuitamente, no edifício dos Paços do Concelho.

2. Identificação das partes

Entre:

a) O **EXÉRCITO PORTUGUÊS**, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por Exército, neste ato representado pelo Major-General António José Fernandes Marques Tavares, Diretor de Obtenção de Recursos Humanos do Exército, cujos poderes de representação foram conferidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército; e

b) O **MUNICÍPIO DE AMARES - CAMARA MUNICIPAL DE AMARES**, como segundo outorgante, adiante designada abreviadamente por CMA, neste ato representada pelo Sr. José Lopes Gonçalves Barbosa, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Amares;

É celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª **Objeto**

O presente protocolo estabelece o quadro de uma colaboração profícua entre a CMA e o Exército, no âmbito de ações de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC, no município, bem como da prestação de esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar.

Cláusula 2.ª **Objetivo**

O presente protocolo visa:

a) Divulgar as condições de prestação de serviço militar, nomeadamente, em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC);

b) Prestar os esclarecimentos relativos a assuntos militares, no edifício dos Paços do Concelho, nomeadamente aqueles que dizem respeito a:

- (1) Recenseamento Militar;
- (2) Dia da Defesa Nacional;

- (3) Certidões Militares;
- (4) 2.^{as} vias de Cédulas Militares;
- (5) Contagens de Tempo de Serviço;
- (6) Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex-Combatentes);
- (7) Outros requerimentos.

Cláusula 3.^a **Obrigações do Exército**

O Exército compromete-se a:

- a) Dar formação aos recursos humanos da CMA sobre a divulgação do serviço militar em RV e RC e os assuntos relacionados com as obrigações militares dos cidadãos.
- b) Disponibilizar à CMA todos os meios de divulgação (pósteres/cartazes, trípticos e flyers) do serviço militar em RV e RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos, assim como facultar os modelos de requerimento necessários ao cabal cumprimento dos objetivos preconizados.
- c) Definir os circuitos de articulação, para o que deve ser nomeado um interlocutor direto para apoio ao esclarecimento, de forma a conferir eficácia e qualidade desejável no atendimento ao cidadão.
- d) Colaborar com a CMA, na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC.

Cláusula 4.^a **Obrigações da CMA**

A CMA compromete-se a:

- a) Divulgar, a título gratuito e com recurso aos seus meios humanos, a prestação do serviço militar em RV e RC.
- b) Prestar os esclarecimentos a que for solicitado no âmbito das obrigações e outros assuntos de cariz militar no edifício dos Paços do Concelho.
- c) Elaborar o registo dos destinatários das ações de divulgação, bem como dos esclarecimentos prestados no atendimento ao cidadão.

Cláusula 5.^a **Encargos financeiros**

1. Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para efeitos de formação e participação em eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC são suportados, na sua totalidade, pelo Exército.
2. Os encargos relativos ao envio de requerimentos, prestação de esclarecimentos no edifício dos Paços do Concelho serão suportados pela CMA.

Clausula 6.^a **Prazo de vigência**

1. O presente protocolo entra em vigor na data da assinatura e vigora a título experimental por 3 (três) meses.
2. Findo o período experimental, o protocolo será sujeito a uma avaliação no sentido de aferir o interesse pela sua manutenção das partes outorgantes, caso em que se considera renovado pelo período subsequente de um ano.
3. Transcorrido este período o protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes mediante comunicação escrita à contra-parte, com a antecedência de 60 dias.

Clausula 7.ª
Resolução e denúncia

A violação por um dos outorgantes de qualquer das obrigações assumidas, no presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Amares, em 26 de fevereiro de 2013.

Pelo 1.º Outorgante:

O Diretor de Obtenção de Recursos Humanos, *António José Fernandes Marques Tavares*, Major-General

Pelo 2.º Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Amares, *Sr. José Lopes Gonçalves Barbosa*

Protocolo de Colaboração

Entre o Exército Português

e a

Câmara Municipal de Barcelos

1. Preâmbulo

Este protocolo insere-se na estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados e tem como finalidade a divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) nos termos da Lei n.º 174/99 de 21 de setembro (Lei do Serviço Militar) e do Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar), e a prestação de esclarecimentos militares no âmbito das obrigações militares a efetuar, gratuitamente, no Serviço de Atendimento ao Público da Câmara Municipal de Barcelos.

2. Identificação das partes

Entre:

a) O EXÉRCITO PORTUGUÊS, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por Exército, neste ato representado pelo Major-General António José Fernandes Marques Tavares, Diretor de Obtenção de Recursos Humanos do Exército, cujos poderes de representação foram conferidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

e

b) O MUNICÍPIO DE BARCELOS - CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS, como segundo outorgante, adiante designada abreviadamente por CM Barcelos, neste ato, representada pelo Senhor Miguel Jorge da Costa Gomes, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Barcelos;

É celebrado o presente protocolo de colaboração nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente protocolo estabelece o quadro de uma colaboração profícua entre a CM Barcelos e o Exército, no âmbito de ações de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC, no município, bem como da prestação de esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar.

Cláusula 2.ª

Objetivo

O presente protocolo visa:

a) Divulgar as condições de prestação de serviço militar nomeadamente, em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC):

b) Prestar esclarecimentos relativos a assuntos militares no Serviço de Atendimento ao Público da CM Barcelos, nomeadamente aqueles que dizem respeito a:

- (1) Recenseamento Militar;
- (2) Dia da Defesa Nacional;
- (3) Certidões Militares;
- (4) 2.ªs Vias de Cédulas Militares;
- (5) Contagem de Tempo de serviço;
- (6) Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex- Combatentes);
- (7) Outros requerimentos;

Cláusula 3.ª

Obrigações do Exército

O Exército compromete-se a:

a) Dar formação aos recursos humanos da CM Barcelos sobre a divulgação do serviço militar em RV e RC e os assuntos relacionados com as obrigações militares dos cidadãos.

b) Disponibilizar à CM Barcelos todos os meios de divulgação (pósteres/cartazes, trípticos e flyers) do serviço militar em RV e RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos assim como facultar os modelos de requerimento necessários, ao cabal cumprimento dos objetivos preconizados.

c) Definir circuitos de articulação, para o que deve ser nomeado um interlocutor direto para apoio ao esclarecimento, de forma a conferir eficácia e qualidade desejável no atendimento ao cidadão.

d) Colaborar com a CM Barcelos na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo, que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC.

Cláusula 4.ª

Obrigações da CM Barcelos

A CM Barcelos compromete-se a:

a) Divulgar, a título gratuito e com recurso aos seus meios humanos, a prestação do serviço militar em RV e RC.

b) Prestar os esclarecimentos a que for solicitado no âmbito das obrigações e outros assuntos de cariz militar no Serviço de Atendimento ao Público.

c) Elaborar o registo dos destinatários das ações de divulgação, bem como dos esclarecimentos prestados no atendimento ao cidadão.

Cláusula 5.ª
Encargos financeiros

1. Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para efeitos de formação e participação em eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC são suportados, na sua totalidade, pelo Exército.

2. Os encargos relativos ao envio de requerimentos, prestação de esclarecimentos no Serviço de Atendimento ao Público são suportados pela CM Barcelos.

Clausula 6.ª
Prazo de vigência

1. O presente protocolo entra em vigor na data da assinatura e vigora a título experimental por 3 (três) meses.

2. Findo o período experimental, o protocolo será sujeito a uma avaliação no sentido de aferir o interesse pela sua manutenção das partes outorgantes, caso em que se considera renovado pelo período subsequente de um ano.

3. Transcorrido este período o protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes mediante comunicação escrita à contra-parte, com a antecedência de 60 dias.

Clausula 7.ª
Resolução e denúncia

A violação por um dos outorgantes de qualquer das obrigações assumidas, no presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Barcelos, em 26 de março de 2013.

Pelo 1.º Outorgante:

O Diretor de Obtenção de Recursos Humanos, *António José Fernandes Marques Tavares*,
Major-General

Pelo 2.º Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, *Sr. Miguel Jorge da Costa Gomes*

Entre o Exército Português
e a
Câmara Municipal de Esposende

1. Preâmbulo

Este protocolo insere-se na estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados e tem como finalidade a divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) nos termos da Lei n.º 174/99 de 21 de setembro (Lei do Serviço Militar) e do Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar), e a prestação de esclarecimentos militares no âmbito das obrigações militares a efetuar, gratuitamente, no edifício dos Paços do Concelho.

2. Identificação das partes

Entre:

a) **O EXÉRCITO PORTUGUÊS**, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por Exército, neste ato representado pelo Major-General António José Fernandes Marques Tavares, Diretor de Obtenção de Recursos Humanos do Exército, cujos poderes de representação foram conferidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército

e

b) **O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**, como segundo outorgante, adiante designada abreviadamente por CM Esposende, neste ato representada pelo Senhor Fernando João Couto e Cepa, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Esposende;

É celebrado o presente protocolo de colaboração nos termos das cláusulas seguintes

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente protocolo estabelece o quadro de uma colaboração profícua entre a CM Esposende e o Exército, no âmbito de ações de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC, no município, bem como da prestação de esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar.

Cláusula 2.ª

Objetivo

O presente protocolo visa:

a) Divulgar as condições de prestação de serviço militar nomeadamente, em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC):

b) Prestar esclarecimentos relativos a assuntos militares no Serviço de Atendimento ao Público da CM Esposende, nomeadamente aqueles que dizem respeito a:

- (1) Recenseamento Militar;
- (2) Dia da Defesa Nacional;
- (3) Certidões Militares;
- (4) 2.ªs Vias de Cédulas Militares;
- (5) Contagem de Tempo de serviço;
- (6) Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex- Combatentes);
- (7) Outros requerimentos;

Cláusula 3.ª

Obrigações do Exército

O Exército compromete-se a:

a) Dar formação aos recursos humanos da CM Esposende sobre a divulgação do serviço militar em RV e RC e os assuntos relacionados com as obrigações militares dos cidadãos.

b) Disponibilizar à CM Esposende todos os meios de divulgação (pósteres/cartazes, trípticos e flyers) do serviço militar em RV e RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos assim como facultar os modelos de requerimento necessários, ao cabal cumprimento dos objetivos preconizados.

c) Definir circuitos de articulação, para o que deve ser nomeado um interlocutor direto para apoio ao esclarecimento, de forma a conferir eficácia e qualidade desejável no atendimento ao cidadão.

d) Colaborar com a CM Esposende, na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo, que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC.

Cláusula 4.ª

Obrigações da CM Esposende

A CM Esposende compromete-se a:

a) Divulgar, a título gratuito e com recurso aos seus meios humanos, a prestação do serviço militar em RV e RC.

b) Prestar os esclarecimentos a que for solicitado no âmbito das obrigações e outros assuntos de cariz militar no Serviço de Atendimento ao Público.

c) Elaborar o registo dos destinatários das ações de divulgação, bem como dos esclarecimentos prestados no atendimento ao cidadão.

Cláusula 5.ª

Encargos Financeiros

1- Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para efeitos de formação e participação em eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC são suportados, na sua totalidade, pelo Exército.

2- Os encargos relativos ao envio dos requerimentos, prestação de esclarecimentos no Serviço de Atendimento ao Público são suportados pela CM Esposende.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

1- O presente protocolo entra em vigor na data da assinatura e vigora a título experimental por 3 (três) meses;

2- Findo o período experimental, o protocolo será sujeito a uma avaliação no sentido de se aferir do interesse pela sua manutenção das partes outorgantes, caso em que se considera renovado pelo período subsequente de um ano;

3- Transcorrido este período o protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes mediante comunicação escrita à contraparte, com a antecedência de 60 dias.

Cláusula 7.ª

Resolução e denúncia

A violação por um dos outorgantes de qualquer das obrigações assumidas, no presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Esposende, em 21 de março de 2013.

Pelo 1.º Outorgante:

O Diretor de Obtenção de Recursos Humanos, *António José Fernandes Marques Tavares*,
Major-General

Pelo 2.º Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Esposende. *Sr. Fernando João Couto e Cepa*

Protocolo de Colaboração
Entre o Exército Português
e a
Câmara Municipal de Oliveira de Frades

1. Preâmbulo

Este protocolo insere-se na estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados e tem como finalidade a divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) nos termos da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar) e do Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar), e a prestação de esclarecimentos militares no âmbito das obrigações militares a efetuar, gratuitamente, no edifício dos Paços do Concelho.

2. Identificação das partes

Entre:

a) **O EXÉRCITO PORTUGUÊS**, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por Exército, neste ato representado pelo Major-General António José Fernandes Marques Tavares, Diretor da Direção de Obtenção de Recursos Humanos cujos poderes de representação foram conferidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

e

b) **O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES - CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FRADES**, como segundo outorgante, adiante designada abreviadamente por CM OLIVEIRA de FRADES, neste ato representada pelo Dr. Luís Manuel Martins Vasconcelos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades;

É celebrado o presente protocolo de colaboração nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª
Objeto

O presente protocolo estabelece o quadro de uma colaboração profícua entre a Câmara Municipal de Oliveira de Frades e o Exército, no âmbito de ações de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC, no município, bem como da prestação de esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar.

Cláusula 2.ª
Objetivo

O presente protocolo visa:

a) Divulgar as condições de prestação de serviço militar, nomeadamente, em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC);

b) Prestar os esclarecimentos relativos a assuntos militares, no edifício dos Paços do Concelho da CM OLIVEIRA de FRADES, nomeadamente aqueles que dizem respeito a:

- (1) Recenseamento Militar;
- (2) Dia da Defesa Nacional;
- (3) Certidões Militares;

- (4) 2.ªs vias de Cédulas Militares;
- (5) Contagens de Tempo de Serviço;
- (6) Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex-Combatentes);
- (7) Outros requerimentos.

Cláusula 3.ª **Obrigações do Exército**

O Exército compromete-se a:

- a) Dar formação aos recursos humanos da CM OLIVEIRA de FRADES sobre a divulgação do serviço militar em RV e RC e os assuntos relacionados com as obrigações militares dos cidadãos.
- b) Disponibilizar à CM OLIVEIRA de FRADES todos os meios de divulgação (pósteres/ cartazes, trípticos e *flyers*) do serviço militar em RV e RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos, assim como facultar os modelos de requerimento necessários ao cabal cumprimento dos objetivos preconizados.
- c) Definir os circuitos de articulação, para o que deve ser nomeado um interlocutor direto para apoio ao esclarecimento, de forma a conferir eficácia e qualidade desejável no atendimento ao cidadão.
- d) Colaborar com a CM OLIVEIRA de FRADES, na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC.

Cláusula 4.ª **Obrigações da CM OLIVEIRA FRADES**

A CM OLIVEIRA de FRADES compromete-se a:

- a) Divulgar, a título gratuito e com recurso aos seus meios humanos, a prestação do serviço militar em RV e RC.
- b) Prestar os esclarecimentos a que for solicitado no âmbito das obrigações e outros assuntos de cariz militar no edifício dos Paços do Concelho.
- c) Elaborar o registo dos destinatários das ações de divulgação, bem como dos esclarecimentos prestados no atendimento ao cidadão.

Cláusula 5.ª **Encargos financeiros**

1. Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para efeitos de formação e participação em eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC são suportados, na sua totalidade, pelo Exército.
2. Os encargos relativos a envio de requerimentos, prestação de esclarecimentos no local a designar serão suportados pela CM OLIVEIRA de FRADES.

Cláusula 6.ª **Prazo de vigência**

1. O presente protocolo entra em vigor na data da assinatura e vigora a título experimental por 3 (três) meses;
2. Findo o período experimental o protocolo será sujeito a uma avaliação no sentido de aferir o interesse pela sua manutenção das partes outorgantes, caso em que se considera renovado pelo período subsequente de um ano;
3. Transcorrido este período o protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes mediante comunicação escrita à contra-parte, com a antecedência de 60 dias.

Cláusula 7.^a
Resolução e denúncia

A violação por um dos outorgantes de qualquer das obrigações assumidas, no presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Oliveira de Frades, em 6 de fevereiro de 2013.

Pelo 1.º Outorgante:

O Diretor de Obtenção de Recursos Humanos, *António José Fernandes Marques Tavares*, Major-General

Pelo 2.º Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, *Luís Manuel Martins Vasconcelos*, Doutor

Protocolo de Colaboração

Entre o Exército Português

e a

Câmara Municipal de Ponte de Lima

1. Preâmbulo

Este protocolo insere-se na estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados e tem como finalidade a divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) nos termos da Lei n.º 174/99, de 21 de setembro (Lei do Serviço Militar) e do Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar), e a prestação de esclarecimentos militares no âmbito das obrigações militares a efetuar, gratuitamente, no Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e/ou no Espaço Internet.

2. Identificação das partes

Entre:

a) **O EXÉRCITO PORTUGUÊS**, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por Exército, neste ato representado pelo Major-General António José Fernandes Marques Tavares, Diretor de Obtenção de Recursos Humanos do Exército, cujos poderes de representação foram conferidos pelo Chefe de Estado-Maior do Exército,

e

b) **O MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA - CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA**, como segundo outorgante, adiante designada abreviadamente por CMPL, neste ato representada pelo Eng.º Victor Manuel Alves Mendes, com domicílio necessário nos Paços do Concelho, em Ponte de Lima, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, pessoa coletiva de direito público número 506 811 913, e nesta qualidade outorgando em representação do Município, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 68, da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos da deliberação da Câmara Municipal de 21 de janeiro de 2013;

É celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente protocolo estabelece o quadro de uma colaboração profícua entre a Câmara Municipal de Ponte de Lima e o Exército, no âmbito de ações de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC, no município, bem como da prestação e esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar.

Cláusula 2.ª

Objetivo

O presente protocolo visa:

a) Divulgar as condições de prestação de serviço militar, nomeadamente, em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC);

b) Prestar os esclarecimentos relativos a assuntos militares, no Gabinete de Atendimento ao Município, nomeadamente:

- (1) Recenseamento Militar;
- (2) Dia da Defesa Nacional;
- (3) Certidões Militares;
- (4) 2.ªs vias de Cédulas Militares;
- (5) Contagens de Tempo de Serviço;
- (6) Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex-Combatentes);
- (7) Outros requerimentos.

Cláusula 3.ª

Obrigações do Exército

O Exército compromete-se a:

a) Dar formação aos recursos humanos da Câmara Municipal de Ponte de Lima sobre a divulgação do serviço militar em RV e RC e os assuntos relacionados com as obrigações militares dos cidadãos.

b) Disponibilizar à Câmara Municipal de Ponte de Lima todos os meios de divulgação (posters/ cartazes, trípticos e flyers) do serviço militar em RV e RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos, assim como facultar os modelos de requerimento necessários ao cabal cumprimento dos objetivos preconizados.

c) Definir os circuitos de articulação, para o que deve ser nomeado um interlocutor direto para apoio ao esclarecimento, de forma a conferir eficácia e qualidade desejável no atendimento ao cidadão.

d) Colaborar com a Câmara Municipal de Ponte de Lima na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC.

Clausula 4.ª

Obrigações da Câmara Municipal de Ponte de Lima

A Câmara Municipal de Ponte de Lima compromete-se a:

a) Divulgar, a título gratuito e com recurso aos seus meios humanos, a prestação do serviço militar em RV e RC;

b) Prestar os esclarecimentos a que for solicitado no âmbito das obrigações e outros assuntos de cariz militar no GAM ou GIP;

c) Elaborar o registo dos destinatários das ações de divulgação, bem como dos esclarecimentos prestados no atendimento ao cidadão.

Clausula 5.^a**Encargos financeiros**

1. Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para efeitos de formação e participação em eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC são suportados, na sua totalidade, pelo Exército.

2. Os encargos relativos ao envio de requerimentos e a prestação de esclarecimentos no GAM e GIP são suportados pela Câmara Municipal de Ponte de Lima.

Cláusula 6.^a**Prazo de vigência**

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigora a título experimental por 3 (três) meses.

2. Findo o período experimental, o protocolo será sujeito a uma avaliação no sentido de aferir o interesse pela sua manutenção das partes outorgantes, caso em que se considera renovado pelo período subsequente de um ano.

3. Transcorrido este período o protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes mediante comunicação escrita à contra-parte, com antecedência de 60 dias.

Cláusula 7.^a**Resolução e denúncia**

A violação por um dos outorgantes de qualquer das obrigações assumidas, no presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Ponte de Lima, em 26 de fevereiro de 2013.

Pelo 1.º Outorgante:

O Diretor de Obtenção de Recursos Humanos, *António José Fernandes Marques Tavares*, Major-General

Pelo 2.º Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, *Víctor Manuel Alves Mendes*, Engenheiro

Protocolo de Colaboração**Entre o Exército Português**

e a

Câmara Municipal de Vouzela**1.Preâmbulo**

Este protocolo insere-se na estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados e tem como finalidade a divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) nos termos da Lei n.º 174/99, de 21 de setembro (Lei do Serviço Militar) e do Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar), e a prestação de esclarecimentos militares no âmbito das obrigações militares a efetuar, gratuitamente, no edifício dos Paços do Concelho.

2. Identificação das partes

Entre:

a) O **EXÉRCITO PORTUGUES**, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por Exército, neste ato representado pelo Major-General António José Fernandes Marques Tavares, Diretor de Obtenção de Recursos Humanos cujos poderes de representação foram conferidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

e

b) O **MUNICÍPIO DE VOUZELA - CÂMARA MUNICIPAL DO VOUZELA**, como segundo-outorgante, adiante designada abreviadamente por CMVOUZELA, neste ato representada pelo Sr. Dr. Armindo Telmo Antunes Ferreira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vouzela;

É celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente protocolo estabelece o quadro de uma colaboração profícua entre a Câmara Municipal de Vouzela e o Exército, no âmbito de ações de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC, no município, bem como da prestação de esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar.

Cláusula 2.ª

Objetivo

O presente protocolo visa:

a) Divulgar as condições de prestação de serviço militar, nomeadamente, em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC);

b) Prestar os esclarecimentos relativos a assuntos militares, no edifício dos Paços do Concelho da CMVOUZELA, nomeadamente aqueles que dizem respeito a:

- (1) Recenseamento Militar;
- (2) Dia da Defesa Nacional;
- (3) Certidões Militares;
- (4) 2.ªs vias de Cédulas Militares;
- (5) Contagens de Tempo de Serviço;
- (6) Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex-Combatentes);
- (7) Outros requerimentos.

Cláusula 3.ª

Obrigações do Exército

O Exército compromete-se a:

a) Dar formação aos recursos humanos da CMVOUZELA sobre a divulgação do serviço militar em RV e RC e os assuntos relacionados com as obrigações militares dos cidadãos.

b) Disponibilizar à CMVOUZELA todos os meios de divulgação (pósteres/cartazes, trípticos e *flyers*) do serviço militar em RV e RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos, assim como facultar os modelos de requerimento necessários ao cabal cumprimento dos objetivos preconizados.

c) Definir os circuitos de articulação, para o que deve ser nomeado um interlocutor direto para apoio ao esclarecimento, de forma a conferir eficácia e qualidade desejável no atendimento ao cidadão.

d) Colaborar com a CMVOUZELA, na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC.

Cláusula 4.ª

Obrigações da CMVOUZELA

A CMVOUZELA compromete-se a:

a) Divulgar, a título gratuito e com recurso aos seus meios humanos, a prestação do serviço militar em RV e RC.

b) Prestar os esclarecimentos a que for solicitado no âmbito das obrigações e outros assuntos de cariz militar no edifício dos Paços do Concelho.

c) Elaborar o registo dos destinatários das ações de divulgação, bem como dos esclarecimentos prestados no atendimento ao cidadão.

Cláusula 5.ª

Encargos financeiros

1. Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para efeitos de formação e participação em eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC serão suportados, na sua totalidade, pelo Exército.

2. Os encargos relativos a envio de requerimentos, prestação de esclarecimentos no local a designar serão suportados pela CMVOUZELA.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência

1. O presente protocolo entra em vigor na data da assinatura e vigora a título experimental por 3 (três) meses;

2. Findo o período experimental o protocolo será sujeito a uma avaliação no sentido de aferir o interesse pela sua manutenção das partes outorgantes, caso em que se considera renovado pelo período subsequente de um ano;

3. Transcorrido este período o protocolo renovar-se-á por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes mediante comunicação escrita à contra-parte, com a antecedência de 60 dias.

Cláusula 7.ª

Resolução e denúncia

A violação por um dos outorgantes de qualquer das obrigações assumidas, no presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Vouzela, em 6 de fevereiro de 2013.

Pelo 1.º Outorgante:

O Diretor de Obtenção de Recursos Humanos, *António José Fernandes Marques Tavares*,
Major-General

Pelo 2.º Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Vouzela, *Armando Telmo Antunes Ferreira*, Doutor

Protocolo de Colaboração

Entre o Colégio Militar

e a

“DAR i ACORDAR”

(ASSOCIAÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO DE DESPERDÍCIO)

Preâmbulo

a. A celebração do presente protocolo tem como objetivo a doação das sobras alimentares confeccionadas pelo Colégio Militar à Associação “Dar i Acordar”, com a exclusiva finalidade de prover necessidades sociais prementes que atingem grupos sociais carenciados.

b. A Associação “Dar i Acordar” foi criada em Janeiro de 2011 com o fim de promover e contribuir para o consumo e para a doação de sobras de um modo geral, e de sobras alimentares em particular.

c. No que se refere concretamente a utilização dos recursos e bens alimentares, a atividade da “Dar i Acordar” tem como objetivo o aproveitamento das sobras alimentares que se encontrem em perfeitas condições para consumo, junto de quaisquer entidades públicas ou privadas, com a exclusiva finalidade de prover necessidades sociais prementes que atingem grupos sociais carenciados.

d. Através da celebração de protocolos de colaboração e de acordos de doação de bens, a “Dar i Acordar” promove e dinamiza a captação e distribuição das sobras alimentares em perfeitas condições para consumo, em benefício de entidades terceiras.

e. O Colégio Militar é um Estabelecimento Militar de Ensino que confeciona diariamente refeições para o seu efetivo nomeadamente alunos, professores, militares e funcionários civis.

f. Sensibilizado para a causa da Dar i Acordar; o Colégio Militar pretende contribuir para o sucesso das iniciativas e do desenvolvimento da atividade da “Dar i Acordar”, permitindo que as sobras alimentares por si geradas ou fornecidas sejam canalizadas em benefício de entidades do terceiro sector.

g. As signatárias aceitam que todo o processo de fabrico, conservação, embalamento, rotulagem, transporte, acondicionamento, distribuição e entrega dos bens alimentares doados seja feito de acordo com os procedimentos de segurança alimentar baseados nos princípios HACCP, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativo à higiene dos géneros alimentícios (“Regulamento (CE) n.º 852/2004”), no Código de Boas Práticas para o transporte de alimentos da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (“AHRESP”).

h. As Partes declaram ainda aplicar os procedimentos regulados pela ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, com vista ao manuseamento, transporte e distribuição de recursos e bens alimentares.

i A “Dar i Acordar” declara ter conhecimento da existência do apoio técnico que a o Laboratório de Bromatologia do Exército presta à Secção Sanitária do Colégio Militar, sendo periodicamente realizadas análises de controlo e rastreio da atividade desta secção, bem como outros procedimentos de acordo com o manual de Código de Boas Práticas de Higiene Alimentar do Exército Português.

Identificação das partes

Entre:

O Colégio Militar, com sede em Largo da Luz, 1600-498, Lisboa, com NIF 600021610, representado neste ato pelo Major-General Fernando Joaquim Alves Córias Ferreira, na qualidade de Diretor deste Colégio,

e a

“Dar i Acordar” - Associação para a Recuperação do Desperdício, sem fins lucrativos, com sede em Lisboa, Apartado 19022, EC Gare do Oriente, 1990-991 Lisboa, com identificação de pessoa coletiva n.º 509735703, neste ato representado por António Costa Pereira, na qualidade de Presidente da Direção, doravante designada por “Dar i Acordar”;

é celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

Parte dispositiva

Cláusula 1.^a

Objeto

Ao abrigo do presente Protocolo, e nos termos e condições nele previstos, o Colégio Militar compromete-se a doar pontualmente e de acordo com a disponibilidade existente as sobras alimentares às entidades que lhe venham a ser indicadas pela “Dar i Acordar”.

Cláusula 2.^a

Obrigações do Colégio Militar

1. O Colégio Militar só se compromete ao embalamento se a este lhe forem fornecidos os meios necessários para este processo de acordo com a legislação aplicável.
2. O horário durante o qual os Produtos Alimentares poderão ser recolhidos é estabelecido e acordado com o responsável da Seção de Alimentação deste Colégio.
3. O Colégio Militar apenas se responsabilizará pelos prejuízos sofridos por terceiros quando, inequivocamente, resultem do incumprimento das melhores práticas de higiene e segurança alimentar nos atos de confeção dos Produtos Alimentares.

Cláusula 3.^a

Obrigações da “Dar i Acordar”

Cabe à “Dar i Acordar” assegurar o transporte, acondicionamento, distribuição e entrega dos produtos alimentares facultados pelo Colégio Militar, preserva as condições de higiene e de segurança alimentar legalmente exigidas pelo Regulamento (CE) n.º 852/2004, bem como o cumprimento do Código de boas práticas para o transporte de alimentos da AHRESP.

Cláusula 4.^a

Garantias

1. Para os efeitos do presente Protocolo, O Colégio Militar e a Dar i Acordar comprometem-se a:
 - a. Observar o disposto na legislação relativa a segurança e higiene alimentar;
 - b. Cumprir os procedimentos obrigatórios constantes do presente Protocolo.
2. Ainda para efeitos do presente Protocolo a Dar i Acordar bem como as entidades terceiras que com esta colaborarem comprometem-se a assegurar que a recolha, transporte, acondicionamento, distribuição e entrega dos produtos alimentares:
 - a. Preserve as condições de higiene e de segurança alimentar legalmente exigidas pelo Regulamento (CE) n.º 852/2004, bem como o cumprimento do Código das boas práticas para o transporte de alimentos da AHRESP; e
 - b. Efetuada por pessoas devidamente identificadas como suas colaboradoras e com formação adequada para o efeito.

Cláusula 5.^a

Formação

As partes comprometem-se a participar nas Formações sobre Boas Práticas que sejam ministradas pela ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e em todas as demais promovidas pela “DAR i ACORDAR”.

Clausula 6.^a **Publicidade**

1. A “Dar i Acordar” compromete-se a fornecer ao Colégio Militar o dístico de “aderente da campanha Zero Desperdício”, que esta poderá afixar onde o presente Protocolo venha a ser aplicado.

2. Toda a atividade publicitária da “Dar i Acordar” no que diz respeito à utilização do nome do Colégio Militar deverá ser alvo de apreciação por parte da Direção do mesmo, bem como os demais materiais de divulgação e comunicação por si desenvolvidos.

3. O Colégio Militar autoriza a “Dar i Acordar” a publicitar, pelos meios que entender por convenientes, incluindo no respetivo website, a identificação desta Entidade como entidade parceira da “Dar i Acordar”.

Clausula 7.^a **Gestão do protocolo e comunicações**

1. A gestão do presente protocolo será assegurada por um representante, nomeado por cada uma das partes que terá como missão ser o interlocutor privilegiado para as relações entre as partes.

2. Todas as comunicações formais entre as Partes relativamente a este Protocolo devem ser efetuadas por escrito, mediante carta, e-mail ou telefax, e dirigidas para os seguintes endereços e postos de receção:

a. “Dar i Acordar”

Apartado 19022, EC Gare do Oriente, 1990-991 Lisboa.

b. COLÉGIO MILITAR

Largo da Luz, 1600-498 Lisboa.

Cláusula 8.^a **Regras de segurança**

A “Dar i Acordar” obriga-se a cumprir todas as normas ou orientações relativas a segurança do Colégio Militar.

Cláusula 9.^a **Resolução e denúncia**

1. O presente protocolo pode ser resolvido, fundamentalmente, a todo o tempo, não havendo lugar a qualquer indemnização.

2. Constitui fundamento para a resolução do presente protocolo, o respetivo incumprimento ou a existência de incidente grave que viole as regras de sã convivência e respeito mútuo entre os outorgantes.

3. Qualquer um dos outorgantes poderá denunciar o presente protocolo, devendo para o efeito comunicar tal decisão ao outro outorgante com a antecedência mínima de 30 dias, mediante carta registada.

Cláusula 10.^a **Alterações**

O presente protocolo pode ser alterado a qualquer momento, com a concordância das partes, através de aditamentos que, após aprovação das respetivas entidades competentes, serão por aquelas assinados e juntos ao mesmo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 11.ª **Vigência**

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e é válido pelo período de um ano, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos de tempo.

Feito em dois exemplares originais, ficando um na posse de cada outorgante.

Assim o outorgaram, em Lisboa, aos 06 dias do mês de março de 2013.

Pelo 1.º Outorgante:

O Diretor do Colégio Militar, *Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira*, Major-General

Pelo 2.º Outorgante:

O Presidente da Direção da “Dar i Acordar”, *Sr. António Costa Pereira*

Protocolo de Colaboração

Entre a Escola Prática de Engenharia e a Câmara Municipal de Tondela

1. Preâmbulo

a. Considerando que a missão do Exército engloba a tarefa de colaborar com as Entidades Cíveis no apoio à satisfação das necessidades básicas das populações;

b. Considerando que, dentro desse espírito, o Exército, através da Engenharia Militar, tem vindo a executar trabalhos de beneficiação das condições de vida e bem-estar das mesmas;

c. Considerando ainda que, sem prejuízo das tarefas essencialmente militares, é possível ao Exército, através da Engenharia Militar, continuar a prestar este apoio, vai o Exército Português representado pela Escola Prática de Engenharia, estabelecer uma parceria de colaboração com a Câmara Municipal de Tondela, regulada pelo presente protocolo.

2. Identificação das partes

Entre:

a. A **ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA** como primeiro outorgante e adiante abreviadamente designada por EPE sedead no Polígono de Tancos, representada neste ato pelo seu Comandante, Coronel de Engenharia Francisco António Amado Monteiro Fernandes;

e

b. A **Câmara Municipal de Tondela**, como segundo outorgante, adiante abreviadamente designada por CMT com sede social no Largo da República, N.º 16 3464-001 Tondela, representada neste ato pelo seu Presidente, Dr. Carlos Manuel Marta Gonçalves o qual tem poderes para outorgar o presente acordo;

é celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª

Objeto

1. No decorrer das intempéries registadas em todo o território português nos passados dias 18 e 19Jan13, ocorreu o colapso do pavimento rodoviário da estrada ER 228, no local onde se encontrava localizada uma passagem hidráulica realizada por uma estrutura metálica, na povoação de Barreiro de Besteiros, freguesia de Barreiro de Besteiros, Concelho de Tondela.

2. A CMT; neste contexto, procedeu ao corte do trânsito da referida via, situação que se mantém até à data e que tem causado um grande impacto na vida das populações trazendo graves consequências a nível socioeconómico para o Concelho e para a Região.

3. O presente protocolo, estabelecido entre EPE e a CMT, visa a montagem de uma Ponte Mabey de 33.53 m de comprimento e de classe 60 Ton, a ser montada na estrada ER 228, na povoação de Barreiro de Besteiros, freguesia de Barreiro de Besteiros, Concelho de Tondela sendo previsível que a ponte esteja em serviço 2 (dois) a 3 (três) meses.

4. Para a realização e bom encadeamento dos trabalhos, a EPE e a CMT, acordam as seguintes normas relativas às condições de intervenção.

Cláusula 2.ª

Obrigações da EPE

A EPE compromete-se a:

- a. Fornecer à CMT, todos os dados técnicos necessários à preparação das margens para suporte dos apoios da Ponte Militar.
- b. Transporar e montar uma estrutura de Ponte Mabey de 33,53 m de comprimento e de classe 60 Ton.
- c. Empregar uma grua na montagem e posterior desmontagem da ponte.
- d. Constituir o grupo de trabalho, em meios de pessoal e equipamento/materiais, considerados necessários e adequados para a execução dos trabalhos.
- e. Orientar o emprego do pessoal e equipamento/material, sob o ponto de vista técnico, de forma a otimizar o seu rendimento.
- f. Assegurar a gestão do equipamento/material militar, especialmente no que respeita à manutenção mesmo.
- g. Coordenar com a CMT, o encadeamento dos trabalhos.
- h. Providenciar os meios necessários à boa execução dos trabalhos de montagem e desmontagem.
- i. Deslocar ao local, com periodicidade adequada, no mínimo mensal, uma equipa de verificação/manutenção, para execução da manutenção periódica da ponte, que inclui a substituição de material danificado durante a sua utilização.
- j. Desmontar e transportar a estruturada ponte, após término ou resolução do protocolo.

Cláusula 3.ª

Obrigações da CMT

A CMT compromete-se a:

- a. Providenciar no sentido de que seja salvaguardado o mercado de trabalho, nomeadamente que a execução dos trabalhos pela EPE não interfira com os interesses das empresas do ramo na região.
- b. Garantir a alimentação (pequeno almoço, reforço da manhã, almoço, reforço da tarde e jantar) e o alojamento para 1 Oficial, 5 Sargentos e 21 Praças durante as operações de montagem e desmontagem da Ponte Militar (duração prevista por operação de 5 dias).
- c. Executar trabalhos preparatórios com vista à melhoria das condições de montagem da ponte, nomeadamente:

- (1) Cedência ou apropriação de uma zona para estaleiro, suficientemente próxima do local de instalação da ponte;
 - (2) Segurança da zona de estaleiro;
 - (3) Sinalização vertical, após montagem:
 - (a) Carga máxima admitida: 60 Ton;
 - (b) Velocidade máxima de circulação: 20 km/h;
 - (c) Apenas um veículo sobre a ponte.
 - (4) Controlo e fiscalização adequados, para garantir que as condições anteriores são verificadas e não são excedidas;
 - (5) Uma Retroescavadora com operador para apoio à construção;
 - (6) *Tout-venant* para conclusão das rampas;
 - (7) Camada de desgaste (agregado betuminoso) para as rampas.
- d. Disponibilizar a zona de lançamento da Ponte Militar através da proibição de estacionamento e circulação de tráfego durante a montagem e desmontagem da mesma.
- e. Garantir a vigilância e guarda de materiais e equipamentos sempre que os militares da EPE não estiverem presentes.
- f. Avisar a EPE da data desejada para a desmontagem da Ponte Militar, com uma antecedência de 15 dias úteis.
- g. Designar um técnico especialista/elemento de contacto, que será o interlocutor com o comandante da operação, para todas as questões relativas ao desenvolvimento dos trabalhos.
- h. O técnico especialista nomeado pela CMT, bem como os demais elementos que visitem o local dos trabalhos, respeitarão todas as indicações do comandante da operação.

Cláusula 4.ª

Encargos financeiros

1. A CMT assume os seguintes encargos:
 - a. Liquidar, na Subsecção Financeira/Secção de Logística da EPE, até trinta dias após a montagem da ponte, a quantia de 18.628,13 € (dezoito mil seiscientos e vinte e oito euros e treze cêntimos) para suportar as despesas com reconhecimentos, carga/descarga na EPE, transportes, trabalhos de montagem e desmontagem da Ponte Militar e ajudas de custo para pessoal militar.
 - b. Ao valor acima mencionado, acresce o valor de 1.848,75€ (mil oitocentos e quarenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos) para a montagem e igual montante para a desmontagem da Ponte Militar, associado ao emprego de grua militar.”
 - c. Durante o período de cedência da estrutura, liquidar mensalmente, até ao dia 5 de cada mês, na Subsecção Financeira/Secção de logística da EPE, a quantia de 5.359,53 € (cinco mil, trezentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos) /mês por, referente a mensalidade do mês anterior, destinada a cobrir as despesas de manutenção, inspeção e recuperação do material da Ponte Militar, durante e após a sua utilização.
2. Da celebração e cumprimento do presente protocolo não resulta qualquer encargo financeiro para a EPE.

Cláusula 5.ª

Resolução, suspensão e termo

1. Se qualquer acontecimento imprevisto e de força maior obrigar à interrupção dos trabalhos ou recolha do material durante o período de apoio previsto, nomeadamente necessidades de Interesse Nacional, a EPE fã-lo-á sem ficar obrigada a proceder a qualquer indemnização Salvo motivo de força maior, a interrupção da operação será comunicada à CMT, com uma antecedência mínima de 7 dias.

2. O presente protocolo não contempla qualquer reconversão da Ponte Militar para aumento de vão ou aumento da capacidade de carga.

3. A referida verba foi calculada em função do período de cedência inicialmente previsto, pelo que uma eventual prorrogação poderá implicar a revisão da mesma.

4. O não cumprimento do estipulado na Clausula 4.ª, após 45 dias, levará a resolução deste protocolo e à recolha da Ponte Militar, com aviso prévio de 3 dias.

Clausula 6.ª **Prazo de vigência**

Este protocolo é válido, após a sua assinatura, durante o período de tempo necessário em que a ponte estiver em serviço.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Tondela, no dia 02 de abril de 2013

Pelo 1.º Outorgante:

O Comandante da EPE, *Francisco António Amado Monteiro Fernandes*, Coronel de Engenharia

Pelo 2.º Outorgante:

O Presidente da Câmara Municipal de Tondela, *Carlos Manuel Marta Gonçalves*, doutor

Protocolo de Colaboração

Entre o Regimento de Infantaria N.º 3

e a

TECLIFORM - Formação Profissional e Consultadoria, LD.ª

1. Preâmbulo

Considerando que:

A cooperação institucional constitui um fator determinante no progresso do conhecimento;

A necessidade e possibilidade de proporcionar aos militares e funcionários civis do R13 a obtenção de formação específica tendo em vista, para os militares nos regimes de contrato, e de voluntariado, a sua futura inserção no mercado de trabalho, e para os militares dos quadros permanentes e funcionários civis, o seu enriquecimento curricular;

A vocação do Instituto de Educação e Desenvolvimento Profissional, no ensino de excelência, no domínio da formação certificada, assim como o seu interesse em colaborar com parceiros que possibilitem a formação dos seus militares e funcionários civis do QPCE;

Verificando-se que, sem prejuízo das missões que estão primariamente cometidas ao Regimento de Infantaria n.º 3, é possível estabelecer uma relação institucional profícua com o Instituto de Educação e Desenvolvimento Profissional.

Tendo em atenção a Diretiva N.º 208/CEME/2003 que dispõe superiormente sobre os procedimentos a respeitar na elaboração de Protocolos a estabelecer entre o Exército e entidades civis.

2. Identificação das Partes

Entre:

(a) **O Regimento de Infantaria N.º 3**, adiante designado abreviadamente por RI 3, como Primeiro Outorgante, representado neste ato pelo seu Comandante, Coronel de Infantaria João Carlos Sobral dos Santos, cujos poderes de representação foram conferidos por despacho de 07 de Março de 2013 do Chefe do Estado-Maior do Exército;

e

(b) **A Tecliform-Formação Profissional e Consultadoria, Ld.ª** número de identificação 503502006 e sede social em Lisboa, adiante designado abreviadamente por Tecliform, como Segundo Outorgante, representada neste ato pela Senhora Doutora Helena Cristina Gonçalves Fernandes;

É celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos e com as cláusulas que se seguem:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª Objeto

1. O presente protocolo visa estabelecer as bases de colaboração entre o RI3 e a Tecliform nos domínios da formação, mediante a possibilidade de permitir aos militares e funcionários civis do RI3 a frequência de cursos de nível II e IV do catálogo nacional de qualificações e outros que sejam do interesse do RI3 e que a Tecliform esteja certificada para ministrar.

2. É ainda objeto deste Protocolo, proporcionar e melhorar a qualificação e certificação dos militares e funcionários civis que servem no RI3.

Cláusula 2.ª Obrigações do RI3

O primeiro outorgante compromete-se a:

1. Criar as condições organizativas que permitam a efetiva participação dos seus militares e funcionários civis nas ações de formação em horário pós-laboral.

2. Disponibilizar, sempre que necessário, salas nas instalações do RI3 com equipamento informático, de projeção de imagem e som, mobiliário e outros que sejam considerados adequados por ambas as partes, que proporcionem condições de aprendizagem aos militares e funcionários civis inscritos nos cursos.

3. Nomear um orientador responsável pela formação que terá como função acompanhar os formandos, motivando-os e assegurando a sua presença nas sessões programadas.

Cláusula 3.ª Obrigações da Tecliform

O segundo outorgante compromete-se a:

1. Assegurar a realização e o desenvolvimento das ações de formação nas instalações cedidas pelo RI3.

2. Disponibilizar os equipamentos necessários para a realização das ações de formação que o RI3 não disponha.

3. Nomear um orientador que deverá acompanhar todas as atividades relacionadas com os cursos, em colaboração com o orientador nomeado para o efeito pelo RI 3.

Cláusula 4.^a
Acompanhamento do protocolo

Cada uma das entidades signatárias nomeará um representante responsável pela coordenação e acompanhamento do presente protocolo, que serão os interlocutores privilegiados para as relações entre as instituições.

Cláusula 5.^a
Encargos financeiros

1. Da celebração e cumprimento do presente protocolo não resultam quaisquer encargos financeiros para o Primeiro Outorgante.
2. O Segundo Outorgante obriga-se a pagar ao Primeiro Outorgante, pela cedência das instalações, o preço de 4 (quatro) euros por cada hora de formação ministrada.

Cláusula 6.^a
Regras de segurança

1. O R13 não é responsável por quaisquer acidentes que venham a ocorrer com os formadores durante as atividades de formação realizadas nas suas instalações.
2. O segundo outorgante compromete-se a respeitar e cumprir todas as normas e instruções de segurança militar que lhe sejam impostas pelas autoridades envolvidas, nomeadamente quanto à segurança no interior das instalações militares, identificação e circulação de pessoas, viaturas e mercadorias.

Cláusula 7.^a
Suspensão, resolução e denúncia

1. O primeiro outorgante reserva-se no direito de suspender unilateralmente a execução deste protocolo, se o interesse público e a defesa nacional assim o exigirem, nomeadamente durante a ocorrência de exercícios, treinos, missões, preparações operacionais, estados de segurança e outras atividades militares ou relacionadas com a proteção civil.
2. A violação culposa por qualquer das partes das obrigações assumidas no presente protocolo confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.
3. Qualquer dos Outorgantes pode denunciar o presente protocolo, desde que comunique ao outro essa intenção, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Cláusula 8.^a
Vigência e entrada em vigor

1. O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura.
2. O presente protocolo tem a validade de um ano, considerando-se tácita e automaticamente renovado por iguais períodos, salvo o disposto na cláusula anterior.

Cláusula 9.^a
Disposições finais

1. Qualquer alteração aos termos do presente protocolo deverá ser feita mediante adenda, a qual, depois de devidamente outorgada, passará a fazer parte integrante do presente protocolo.

2. A ocorrência de circunstâncias extraordinárias, nomeadamente, alterações ao estado de segurança, imperativos de serviço e razões de interesse público, podem implicar a não disponibilidade do RI3 no cumprimento das suas obrigações, sem aviso prévio.

3. As partes obrigam-se a comunicar por escrito qualquer ocorrência suscetível de influir na execução do presente protocolo, sem prejuízo do número anterior.

Cláusula 10.ª **Interpretação**

As dúvidas suscitadas pela aplicação de qualquer uma das cláusulas do presente protocolo serão esclarecidas e interpretadas de comum acordo, dentro do princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades aqui protocoladas e do interesse mútuo de ambos os outorgantes.

Feito em duplicado, ficando cada uma das entidades subscritoras do presente protocolo na posse de um exemplar.

Assim o outorgaram, em Beja, no dia 18 de março de 2013

Pelo 1.º Outorgante:

O Comandante do RI3, *João Carlos SDobral dos Santos*, Coronel de Infantaria

Pelo 2.º Outorgante:

Helena Cristina Gonçalves Fernandes, Doutora

Protocolo de Colaboração

Entre o Regimento de Infantaria n.º 14

e o

Grupo de Docentes e Técnicos da Escola Superior de Tecnologia de Viseu

1. Preâmbulo

a. Considerando a necessidade do Grupo de Docentes e Técnicos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, em praticar futsal;

b. Considerando que o Grupo de Docentes e Técnicos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu não possui as infraestruturas necessárias e adequadas à referida prática desportiva;

c. Dispondo o Exército Português, através do Regimento de Infantaria N.º 14, das infraestruturas necessárias e adequadas ao desporto já referido.

2. Identificação das partes

Entre:

a. O Exército Português, através do Regimento de Infantaria N.º14, doravante designado por RI14, sito na Av.ª Regimento de Infantaria 14, 3501-908 Viseu, contribuinte n.º 600021610, neste ato representado pelo seu Comandante, Coronel de Infantaria João Manuel de Carvalho Oliveira da Cunha Porto, na qualidade de primeiro outorgante; e

b. O Grupo de Docentes e Técnicos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, doravante designado por GDT da ESTGV, sito no Campus Politécnico – 3510 Repeses - Viseu, contribuinte n.º 600028186, neste ato representado pelo Docente, Gil Sousa Matos, como 2.º outorgante;

é celebrado o presente protocolo de colaboração nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª

(Objecto)

1. O presente protocolo tem por objeto a cooperação entre o RI14 e o GDT da ESTGV.
2. Tal cooperação traduz-se na concessão de facilidades de utilização do Pavilhão Desportivo todas as Quartas-Feiras das 18H00 às 19H00.

Cláusula 2.ª

(Obrigações do Regimento de Infantaria N.º 14)

O RI14 compromete-se a;

1. Disponibilizar as instalações do pavilhão desportivo ao Segundo Outorgante;
2. Emitir os cartões de acesso temporário à Unidade;

Cláusula 3.ª

(Obrigações do Grupo de Docentes e Técnicos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu)

1. O Segundo garante a entrega de uma listagem de todos os elementos que necessitem ter acesso ao Pavilhão Desportivo;
2. O Segundo garante que todos os seus elementos mostram a sua identificação através de documento oficial de identificação quando lhe for pedido à entrada da Porta de Armas;
3. O Segundo nomeia um responsável, como seu representante, durante o período de utilização do pavilhão e que servirá de interlocutor com o Primeiro sempre que necessário;

Cláusula 4.ª

(Encargos Financeiros)

1. O Segundo Outorgante entregará, a título de compensação pelos encargos decorrentes da utilização prevista no presente protocolo, ao Primeiro a quantia de 25 € (vinte e cinco euros) por hora de utilização, a saldar no último dia útil do mês a que respeitar;
2. O Segundo, através do seu delegado, compromete-se a suportar de imediato quaisquer danos materiais que venham a causar no decurso da utilização do Pavilhão Desportivo;

Cláusula 5.ª

(Regras de Segurança)

1. Os atletas do Segundo ficam obrigados a cumprir e respeitar as normas para a utilização do Pavilhão bem como as regras que regulamentam o acesso e circulação no interior da Unidade;
2. Fica expressamente excluída no âmbito deste protocolo toda e qualquer responsabilidade por parte do Primeiro das consequências de eventual acidente que ocorra no decurso da utilização do Pavilhão Desportivo;

Cláusula 6.ª

(Resolução e Denúncia)

1. Ao Primeiro é reservado o direito de cancelar ou alterar junto do Segundo o horário acordado por igual período noutra data por razões de realização de Campeonatos Desportivos, Torneios ou outras atividades do seu interesse;
2. Constitui fundamento para a resolução do presente protocolo a ocorrência de incidente grave que viole as regras de sã convivência e respeito mútuo entre as partes, ou que coloque em causa a segurança militar;

3. As partes podem pôr termo ao presente protocolo quando entenderem, sem necessidade de invocar causa justificativa, devendo, para esse efeito, comunicar tal intenção, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta dias) em relação à data de produção de efeitos de denúncia.

Cláusula 7.^a
(Aditamentos)

O presente Protocolo pode ser alterado, por vontade expressa das partes, através de aditamentos que, após aprovação e assinatura, serão juntos ao mesmo, dele passando a constituir parte integrante.

Cláusula 8.^a
(Prazo de vigência)

O presente protocolo entra em vigor a data da sua assinatura e termina em 31 de Dezembro de 2011, sendo automaticamente renovado por períodos de um ano, caso não seja denunciado por qualquer uma das partes, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta dias), relativamente ao termo do período de vigência.

Feito em duplicado, constituído por 8 cláusulas e contendo 5 páginas, que irão ser assinadas e rubricadas por ambos os Outorgantes, ficando cada um dos Outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Viseu, aos 03 de maio de 2011

Pelo 1.º Outorgante: O Comandante do RI14, *João Manuel de Carvalho Oliveira da Cunha Porto*, Coronel de Infantaria

Pelo 2.º Outorgante: *Gil de Sousa Matos*, Professor

Protocolo de Colaboração

Entre o Regimento de Infantaria n.º 14

e a

Escola Superior de Educação de Viseu

1. Preâmbulo

a. Considerando a necessidade da Escola Superior de Educação de Viseu, em dar aulas de Educação Física em recinto desportivo coberto aos seus alunos;

b. Considerando que a Escola Superior de Educação de Viseu não possui as infraestruturas necessárias e adequadas às aulas de Educação Física em recinto desportivo coberto;

c. Dispondo o Exército Português, através do Regimento de Infantaria N.º 14, das infraestruturas necessárias e adequadas às aulas referidas.

2. Identificação das partes

Entre:

a. O Exército Português, através do Regimento de Infantaria N.º 14, doravante designado por RI14, sito na Av.^a Regimento de Infantaria 14, 3501-908 Viseu, contribuinte n.º 600021610, neste ato representado pelo seu Comandante, Coronel de Infantaria *João Manuel de Carvalho Oliveira da Cunha Porto*, na qualidade de primeiro outorgante; e

b. A Escola Superior de Educação de Viseu, doravante designada por ESEV, sita na Rua Maximiano Aragão, 3504-501 Viseu, contribuinte n.º 680033548, neste ato representada pela sua Presidente, Doutora Maria Cristina Azevedo Gomes, como 2.ª outorgante;

é celebrado o presente protocolo de colaboração nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.^a (Objecto)

1. O presente protocolo tem por objeto a cooperação entre o RI14 e a ESEV.
2. Tal cooperação traduz-se na concessão de facilidades de utilização do Pavilhão Desportivo todas as Quartas-Feiras das 08H50 às 10H50.

Cláusula 2.^a (Obrigações do Regimento de Infantaria N.º 14)

O RI14 compromete-se a:

1. Disponibilizar as instalações do pavilhão desportivo ao Segundo Outorgante;
2. Emitir os cartões de acesso temporário a Unidade;

Cláusula 3.^a (Obrigações da Escola Superior de Educação de Viseu)

1. O Segundo garante a entrega de uma listagem de todos os alunos e professores, que necessitem ter acesso ao Pavilhão Desportivo;
2. O Segundo garante que todos os seus alunos mostram a sua identificação através de documento oficial de identificação quando lhe for pedido à entrada da Porta de Armas;
3. O Segundo nomeia um responsável, como seu representante, durante o período de utilização do pavilhão e que servirá de interlocutor com o Primeiro sempre que necessário;

Cláusula 4.^a (Encargos Financeiros)

1. O Segundo Outorgante entregará, a título de compensação pelos encargos decorrentes da utilização prevista no presente protocolo, ao Primeiro a quantia de 20 € (vinte euros) por hora de utilização, a saldar no último dia útil do mês a que respeitar;
2. O Segundo, através do seu delegado, compromete-se a suportar de imediato quaisquer danos materiais que venham a causar no decurso da utilização do Pavilhão Desportivo;

Cláusula 5.^a Regras de Segurança

1. Os alunos do Segundo ficam obrigados a cumprir e respeitar as normas para a utilização do Pavilhão bem como as regras que regulamentam o acesso e circulação no interior da Unidade;
2. Fica expressamente excluída no âmbito deste protocolo toda e qualquer responsabilidade por parte do Primeiro das consequências de eventual acidente que ocorra no decurso da utilização do Pavilhão Desportivo;

Cláusula 6.^a
(Resolução e Denúncia)

1. Ao Primeiro é reservado o direito de cancelar ou alterar junto do Segundo o horário acordado por igual período noutra data por razões de realização de Campeonatos Desportivos, Torneios ou outras atividades do seu interesse;

2. Constitui fundamento para a resolução do presente protocolo a ocorrência de incidente grave que viole as regras de sã convivência e respeito mútuo entre as partes, ou que coloque em causa a segurança militar;

3. As partes podem por termo ao presente protocolo quando entenderem, sem necessidade de invocar causa justificativa, devendo, para esse efeito, comunicar tal intenção, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta dias) em relação a data de produção de efeitos de denúncia.

Cláusula 7.^a
(Aditamentos)

O presente Protocolo pode ser alterado, por vontade expressa das partes, através de aditamentos que, após aprovação e assinatura, serão juntos ao mesmo, dele passando a constituir parte integrante.

Cláusula 8.^a
(Prazo de vigência)

O presente protocolo entra em vigor a data da sua assinatura e termina em 31 de Dezembro de 2011, sendo automaticamente renovado por períodos de um ano, caso não seja denunciado por qualquer uma das partes, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta dias), relativamente ao termo do período de vigência.

Feito em duplicado, constituído por 8 cláusulas e contendo 5 páginas, que irão ser assinadas e rubricadas por ambos os Outorgantes, ficando cada um dos Outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Viseu, aos 01 de setembro de 2011

Pelo 1.º Outorgante: O Comandante do RI14, *João Manuel de Carvalho Oliveira da Cunha Porto*, Coronel de Infantaria

Pelo 2.º Outorgante: *Maria Cristina Azevedo Gomes*, Doutora

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Artur Neves Pina Monteiro, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

2.^a SÉRIE

N.º 04/30 DE ABRIL DE 2013

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º, atento o disposto nos artigos 13.º e 14.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, conceder a Medalha de Serviços Distintos, Grau Ouro, ao MGen (17073280) **José Filipe da Silva Arnaut Moreira**.

(Por portaria de 25 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal o Cor Inf (18428880) **João Augusto de Miranda Soares**.

(Por despacho de 18 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o Cor Med (07930377) **Manuel Fernando Teixeira Osório de Castro Alves**.

(Por despacho de 07 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, nos termos do disposto nos artigos 16.º, alínea *a*) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o Cor AdMil (08129277) **Luís António Lopes Cardoso**.

(Por despacho de 20 de março de 2013)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º, atento o disposto no artigo 13.º e na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 16.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, conceder a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, ao Cap Inf (37931193) **João Miguel Chaves dos Santos Pais**.

(Por portaria de 15 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Cobre de Serviços Distintos, nos termos do disposto nos artigos 17.º, alínea *a*) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o SMor Cav (18812181) **Domingos Fernando de Barros**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar de 1.ª Classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o Cor Inf (12284883) **César Nunes da Fonseca**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar de 1.ª Classe, nos termos do disposto nos artigos 23.º, n.º 2, 24.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o Cor Inf (01449384) **João Paulo de Noronha da Silveira Alves Caetano**.

(Por despacho de 22 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cor Cav (16499879) **Rui Alves Tavares Ferreira**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cor Inf (07812983) **António Mário Bonito Afonso Vargas**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

A ação do Coronel Aviador Roberto ferreira Pitrez, Adido do Exército e Aeronáutica, junto da Embaixada do Brasil em Portugal, ao longo do período em que desempenhou funções no nosso país, pautou-se sempre por elevado espírito de bem servir, extrema correção, cortesia e amabilidade, desenvolvendo assim uma excelente ligação com as entidades do Exército com quem contactou, no âmbito das suas funções.

De salientar ainda, a participação em todas as atividades para que foi convidado, demonstrando permanentemente disponibilidade e dedicação no cumprimento da sua missão, revelando assim, de forma inequívoca, o firme desejo de incrementar e fortalecer as relações de amizade entre Portugal e o Brasil, devendo a ação desenvolvida pelo Coronel Aviador Roberto Ferreira Pitrez ser considerada como muito relevante.

Assim manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª Classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o Coronel Aviador **Roberto Ferreira Pitrez**.

(Por despacho de 22 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Inf (04667779) **Ricardo Manuel Pereira Viegas**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Art (07448182) **António José Marques dos Santos**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Art (00189785) **Joaquim Luís Correia Lopes**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Tm (01151188) **Paulo Miguel Paletti Correia Leal**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Cav (11532188) **José Aníbal Alves Sustelo Marianito da Silva**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Cav (07456291) **José Miguel Andrade Seabra Peralta Pimenta**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Tm (19280687) **José Carlos da Silva Veríssimo**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Vet (06779492) **António Eduardo Bruno Lopes João**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj SGE (05612379) **Fernando António Vilas Boas Dias**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap AdMil (06820195) **João Miguel Correia da Silva Tavares**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap TPesSecr (13791784) **Jorge Humberto Ferra Duarte**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Eng (15429687) **João Maria Silvério Calouro**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Eng (09793485) **Afonso Manuel de Oliveira Resende**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj SGE (01952386) **João Maria Alves Vaz**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj SGE (02571190) **Xavier Vieira**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg AdMil (01185791) **António Júlio Alves Neves**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Tm (35331892) **José Carlos da Conceição Lourenço**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Art (31829192) **Vítor José Pereira Alves**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg PesSec (12801296) **Bruno António dos Santos da Silva**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Inf (09010895) **Renato Jorge Soares Anastácio**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Eng (20634893) **Isidro Jerónimo Simões**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Eng (01903294) **Luís Miguel Monteiro Gonçalves Capelo**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Condecorados com a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

TCor Art (03289784) Joaquim Manuel de Almeida Moura;
SMor Inf (10893381) José Manuel Almeida Barata.

(Por despacho de 13 de março de 2013)

Cor Inf GNR (1866279) Nuno Sanfona Paulino;
Maj Mat (18725181) António José Branco Pinto;
SMor Mat (06667683) António José de Almeida Gonçalves;
SMor Inf (09049383) Luís Filipe Marques Correia;
SMor Mat (18489081) Luís dos Santos Gonçalves;
SCh Inf (07031283) Hélder Abílio Gomes Palavras;
SCh Art (09942982) João Manuel Soeiro Paiva;
SCh AdMil (09245683) Manuel Cláudio Pinto Machado;
SCh Mus GNR (1866004) Francisco António Nunes Pinto;
SCh Cav GNR (1860083) Joaquim Augusto da Costa Reia;
SCh Inf GNR (1846300) Fernando Silvestre Tomé;
SAJ Corn/Clar (17651582) João Carlos Proença Adrião;
SAj Inf GNR (1846180) Luís Santiago Gil;
CbMor Inf GNR (1846027) Artur de Jesus Morgado Letras;
CbMor Corn/Clar GNR (1840233) Manuel António Gonçalves Lage;
CbCh Inf GNR (1860096) Manuel Francisco Preto;
Cb Inf GNR (1846134) António Manuel Barbosa Lourenço;
Cb Inf GNR (1846113) José Luís dos Reis da Cruz;
Cb Inf GNR (1856430) Marcos Vicente Ferreira Gateira;
Cb Inf GNR (1846345) Eduardo José Gaspar Pereira;
Cb Inf GNR (1846151) Luís Pinto Gonçalves;
Cb Inf GNR (1846334) António Manuel Marcelino Brito;
Cb Inf GNR (1846338) Luís Filipe Henrique de Carvalho;
Cb Inf GNR (1846349) Joaquim Francisco Tique;
Cb Inf GNR (1846187) João Domingos Entrudo Adagas;
Cb Inf GNR (1846221) José Augusto Fernandes;
Cb Inf GNR (1846262) António Borges de Sousa Sousa;
Cb Inf GNR (1846322) José António Peixoto Saraiva;
Cb Inf GNR (1846354) Eurico Manuel do Nascimento Martins;
Cb Inf GNR (1856188) António Manuel Pires.

(Por despacho de 02 de abril de 2013)

Condecorados com a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap Farm (01187499) Inês Milheiro Nunes Martins;
SAj AdMil (05662787) António Janeiro Fialho;
1Sarg Tm (00221595) Rui Constantino Cardoso Soares Sousa;
1Sarg Mat (15628995) Luís Filipe Costa Ferreira;
1Sarg Mat (22182692) João Manuel Reis Madureira;
1Sarg PesSec (16940195) Mónica Cristina Leitão Martins;
1Sarg Inf (13781394) Carlos Miguel Carvalho Santos;
1Sarg Inf (16955795) Pedro Miguel Pereira Botelho;
1Sarg Inf (21730892) Rui Manuel Marques Sousa;
1Sarg Inf (38149793) João Salvador Ribeiro Cardoso Reis.

(Por despacho de 02 de abril de 2013)

Condecorados com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

2Sarg Inf (08794503) João Vítor de Medeiros Vieira.

(Por despacho de 22 de novembro de 2012)

Cap SAR (11396288) Paulo Jorge Oliveira Carmo;
Alf Inf (03786205) Tiago de Vilarigues Baião;
2Sarg Mat (09592104) António Manuel Canhão Saraiva;
2Sarg Mat (13065505) André Filipe dos Reis Brandão;
2Sarg Eng (01727206) Luís Gabriel Alves Morte;
2Sarg Art (04657502) David Vicent Neto de Abreu.

(Por despacho de 12 de março de 2013)

Ten Inf (15795704) Hugo Filipe Garrido Machado;
Alf AdMil (07179505) Pedro Daniel Ferreira da Silva;
Alf Inf (19829803) Sérgio Aurélio Cerqueira da Encarnação;
Alf Inf GNR (2060014) Luís Jorge Morais Mirandez;
1Sarg Mat (14800601) José Tiago Pinto da Rocha;
1Sarg Inf (16955795) Pedro Miguel Pereira Botelho;
2Sarg Cav (12011905) Suse Patrícia da Silva Lucas;
2Sarg Inf (08793804) David Guerra Valério;
2Sarg Tm (13556698) Tiago Mauro da Silva Freitas;
2Sarg Tm (10528203) Luís Daniel Pinho Soares Pinto;
2Sarg Tm (02704904) Ricardo Jorge de Magalhães Trigo;
2Sarg Vet GNR (2020376) Nelson David Rosado Provença;
Furr Inf GNR (1990272) Pedro Alexandre Delgadinho Figueiras;
Cb Cav GNR (2060875) Ana Isabel Butes Amado;
Cb Inf GNR (2060836) André Duarte David Branco;
Cb Cav GNR (2060467) Miguel José Caramelo Marmelada;
Cb Inf GNR (1990461) Bruno Alexandre Cruz Vicente;
Cb Inf GNR (2040053) António Francisco Sardinha Pataca;
Cb Cav GNR (1930195) Paulo Jorge Ferreira de Azevedo;
Guar Inf GNR (2070948) Marta Soraia Rodrigues Fernandes;
Guar Inf GNR (2070834) José Carlos Pereira Pinto Camelo;
Guar Inf GNR (2021007) Samuel José Carvalho Silva;
Guar Inf GNR (1990473) Carlos Jorge Pais Moreira;
Guar Inf GNR (2070479) Jorge Daniel Imaginário Valeriano;
Guar Inf GNR (2060741) Jorge Manuel Teixeira da Mota;
Guar Inf GNR (2070460) João Filipe da Silva Lúcio Penha;
Guar Inf GNR (1990277) Válder Miguel Alves Martins.

(Por despacho de 02 de abril de 2013)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho, da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap Cav (10476367) Paulo Wrem Abrantes da Silva, “Moçambique 1973-74”;
Guar GNR (36542559) Ricardo Ferreira de Amorim, “Angola 1961-63”.

(Por despacho de 05 de março de 2013)

TCor Mat (52393211) José Manuel Pedroso da Silva, “Moçambique 1972-74”;
Cb GNR (01761121) Norberto dos Santos, “Timor 1974-75”.

(Por despacho de 07 de março de 2013)

Guar Ref GNR (1676225) Manuel Rodrigues Puga, “Angola 1964-66”.

(Por despacho de 12 de março de 2013)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP, por despacho, da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cor Inf (09637880) António Gualdino Ventura Moura Pinto, “Afeganistão 2010”;
TCor AdMil (00200982) Raul Manuel Leão Baptista, “Moçambique 2005-06”;
Cb Inf GNR (2070286) Carlos Manuel Malta Costa, “Afeganistão 2005-06”.

(Por despacho de 02 de abril de 2013)

Condecorados com Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

TCor AdMil (00200982) Raul Manuel Leão Baptista, “Moçambique 2011-13”;
TCor Inf (01563987) Gilberto Rodrigues Vilela dos Santos, “Bósnia 1996”;
TCor Inf (01563987) Gilberto Rodrigues Vilela dos Santos, “Bósnia 2004”;
Maj Inf (16643689) António Luís Morais Pinto de Oliveira, “Timor 2012”;
SCh Inf (07031283) Hélder Abílio Gomes Palavras, “Afeganistão 2011”.

(Por despacho de 02 de abril de 2013)

Condecorado com a Grã-Cruz da Ordem “Al Mérito por Servicios Distinguidos”, da República do Perú, o TGen Eng (01448365) **Carlos Alberto de Carvalho dos Reis**.

(Por despacho de 07 de fevereiro de 2013)

Louvores

Louvo o MGen (17073280) **José Filipe da Silva Arnaut Moreira**, pela forma muito distinta, altamente eficiente e excecionalmente competente, como desempenhou as exigentes funções de chefe do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, no período compreendido entre 22 de junho 2011 e 15 de fevereiro de 2013.

Colaborador exímio, dotado de uma invulgar cultura geral e militar, atuou sempre de forma muito esclarecida, determinada e com grande pragmatismo, demonstrando continuamente extrema capacidade de trabalho, altos conhecimentos técnicos e profissionais, inexcedível disponibilidade, dedicação e honroso sentido de serviço público.

Evidenciando constantemente uma forte personalidade, excecional espírito de iniciativa e inquestionável frontalidade, foi determinante para o desenvolvimento dos trabalhos do Gabinete segundo uma dinâmica de altos padrões de eficiência, rigor e método, contribuindo de forma extraordinariamente zelosa, interessada e empenhada no apoio à tomada de decisão do Ministro da Defesa Nacional.

Oficial General de sublime postura institucional pautou a sua atitude por um elevadíssimo sentido de missão, apurado bom senso, intocável sentido do dever, espírito de disciplina e de obediência, lealdade e honestidade, salvaguardando em todas as circunstâncias os interesses das Forças Armadas, da Defesa Nacional e do seu País.

Em todos os complexos e delicados processos que foi chamado a liderar colocou em evidência a sua elevada capacidade intelectual, grande entusiasmo e inabaláveis princípios éticos e morais. Julgando sempre muito avisadamente, antecipou possíveis problemas e constrangimentos, o que inexoravelmente veio a permitir decisões fundamentadas e coerentes, com um contributo inuito significativo para a boa execução da política de defesa nacional.

Destaca-se a sua notável capacidade de liderança pela forma extremamente diligente e rigorosa como presidiu aos trabalhos do Comité de Acompanhamento das Novas Estruturas de Comando da NATO, abrangendo os processos da instalação em Portugal da STRIKFORNATO e da NATO *Communicationosn and Infomation Systems School*.

O seu importantíssimo papel ao nível da articulação institucional com os demais gabinetes ministeriais, entidades tuteladas e órgãos e serviços centrais do ministério, acompanhando sempre os muitos e delicados assuntos com elevada clarividência, assertividade e perspicácia, a par de uma insuperável cordialidade, distinguiu o Major-General Arnaut Moreira como um elemento muito facilitador deste relacionamento institucional, com evidentes contributos no modo claro, célere e eficaz como muitas questões sensíveis foram ultrapassadas.

Militar de irrepreensível integridade, de excelsa urbanidade no trato, impondo respeito e confiança, granjeou constante, genuína e espontaneamente a reconhecida estima e consideração em que é tido por todos os que com ele tiveram o privilégio de privar.

Pelo extraordinário conjunto de qualidades pessoais e profissionais reveladas, de que se destacam a irrepreensível conduta moral, a irrefutável lealdade, a firmeza de carácter radicada no culto da honra, do dever e do brio profissional, a força moral e anímica para encarar resolutamente contrariedades de qualquer natureza e o singular exemplo de dedicação e abnegação, é com enorme agrado que publicamente louvo o Major-General, José Filipe Arnaut Moreira, sendo de toda a justiça considerar extraordinários, relevantes e distintíssimos os altos serviços prestados como chefe do meu Gabinete, dos quais resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para o Ministério da Defesa Nacional.

25 de fevereiro de 2013. - O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Louvo o Cor Inf (18428880) **João Augusto de Miranda Soares** pela forma distinta como vem servindo no Instituto dos Pupilos do Exército ao longo de um período ininterrupto de quase cinco anos, revelando, em todas as circunstâncias excecionais qualidades e virtudes militares.

Nomeado Subdiretor daquele Estabelecimento Militar de Ensino, desde logo evidenciou excecional e esclarecido zelo, que acompanhado de uma inexcedível capacidade de trabalho e de organização, apurado sentido da responsabilidade e grande espírito de iniciativa, permitiu desenvolver a sua ação com elevado grau de eficácia, gerindo de forma criteriosa os recursos humanos e materiais colocados à sua disposição.

Acompanhando de muito perto as diversas áreas de atividade, em todas as circunstâncias, revelou as suas excelentes capacidades de planeamento, tendo a sua atividade sido pautada por elevado sentido de bom senso e ponderação, na procura contínua de soluções, para superar as diferentes e complexas situações que se lhe depararam no universo específico e extremamente exigente dos Pupilos do Exército.

Interpretando corretamente as diretivas emanadas sempre soube ultrapassar as dificuldades conjunturais sobrevindas, com abnegação e inexcedível espírito de sacrifício e de obediência.

O exigente Plano Anual de Atividades, internas e externas, do Instituto Pupilos do Exército inclui cerimónias militares e atividades complementares de índole cultural, lúdica e desportiva, que, sendo áreas de destaque e de grande visibilidade, atingiram elevados padrões de rigor, granjearam prestígio, e projetaram uma imagem de qualidade institucional, só possíveis pelo extermo cuidado e meticulosa consolidação do calendário anual de atividades, reflexo do contagiante entusiasmo que o Coronel Soares sempre incutiu na sua realização.

Muito atento e com apurado sentido crítico, merecem especial destaque as consentâneas e oportunas sugestões relativas ao processo de admissão de novos alunos, que se revelaram ajustadas pelo número elevado de candidatos que manifestaram interesse pelos Pupilos do Exército e que posteriormente ingressaram nos diferentes anos de escolaridade.

De realçar o cuidado colocado na análise e propostas de requisição de professores, fatores que têm contribuído para os bons padrões pedagógicos e comportamentais do Corpo Docente.

É ainda de salientar o desenvolvimento e manutenção de excelentes relações com a Associação dos Pupilos do Exército, patente nas diversas iniciativas levadas a cabo em comum, bem como o estabelecer de pontes entre diferentes gerações de alunos contribuindo de forma inequívoca para a manutenção e fortalecimento do elevado espírito de corpo entre alunos e ex-alunos deste estabelecimento.

Oficial extremamente dotado, física e intelectualmente, discreto, respeitado pelos seus superiores e pelos seus subordinados, privilegiando o trabalho em equipa, demonstrou, em todas as situações, elevados padrões de franqueza e de fealdade. Deste modo, o Coronel Soares cumpriu de forma exemplar, honrosa e prestigiante, a sua comissão de serviço no Instituto Pupilos do Exército.

Pelas suas excecionais qualidades e virtudes militares, das quais se destacam os elevados dotes de carácter, a coragem moral, o extraordinário sentido do dever e da disciplina, a frontalidade, a humildade, a simplicidade e o sentido das responsabilidades demonstrados nas mais variadas situações, é o Coronel Soares merecedor de ver os serviços por si prestados, dos quais resultou honra e lustre para o Instituto dos Pupilos do Exército, para o Exército e para Portugal, serem publicamente reconhecidos e considerados como extraordinários, relevantes, distintíssimos e de muito elevado mérito,

18 de fevereiro de 2013. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General

Louvo o Cor Med (07930377) **Manuel Fernando Teixeira Osório de Castro Alves**, do Hospital Militar Regional no N.º 1, pelas excecionais qualidades e virtudes militares evidenciadas ao longo de mais de 37 anos ao serviço da Exército onde o seu extraordinário desempenho se pautou pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, lealdade, espírito de obediência e abnegação.

Ao longo da sua carreira militar prestou serviço em várias Unidades e Órgãos do Exército e na Guarda Nacional Republicana, sendo no entanto de destacar os cerca de 28 anos em que serviu no Hospital Militar Regional N.º 1 onde, nas funções de Chefe do Serviço de Otorrinolaringologia, Subdiretor e posteriormente como Diretor daquele hospital, demonstrou uma elevada competência profissional, extrema dedicação e grande espírito de sacrifício.

Como Chefe do Serviço de Otorrinolaringologia, conseguiu, no aspeto cirúrgico, criar as condições para se desenvolverem intervenções mais complexas, dotando o Serviço com material mais sofisticado por forma a preencher as exigências de novas técnicas de diagnóstico, evidenciando assim ser um oficial médico de incontestáveis competências técnicas.

Já como Subdiretor e Diretor Clínico, soube sempre com eficácia e em tempo oportuno assessorar e aconselhar o seu Diretor através de propostas e pareceres de irrefutável importância que se tornaram vitais e uma mais-valia para o processo de tomada de decisão e que implicaram uma melhoria na qualidade dos serviços prestados aos utentes e em melhores condições de trabalho para os recursos humanos do hospital, revelando o seu grande empenhamento e dinamismo e denotando um vincado sentido do dever.

Posteriormente e durante mais de 10 anos, como Diretor do Hospital Militar Regional N.º 1, demonstrou ser possuidor de uma apurada visão da gestão preventiva, proactiva e de um profundo conhecimento das limitações orçamentais daquela unidade hospitalar, tendo sempre adotado as medidas tendentes a proporcionar a todos os utentes que recorrem aos serviços daquele estabelecimento hospitalar, um serviço de excelência, manifestado na permanente melhoria do nível de satisfação dos doentes. Testemunho da sua incontestável capacidade de comando e direção é de inteira justiça realçar a criação de novos Serviços e a remodelação de outros dos quais se destaca a criação de uma nova Unidade de Memória do Serviço de Psiquiatria, um novo Serviço de Urologia, a construção de novas instalações na Farmácia Hospitalar, a remodelação do Serviço de Patologia, a implementação do Núcleo de Higiene, Saúde e Segurança no trabalho onde incluiu a Consulta de Medicina no trabalho, a reestruturação e a beneficiação do Bloco Operatório e o novo Serviço de Cirurgia Ambulatória. No domínio da formação e informação, salienta-se a sua preocupação na vertente da valorização, desenvolvimento e a melhoria das relações interpessoais e técnicas dos seus colaboradores, promovendo eventos das quais se destacam: Jornadas de Urologia, Jornadas da Unidade de Memória, Congresso de Medicina, Dia Mundial da Diabetes, “XXXIV Reunião Anual da Sociedade Portuguesa de Cirurgia Plástica Reconstrutiva e Estética”, os “II Temas Médicos” do Departamento de medicina, as “IV Jornadas do Serviço de Urologia” e ainda o “XI Encontro de Medicina Militar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” que teve lugar naquele estabelecimento hospitalar e por último a implementação do Centro de Formação do HMR1 com o objetivo de fornecer novas competências aos diferentes grupos profissionais do hospital e acompanhar os estagiários oriundos das várias Escolas de Ensino Superior civis. Mais recentemente cabe aqui referir a sua nomeação para o Conselho de Saúde Militar, onde foi um colaborador excecional e disponível, sendo as suas intervenções sempre oportunas e uma mais-valia para a resolução dos mais variados desafios que se colocam diariamente, num período de grandes reformas em que a cooperação entre os ramos das Forças Armadas é fundamental para a gestão dos mais variados recursos e a melhoria da capacidade assistencial aos doentes.

Realce-se finalmente na sua ação a humildade e simplicidade extremas, o espírito prático, o discernimento, a grande ponderação, a sua coragem moral, a capacidade de análise e síntese e uma invulgar disponibilidade para ajudar os outros mercê das suas marcantes preocupações no âmbito da solidariedade social.

Assim, considero que o Coronel Osório de Castro Alves demonstrou ao longo da sua já longa carreira militar relevantes qualidades pessoais e profissionais e, no momento em que, por imposição estatutária, cessa o serviço ativo, é de inteira justiça reconhecer publicamente as serviços por si prestados como relevantes, extraordinários e distintos, de que resultou honra e lustre para a Saúde Militar e para o Exército.

07 de março de 2013. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General

Louvo o Cor Inf (12284883) **César Nunes da Fonseca**, pelas excecionais qualidades e virtudes militares, elevada competência profissional, extrema lealdade e inextinguível espírito de missão com que, ao longo de mais de trinta e dois anos de serviço ativo, desempenhou as mais diversas tarefas e missões que lhe foram confiadas.

O Cor César Fonseca evidenciou ao longo de toda a sua carreira uma sólida formação ética e moral e uma irrepreensível conduta militar a que soube aliar excepcionais qualidades e virtudes militares que o tornaram um exemplo e uma referência para todos os que com ele privaram.

Como oficial Subalterno no então designado Regimento de Comandos, cedo evidenciou ser um Oficial dotado de relevantes qualidades militares e pessoais, destacando-se sempre pela extrema dedicação e pelos conhecimentos técnicos com que desempenhou as funções de Instrutor de Tiro, de NBQ e dos Cursos de Comandos. Já como Capitão, assumiu o Comando do Grupo de Instrução onde evidenciou elevados conhecimentos técnicos no âmbito da Especialidade Comandos. Mais tarde, escolhido para Comandante de uma Companhia de Comandos, demonstrou uma vez mais possuir elevados dotes de carácter, destacando-se pela sua abnegação, conseguindo, com a sua frontalidade e capacidade de liderança, a plena motivação de todos os militares que serviram sob o seu Comando na CCmds 121.

Como Oficial Superior e ainda no Regimento de Comandos, demonstrou ser um Oficial frontal e direto, evidenciando grande capacidade de trabalho, permanente disponibilidade para o serviço e elevados conhecimentos das técnicas de Estado-Maior que em muito contribuíram para os excelentes resultados alcançados pelo BCmds 12, onde desempenhou as funções de Oficial de Logística e de Oficial de Operações, e as funções de Adjunto do Chefe da Secção de Operações, Informações e Segurança e de Oficial de Segurança do Regimento de Comandos, revelando em todas as funções que lhe foram cometidas uma elevada capacidade de organização, distinguindo-se pela elevada qualidade dos estudos, diretivas, planos e ordens por si elaborados.

Ao longo da sua carreira participou em diferentes exercícios Conjuntos e Combinados dos quais se destacam os Exercícios da Série ORION, JCET com as Forças Especiais dos EUA, COMANGOE em Espanha e OLDENBURG na Alemanha, demonstrando, invariavelmente, uma assinalável capacidade de planeamento e execução, uma dedicação exemplar e um evidente espírito de sacrifício e de obediência perante as dificuldades e os longos períodos de esforço contínuo que tais exercícios acarretaram, conseguindo sempre criar e manter um bom ambiente de trabalho.

Mais tarde, no Batalhão de Instrução da Escola de Tropas Aerotransportadas (ETAT) assumiu funções de 2.º Comandante do Batalhão de Instrução (BInst), tendo mais uma vez revelado a sua, determinação e força de vontade na execução de um amplo leque de funções ao nível da instrução de praças e de quadros, de que é exemplo os diversos Estágios de Promoção a Sargento-Ajudante de que foi responsável, bem como um serviço de qualidade notável na organização e atualização das NEP do BInst.

Ainda na ETAT desempenhou as funções de Oficial de Pessoal e de Oficial de Operações onde se destacou inequivocamente pela forma especialmente notória e exemplar como desempenhou as numerosas e, por vezes, muito difíceis tarefas que lhe foram cometidas no âmbito da missão da ETAT. Mais uma vez, a integridade e a sensatez do Cor Fonseca, converteram-no num elemento aglutinador de vontades, contribuindo para o prestígio e o cumprimento da missão da ETAT.

Já no Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT) desempenhou com espírito de iniciativa e capacidade de decisão, as funções de Chefe da 4.ª Repartição do CTAT/BAI, pautando a sua conduta pelos ditames da honra e do dever e demonstrando rara intuição e apurado bom senso no tratamento de assuntos sensíveis no seio da Repartição que chefiava.

Na função de Comandante do Batalhão de Apoio de Serviços da Brigada Aerotransportada Independente, o Cor César Fonseca impôs-se pela afirmação constante de elevados dotes de carácter suportados por uma sólida vocação castrense, demonstrando sempre um apurado sentido de justiça, um reconhecido carisma e uma notória capacidade de liderança garantindo assim não apenas o cumprimento das missões do seu batalhão mas principalmente granjeando a estima, a consideração e o respeito dos que sob o seu Comando serviram a BAI e o Exército.

As virtudes e as características demonstradas ao longo da sua carreira militar levaram o Coronel César Fonseca a ser novamente escolhido para as nobres mas complexas funções de Comando, tendo desta vez sido investido como Comandante do Regimento de Infantaria n.º 15 (R115), revelando durante todo o seu Comando, uma notável capacidade de planeamento, organização, direção e controlo das tarefas

inerentes à consecução da missão do RI15 e das forças aprontadas pelo Regimento no âmbito da Brigada de Reação Rápida, que incluíram o sempre desafiante relacionamento com a população civil da área de responsabilidade territorial do Regimento.

Também no âmbito internacional, revelou ser um Oficial de inquestionável integridade de caráter, leal e com uma permanente vontade de bem servir o Exército e o país, garantindo sempre uma excelente capacidade de resposta às múltiplas solicitações que lhe foram feitas no âmbito das diferentes funções que assumiu, quer fosse no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnico-Militar, nomeadamente no apoio a organização e funcionamento da Brigada de Comandos das Forças Armadas de Angola ou no apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, quer fosse como Comandante do 1BIPara quando comandou, numa Força Nacional Destacada, um Batalhão com duas Companhias portuguesas e uma Companhia Eslovena, integrando o Multinational Battle Group da Brigada Multinacional Norte nas Forças de Estabilização da NATO no Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina, quer fosse ainda no Iraque, onde assumiu as responsabilidades de Senior National Representative na NTM-I e onde desempenhou funções de Team Leader and Strategic Plans and Policy Advisor junto do Centro Nacional de Operações de Apoio ao Primeiro Ministro do Iraque.

Neste âmbito multinacional e considerando os peculiares desafios das missões internacionais, conseguiu o Cor César Fonseca afirmar-se, perante Oficiais de diferentes países, pelas suas excecionais qualidades e virtudes militares naturais capacidades de liderança e os seus sólidos conhecimentos técnicos levando-o a merecer a confiança e o respeito dos que com ele privaram.

No momento em que transita para a situação de Reserva, é de destacar que ao longo da sua carreira militar o Cor Inf Para César Nunes da Fonseca sempre soube demonstrar uma atitude profissional de exemplo, rigor, integridade de caráter e lealdade, quer com os seus superiores hierárquicos como com os seus subordinados, sendo merecedor de ver publicamente enaltecido o seu desempenho e contributo, devendo os serviços por si prestados serem considerados distintos e relevantes, de que resultou, honra e lustre para o Exército, para as Forças Armadas e para a Pátria.

14 de março de 2013. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General

Louvo o Cor AdMil (08129277) **Luís António Lopes Cardoso** pelo modo muito competente, eficiente e dedicado com que exerceu as diversas funções que lhe foram atribuídas ao longo da sua carreira de 31 anos de serviço efetivo.

Após ter concluído o Curso da Academia Militar e ingressado no Serviço de Administração Militar, foi colocado no Batalhão de Administração Militar (BAM), unidade independente sediada na Póvoa de Varzim, tendo como Oficial Subalterno desempenhado funções de Chefe da Secção Financeira, de Comandante de Companhia de Instrução e de Comandante da Companhia de Comando e Serviços, onde revelou um conjunto de qualidades técnicas e profissionais que em muito contribuíram para a tomada de decisões ajustadas e oportunas por parte do seu comando hierárquico.

Promovido a Capitão em 1990, distinguiu-se pela sua grande capacidade de planeamento, organização e elevada competência profissional enquanto Chefe da Secção de Operações Informações e Chefe da Secção de Logística, bem como no processo de transferência temporária do Batalhão de Administração Militar para Penafiel e dois anos depois, em 1994, para as novas instalações em Póvoa de Varzim.

Ainda como Capitão, mais uma vez foi chamado a participar no processo de transferência da Escola Prática de Administração Militar (EPAM) de Lisboa para a Póvoa de Varzim em 1996, revelando uma permanente disponibilidade, zelo, espírito de sacrifício e de obediência, no desempenho dos cargos atrás referidos e acumulando com a atividade de instrutor do Curso de Promoção a Capitão.

Já como Major, na assunção das diferentes tarefas de 2.º Comandante do BAM e posteriormente Chefe da Secção de Logística da EPAM, sempre acumulando com responsabilidades de instrutor de diferentes Cursos, evidenciou-se pela sua excelente capacidade de gestão, coragem moral, equilíbrio e rigor dos seus conhecimentos e decisões, contribuindo para que se tenham atingido os objetivos no âmbito da administração dos recursos materiais e financeiros.

Promovido a Tenente-Coronel e desempenhando as funções de Comandante de Batalhão e, em acumulação, de Diretor da Direção de Estudos e de Instrução da EPAM, revelou exemplares qualidades de comando e chefia e excecional zelo e dedicação, o que lhe permitiu potenciar sinergias e recursos entre a Componente Operacional e a formação, conseguindo desenvolver um trabalho intenso e muito profícuo, alcançando excelentes resultados.

Ainda como Tenente-Coronel, quer no cargo de Subchefe e Auditor Administrativo do Centro de Finanças da Região Militar Norte, quer como 2.º Comandante da EPAM, é de relevar, mercê da sua experiência, elevado esforço de abnegação e capacidade de decisão, o acompanhamento permanente e pedagógico às Unidades da Região, com propostas e recomendações sempre criteriosas e pertinentes, bem como a notável coordenação das atividades conducentes à extinção da EPAM e criação da Escola Prática dos Serviços (EPS), sem que houvesse quebra de continuidade e qualidade das ações de formação e das outras missões até então cometidas às unidades que se integraram nesta nova Unidade.

Entretanto colocado no Comando de Instrução e Doutrina (CID), exerceu, ainda como Tenente-Coronel e posteriormente como Coronel, as funções de Chefe do Centro de Finanças do CID onde, fruto do seu rigor, perseverança e competência, desenvolveu importantes estudos, pareceres e propostas e procedeu à implementação de ferramentas de informação de gestão, como o módulo CO – Contabilidade de Custos, fundamental para o apoio à decisão do Comando.

Como Coronel, escolhido para Comandante da EPS no ano de 2010, merece destaque na sua ação de comando, o esforço na contínua melhoria da formação ali ministrada, através da adequação dos cursos ao preconizado pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, bem como pela introdução com sucesso das metodologias e-learning e b-learning no processo formativo. Evidência ainda para as excelentes relações com a comunidade e entidades locais, através de diversos apoios a iniciativas de carácter social, cultural e celebração de protocolos específicos com a edilidade de Viana do Castelo, de que resultou o reforço e consolidação da imagem do Exército na região.

Por isso, no momento em que o Coronel Cardoso cessa a efetividade de serviço e transita para a situação de reserva por limite de idade, é justo realçar as suas excecionais qualidades e virtudes militares, a afirmação constante de elevados dotes de carácter, extraordinário sentido de lealdade e sentido da responsabilidade demonstrados nas mais várias situações, merecendo ser destacado e apontado como exemplo a seguir e que os brilhantes serviços por si prestados sejam considerados relevantes, extraordinários e distintos, deles resultando honra e lustre para o Comando da Instrução e Doutrina e para o Exército.

20 de março de 2013. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General

Louvo o TCor Inf (19656689) **João Carlos Afonso Ribeiro Fernandes**, da Direção de Serviços de Relações Internacionais, pela forma extremamente competente, dedicada e eficiente como tem exercido, ao longo dos últimos 2 anos, as funções que lhe foram atribuídas na Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN).

Possuidor de uma grande capacidade técnico-profissional, tem pautado a sua ação por uma conduta humilde e discreta, mas muito eficaz e profícua, atuando sempre de forma inteligente e sensata, contribuindo com o seu empenho para o cumprimento oportuno de todas as tarefas que lhe são atribuídas na sua Direção de Serviços.

Durante este período, o Tenente-Coronel Ribeiro Fernandes demonstrou um excelente conhecimento e domínio das matérias da Defesa. A sua experiência militar permite-lhe intervir, com apurada oportunidade e sustentação técnica, nos mais diversos assuntos, particularmente no quadro das Operações de Forças Nacionais Destacadas.

A este propósito é relevante referir a forma eficiente como tem efetuado o acompanhamento das operações e contribuído para a elaboração dos Relatórios Circunstanciados do envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro enviados a Assembleia da República.

A permanente disponibilidade e interesse pelo serviço, aliadas à capacidade de trabalho, organização e rigor, são reflexo do seu assinalável espírito de missão e a da sua esclarecida noção do dever que muito têm contribuído para alcançar os objetivos da DGPDN.

Releva-se, como exemplos da inegável qualidade e competência do seu desempenho, a elaboração cuidadosa e equilibrada de documentos de apoio à tomada de decisão, a diligente ligação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o Estado-Maior-General das Forças Armadas e com as representações nacionais junto de organizações internacionais, em especial na preparação de reuniões da OTAN e da União Europeia.

A tudo isto, o Tenente-Coronel Ribeiro Fernandes acrescenta reconhecidas qualidades de trato e de sã camaradagem, elevado carácter e esmerada educação, que aliado a um espírito construtivo lhe granjeia a estima e o respeito dos seus pares e superiores hierárquicos. Pela atividade desenvolvida e pelas excecionais qualidades pessoais e profissionais manifestadas é-me grato reconhecer e dar público louvor dos serviços por si prestados a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, reconhecendo-os como relevantes e de elevado mérito.

14 de fevereiro de 2013. - O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, *Nuno Pinheiro Torres*

Louvo o Cap Inf (37931193) **João Miguel Chaves dos Santos Pais**, pela forma extraordinariamente competente, dedicada e eficiente como desempenhou as funções de ajudante-de-campo do Ministro da Defesa Nacional, no período compreendido entre 21 de junho 2011 e 15 de fevereiro de 2013.

Militar esclarecido, decidido e pragmático, dotado de elevada capacidade intelectual, com muita iniciativa e elevado espírito de missão, desenvolveu permanentemente as tarefas inerentes às suas funções com exímia, cuidada e rigorosa metodologia de procedimentos.

Colaborando de forma excecionalmente diligente na preparação e coordenação das minhas deslocações, cerimónias, visitas e demais atividades públicas, prestou sempre esclarecimentos de elevada sensatez, pertinência e assertividade, fruto da sua elevada competência técnico-profissional, singular empenho, inabalável lealdade e alto sentido do dever e de serviço.

Merece particular destaque a sua atuação aquando do acompanhamento do Ministro da Defesa Nacional nas visitas de trabalho efetuadas às Forças Nacionais Destacadas no Líbano, Afeganistão e Kosovo e nas deslocações, por ocasião de cimeiras internacionais, a Cabo Verde, Bruxelas, Marrocos, Chipre e Tunísia, demonstrando extremo profissionalismo, total abnegação e incondicional disponibilidade.

Privando com todos os elementos do Gabinete e, por inerência de funções, de forma particular com as diversas equipas de apoio, afirmou-se constantemente pela sua forte personalidade, elevados dotes de carácter e exemplar correção, granjeando reconhecida estima e consideração por parte de todos os que com ele trabalharam.

Oficial de elevada e sólida formação militar e cívica, possuidor de uma conduta moral irrepreensível, pautou toda a sua ação pelo saber, determinação, excecional zelo e empenhamento no cumprimento das funções que lhe foram confiadas.

Pelos atributos enunciados, destacando as excecionais qualidades e virtudes militares, extraordinário desempenho e competência profissional, é de inteira justiça manifestar o meu reconhecimento público pelos serviços que o capitão João Pais prestou no meu Gabinete, considerando-os extraordinários, relevantes e distintos, dos quais resultou honra e lustre para o Exército e para o Ministério da Defesa Nacional.

15 de fevereiro de 2013. - O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Louvo o SMor Cav (18812181) **Domingos Fernando de Barros**, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, invulgar dedicação, notável sentido do dever e nobreza dos serviços prestados ao longo de cerca de trinta e dois anos, no desempenho de múltiplas funções em várias Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército.

Militar de extrema honestidade, muito enérgico e empreendedor, revelou, em permanência, no âmbito técnico-profissional, elevada competência e extraordinário desempenho, a par de relevantes qualidades pessoais, demonstrando ser detentor de profunda aptidão para as diversas missões que lhe

foram confiadas, forte noção das responsabilidades e vincado espírito de sacrifício, atuando sempre, com enorme zelo e determinação, cuidando pela compostura, correção e aprumo dos Sargentos e Praças que trabalharam sob as suas ordens e pelo bom funcionamento das várias dependências regimentais onde prestou serviço. Desenvolveu a sua atividade militar em funções próprias da arma de cavalaria, mas também em áreas tão sensíveis como a alimentação, a logística e o apoio social, frequentemente em regimes de acumulação, nunca se tendo poupado a esforços, independentemente dos dias e horas, para que as tarefas a si atribuídas decorressem de forma completa e com total perfeição, o que lhe permitiu, desde cedo, evidenciar-se, com naturalidade, entre os demais elementos de uma classe, que incessantemente prestigiou.

Disciplinado e disciplinador, de irrepreensível formação moral, detentor de uma esclarecida capacidade de trabalho e convicta abnegação, atuou continuamente de maneira lúcida, acertada e profícua, adequando as ações a executar com as possibilidades e meios disponíveis, sobressaindo o seu bom senso, ponderação e pragmatismo, na resolução das várias tarefas cometidas, o que, aliado ao modo muito correto e educado como se relacionou com os superiores e inferiores hierárquicos, permitiu constituir-se num valoroso colaborador dos muitos Comandantes que serviu.

No exercício dos diversos cargos, ao longo da sua vasta e produtiva carreira militar, salienta-se a sua eminente capacidade de análise e de iniciativa, patenteada na apresentação de propostas criteriosas, inteligentes, oportunas e de grande utilidade para a otimização de procedimentos e recursos alocados à conservação, reparação e melhoria das infraestruturas e equipamentos de trabalho, alojamento e convívio, possibilitando consideráveis ganhos ao nível do moral e bem estar do pessoal, inovando e encontrando em permanência a melhor solução para as inúmeras situações com que foi confrontado no quotidiano, conseguindo sempre ultrapassá-las, graças à sua expressiva proficiência, saber, vontade de bem servir e inequívoca lealdade.

O seu percurso militar assenta num fio condutor marcado pela permanente disponibilidade, inextinguível devoção, espírito de obediência, eficiência e eficácia, integridade de carácter, liderança pelo exemplo e pelo desassombro, atributos amplamente consubstanciados na participação, de corpo e alma, em inúmeros atos de serviço, nomeadamente, exercícios, cerimónias civis e militares, e, no apoio emprestado, como atleta, às equipas da Brigada de Intervenção e do Exército, contribuindo, com o seu esforço, para os significativos resultados alcançados individual e coletivamente nas Competições Desportivas Militares de Corta-mato, concorrendo, com a sua ação, para uma imagem incontestavelmente favorável da Instituição Militar em geral e do Exército em particular.

Ao transitar para a situação de reserva, enfatizam-se as excecionais qualidades e virtudes militares comprovadas ao longo de uma distinta e honrosa carreira militar, que permitem ao Sargento-Mor Domingos de Barros validar as excelentes referências a seu respeito, edificadas por todos os que consiga tiveram ensejo de se relacionar, e que o creditam como um Sargento de mui distinta craveira, que contribuiu significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, sendo merecedor de que os serviços por si prestados, dos quais resultou evidente honra e lustre para a Instituição Militar, sejam considerados de elevado mérito, relevantes, extraordinários e distintos.

14 de março de 2013. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General

Louvo o SAj Art (10903187) **José Carlos Teixeira da Costa**, pela elevada competência no âmbito técnico-profissional, com que vem desempenhando as diversas funções que lhe foram cometidas na Unidade de Apoio Técnico e Administração, da Polícia Judiciária Militar.

Desde dezembro de 2010 assumiu funções de Tesoureiro, tendo-se revelado um militar extremamente organizado e conhecedor dos métodos e técnicas adequadas, sabendo tirar partido dos recursos ao seu dispor.

No âmbito das suas tarefas na área da tesouraria, é responsável pelos pagamentos na plataforma Sistema Integrado de Gestão e pela transferência mensal das quotizações entregues à Caixa Geral de Aposentações, IRS e ADSE. Tem ainda como responsabilidade efetuar todos os pagamentos em Fundo de Maneio, bem como a elaboração do respetivo balancete mensal. A qualidade do seu trabalho nesta área transmite uma grande confiança aos seus superiores hierárquicos, fator essencial numa área tão sensível como é a Tesouraria.

Perante a necessidade de acumular funções, o SAj Costa passou a desempenhar desde janeiro de 2012 também funções na área do Património.

Nesta área procede à receção de todos os bens inventariáveis adquiridos, elabora o respetivo auto de receção, procedendo ainda ao carregamento e atualização na Base de Dados. É responsável ainda pela verificação das cargas existentes e elaboração de Autos de Abates.

Possuidor de sólidos conhecimentos técnicos vem evidenciando um excelente domínio das suas funções, atuando sempre com elevado sentido de responsabilidade.

Militar íntegro, correto e disciplinado, com elevadas qualidades humanas e profissionais, vem pautando a sua conduta pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e obediência, desde cedo se impôs à consideração e estima dos seus superiores e subordinados revelando elevada competência profissional e extraordinário desempenho, que tem contribuído para um bom ambiente de trabalho, mantendo um excelente relacionamento com os militares e civis desta PJM.

Pelas excecionais qualidades e virtudes militares evidenciadas, elevado sentido da responsabilidade, é o SAj José Costa digno de ser publicamente distinguido com o presente louvor e que os serviços por si prestados sejam considerados prestigiantes, relevantes e de elevado mérito.

5 de março de 2013. - O Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Passagem à situação de Reserva

MGen (02007474) **Luís Jorge Almeida Duarte**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 25jan13/DR II série n.º 28 de 08fev13)

Cor AdMil (05951376) **Nuno Álvaro Pacheco Arruda**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de outubro de 2012.

(Por portaria de 16jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

Cor Art (12348981) **António Silva Lopes**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de outubro de 2012.

(Por portaria de 16jan13/DR II série n.º 18 de 25jan13)

Cor Art (00849080) **Jaime Alexandre Daniel de Almeida**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de outubro de 2012.

(Por portaria de 16jan13/DR II série n.º 18 de 25jan13)

Cor Art (15170782) **Joaquim Pedro Ribeiro Delgado Ferrão**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 12 de novembro de 2012.

(Por portaria de 11jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

Cor Art (11044776) **Fernando da Costa Crespo**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de novembro de 2012.

(Por portaria de 11jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

Cor Inf (01045683) **José António Azevedo Grosso**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de novembro de 2012.

(Por de 17jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

Cor Cav (01778082) **Viriato César Coelho do Amaral**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Cor Art (03783680) **Carlos Alberto de Bigares Serra**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Cor Art (06255680) **José Manuel Saraiva Dias Bento**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Cor Art (18417481) **Fernando José Marques Soares**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Cor Inf (00622082) **José Carlos de Abreu Bastos**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Cor Inf (11086380) **Manuel Lourenço Pires Medina de Sousa**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Cor Inf (14776481) **António Manuel Amaro Ventura**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Cor AdMil (14567779) **Jorge Carmo da Costa**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Cor Inf (02400378) **António José de Sampaio Silva**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Cor Art (17439482) **Carlos Manuel Alpedrinha Pires**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Cor Inf (00140284) **Frederico Manuel Assoreira Almendra**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Cor AdMil (01972578) **Alexandre Daniel Domingues Caldas**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Cor AdMil (05760177) **Luís Manuel Faria de Paula Campos**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Cor Med (04608180) **Carlos Alberto do Amaral Souto**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Cor Inf (18428880) **João Augusto de Miranda Soares**, nos termos do n.º 2 do artigo 154.º, conjugado com a alínea *a*) do artigo 189.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 28 de 08fev13)

Cor Inf (00842881) **Agostinho Reinaldo Teixeira Paiva da Cunha**, nos termos do n.º 2 do artigo 154.º, conjugado com a alínea *a*) do artigo 189.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 28 de 08fev13)

Cor Cav (05592279) **José Maria Rebocho Pais de Paula Santos**, nos termos do n.º 2 do artigo 154.º, conjugado com a alínea *a*) do artigo 189.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 28 de 08fev13)

Cor Cav (07382279) **José António Madeira de Athaíde Banazol**, nos termos do n.º 2 do artigo 154.º, conjugado com a alínea *a*) do artigo 189.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 28 de 08fev13)

TCor Inf (01395687) **Eleutério João Laranjinho Faleiro**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012.

(Por portaria de 17jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

TCor Inf (13014787) **Jorge Manuel Gens Rovisco Varela Cardoso**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012.

(Por portaria de 17jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

TCor Inf (11130288) **Mário José Pinheiro de Andrade Lucas**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de outubro de 2012.

(Por portaria de 17jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

TCor Med (14430181) **António Rui de Campos Sousa**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de outubro de 2012.

(Por portaria de 16jan13/DR II série n.º 18 de 25fev13)

TCor Inf (07174788) **Paulo Alexandre Braga Gordo**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de novembro de 2012.

(Por portaria de 17jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

TCor Med (11393780) **Rui Hélder Tomás Labrusco**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de novembro de 2012.

(Por portaria de 11jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

TCor Inf (12460687) **Pedro Eduardo da Cruz Silva Andrade Madeira**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de novembro de 2012.

(Por portaria de 17jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

TCor Art (05288187) **António José Palma Esteves Rosinha**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 29 de 11fev13)

TCor Art (07483286) **Francisco José Bernardino da Silva Leandro**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 29 de 11fev13)

TCor Art (07126877) **João Carlos Ferreira da Costa**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

TCor Art (03094584) **Pedro manuel Teixeira de Paula Gomes**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 29 de 11fev13)

TCor AdMil (02923183) **Fernando António Marçal Pimenta**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 29 de 11fev13)

TCor Tm (01095486) **António Renato Pimentel Santos**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 29 de 11fev13)

TCor AdMil (00200982) **Raul Manuel Leão Baptista**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 29 de 11fev13)

TCor Inf (19412385) **Jorge Manuel de Oliveira Diogo**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 29 de 11fev13)

TCor Mat (01276281) **António Manuel Cruz Fernandes Vieira**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

TCor Med (19524484) **José João Miranda dos Santos Gonçalves**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012.

(Por despacho de 29jan13/DR II série n.º 29 de 11fev13)

TCor Inf (17342785) **Mário Manuel Gonçalves Faustino**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 29 de 11fev13)

TCor SGE (07426478) **Idelberto Eleutério**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

TCor Art (13987789) **Amílcar José Teixeira da Cunha**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 29 de 11fev13)

TCor Art (02426380) **João Alberto Amador Botelho**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

TCor SGE (16678180) **Vítor Carreiros Pedroso**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 24jan13/DR II série n.º 22 de 31jan13)

Maj Art (19216286) **José António Vitorino Andrade**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de outubro de 2012.

(Por portaria de 17jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

Maj TManTm (09651686) **Nuno Henrique de Almeida Raimundo**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de outubro de 2012.

(Por portaria de 17jan13/DR II série n.º 18 de 25jan13)

Maj SGE (19850680) **Vítor José Pires da Costa**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de outubro de 2012.

(Por portaria de 16jan13/DR II série n.º 18 de 25jan13)

Maj TManMat (14545981) **João Francisco Alves dos Ramos**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de outubro de 2012.

(Por portaria de 16jan13/DR II série n.º 18 de 25jan13)

Maj SGE (00853882) **José António Cesteiro Alves**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de novembro de 2012.

(Por portaria de 17jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

Maj Art (10700790) **Artur Jorge Aguiar Cerejo**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de novembro de 2012.

(Por portaria de 17jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

Maj TPesSecr (19810583) **Carlos Alberto B. Peixeiro Afonso**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de novembro de 2012.

(Por portaria de 17jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

Maj TPesSecr (09714280) **Augusto Tomé Penela**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj SGE (05612379) **Fernando António Vilas Boas Dias**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj TManTm (01754381) **José Luís da Silva Garcia**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj SGE (12366581) **António João Mendes Cordeiro**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj TManMat (14043580) **José Manuel Gomes Domingues**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj SGE (16558379) **José Carlos Amaral da Cruz**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj TManTm (04015080) **Francisco Policarpo Martins Carvalho**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj Tm (07034284) **Nuno Manuel de Abreu Sacramento**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj TExpTm (05301479) **Luís Manuel Bonacho Lourenço de Matos Santana**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj SGE (02887680) **José Augusto de Sá Pinheiro**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj Mat (02328585) **Mário Rodrigues Marques**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj Med (07338391) **Alcindo Lucas Carvalho Cruz e Silva**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj Art (13654691) **Filipe Martins Lúcio**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj Inf (09976591) **José Custódio Reis Lopes Marques**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj SGE (17818279) **Carlos Alberto Pereira da Silva**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj Cav (11830691) **Carlos Manuel Morgado Bráz**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj Art (05525693) **Paulo Jorge Catarina de Carvalho**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj Mat (16175385) **José Manuel Pais das Neves**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj TManMat (05294681) **Jorge Rodrigues Ribeiro Cid**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj Eng (18139286) **José Carlos de Sousa Gabriel**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj SGE (10502280) **Francisco Mestre Gonçalves**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj SGE (15310279) **Carmelindo Manuel Mourato Severino**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj SGE (08915282) **Adélio Torres Pinheiro Moreira**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj SGE (18142879) **Fausto Gualter Ramos Duque Adão**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj TManMat (01876482) **Marcelino Gago Belchior**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj Inf (08625188) **António Feleciano Mota dos Santos**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj TManMat (03657782) **Florindo António Balsa Gouveia**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj TManMat (16845083) **Rogério Paulo dos Santos Folgado**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj TExpTm (12918382) **António Duarte Cunha Machado**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj Art (14396086) **José António Cabral Carreira Coelho**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj SGE (01690778) **Lino Vicente Graça**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj TPesSecr (19158283) **Cláudio Eurico Henriques Ferrão**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj TPesSecr (01604481) **Joaquim Ricardo Marques Aleixo**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj TPesSecr (18291383) **Carlos Manuel Magro Anunciação**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj TPesSecr (16009082) **João José Magro Ventura**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Maj TExpTm (10374980) **José Manuel Pereira Morgado**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 30jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Maj SGE (01640181) **Adriano de Araújo Rodrigues**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 31jan13/DR II série n.º 31 de 13fev13)

Cap TManMat (00564785) **Rui Manuel Antunes Gonçalves**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de novembro de 2012.

(Por portaria de 17jan13/DR II série n.º 25 de 05fev13)

Cap Tm (05064191) **Nuno Miguel Afonso Guerreiro**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 33 de 15fev13)

Cap TExpTm (00777984) **Rui Manuel de Oliveira Ferreira**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 34 de 18fev13)

Cap TTrans (07770283) **José António Pratas Guerreiro**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 34 de 18fev13)

Cap TTrans (13397386) **Manuel Pires Lourenço**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 34 de 18fev13)

Cap TExpTm (05180487) **Luís António Carvalho Lopes**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 29jan13/DR II série n.º 34 de 18fev13)

Passagem à situação de Reforma

TGen (04357570) **Joaquim Formeiro Monteiro**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, e Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de dezembro de 2011.

(Por Portaria de 26mar13/DR II série n.º 66 de 04abr13)

TGen (04462665) **Américo Pinto da Cunha Lopes**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, e Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de dezembro de 2011.

(Por Portaria de 26mar13/DR II série n.º 67 de 05abr13)

TCor TExpTm (14935478) **Armando António Lopes Mota**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de fevereiro de 2013.

(Por Portaria de 26mar13/DR II série n.º 67 de 05abr13)

Maj SGE (73849772) **José Fernando de Campos**, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de fevereiro de 2013.

(Por Portaria de 26mar13/DR II série n.º 67 de 05abr13)

SMor Med (13604581) **José Manuel Mourão Viegas**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12jan13/DR II série n.º 51 de 13mar13)

SMor Med (11243875) **Sílvio José Saraiva Rodrigues**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12jan13/DR II série n.º 51 de 13mar13)

SCh Para (03588578) **Ricardo José Santos Almeida**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12jan13/DR II série n.º 51 de 13mar13)

SCh AdMil (15819480) **José Manuel Noruegas Sapateiro**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de fevereiro de 2013.

(Por Portaria de 26mar13/DR II série n.º 66 de 04abr13)

SAj Art (03985684) **António José Lisboa Gonçalves**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12jan13/DR II série n.º 51 de 13mar13)

SAj Vet (01262181) **António José Neves Barata**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12jan13/DR II série n.º 51 de 13mar13)

SAj Mat (13343581) **Luís Miguel Batista Caria**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12jan13/DR II série n.º 51 de 13mar13)

SAj Mat (04570084) **Rui Miguel Alves de Mendonça Teixeira**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12jan13/DR II série n.º 51 de 13mar13)

1Sarg Aman (01909978) **Francisco Teófilo Moreira Fonseca Matos**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12jan13/DR II série n.º 51 de 13mar13)

Passagem à situação de Reforma Extraordinária

Cor Inf (50182811) **Fernando José Estrela Soares**, nos termos da alínea *a*) do artigo 160.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de dezembro de 2007.

(Por Portaria de 19jan13/DR II série n.º 65 de 03abr13)

SMor Para (16864775) **José Alberto Guimarães Martins Neves**, nos termos da alínea *a*) do artigo 160.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de fevereiro de 2011.

(Por Portaria de 26mar13/DR II série n.º 66 de 04abr13)

III — LISTAS DE PROMOÇÃO

Listas de promoção por diuturnidade ao posto de Tenente, dos Alferes das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 1 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME de 7 de março de 2013, para vigorar no ano de 2013:

Infantaria

1	Alf	(06491905)	Luís Augusto Ferreira Calado
2	Alf	(00766002)	Luís Filipe Ricardo Branquinho <i>a</i>)
3	Alf	(05541206)	Pedro Daniel de Barros Gonçalves Menezes
4	Alf	(09807804)	Gonçalo Amaro Bernardo Pereira
5	Alf	(08676306)	Miguel Alexandre Dias Neves Nunes Gameiro
6	Alf	(05084403)	Luís Miguel da Cunha Medeiros
7	Alf	(11577805)	José Afonso Fontinha André
8	Alf	(10861604)	Marco André Oliveira Lopes
9	Alf	(12807602)	Gabriel António de Sousa Batista
10	Alf	(15066900)	João Salvador das Neves Correia

11	Alf	(12984805)	Cláudio Daniel Torres da Cruz
12	Alf	(11719805)	Cláudio Miguel Henriques Pires
13	Alf	(11744906)	Marco António Ribeiro Caldas Domingues
14	Alf	(10747105)	Amadeu Jorge de Figueiredo Lopes
15	Alf	(15471605)	André Árias Miranda Novais
16	Alf	(13436705)	Joaquim José Correia da Silva Tavares
17	Alf	(03786205)	Tiago de Vilarigues Baião
18	Alf	(16358404)	Mauro André da Fonseca Ferreira
19	Alf	(02441104)	Márcio Filipe dos Santos Pinto
20	Alf	(05551000)	Michael Rodrigues Cabral
21	Alf	(11803004)	Andreia Verónica Martins Freitas

a) Tenente Graduado

Artilharia

1	Alf	(19228005)	Jorge Emanuel Alves do Nascimento
2	Alf	(12974404)	Carina Sofia Rodrigues Carvalho
3	Alf	(18714505)	Fábio Samuel Espiguinha Marmelo
4	Alf	(08763504)	Ruben Alexandre Filipe da Silva Branco
5	Alf	(19958502)	Marco Alexandre Santos Leite
6	Alf	(12036704)	Mário Jorge Pinheiro Carrasco
7	Alf	(03639803)	Hugo Miguel Martins Castro
8	Alf	(18470104)	Jaime Augusto Vidigal da Silva Balão Emerenciano
9	Alf	(06744304)	João Pedro Damas Alves
10	Alf	(07817404)	Hélder Manuel Godinho da Silveira Santiago
11	Alf	(10942806)	Gabriel Filipe Sargento dos Santos
12	Alf	(11288805)	Ivo Pinto Teixeira Pires
13	Alf	(09152800)	António José Teixeira Correia a)

a) Tenente Graduado

Cavalaria

1	Alf	(16934304)	Ricardo Manuel Monteiro Vieira
2	Alf	(05295504)	Diogo Miguel Milhanas Rato
3	Alf	(02234604)	João Pedro Marques Salavessa
4	Alf	(17199306)	Marco José Martins da Silva
5	Alf	(14490003)	Tiago Filipe dos Santos Ferreira
6	Alf	(19674802)	José Carlos Rodrigues Alves
7	Alf	(06996003)	André da Rocha Gonçalves
8	Alf	(10598005)	João Pedro Vaz Silva Machado Laureano
9	Alf	(09465405)	Fábio Manuel Quinas da Cruz
10	Alf	(00943899)	Nelson Ismael Moreira Lopes

Administração Militar

1	Alf	(09659304)	Tiago Emanuel Roxo Moreno
2	Alf	(19471000)	Orlando Manuel Correia Lopes a)
3	Alf	(03517806)	Miguel Fitas Ferreira
4	Alf	(18106300)	João Carlos Batista Ouro a)
5	Alf	(07179505)	Pedro Daniel Ferreira da Silva

6	Alf	(10273406)	Pedro Filipe Rosa Pires
7	Alf	(04088305)	Sílvia Alejandra Moreira da Torre
8	Alf	(18214604)	Ema Aurora Nobre Monteiro Saraiva Gonçalves
9	Alf	(14090901)	Rui Pedro das Neves Dias
10	Alf	(04082206)	Margarida Ana Mações da Silva
11	Alf	(18784605)	André Filipe Loureiro Rodrigues

a) Tenente Graduado

IV — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES

Colocações

Estado-Maior General das Forças Armadas

Cor Tir Cav (14336280) Luís Nunes da Fonseca, da IGE, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de abril de 2013.

(Por portaria de 05 de abril de 2013)

TCor Inf (09091485) Paulo Jorge da Ponte Figueiredo, do COM, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de março de 2013.

(Por portaria de 05 de abril de 2013)

Hospital das Forças Armadas/Pólo de Lisboa

Cor Farm (14275080) João António Lopes dos Reis, da DS, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de novembro de 2012.

(Por portaria de 05 de abril de 2013)

Direção de História e Cultura Militar

Cor Art (12599579) Carlos da Silva Pereira, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de março de 2013.

(Por portaria de 22 de março de 2013)

Estado-Maior do Exército

Maj Cav (03043989) Alberto José Nunes Laranjeira, do RL2, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de março de 2013.

(Por portaria de 05 de abril de 2013)

Estado-Maior do Exército**Unidade de Apoio**

Cap Inf (37931193) João Miguel Chaves dos Santos Pais, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 22 de março de 2013)

Direção de Administração de Recursos Humanos

TCor Cav (06912088) Donato Hélder da Costa Tenente, da PJM-Norte, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de março de 2013.

(Por portaria de 05 de abril de 2013)

Cap Art (13124096) Rodolfo Luís Carvalho Martins Gomes, do RA5, devendo ser considerado nesta situação desde 12 de março de 2013.

(Por portaria de 22 de março de 2013)

Direção de Finanças

Cap AdMil (17529898) Nuno Miguel Ferreira da Silva, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 22 de março de 2013)

Comando da Zona Militar da Madeira

Cap Inf (03374899) Pedro Gonçalo Martins Fernandes Luís, da UnAp/CmdZMM, devendo ser considerada nesta situação desde 27 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 05 de abril de 2013)

Centro Militar de Medicina Veterinária

TCor Vet (08700986) José Carlos Sanches Ribeiro, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de março de 2013.

(Por portaria de 22 de março de 2013)

Manutenção Militar/Sucursal de Évora

Maj AdMil (05183191) Paulo Sérgio Pereira Ribeiro, da Secretaria-Geral do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 22 de março de 2013)

Joint Analysis Lessons Learned Center

Cor Inf (16232581) Jorge Manuel Barros Gomes, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de março de 2013.

(Por portaria de 22 de março de 2013)

Guarda Nacional Republicana

Cor Art (08456585) Luís Filipe Pereira Nunes, da IGDN, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de abril de 2013.

(Por portaria de 05 de abril de 2013)

Nomeações

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos da alínea *a*), do n.º 3 do artigo 1.º, artigos 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de novembro, nomear o TCor Inf (09091485) **Paulo Jorge da Ponte Figueiredo** para o cargo “ZSC GSS 0030 – Military Assistant”, no Supreme Headquarters Allied Powers Europe (SHAPE), em Bruxelas, na Bélgica.

Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.

A presente portaria produz efeitos a partir de 2 de abril de 2013.

(Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

15 de março de 2013. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Paulo Sacadura Cabral Portas*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

1 — Considerando que os cargos de direção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível licenciatura e, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 9/2012, de 18 de janeiro, é um oficial superior com o posto de capitão-de-mar-e-guerra ou coronel;

Considerando que o Coronel José Júlio Barros Henriques, reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendentes ao provimento no cargo de direção intermédia de 1.º grau de Diretor da Unidade de Investigação Criminal (UIC) da Polícia Judiciária Militar;

Considerando que, ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pelo candidato confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou que o candidato, Coronel José Júlio Barros Henriques, reúne todas as condições para o exercício do cargo;

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos de tempo, no cargo de Diretor da Unidade de Investigação Criminal (UIC), o Coronel **José Júlio Barros Henriques**.

2 — É conferida autorização para opção pelo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual.

3 — O presente despacho produz efeitos à data da sua publicação.

15 de abril de 2013. — O Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar, *Luís Augusto Vieira*, coronel.

Síntese curricular

Coronel José Júlio Barros Henriques

Nasceu em Caldas da Rainha, distrito de Leiria em 1961

Qualificações:

Frequentou a Escola Comercial e Liceu Nacional de Caldas da Rainha (1978) e Colégio Ramalho Ortigão (Caldas da Rainha) (1979).

Licenciado em Ciências Sócio militares — Arma de Artilharia, pela Academia Militar (1985), tendo posteriormente concluído com aproveitamento o — Curso promoção a Capitão (EPA, 1989) e o Curso Promoção a Oficial Superior (IAEM, 1993).

É licenciado em Direito pela UAL (Universidade Autónoma de Lisboa (1994 — 1999)), possuindo diversos outros cursos, designadamente, Curso de Planeamento e Organização da Instrução (EPI, 1995), Curso de Direito Internacional Humanitário (Univ Coimbra, 2005) e Curso de Investigação Criminal (PJM 2012).

Atividade Profissional

Exerceu as funções de Comandante de Bateria de Instrução e Bateria de Bocas de Fogo (RAL, 1985 — 1991), Comandante de Companhia de Formação de Sargentos (ESE 1992 -1993); Professor de Legislação Militar, Diretor de Curso, Comandante do Corpo de Alunos e Diretor de Ensino (ESE 1994 — 1998 e 2001 — 2005).

No âmbito jurídico, exerceu as funções de Chefe da Secção de Justiça e Disciplina, Chefe da Secção de Acidentes de Viação e Assessor Jurídico do Gabinete do Diretor de Justiça e Disciplina da DJD (Direção de Justiça e Disciplina)/(CMD PESS) (1998 — 2001), bem como as funções de Assessor Militar junto do DIAP de Lisboa, no período 2006 — 2012.

Possui diversos louvores e é condecorado com a medalha de Comportamento Exemplar grau Ouro e 2.ª Classe de Mérito Militar.

V — DECLARAÇÕES

Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

O Cor Art Res (06255680) José Manuel Saraiva Dias Bento, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no EMGFA, em 21 de dezembro de 2012.

O Cor Inf Res (17489374) Laurentino Romeira Guimarães, deixou de prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no Lar dos Filhos dos Combatentes do Porto/Liga dos Combatentes, em 30 de dezembro de 2012.

O Cor Cav Res (05592279) José Maria Rebocho Pais de Paula Santos, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no EMGFA, em 31 de dezembro de 2012.

O Cor AdMil Res (01972578) Alexandre Daniel Domingues Caldas, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no IASFA, em 1 de janeiro de 2013.

O Cor AdMil Res (05760177) Luís Manuel Faria de Paula Campos, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no IASFA, em 1 de janeiro de 2013.

O Cor Vet Res (05307077) Pedro Averous Mira Crespo, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na DS, a partir de 1 de março de 2013.

O Cor Art Res (00465879) Rui Manuel Freire Damásio Afonso, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na IGE, a partir de 11 de março de 2013.

O Cor AdMil Res (08129277) Luís António Lopes Cardoso, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na Inspeção/Comando do Pessoal, a partir de 28 de março de 2013.

O TCor AdMil Res (15478784) Paulo Jorge R. Cecília Farrajota Ralheta, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no IASFA, em 1 de janeiro de 2013.

O Maj SGE Res (11821176) Orlando Augusto Soares Gomes, deixou de prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na EPI, em 20 de março de 2013.

O SAj Inf Res (17627982) Mário José Neves Pacheco, deixou de prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na LC, Núcleo de Angra do Heroísmo, em 1 de abril de 2013.

VI — RECTIFICAÇÕES

Que fique sem efeito o publicado na OE n.º 02, 2.ª série, de 28 de fevereiro de 2013, pág.ª n.º 114, referente à colocação e desempenho de funções na situação de reserva, relativa ao TCor TManMat (07688778) **Joaquim Manuel de Oliveira Fulgêncio**.

VII — OBITUÁRIO

2011

dezembro, 22 — SAj Med (51266611) José de Sousa Neto, da SecApoio/RRRD.

2012

dezembro, 17 — Cap SGE (52185511) João da Silva Laranjeira, da SecApoio/RRRD.

2013

março, 04 — 1Sarg Corn/Clar (52561111) José Vilhena, da SecApoio/RRRD;
março, 05 — 1Sarg Cav (52686311) Arménio do Nascimento Góis, da SecApoio/RRRD;
março, 05 — 1Sarg SGE (51240011) José Augusto Váz, da SecApoio/RRRD;
março, 10 — SCh Cav (12350584) Paulo Alexandre da Conceição Silva, da SecApoio/RRRD;
março, 10 — SAj Cav (51211011) Tomé Francisco Carvalho, da SecApoio/RRRD;
março, 15 — Cap SGE (51197511) Joaquim Augusto Teixeira, da SecApoio/RRRD;
março, 16 — Cor AdMil (51473811) Diogo Antunes Clemente, da SecApoio/RRRD;
março, 16 — 1Sarg Inf (50033011) José dos Reis Guerra, da SecApoio/RRRD;
março, 18 — Cor Cav (50267111) Henrique Adriano Mira Dóres, da SecApoio/RRRD;
março, 19 — SAj Art (42088256) Augusto Batista Pereira, da SecApoio/RRRD;
março, 20 — Cor AdMil (50436311) Eugénio Ferreira Lopes Mendonça, da SecApoio/RRRD;
março, 20 — Cap SGE (51772711) António Tomás Lopes, da SecApoio/RRRD;
março, 20 — CbAdj SGE (00279852) Artur Peixoto Silva, da SecApoio/RRRD;
março, 21 — Cor Inf (36331953) Hermenegildo António Leite Mota, da SecApoio/RRRD;
março, 22 — 1Sarg Mus (52257011) Nuno Duarte Bandeira, da SecApoio/RRRD;
março, 26 — Cor Art (51371911) Nelson de Almeida Matos, da SecApoio/RRRD;
março, 27 — Cap Inf (51404911) Carlos Miguel Ataíde Fonseca, da SecApoio/RRRD;
março, 29 — Maj SGE (51033711) José Maria Simões Vilão, da SecApoio/RRRD;
março, 30 — Cor Art (34206757) João Eduardo Amores Centeno, da SecApoio/RRRD.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Artur Neves Pina Monteiro, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

3.^a SÉRIE

N.º 04/30 DE ABRIL DE 2013

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 4.^a classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Cb RC (10017305) **André Rui Lousada da Silva**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Condecorados com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar por despacho, da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Furr RC (00544206) Vítor Manuel Faria Correia;
Furr RC (14763604) Daniel Beto Ochoa Gonçalves;
Furr RC (17083505) João Miguel de Sousa Tavares;
Furr RC (11664805) José Manuel Cerqueira Pacheco Águas Matos;
1Cb RC (06097804) Luís Carlos Gonçalves da Silva;
1Cb RC (12550002) Carlos Daniel Pinto Alves;
1Cb RC (09386106) Mário Jorge Sousa e Silva;
1Cb RC (18312005) Sérgio Manuel Nunes Ribeiro;
1Cb RC (00277004) Tiago Miguel Contento Caeiro;
Sold RC (02402406) Micael Carlos Lacão Coixão;
Sold RC (03370900) Rita Alexandra Santo Henriques;
Sold RC (02034406) Maria Madalena Carolino Neves;
Sold RC (08696202) Carina Sofia Pereira Teixeira;
Sold RC (13089005) Gisela Patrícia Pereira Samouco.

(Por despacho de 12 de março de 2013)

2Sarg RC (08561006) Joaquim Filipe Nunes Monteiro;
2Sarg RC (14946205) Sofia Isabel Geda Rodrigues;
Furr RC (07014505) Daniel Filipe Magalhães Maia;

Furr RC (13382805) Luís Carlos Marques Teixeira;
Furr RC (02527004) Ângela Isabel Martins Brites;
1Cb RC (04570705) Hugo Miguel Freitas Ferreira;
1Cb RC (17078505) Ricardo Jorge dos Anjos Rodrigues;
1Cb RC (11336305) Fábio Alexandre Ferreira Clemente;
1Cb RC (11185200) Sérgio Floriano da Silva Guedes;
1Cb RC (06667205) Bruno Miguel Marcelino Algarvio;
1Cb RC (05406100) Mónica Alexandra Santos Talhas;
1Cb RC (15737604) Pedro Filipe Borges Moraes;
1Cb RC (17651006) João Pedro Melo Silva;
1Cb RC (06694502) Joana Filipa Ferreira Rodrigues;
1Cb RC (18393705) André Manuel Pimentel Rosa;
1Cb RC (08445203) Teresa de Jesus Brito Guerreiro;
1Cb RC (19725606) Luís Manuel de Lima Rodrigues;
1Cb RC (16755406) Nuno Miguel Cabral Massa;
1Cb RC (16010406) André Cordeiro Medeiros;
1Cb RC (19589205) Hernâni Duarte Freire;
Sold RC (01277805) Marina de Jesus Casinha Nunes;
Sold RC (07440799) Rui Miguel Damas Batista;
Sold RC (15773105) Luís Filipe Moura Ferreira da Costa;
Sold RC (12450303) Hugo Daniel Pereira da Silva;
Sold RC (04194702) Ângela Marisa Gomes de Oliveira;
Sold RC (09110605) Telma Sofia Silva Mota;
Sold RC (19666406) Ana Patrícia Costa Embarcação;
Sold RC (06944705) Marcelo Martins Silva;
Sold RC (13104005) Tiago José Sá Miguel;
Sold RC (03195405) Fábio Antero Miranda Roxo;
Sold RC (18373006) Fábio Pereira Melo;
Sold RC (16083805) João Carlos Morgado Dias;
Sold RC (08456905) Patrícia Alexandra Pinto Pinheiro;
Sold RC (11457503) Sara Alexandra Alves Fernandes;
Sold RC (05805106) Manuel António Aguiar Pacheco;
Sold RC (14717805) Paulo José de Andrade Martins;
Sold RC (07252002) João Carlos Gracio Sequeira;
Sold RC (18016506) Fernando Manuel Mendes Lopes;
Sold RC (07443106) Milton André Macedo Castro;
Sold RC (03081204) Cristina Pontes Vilar;
Sold RC (09910605) Sérgio Nelson Cálder Gago Gomes;
Sold RC (13506505) Urbano José Ferreira Alves;
Sold RC (00337406) Rogério Cruz Ferreira;
Sold RC (08195405) Vânia Regina Gonçalves Alves;
Sold RC (11589064) Luís Daniel Figueiredo Nunes;
Sold RC (00520304) Nuno Miguel Ribeiro Pinto;
Sold RC (13780906) Tibério Augusto Pimentel Costa;
Sold RC (19193004) Ricardo Miguel Soares Moura;
Sold RC (01117603) Filipe Alexandre Melo de Carvalho;
Sold RC (10194505) Eunice Pontes Sotero;
Sold RC (12067405) Daniel Alexandre do Carmo Loureiro.

(Por despacho de 02 de abril de 2013)

Condecorados com a Medalha de Comemorativa das Campanhas por despacho, da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Ex-Ten (02568765) António Manuel de Almeida Marques, “Angola 1966-68”;
Ex-Ten (60478265) Joaquim Queirós Alves dos Santos, “Angola 1967-69”;
Ex-Ten (36187460) Augusto José Moura da Silva Maia, “Guiné 1963-65”;
Ex-Ten (17690968) António Manuel Fernandes Lopes, “Moçambique 1970-72”;
Ex-Ten (06309764) António de Jesus Pereira, “Moçambique 1965-68”;
Ex-Ten (01772863) Joaquim Custódio de Araújo Carneiro, “Guiné 1967-69”;
Ex-Ten (18321471) Joaquim dos Santos Barbosa, “Guiné 1974”;
Ex-Ten (35113957) Fernando Gomes da Silva Mougá, “Guiné 1963-65”;
Ex-Ten (00711262) Manuel Augusto Machado Pinheiro Torres, “Guiné 1966-68”;
Ex-Alf (05034966) Manuel António Borlido da Silva, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Alf (09060864) Rolando de Almeida Melão, “Guiné 1966-68”;
Ex-Alf (04607765) Alfredo Manuel Pimenta Enes Pereira, “Moçambique 1968-70”;
Ex-2Sarg (00677161) Augusto do Carmo Faria Carvalhal, “Angola 1965-67”;
Ex-2Sarg (05987263) Fernando Joaquim da Silva Ferreira, “Angola 1965-67”;
Ex-2Sarg (08238564) João Manuel Tavares Guimarães, “Angola 1965-67”;
Ex-2Sarg (00201461) António Melão de Oliveira, “Angola 1964-66”;
Ex-2Sarg (01460567) António da Conceição Martins Felgueiras, “Guiné 1969-71”;
Ex-2Sarg (00407060) José Ferreira Pires, “Guiné 1963-65”;
Ex-2Sarg (07922469) Rodolfo Maia Mesquita, “Angola 1969-72”;
Ex-2Sarg (06952165) Paulo Martins Lino Torres, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Furr (05849567) Albino Marinho Vieira da Cunha, “Moçambique 1969-71”;
Ex-Furr (70321470) Fausto Manuel Simões Libânio, “Moçambique 1970-73”;
Ex-Furr (13958871) Constantino Ferreira da Cunha Leite, “Angola 1972-74”;
Ex-Furr (71110467) Manuel João Marques Laranjeira, “Moçambique 1968-71”;
Ex-Furr (60091772) José Portovedo Ferreira dos Reis, “Angola 1972-74”;
Ex-Furr (04514166) Manuel Conceição Basílio Franco, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Furr (08467672) David José Gomes Alves, “Angola 1973-74”;
Ex-Furr (04813069) Próspero Manuel de A. Figueiredo Neves, “Angola 1970-72”;
Ex-Furr (03795564) Onésimo de Barros Rodrigues Dias, “Moçambique 1966-68”;
Ex-Furr (08865271) Manuel António Moreira de Oliveira Maia, “Guiné 1972-74”;
Ex-Furr (05849567) Albino Marinho Vieira da Cunha, “Moçambique 1969-71”;
Ex-Furr (71023469) António Manuel P. N. de Sousa Falcão, “Moçambique 1970-72”;
Ex-Furr (70162569) Rui Manuel Ribeiro Trindade, “Moçambique 1969-72”;
Ex-Furr (07179866) Victor Manuel da Silva Martins, “Moçambique 1967-70”;
Ex-Furr (13661072) Manuel Tomás Pereira da Silva Martins, “Angola 1973-74”;
Ex-Furr (02812567) José Ramos Duarte, “Angola 1969-71”;
Ex-Furr (08576166) António Esteves dos Santos Úria, “Guiné 1967-69”;
Ex-Furr (03865767) Domingos Mesquita Peixoto, “Angola 1969-71”;
Ex-Furr (00134160) Abílio de Pinho Godinho, “Angola 1962-65”;
Ex-Furr (02245370) Artur Augusto Ferreira Ramalho, “Moçambique 1971-73”;
Ex-Furr (19441872) Nuno Duarte de Figueiredo Seabra Amador, “Angola 1973-74”;
Ex-1Cb (08575967) António Santos Silva, “Angola 1968-70”;

Ex-1Cb (00015460) Pedro Marques Serra, “Angola 1961-63”;
Ex-1Cb (00157761) Eugénio Maria Coelho, “Angola 1961-63”;
Ex-1Cb (12898072) Francisco Filipe Coelho Teixeira, “Guiné 1973-74”;
Ex-1Cb (06406470) Acácio Ferreira da Silva, “Angola 1970-72”;
Ex-1Cb (60083368) Fernando Adolfo Fernandes Coelho Vieira, “Angola 1968-71”;
Ex-1Cb (00780262) António Pereira, “Angola 1963-65”;
Ex-1Cb (12905672) Álvaro Pereira Franqueira, “Guiné 1973-74”;
Ex-1Cb (15154472) José Alexandre Salgueiro da Cruz, “Angola 1973-74”;
Ex-1Cb (12638572) Sérgio Augusto Martins Almeida, “Guiné 1973-74”;
Ex-1Cb (06008066) Alcício Ribeiro Neves, “Guiné 1967-69”;
Ex-1Cb (00047368) José António da Silva, “Moçambique 1969-71”;
Ex-1Cb (00062962) Eugénio Rodrigues do Vale, “Angola 1962-63”;
Ex-1Cb (01410068) João António Pinto Gonçalves, “Moçambique 1970-72”;
Ex-1Cb (17936171) José David da Silva Quintas, “Guiné 1972-74”;
Ex-1Cb (02660466) Ladislau Joaquim de Matos, “Angola 1967-69”;
Ex-1Cb (01147770) José Nunes Filipe, “Moçambique 1967-69”;
Ex-1Cb (15978168) José Manuel Xavier, “Timor 1969-71”;
Ex-1Cb (03399063) António de Oliveira, “Moçambique 1964-66”;
Ex-1Cb (08259666) António Fernandes de Sousa, “Angola 1967-69”;
Ex-1Cb (02298068) António Abelha de Carvalho, “Angola 1970-72”;
Ex-1Cb (06871766) Alfredo V. da Conceição Cabrita, “Moçambique 1967-69”;
Ex-1Cb (01275973) António Júlio Sousa Dias, “Moçambique 1973-74”;
Ex-1Cb (00073060) Alfredo Martins Ribeiro, “Angola 1961-64”;
Ex-1Cb (00769268) António Pereira de Brito, “Moçambique 1968-70”;
Ex-1Cb (07301068) José Carlos Freitas, “Guiné 1969-71”;
Ex-1Cb (00215362) Manuel Pedro Fernandes, “Angola 1962-65”;
Ex-1Cb (11842967) José Maria Teixeira Dias, “Guiné 1968-70”;
Ex-1Cb (00312066) Armando dos Santos Silva, “Moçambique 1967-69”;
Ex-1Cb (17380573) Luís António Reis, “Angola 1973-74”;
Ex-1Cb (16797769) Augusto Martins Pereira, “Guiné 1969-71”;
Ex-1Cb (08107772) Alberto José Figueiredo Martins, “Moçambique 1972-74”;
Ex-1Cb (03897465) Fernando Pereira da Ressureição, “Angola 1965-67”;
Ex-Sold (07832964) Anselmo Nascimento Soares Moreira, “Guiné 1965-67”;
Ex-Sold (18660664) José Casimiro Soares Borges, “Angola 1965-67”;
Ex-Sold (06008963) Manuel Dias da Silva, “Angola 1967-69”;
Ex-Sold (00790863) Domingos Pereira Guimaraes, “Angola 1967-70”;
Ex-Sold (00993666) Manuel Francisco Nogueira, “Guiné 1966-68”;
Ex-Sold (01261163) Constantino Alves Rocha, “Angola 1964-66”;
Ex-Sold (03915466) Manuel Álvaro Calvino, “Angola 1969-71”;
Ex-Sold (05495868) António Augusto Vieira Gonçalves, “Angola 1968-70”;
Ex-Sold (17968870) Caetano Pereira Rei, “Angola 1970”;
Ex-Sold (13111569) António Joaquim da Silva Figueiredo, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (09528969) Delfim Pereira Sampaio, “Moçambique 1970-72”;
Ex-Sold (00229062) Clemente Lourenço Palmeira, “Guiné 1963-65”;
Ex-Sold (05495570) António Moreira da Silva Torres, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (09572166) Amadeu Rodrigues de Almeida, “Guiné 1965-68”;
Ex-Sold (14112072) António Luís Rodrigues Afonso, “Moçambique 1973-74”;

Ex-Sold (09396773) António Joaquim Brandão Martins, “Timor 1974-75”;
Ex-Sold (00700364) António Gomes, “Angola 1964-66”;
Ex-Sold (00441860) Serafim Nabais Pires, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (08412963) Joaquim António Marques, “Angola 1964-66”;
Ex-Sold (00081467) Abel Moreira dos Santos, “Guiné 1967-69”;
Ex-Sold (06265064) António Pedro Coelho Aniceto, “Angola 1965-68”;
Ex-Sold (02959569) Bernardino Dias Rodrigues, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (08704470) António da Costa Santos, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (05249070) José da Conceição Sá, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (06183570) Celso Ferreira de Castro, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (00193659) Augusto da Luz dos Santos, “Índia 1960-62”;
Ex-Sold (01418272) António da Silva Jorge, “Guiné 1973-74”;
Ex-Sold (18226073) Eduardo Manuel Pereira Monteiro, “Guiné 1974”;
Ex-Sold (00184459) Fernando António Filipe, “Índia 1960-62”;
Ex-Sold (00172059) António Felício Malhadais, “Índia 1960-62”;
Ex-Sold (08830573) Bernardo Marques Pereira Resende, “Guiné 1974”;
Ex-Sold (00010263) Armando de Oliveira Branco, “Guiné 1965-66”;
Ex-Sold (06079570) José Manuel Lopes Geadas, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (03172568) José Maria Ribeiro Gomes, “Angola 1968-70”;
Ex-Sold (09470966) João Maria Pinto Carneiro, “Guiné 1966-68”;
Ex-Sold (15399373) Francisco António Costa, “Angola 1973-74”;
Ex-Sold (00103560) Manuel Messias Vasques, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (08969473) Carlos Alberto da Silva Pereira Guimarães, “Moçambique 1974”;
Ex-Sold (02269467) José Maria de Sousa Carneiro, “Guiné 1967-69”;
Ex-Sold (05757065) José Carvalho da Costa, “Moçambique 1966-68”;
Ex-Sold (02470068) José da Conceição Pinto, “Guiné 1968-70”;
Ex-Sold (03170165) Fernando Mariano da Silva, “Guiné 1964-67”;
Ex-Sold (08580866) Abílio Rodrigues Ferreira Alfena, “Guiné 1966-68”;
Ex-Sold (05210470) Dinis Guerreiro Tardão, “Moçambique 1970-73”;
Ex-Sold (08952166) Manuel da Silva Costa, “Angola 1968-70”;
Ex-Sold (00435458) Artur da Cunha Macedo, “Guiné 1961-63”;
Ex-Sold (02799665) Manuel Rodrigues da Silva, “Moçambique 1966-68”;
Ex-Sold (05858064) Francisco de A. Maia, “Angola 1965-67”;
Ex-Sold (12177468) Alberto da Costa Pereira, “Angola 1969-71”;
Ex-Sold (06572565) Simplicio José Catronas Rebeca, “Guiné 1965-67”;
Ex-Sold (05268565) Manuel de Jesus Mendes de Brito, “Moçambique 1966-68”;
Ex-Sold (16524572) Afonso de Deus Domingues, “Guiné 1973-74”;
Ex-Sold (03693172) João dos Santos, “Angola 1973-74”;
Ex-Sold (07266364) Carlos Ramos de Azevedo, “Angola 1965-67”;
Ex-Sold (09895164) Manuel Adolfo Correia, “Angola 1965-67”;
Ex-Sold (15283170) Manuel Cipriano de Sousa Andrade, “Guiné 1971-74”;
Ex-Sold (01676263) Manuel Alves dos Santos, “Moçambique 1964-66”;
Ex-Sold (07222864) Ilídio da Silva Oliveira, “Angola 1964-67”;
Ex-Sold (02684763) Carlos Ferreira Marques, “Guiné 1963-65”;
Ex-Sold (07790067) João José Cardoso, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (15782371) Joaquim Seco da Costa, “Angola 1971-74”;
Ex-Sold (03187164) Luciano da Cunha Nogueira da Silva, “Angola 1965-67”;

Ex-Sold (03652464) António Paiva Vale da Cunha, “Moçambique 1965-66”;
Ex-Sold (13624271) Alcides de Oliveira Coelho, “Guiné 1971-74”;
Ex-Sold (01520272) Bernardino José Rocha da Silva, “Guiné 1973-74”;
Ex-Sold (05948867) Joaquim Maria, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Sold (01893674) José Manuel Machado Gonçalves, “Guiné 1974”;
Ex-Sold (07601466) José Joaquim Viegas Cristo, “Angola 1966-68”;
Ex-Sold (00535962) Sebastião Rodrigues da Silva, “Angola 1962-65”;
Ex-Sold (61321171) Hermínio Rodrigues, “Angola 1972-74”;
Ex-Sold (00367961) Manuel Teixeira, “Moçambique 1961-64”;
Ex-Sold (13341571) Florival António Garcia Correia, “Moçambique 1972-74”.

(Por despacho de 19 de fevereiro de 2013)

Ex-2Sarg (00433561) António Jorge Gomes da Silva, “Angola 1963-66”;
Ex-Fur (07542465) Manuel Francisco de O. Gonçalves, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Furr (07018672) Jaime Gonçalves Ferreira, “Angola 1972-74”;
Ex-Furr (18157672) António Manuel da Mota André, “Guiné 1973-74”;
Ex-Furr (07947172) Armando Manuel Fernandes Marques, “Guiné 1973-74”;
Ex-1Cb (10597872) Benjamim Rodrigues Correia, “Angola 1972-74”;
Ex-1Cb (07769165) António Marques Alves, “Guiné 1966-68”;
Ex-1Cb (03395368) António Paiva Gomes, “Angola 1969-71”;
Ex-1Cb (12754972) Joaquim Augusto da Fonseca Mota, “Angola 1973-74”;
Ex-1Cb (07775167) José Maria Novais Salgado, “Angola 1968-70”;
Ex-1Cb (01541267) José Álvaro da Rocha Lopes, “Guiné 1967-69”;
Ex-1Cb (04348467) Agostinho Cerqueira de Sousa, “Moçambique 1968-70”;
Ex-1Cb (00121365) Manuel Joaquim Varela Salgueiro, “Guiné 1965-67”;
Ex-1Cb (00485560) Rui Figueiredo Pereira, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (00130962) José Francisco Magrinho, “Angola 1963”;
Ex-Sold (00206561) Delfim Pina de Pinho, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (11820767) Francisco Valente da Silva, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (15682068) Rogério Rodrigues da Costa, “Angola 1969-71”;
Ex-Sold (40235761) Alberto Gomes da Costa, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (00269162) José Pereira da Costa, “Angola 1963-65”;
Ex-Sold (00527362) José Fernandes, “Angola 1963-65”;
Ex-Sold (01207973) Manuel Fernandes dos Ramos, “Guiné 1973-74”;
Ex-Sold (00905373) Manuel Pinto Ferreira, “Guiné 1973-74”;
Ex-Sold (05234265) Manuel de Andrade Gomes, “Angola 1966-68”;
Ex-Sold (07961266) Mário Fernandes dos Santos, “Guiné 1966-68”;
Ex-Sold (03937566) Francisco de Sousa Fernandes, “Moçambique 1966-68”;
Ex-Sold (03464268) Fernando da Costa Chilro, “Moçambique 1969-71”;
Ex-Sold (00060362) Manuel Sousa da Silva, “Angola 1963-65”;
Ex-Sold (03983670) Manuel Zenha da Silva, “Guiné 1970-72”.

(Por despacho de 05 de março de 2013)

Ex-Ten (07673765) João Manuel Monteiro Paredão, “Angola 1967-69”;
Ex-Alf (05771373) Manuel Augusto Nabais, “Moçambique 1974-75”;
Ex-2Sarg (61128060) Manuel Geraldo Jorge de Jesus, “Angola 1970-75”;

Ex-Furr (13975472) António Duarte Rios, “Guiné 1972-74”;
Ex-Furr (15405972) António José Laranjo Correia, “Angola 1972-75”;
Ex-Furr (18398272) António Nunes Pinto, “Guiné 1973-74”;
Ex-Furr (07141566) Manuel Francisco de Jesus Varela, “Moçambique 1969-71”;
Ex-1Cb (02217569) Joaquim da Costa Resende, “Angola 1969-72”;
Ex-1Cb (04869669) Joaquim Augusto dos Santos Pinho, “Angola 1969-72”;
Ex-1Cb (00391060) Joaquim Pires, “Angola 1961-63”;
Ex-1Cb (00047765) José Ilídio Jorge de Jesus, “Angola 1965-68”;
Ex-1Cb (01484565) Mário Francisco Ribeiro Almeida, “Angola 1966-68”;
Ex-1Cb (05414965) Manuel Emídio Martins, “Guiné 1966-68”;
Ex-1Cb (09372365) Manuel João Pires da Encarnação, “Guiné 1966-67”;
Ex-1Cb (00584966) Abílio António Aires, “Moçambique 1967-69”;
Ex-1Cb (40000550) António Maria Jesus Morais, “Índia 1961-62”;
Ex-1Cb (04657466) Manuel Francisco, “Guiné 1967-69”;
Ex-1Cb (03616166) Rui Manuel de Oliveira Carapucinha, “Moçambique 1967-69”;
Ex-1Cb (11362067) Francisco José Espadanal Serrano, “Guiné 1967-69”;
Ex-1Cb (00159659) Hélder Francisco Figueira Fonseca, “Angola 1960-62”;
Ex-1Cb (02961966) Joaquim Senra de Brito, “Guiné 1966-69”;
Ex-1Cb (14587772) Joaquim Fernando Guerreiro Vieira, “Guiné 1973-74”;
Ex-1Cb (00068169) Manuel da Costa Leite Silva, “Angola 1969-72”;
Ex-Sold (05676370) Artur Luís Novais de Campos, “Guiné 1971-73”;
Ex-Sold (15548172) José Pereira da Silva, “Timor 1972-74”;
Ex-Sold (04403064) José Marques da Mata, “Angola 1965-67”;
Ex-Sold (05784465) António Dias da Silva, “Guiné 1965-68”;
Ex-Sold (06418463) António Albino Rafael, “Guiné 1964-66”;
Ex-Sold (04124568) Mário Duarte de Almeida, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (00360563) Fernando António Moutinho, “Angola 1974-77”;
Ex-Sold (18338668) José Manuel Domingues da Costa, “Angola 1969-71”;
Ex-Sold (05547963) Joaquim do Couto Guedes, “Moçambique 1963-66”;
Ex-Sold (14296372) José Guerreiro Nogueira, “Moçambique 1972-74”;
Ex-Sold (00535163) Jorge Guerreiro Rodrigues Marçal, “Angola 1963-65”;
Ex-Sold (01197667) Luís Alberto Ferreira da Silva, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Sold (12234769) José Emílio Francisco, “Angola 1969-71”;
Ex-Sold (00038860) José Maria Pires Gonçalves, “Índia 1961-62”;
Ex-Sold (08352365) António da Silva Campos, “Moçambique 1966-68”;
Ex-Sold (09821465) José Antunes Rato, “Moçambique 1966-68”;
Ex-Sold (08494567) António da Costa Ribeiro, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (00706266) José da Silva Maia, “Guiné 1967-69”;
Ex-Sold (00145859) Simão José Dias Marques, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (00915271) Fernando da Silva Prudêncio, “Moçambique 1971-73”;
Ex-Sold (08733269) Joaquim de Oliveira e Sousa, “Guiné 1970-72”;
Ex-Sold (03225973) João Filipe Anastácio Arraiolos, “Angola 1973-75”;
Ex-Sold (00959467) José Maria da Costa, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Sold (00203260) Abel Veríssimo de Magalhães, “Moçambique 1961-64”;
Ex-Sold (00325668) José Fernando Bernardino Martins, “Angola 1968-75”;
Ex-Sold (06162064) Joaquim Guerreiro Felicidade, “Guiné 1964-66”.

(Por despacho de 06 de março de 2013)

Ex-Ten (00001943) Jorge Augusto Correia, “Cabo-Verde 1944-45”;
Ex-2Sarg (13290272) José Alberto Antunes Ferreira, “Moçambique 1973-74”;
Ex-2Sarg (06399164) Quintino da Silva Dias, “Angola, 1966-68”;
Ex-2Sarg (16352069) Mário Soares Filipe, “Guiné 1970-72”;
Ex-2Sarg (00668761) Aníbal Francisco de Sousa Delgado, “Moçambique 1964-66”;
Ex-2Sarg (00232052) José de Jesus Guerreiro, “Índia 1956-62”;
Ex-Furr (08693965) Vírgilio Viana da Silva, “Moçambique 1969-71”;
Ex-Furr (03877071) Virgílio José Morão dos Santos Cerqueira, “Guiné 1973-74”;
Ex-Furr (17897371) Augusto Nogueira Talhado, “Moçambique 1972-74”;
Ex-Furr (61860971) Ilídio Carmindo Gomes Ferreira Lino, “Angola 1971-74”;
Ex-1Cb (17238972) Fernando Augusto Pereira Pinto, “Moçambique 1972-74”;
Ex-1Cb (10081267) Adriano Ferreira Ribeiro, “Timor 1968-70”;
Ex-1Cb (02737063) Horácio Guedes, “Angola 1963-65”;
Ex-1Cb (09516772) Armando Rodrigues de Brito, “Moçambique 1973-74”;
Ex-1Cb (00119062) José Perpétua Francisco, “Angola 1963-65”;
Ex-1Cb (00202959) João José Correia do Nascimento, “Índia 1960-61”;
Ex-1Cb (05033572) Alfredo Jaime Ferreira Martins, “Moçambique 1972-74”;
Ex-1Cb (07287372) José Joaquim da Silva Rios, “Moçambique 1972-74”;
Ex-1Cb (09730365) Garcia Silva, “Moçambique 1967-69”;
Ex-1Cb (00895764) António Augusto Bonito Ferreira, “Guiné 1965-67”;
Ex-1Cb (04110472) Edgar de Oliveira Pereira, “Angola 1973-75”;
Ex-1Cb (11960570) Carlos Azevedo Pinto da Silva, “Guiné 1971-72”;
Ex-Sold (02215668) Cândido Isaque da Trindade Gomes, Guiné 1968-70;
Ex-Sold (00805167) Celso Pinheiro, “Angola, 1967-69”;
Ex-Sold (00610962) Manuel Luís Carvalho de Moraes, “Angola 1962-65”;
Ex-Sold (14771572) Rui Manuel Alves Figueiredo, “Moçambique 1973-74”;
Ex-Sold (10287472) Manuel Ribeiro Gomes, “Angola 1973-75”;
Ex-Sold (13887973) Armindo dos Santos Parada, “Timor 1974-75”;
Ex-Sold (15575271) João Ventura de Oliveira, “Moçambique 1872-74”;
Ex-Sold (05597266) Manuel António Teixeira de Silva, “Guiné 1967-68”;
Ex-Sold (16367569) Victor Manuel de Sousa Rodrigues, “Guiné 1970-72”;
Ex-Sold (00025561) Serafim Aurélio da Silva Leite, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (03921772) José Jesus da Fonseca, “Angola 1973-74”;
Ex-Sold (01322073) Manuel Lopes, “Angola 1973-75”;
Ex-Sold (12245268) Joaquim Soares Clara, “Angola 1968-71”;
Ex-Sold (01447865) José Maria de Sousa Abreu, “Angola 1965-68”;
Ex-Sold (14560372) José Augusto Moedas Peixoto, “Guiné 1973-74”;
Ex-Sold (02190571) Artur Leite Ferreira, “Moçambique 1972-74”;
Ex-Sold (11936869) Domingos Joaquim Mestre Pereira, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (00559370) António da Silva Sousa, “Moçambique 1971-73”;
Ex-Sold (07085464) José Pereira Dias, “Guiné 1965-67”;
Ex-Sold (00031762) Manuel de Amorim Fernandes, “Angola 1964-66”;
Ex-Sold (03410064) Arnaldo Domingues João, “Guiné 1965-67”.

(Por despacho de 07 de março de 2013)

Ex-Alf (03094367) Fernando Garcia Pires, “Angola 1973-75”;
Ex-Alf (36863360) Joaquim Gomes Neiva, “Guiné 1969-71”;
Ex-2Sarg (06277465) António Pereira da Silva, “Guiné 1967-70”;

Ex-2Sarg (12698573) Fernando Vítor Cabral de Oliveira, “Angola 1973-75”;
Ex-Furr (09671372) José Dias Albino, “Angola 1972-75”;
Ex-Furr (00772971) Avelino José Martins Viana de Sá, “Angola 1971-73”;
Ex-1Cb (03940168) Manuel Rodrigues da Silva, “Angola 1969-71”;
Ex-1Cb (10106368) António Freitas Mendes, “Moçambique 1968-70”;
Ex-1Cb (16007071) António Faria de Abreu, “Guiné 1972-74”;
Ex-1Cb (04946167) Manuel Ferreira Pinto, “Moçambique 1968-70”;
Ex-1Cb (01431667) José de Freitas da Silva, “Angola 1967-70”;
Ex-1Cb (02323164) José Carvalhinho Jorge, “Guiné 1964-66”;
Ex-1Cb (00257865) João Martins Garcia, “Angola 1965-67”;
Ex-1Cb (08757263) Pedro Manuel Gíão Barbosa, “Moçambique 1964-67”;
Ex-1Cb (04314269) Carlos Alberto de Brito da Silva, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (00190860) Fernando Barbosa Vidal, “Angola 1965-67”;
Ex-Sold (06008164) Marcelino da Silva Peixoto, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (12089672) Armando de Magalhães Alves, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (00190860) Fernando Barbosa Vidal, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (05433967) João Vieira Andrade, “Angola 1967-70”;
Ex-Sold (72798771) Manuel Marques Monteiro, “Moçambique 1972-74”;
Ex-Sold (06359567) José Luís de Campos Sampaio, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (03953465) Eugénio Manuel Caracho, “Angola 1965-67”;
Ex-Sold (02702465) Rogério Francisco Saiote, “Angola 1965-67”;
Ex-Sold (05088464) Manuel António Lidoro Arranja, “Guiné 1965-66”;
Ex-Sold (04512769) José Nunes Ramos, “Guiné 1969-71”;
Ex-Sold (15324269) Vicente Monteiro Gonçalves, “Guiné 1970-72”;
Ex-Sold (00244874) António Nogueira Ferreira, “Moçambique 1972-74”;
Ex-Sold (00616260) Manuel da Pena Rodrigues Galvão, “Índia 1961-63”.

(Por despacho de 12 de março de 2013)

Ex-Ten (01783666) António Manuel Rodrigues Mota, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Ten (14808169) Carlos Manuel Guerra de Oliveira, “Guiné 1971-74”;
Ex-Ten (04230260) Álvaro Fernandes Moreira, “Angola 1961-63”;
Ex-Furr (60808469) José Daniel Ribeiro Mendonça, “Angola 1970-73”;
Ex-Furr (08706467) Delfim dos Santos Castro, “Moçambique 1969-71”;
Ex-Furr (03690164) Manuel Henrique Nova Cibrão Guimarães, “Guiné 1966-68”;
Ex-1Cb (04775268) Luís Fernando da Cunha, “Guiné 1968-70”;
Ex-1Cb (00178664) António Augusto de Carvalho Rocha, “Angola 1964-68”;
Ex-1Cb (19858771) António Clementino Tavares de Oliveira, “Moçambique 1972-74”;
Ex-1Cb (05967365) Manuel dos Santos Moita, “Moçambique 1965-67”;
Ex-1Cb (02086664) José de Azevedo Moreira, “Angola 1965-67”;
Ex-1Cb (16148672) Joaquim Olímpio dos Santos Alves Costa, “Moçambique 1973-74”;
Ex-1Cb (00293862) José Cerqueira Pereira, “Moçambique 1964-66”;
Ex-1Cb (01402467) Ilídio Rosa dos Santos, “Angola 1967-70”;
Ex-1Cb (09906671) José da Silva Maia, “Angola 1972-74”;
Ex-1Cb (07755666) José Augusto Marques dos Santos, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Sold (04144666) Manuel Neves de Oliveira Mota, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (18732571) João José Rodrigues de Sousa, “Guiné 1972-74”;
Ex-Sold (05586965) João Francisco Caleiro Plácido, “Moçambique 1965-67”;
Ex-Sold (00983464) Joaquim dos Santos Nogueira, “Angola 1964-66”;

Ex-Sold (00119560) Armando Jesus, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (06022266) António de Castro Aguiar, “Guiné 1967-70”;
Ex-Sold (00752671) Alberto de Almeida Barnabé, “Angola 1971-73”;
Ex-Sold (01618872) Silvino de Almeida Barnabé, “Angola 1973-74”;
Ex-Sold (13845369) Adelino Joaquim Raimundo Sardinha, “Angola 1970-72”;
Ex-Sold (00983464) Joaquim dos Santos Nogueira, “Moçambique 1966”.

(Por despacho de 02 de abril de 2013)

Ex-1Cb (02771571) João de Jesus dos Santos, “Angola 1971-74”;
Ex-Sold (07416067) Jorge do Rosário Raposo, “Angola 1968-70”;
Ex-Sold (06584965) João Carlos Mendonça Lourenço, “Moçambique 1966-68”.

(Por despacho de 04 de abril de 2013)

Condecorado com Nova Passadeira da Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida de Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, o seguinte militar:

Ex-Sold (05858064) Francisco de A. Maia, “Moçambique 1967-68”;

(Por despacho de 19 de fevereiro de 2013)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP por despacho, da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Ex-Cap (03563167) Carlos Manuel Teixeira, “Angola 1974-75”;
Ex-Furr (01740073) António Carlos da Silva Moura, “Angola 1974-75”;
Ex-1Cb (03718274) José Manuel Gonçalves Pinho, “Angola 1974-75”;
Ex-Sold (00248374) David Firmino, “Angola 1974-76”;
Ex-Sold (02224274) José Manuel Martins Luís, “Angola 1974-75”;
Ex-Sold (14905774) António Rodrigues da Silva, “Angola 1975”;
Ex-Sold (13003673) Agostinho Bessa de Magalhaes, “Angola 1974-75”.

(Por despacho de 19 de fevereiro de 2013)

Ex-Furr (14961873) Jorge Salvador Cardoso, “Timor 1974-75”.

(Por despacho de 05 de março de 2013)

Ex-1Cb (12222372) Fernando Gomes Valente, “Angola 1973-75”;
Ex-Sold (09024074) Gabriel Marques de Almeida, “Moçambique 1974-75”;
Ex-Sold (06463574) Miguel Jorge Teixeira, “Angola 1974-75”.

(Por despacho de 06 de março de 2013)

Ex-Furr (09222472) Manuel Alves do Rosário, “Moçambique 1974-75”;
Ex-CbAdj (06391692) Luís Manuel Maria Augusto, “Angola 1996-97”;
Ex-Sold (10064573) Vírgilio da Silva Andrade de Faria, “Moçambique 1974”.

(Por despacho de 07 de março de 2013)

Ex-1Cb (03166774) José António Varandas Fialho, “Angola 1974-75”;
Sold RC (02201310) João Pedro Pinto de Jesus Pereira, “Líbano 2010-11”.

(Por despacho de 02 de abril de 2013)

Condecorado com Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida de Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, o seguinte militar:

1Cb RC (13636704) Odair Miguel Duarte Lopes, “Afeganistão 2012”.

(Por despacho de 21 de janeiro de 2013)

Sold RC (16556902) Pedro Miguel Esteves Vicente, “Líbano 2010-11”.

(Por despacho de 02 de abril de 2013)

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Passagem à situação de Reserva de Disponibilidade

Por homologação do Major-General Diretor de Saúde, passaram a ser considerados nesta situação, nos termos da alínea *a*), do artigo 55.º, do RLSM, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, por terem sido julgados pela JHI/HMR1, “incapaz para todo o serviço militar, apto para o trabalho e para angariar meios de subsistência”, os militares a seguir mencionados:

Sold RC (14437211) Ana Catarina Lopes, do RI13;
Sold RC (02219103) Paulo Tadeu Soares, do CMEFD.

(Por despacho de 06 de fevereiro de 2013)

Por homologação do Major-General Diretor de Saúde, passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *a*), do artigo 55.º, do RLSM, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, por ter sido julgado pela JHI/HFAR, “incapaz para todo o serviço militar, inapto para o trabalho com 81% (oitenta e um por cento) de desvalorização”, o militar a seguir mencionado:

2Cb RC (02790506) António Fábio Quintal Freitas, do RG3.

(Por despacho de 08 de março de 2013)

III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Promoções

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por seu despacho de 9 de abril de 2013, e no cumprimento do seu despacho de 21 de março 2012 que aprova o Plano de Incorporações para 2012, atento ainda ao despacho de 24 de novembro de 2011 do Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, conjugado com o despacho de 14 de fevereiro 2012 do Secretário de Estado do Orçamento, que autorizam o Plano de Incorporações para 2012, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 42.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro — Orçamento do Estado para 2012, ingressar na categoria de Sargento, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 296.º e da alínea *b*) do artigo 304.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de Agosto, no posto de **Segundo-Furriel**, em 5 de fevereiro de 2013, data a partir do qual continuam a vencer pelo mesmo posto, os militares a seguir identificados:

2Furr Grad (06516012) Tony da Silva, 16,82 valores;
2Furr Grad (01833311) José Rafael Trindade Mendes, 16,67 valores;
2Furr Grad (01559509) Nilton César Duarte Lopes, 16,43 valores;
2Furr Grad (07644106) José Manuel Ribeiro André Feijão, 16,17 valores;
2Furr Grad (03569210) João de Sá Pessoa de Oliveira, 15,99 valores;
2Furr Grad (15029406) Tonni Gregório Gonçalves Pena, 15,57 valores;
2Furr Grad (01814111) Ricardo Daniel Rodrigues Pinheiro, 15,43 valores;
2Furr Grad (07110912) José Pedro Teixeira Pinto, 15,37 valores;
2Furr Grad (19499412) Rui Jorge Melo da Fonseca, 15,17 valores;
2Furr Grad (08820211) André Marques Teixeira, 15,07 valores;
2Furr Grad (08845511) Rui Filipe Ferreira Borges, 14,80 valores;
2Furr Grad (00351811) Tiago Filipe Alexandre Branco, 14,55 valores;
2Furr Grad (07707310) Vítor José Ferreira da Cruz, 14,51 valores;
2Furr Grad (11496910) Daniel Loureiro Ferreira, 14,41 valores;
2Furr Grad (09166911) Fábio Filipe Domingos Charrua, 13,91 valores;
2Furr Grad (00698110) Ricardo Jorge Sousa Gonçalves, 13,17 valores;
2Furr Grad (19308810) Ricardo Jorge Afonso Santos, 12,99 valores;

(DR II Série n.º 75 de 17 de abril de 2013)

Cessação de Graduação

Por despacho de 3 de abril de 2013, do Ajudante-General do Exército, no uso da delegação de Competências conferidas pelo despacho n.º 2 767/2012, de 08 de fevereiro de 2012 do General Chefe do Estado-Maior do Exército, inserto no *Diário da República*, 2.ª série n.º 41 de 27 de fevereiro, foi mandada cessar a graduação desde 22 de março de 2013, nos termos da alínea *d*) do artigo 70.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, aos militares abaixo indicados:

2Furr Grad (04024711) Mário Afonso Barros Figueiredo;
2Furr Grad (16205005) Jorge André Barreto Candeias.

(DR II Série n.º 72 de 12 de abril de 2013)

IV — OBITUÁRIO

1973

fevereiro, 10 — Sold DFA (07153670) José da Fonte Dourado, da SecApoio/RRRD.

2011

novembro, 05 — Sold PPI (06054264) António Rodrigues Nunes, da SecApoio/RRRD.

2013

março, 06 — Sold DFA (01582970) Júlio Guimarães da Cruz, da SecApoio/RRRD;
março, 07 — Sold DFA (06681570) José Abreu Ribeiro, da SecApoio/RRRD;
março, 19 — 2Sarg DFA (72348071) José António dos Santos Figueirinha Correia, da SecApoio/RRRD;
março, 23 — Sold RC (17637505) Luís Filipe Lourenço Rebelo, do RI14;
março, 24 — 2Sarg DFA (03647165) António Júlio de Sá Filipe, da SecApoio/RRRD.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Artur Neves Pina Monteiro, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

4.^a SÉRIE

N.º 1/30 DE ABRIL DE 2013

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques — Mérito do Exército, de 4.^a classe, nos termos do disposto nos artigos 26.º, n.º 1, alínea *d*) e n.º 2, alínea *d*), 27.º, n.º 1, alínea *d*), 34.º, n.º 3 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo diploma, a Assistente Técnica (92015474) **Maria Joana dos Santos Dias Moita**.

(Por despacho de 04 de janeiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques — Mérito do Exército, de 4.^a classe, nos termos do disposto nos artigos 26.º, n.º 1, alínea *d*) e n.º 2, alínea *d*), 27.º, n.º 1, alínea *d*), 34.º, n.º 3 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo diploma, a Assistente Técnica (92036777) **Ana Maria Charréu Patrão**.

(Por despacho de 21 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.^a classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Técnica (92057970) **Maria José Gemas Calvino**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.^a classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Técnica (92030473) **Maria Júlia Claro**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Técnico Fabril (91088169) **Adelino Matias Ribeiro**.

(Por despacho de 13 de dezembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Técnico Fabril (91097074) **Albino de Jesus Antunes**.

(Por despacho de 13 de dezembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Funcionário Civil (4.ª classe) (92047193) **Maria de Jesus Nunes Neto**.

(Por despacho de 11 de janeiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques — Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Assistente Operacional (92022787) **Albertina Gomes de Oliveira Jorge**.

(Por despacho de 14 de março de 2013)

Louvores

Louvo a Assistente Técnica (92015474) **Maria Joana dos Santos Dias Moita**, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter e competência profissional com que desempenhou as variadas funções cometidas ao longo de mais de 32 anos de serviço no Exército.

Dotada de elevado espírito de missão, de um invulgar sentido do dever e de bem servir, e de um elevado sentido da responsabilidade, sempre soube adaptar-se ao integral cumprimento das tarefas que lhe foram cometidas nas várias U/E/O em que serviu, designadamente no Regimento de Artilharia de Lisboa, na Direção da arma de Infantaria (DAI), no Quartel-General do Governo Militar de Lisboa, posteriormente no EME e finalmente no Jornal do Exército onde se encontra atualmente colocada.

No início da sua carreira, em 1973, tendo sido colocada na secção de pessoal do Regimento Artilharia de Lisboa, logo revelou as suas capacidades desempenhando de forma muito meritória e profissional, na forma cuidada como tratava toda a documentação relativa à matrícula e contagem de serviço do pessoal do regimento, isto a par do seu irrepreensível espírito de assiduidade e da sua esmerada educação e apresentação.

Posteriormente após ter estado a prestar serviço na DAI colocada, no ano de 1993, no Quartel-General da Região Militar de Lisboa, onde vem a desempenhar diversas funções e onde reafirma as suas inegáveis qualidades de trabalho em todas as tarefas que lhe foram cometidas, o seu bom senso e ponderação e a sua educação e fino trato, que a tornaram uma profissional digna de toda a confiança e amizade de todos os que com ela privaram, merecendo a consideração e admiração dos seus chefes.

Mais recentemente, foi colocada no Jornal do Exército, onde desempenha atualmente as funções de bibliotecária e conservadora da Biblioteca do Jornal do Exército que ficou fiel depositário da biblioteca do extinto Quartel-General do Governo Militar de Lisboa. A catalogação, inventário e criação da base de dados de todo o inventário da biblioteca, tem servido para demonstrar tudo aquilo que já foi dito anteriormente sobre a funcionária civil Maria Joana Moita.

Mais uma vez é de enaltecer a forma abnegada, dinâmica e muito profissional com que se dedica a esta tarefa, aliada a uma sempre pronta disposição, para colaborar em outras tarefas no Jornal do Exército. Aliás, nunca descurando as suas tarefas, e com algum sacrifício pessoal, conseguiu recentemente terminar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, a licenciatura em História, demonstrando a sua vontade em melhorar as suas qualificações pessoais e profissionais.

É, pois, de toda a justiça realçar, que ao longo de mais de três décadas, as suas capacidades técnico-profissionais revelam elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército.

4 de janeiro de 2013. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo a Assistente Técnica (92036777) **Ana Maria Charréu Patrão**, pela extraordinária e permanente dedicação, competência e lealdade, a par de um elevado sentido de responsabilidade, com que desempenhou todas as funções que lhe foram confiadas desde que ingressou no QPCE, em 9 de novembro de 1969.

Ingressou ao serviço do Exército no Depósito Geral de Adidos, onde esteve colocada durante 8 anos a desempenhar funções na Secção de Contabilidade da 4.^a Companhia de Evacuados. Em agosto de 1977 foi colocada no Estado-Maior do Exército a desempenhar funções na Secção de Instrução Militar da 6.^a Repartição onde permaneceu cerca de 18 anos tendo-lhe sido reconhecido publicamente o seu trabalho, nomeadamente, pela sua notável capacidade de organização nas áreas de expediente e arquivo, demonstrando ser possuidora de um trato fácil e de ponderada e sã frontalidade, a par de um acentuado dinamismo e animada de uma grande lealdade.

Em 1995 foi colocada na Repartição de Instrução, do Comando da Instrução, onde confirmou as qualidades reveladas anteriormente.

Em agosto de 1999 foi colocada na Secção Judicial do 1.º Tribunal Militar do Porto onde se evidenciou pelo seu sentido do dever e de lealdade demonstrando sempre vontade de bem servir cotando-se como uma auxiliar preciosa dos seus superiores.

Em súmula, anteriormente como Assistente Administrativa Especialista e mais recentemente como Assistente Técnica, sempre demonstrou possuir esmerada educação, formação moral irrepreensível, excepcional capacidade de trabalho, conseguindo em tempo oportuno, muitas vezes com prejuízo do seu período normal de descanso, garantir a execução das suas tarefas e fazer face a problemas inopinados, de forma a garantir que o trabalho da sua responsabilidade estivesse pronto, o que demonstra a eficiência e permanente disponibilidade que sempre norteou o seu trabalho nas várias Unidades, Estabelecimentos e Órgãos onde esteve colocada.

Em 2006, foi colocada na Secção de Logística da Unidade de Apoio da Área Militar Amadora-Sintra onde se manteve até à data em que deixou a efetividade de serviço tendo-lhe sido atribuídas tarefas de natureza administrativa diversa, entre as quais se salientam, o registo de um considerável volume de correspondência entrada e saída e o seu respetivo arquivo, o controlo e supervisão dos boletins de combustível e elaboração mensal do respetivo mapa, a elaboração dos pedidos externos de material, notas e ofícios, revelando sempre elevado profissionalismo, sentido de responsabilidade e sobriedade intrínsecas, a par de uma forma de atuação e tratamento dos assuntos com um rigor e saber inexcedíveis.

Funcionária de esmerada educação, elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência, trato muito correto, afável e de sã frontalidade, sempre demonstrou ser possuidora de relevantes qualidades pessoais nas relações quer com os militares da Unidade quer com os colegas de serviço, granjeando a estima e consideração de todos aqueles que com ela privaram.

Pelas qualidades referidas pela elevada competência e extraordinário desempenho no âmbito técnico-profissional e pelas relevantes qualidades pessoais, é a Assistente Técnica Ana Maria Charréu Patrão merecedora que os serviços por si prestados sejam considerados de muito relevantes e de elevado mérito, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Unidade de Apoio da Área Militar Amadora-Sintra e do Exército.

21 de fevereiro de 2013. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

II — PENSÕES E APOSENTAÇÕES

Em cumprimento do disposto no artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro (Estatuto da Aposentação), torna-se pública a lista dos aposentados e reformados a seguir identificados que, a partir dos meses, ou desde as datas que se indicam, passam a ser abonados da respectiva pensão pela Caixa Geral de Aposentações:

Desde 1 de fevereiro de 2013:

Albino Jesus Antunes, Técnico Fabril, das OGME, €951,91;
Aldina Maria Rafael Luís Ribeiro, Assistente Técnica, da DFin, €961,98;
Álvaro Manuel Saraiva Silva, Operador Chefe, das OGFE, €1 063,53;
Antonieta Maria Rodrigues Almeida, Caixeira, das OGFE, €535,44;
Carlos Lopes Galvão, Cozinheiro, da MM Lisboa, €776,00;
Carlos Pereira Ferreira, Assistente Operacional, da DFin, €1 001,46;
Cidália Almeida Figueiral, Assistente Operacional, da DFin, €657,64;
Fernando Jesus Santos, Encarregado de Armazém, das OGFE, €632,81;
Fernando Jorge Ribeiro Duarte, Técnico Fabril, das OGFE, €832,39;
Jerónimo Inácio Fonseca, Empregado de Armazém, da MM Lisboa, €589,10;
João Alves Costa Lourenço, Assistente Operacional, da DFin, €730,01;
Jorge Manuel Correia Silva, Assistente Operacional, da DFin, €603,22;
Mafalda Catarina Conceição Carmo Pratas, Assistente Operacional, da DFin, €341,99;
Maria Aida Santos Silva Fernandes, Costureira, das OGFE, €524,01;
Maria Celeste Pereira Duarte, Assistente Técnica, da DFin, €1 081,33;
Maria Fátima Silva Filipe Correia Lapa, Assistente Técnica, da DFin, €1 081,33;
Maria Florinda Ruivo Matos Maia, Assistente Operacional, da DFin, €537,38;
Maria Graça Jesus Rodrigues Trigatti, Assistente Técnica, da DFin, €706,43;
Maria Isabel Silva Fernandes Fernandes, Assistente Operacional, da DFin, €406,08;
Maria José Gemas Calvino, Assistente Técnica, da DFin, €976,28;
Maria José Rodrigues Pires Abreu, Assistente Operacional, da DFin, €376,20;
Maria Teresa Niza Galhardas, Assistente Graduada, da DFin, €4 466,93;
Mário Alberto Cruz Dias, Técnico Auxiliar Fabril, das OGME, €788,82;
Marta Maria Emauz Vasconcelos Guimarães, Enfermeira Graduada, da DFin, €1 958,42;
Vítor Portela Jacinto, Especialista Auxiliar 1.ª classe, do CMEFD, €1 503,33.

(DR II Série n.º 5, de 08 de janeiro de 2013)

Desde 1 de março de 2013

Alberto Carlos Francisco, Condutor Auto, da MM Lisboa, €609,94;
Ana Maria Cabral Pinto Andrade, Caixeira, das OGFE, €738,43;
Ana Maria Charréu Patrão, Escriturária 2.ª classe, da DFin, €1 081,33;
Ana Maria Gaspar Amaro, Caxeira-Chefe, das OGFE, €640,45;
Ana Maria Lima Tomás Medeiros, Enfermeira Graduada, da DFin, €2 602,66;
Angelina Anjos Correia Figueiredo, Assistente Operacional, da DFin, €678,62;
Elisa Conceição Silva Alves Fonseca, Assistente Operacional, da DFin, €400,11;
Emília Cunha Ferreira, Assistente Técnica, da DFin, €857,47;
Eugénia Fátima Castro Domingues, Assistente Operacional, da DFin, €706,05;
José Manuel Cordeiro Franco, Assistente Operacional, da DFin, €753,84;
José Manuel Ferreira, Técnico Auxiliar Fabril, das OGME, €767,40;
Judite Marques Santos Ferreira, Assistente Operacional, da DFin, €793,20;

Luís Afonso Mesquita Barbosa, Mestre, das OGFE, €896,67;
Maria Alice Veríssimo Alexandrino Leal, Assistente Operacional, da DFin, €817,50;
Maria Amaro Lopes Pires Gonçalves, Assistente Técnica, da DFin, €1 083,77;
Maria Conceição Jesus Ferreira Domingos, Assistente Operacional, da DFin, €505,58;
Maria Cristina Pinto N. Santos Pereira, Assistente Técnica, da DFin, €945,78;
Maria Fátima Jardim T. Montezuma Santos, Assistente Técnica, da DFin, €1 081,33;
Maria Helena Gomes Pinheiro, Caixeira, das OGFE, €562,29;
Maria Isabel Vieira Simões Marques, Assistente Técnica, da DFin, €1 198,76;
Maria Luísa Silva Martins Paiva, Chefe de Mesa 1, da MM Lisboa, €628,18;
Maria Madalena P. L. Rua Trindade Barros, Assistente Técnica, da DFin, €806,20;
Maria Rosa Tavares Simões Dias, Costureira, das OGFE, €602,92;
Maria Rosário Sousa Mata, Assistente Técnica, da DFin, €846,67;
Maria Teresa Oliveira Brás, Assistente Técnica, da DFin, €1 081,33;
Teresa Maria Fernandes Lucas, Assistente Graduada, da DFin, €2 244,78.

(DR II Série n.º 28, de 08 de fevereiro de 2013)

Desde 1 de abril de 2013

Adelino Matias Ribeiro, Técnico de Apoio Fabril, das OGME, €841,60;
Adérito Marques Silva, Servente, da DFin, €793,20;
Agostinho José Cardoso, Mestre de Cozinha, da MM, €590,95;
Ana Branca Ferrão Caetano, Assistente Técnica, da DFin, €1 081,33;
António Jacinto Rosa Saruga, Magarefe, da MM, €580,37;
António Martins Santos, Assistente Operacional, da DFin, €849,62;
Armindo Marques Casaca, Assistente Operacional, da DFin, €784,74;
Artur Manuel Correia Rodrigues, Técnico Fabril, das OGME, €807,11;
Cassiano Bordalo Lúzio, Técnico Equiparado, do LMPQF, €1 160,80;
Deolinda Aurora Silva Mesquita Santos, Chefe de Grupo Especializada, das OGFE, €585,08;
Dília Tavares Santos, Chefe de Mesa 1, da MM, €546,92;
Filomena Maria Lizardo M. Soares Moura, Assistente Técnica, da DFin, €958,51;
Gracinda Jesus Pereira Sousa Oliveira, Assistente Operacional, da DFin, €403,64;
Isabel Maria Serra Melo Alves, Encarregada Principal de Sala, da MM, €495,08;
João António Tavares Martins, Mestre, das OGME, €751,09;
João Conceição Henriques Mendes, Mestre, das OGME, €788,64;
José António Silva Luzia, Assistente Operacional, da DFin, €645,47;
José Augusto Coelho Carneiro, Padeiro, da MM, €528,83;
Manuel João Ramalho Cebola, Assistente Operacional, da DFin, €424,99;
Maria Albertina Neves M. Medeiros Santos, Assistente Técnica, da DFin, €684,77;
Maria Amélia Mendes Madeira Fonseca, Caixeira-Chefe, das OGFE, €572,36;
Maria Conceição Guerreiro Rosário Coelho, Assistente Operacional, da DFin, €559,76;
Maria Fátima Correia C. Cordeiro Pereira, Assistente Técnica, da DFin, €867,04;
Maria Fernanda Ferreira Sousa, Mestre, do LMPQF, €817,41;
Maria Filomena Alves Silva Martins, Assistente Técnica, da DFin, €876,40;
Maria Graça Almeida Soares Batista, Caixeira, das OGFE, €562,36;
Maria Graça Carvalho Fernandes Branco, Assistente Técnica, da DFin, €983,80;
Maria Graça Jesus Alexandre Rodrigues, Assistente Técnica, da DFin, €751,95;
Maria Helena Gonçalves Piedade Dinis, Assistente Técnica, da DFin, €778,87;
Maria Helena Nunes Costa Machado Amaral, Técnica, da DFin, €1 070,17;
Maria José Marques Casaca Sousa, Assistente Técnica, da DFin, €938,30;
Maria José Pires Santos, Operador Principal, das OGFE, €897,25;

Maria Julieta Pereira Cardoso Aguiar, Assistente Técnica, da DFin, €669,46;
Maria Lurdes Domingues Alves, Assistente Técnica, da DFin, €916,25;
Maria Odete Alves Fernandes Robalo, Contínua, das OGFE, €532,53;
Maria Rosário Alves Peras, Vigilante com funções Pedagógicas, da MM, €475,42;
Maria Teresa Pereira F. Leitão Proença, Assistente Técnica, da DFin, €924,32;
Orlando Teixeira Gomes, Assistente Operacional, da DFin, €626,01;
Rogério Pereira Cabral, Encarregado Principal de Sala, da MM, €625,08;
Rosa Taveira Gouveia, Empregada de Messe, da MM, €618,14;
Salete Ascensão Jesus Bernardino Borges, Enfermeira Graduada, da DFin, €2 173,57;
Teresa Jesus Fernandes Luís Pereira, Assistente Técnica, da DFin, €878,40;
Vítor Manuel Garrido Almeida, Chefe de Grupo Qualificado, das OGFE, €950,05.

(DR II Série n.º 48, de 08 de março de 2013)

Desde 1 de maio de 2013

Cidália Conceição P. Rodrigues Lourenço, Encarregada Operacional, da DFin, €757,45;
Deonilde Henriqueta M. Morgado Silva, Assistente Operacional, da DFin, €250,15;
Fernando Conceição Rocha, Encarregado de Vigilância, da MM Lisboa, €715,51;
Francisco António Nunes Costa, Técnico Administrativo, das OGME, €929,23;
Guida Dias Ferreira Vilela, Assistente Técnica, da DFin, €900,90;
Ilda Monteiro Leonardo, Assistente Técnica, da DFin, €398,75;
Isabel Maria Henriques Nicolau Martins, Empregada Administrativa, da MM Lisboa, €542,19;
Maria Amália Silveira Silva Santos Murcela, Assistente Operacional, da DFin, €414,20;
Maria Dulce Roseiro Moreira Leite Feijão, Operária Nível 1 Escalão 2, do LMPQF, €432,37;
Maria Francisca Arcângela Silva Pinto, Assistente Técnica, da DFin, €888,06;
Maria Georgina R. Martinho Ferreira, Assistente Operacional, da EPE, €404,44;
Maria Liseta Pacheco Matias Lopes, Empregada de Messe, da MM Lisboa, €585,59;
Maria Teresa Franco Pimentel Pereira, Assistente Técnica, da DFin, €1 059,35;
Rodney James Stuart, Lector, da DFin, €1 131,38.

(DR II Série n.º 68, de 08 de abril de 2013)

III — DECLARAÇÕES

Aviso n.º 1343/2013

Por despacho de 17 de janeiro de 2013 do Tenente-General Ajudante-General do Exército, proferido no uso de competência delegada, cessa a subdelegação de competências no Major-General Henrique Augusto Fernandes de Melo Gomes, no âmbito da secção autónoma n.º 2 (SA 2) do conselho coordenador da avaliação do Exército. Desde a mesma data subdelega no, Major-General **Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos**, presidente da secção autónoma n.º 2 (SA 2) do conselho coordenador da avaliação do Exército, a competência em si delegada, para a prática dos seguintes atos, no âmbito da respetiva secção autónoma:

a) Validar as avaliações de “*desempenho relevante*” e “*desempenho inadequado*” bem como proceder ao reconhecimento do “*desempenho excelente*”;

b) Homologar as avaliações anuais;

- c) Decidir das reclamações dos avaliados;
- d) Nomear avaliador específico que elaborará proposta de avaliação, a entregar à Secção Autónoma (SA), com vista à avaliação anual requerida pelos trabalhadores que se encontrem nas situações previstas nos n.ºs 3, 5 e 7 do artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro (SIADAP);
- e) Presidir à SA e designar os dirigentes que a integram, nos termos da lei (*n.º 2 do artigo 58.º do SIADAP*);
- f) Designar, pelo período de dois anos, os 4 vogais representantes da Administração na Comissão Paritária (dois efetivos, um dos quais orienta os trabalhos, e dois suplentes. Os vogais são membros da SA) (*n.º 3 do artigo 59.º do SIADAP*);
- g) Submeter à apreciação da comissão Paritária os requerimentos fundamentados dos trabalhadores que solicitem a intervenção deste órgão sobre as propostas de avaliação de que tomaram conhecimento e que serão sujeitas a homologação (*n.ºs 1 e 2 do artigo 70.º do SIADAP*);
- h) Atribuir, no caso do n.º 5 do artigo 69.º do SIADAP, nova menção qualitativa e quantitativa e respetiva fundamentação, quando decidir pela não homologação das avaliações atribuídas pelos avaliadores ou pela SA (*n.º 2 do artigo 60.º do SIADAP*);
- i) Proceder a nova avaliação, quando for proferida decisão favorável ao trabalhador em sede de recurso hierárquico ou jurisdicional, sempre que não seja possível ao novo superior hierárquico proceder à sua revisão (*n.º 3 do artigo 73.º do SIADAP*);

Produção de efeitos — este despacho produz efeitos desde 8 de janeiro de 2013, ficando deste modo ratificados todos os atos e despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objeto de delegação.

(DR II Série n.º 20, de 29 de janeiro de 2013)

Constituição da Comissão Paritária do Conselho Coordenador de Avaliação do Exército

1. Por despacho de 25 de janeiro de 2013 do Tenente-General Ajudante-General do Exército, foi homologada a constituição da Comissão Paritária do Conselho Coordenador de Avaliação do Exército, para o ciclo avaliativo de 2013 a 2016;

2. Tendo em consideração o estipulado no artigo 59.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro (SIADAP), alterada pela Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013), e o definido no artigo 97.º do Regulamento da Eleição dos vogais representantes dos trabalhadores nas Comissões Paritárias das Secções Autónomas do Conselho Coordenador da Avaliação do Exército, torna-se necessário a publicação em Ordem do Exército da listagem com os representantes dos trabalhadores nas respetivas Comissões Paritárias, a vigorar no ciclo avaliativo de 2013/2016:

SA	CARREIRA	NM	NOME	U/E/O	SITUAÇÃO
EME (SA 1)	Ass Téc	(92021187)	Maria do Carmo Pires Fonseca	AM	Efetivo
	Téc Sup	(91015988)	Pedro Manuel Seixas Antão	EME	Efetivo
	Téc Sup	(92046674)	Maria Teresa Marques Pissarreira	EME	Suplente
	Ass Téc	(92003395)	Lígia Maria de Jesus Dantas da Silva Simas	AM	Suplente
	Ass Téc	(92059693)	Francelina Virgínia Silva R. Gameiro Casaca	AM	Suplente
	Ass Téc	(91007603)	Ana Paula Pessanha Lança Rodrigues	AM	Suplente
CmdPess (SA 2)	Téc Sup	(18778994)	Mateus Souto Rodrigues de Carvalho	DARH	Efetivo
	Téc Sup	(91002595)	Domingos dos Santos Pina	DSP	Efetivo
	Ass Téc	(91014781)	José Manuel Gonçalves Basto Soares	CFin CmdPess	Suplente
	Téc Sup	(23430391)	Gabriel Barbosa Campos	CmdPess	Suplente
	Ass Téc	(92012787)	Maria Victória da Silva Rodrigues	DARH	Suplente
	Ass Téc	(06887496)	Joana Isabel Vieira Santos Rosa	UnAp CmdPess	Suplente

SA	CARREIRA	NM	NOME	U/E/O	SITUAÇÃO
CmdLog (SA 3)	Téc Sup	(14753594)	Vera Cristina de Sousa Carvalho	CmdLog	Efetivo
	Ass Téc	(91021196)	Sérgio Nuno Ferreira Ribeiro	HMR1	Efetivo
	Téc Sup	(91005705)	David António Martins de Oliveira	DIE	Suplente
	Ass Téc	(92078374)	Rosa Maria Januário da Costa Bráz	RMan	Suplente
	Téc Inf	(92011188)	Nazaré de Jesus Gaspar Matos Fernandes	CS Coimbra	Suplente
	Ass Téc	(92015087)	Maria José Mendonça Neto Julião	UnAp AMAS	Suplente
CID (SA 4)	Ass Téc	(17114793)	António Silvestre Borbinha Catapirra	CM	Efetivo
	Ass Oper	(91013083)	Artur Luís de Oliveira Carvalho	EPE	Efetivo
	Ass Oper	(14025497)	Luís Miguel de Jesus de Silva Moutinho	CM	Suplente
	Ass Téc	(92017396)	Maria José B. Macedo Pegado Almeida Porto	CID	Suplente
	Ass Téc	(92015584)	Isalinda da Visitação Pé-Leve da Silva Freixa	CID	Suplente
	Ass Téc	(92004297)	Ana Margarida Godinho Patrício	EPE	Suplente
CFT (SA 5)	Ass Téc	(29193693)	Luís Miguel da Silva Casaca	ETP	Efetivo
	Ass Téc	(91022474)	António Manuel Calado Frade	UnApBrigMec	Efetivo
	Ass Téc	(91028180)	Manuel Rosa Bento	UnApBrigMec	Suplente
	Ass Téc	(91027980)	António Maria Tavares Gonçalves	UnApZMA	Suplente
	Ass Oper	(04398096)	Nuno Alexandre Bento Rodrigues	ETP	Suplente
	Ass Téc	(05957390)	António Joaquim Abambres Carneiro	RI3	Suplente

IV — OBITUÁRIO

1998

abril, 30 — Assalariado Civil DCFA (11303377) Lamine Seidi, da SecApoio/RRRD.

1999

dezembro, 17 — Ex-Conductor Civil PIC (9535282) José Correia Martins, da SecApoio/RRRD.

2002

março, 20 — Ex-Civil DCFA (496118) Fernando Silveira de Matos, da SecApoio/RRRD.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Artur Neves Pina Monteiro, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.